

HOMERO DE
OLIVEIRA COSTA

A INSURREIÇÃO
COMUNISTA
DE 1935



A Insurreiç3o Comunista de 1935



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora *Ângela Maria Paiva Cruz*
Vice-Reitor *José Daniel Diniz Melo*

Diretora da EDUFRN *Maria da Conceição Fraga*
Diretor Adjunto da EDUFRN *Wilson Fernandes de Araújo Filho*
Conselho Editorial *Maria da Conceição Fraga (Presidente)*
Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra
Anna Emanuella Nelson dos S. C. da Rocha
Anne Cristine da Silva Dantas
Carla Giovana Cabral
Edna Maria Rangel de Sá
Éliane Marinho Soriano
Fábio Resende de Araújo
Francisco Wildson Confessor
George Dantas de Azevedo
Lia Rejane Mueller Beviláqua
Maria Aniolly Queiroz Maia
Maria da Conceição F. B. S. Passeggi
Maria de Fátima Garcia
Maurício Roberto Campelo de Macedo
Nedja Suely Fernandes
Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento
Paulo Roberto Medeiros de Azevedo
Regina Simon da Silva
Rosires Magali Bezerra de Barros
Tarcísio Gomes Filho

Editora *Kamyla Álvares*
Supervisora Editorial *Alva Medeiros da Costa*
Supervisor Gráfico *Francisco Guilherme de Santana*
Coordenador de Revisão *Wildson Confessor*

Revisão *Irlane Lira*
Capa *Rafael Campos*
Diagramação *Ian Medeiros*

Homero de Oliveira Costa

A Insurreição Comunista de 1935



Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN /
Biblioteca Central Zila Mamede

Costa, Homero de Oliveira.

A insurreição comunista de 1935 [recurso eletrônico] / Homero de Oliveira Costa. – Natal,
RN: EDUFRN, 2015.

5,8 Mb; PDF

Modo de acesso: < <http://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6223>>

ISBN 978-85-425-0541-2

1. Comunismo. 2. Insurreição. 3. Rio Grande do Norte – comunismo - 1935. I. Título.

RN/UF/BCZM

2015/77

CDD 309.147

CDU 329.15

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Prefácio

Versão revista e bibliograficamente atualizada da dissertação de mestrado *A Insurreição Comunista de 1935. Natal, o Primeiro Ato da Tragédia*, defendida em 1991 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Natal, o Primeiro Ato da Tragédia, abre novos horizontes para a compreensão da tragédia política que encerrou o ciclo revolucionário desencadeado 13 anos antes, em 1922, por duas iniciativas inteiramente independentes uma da outra, mas convergindo ambas para dar corpo e vontade às mais nobres esperanças: a fundação do PCB e o Levante do Forte de Copacabana.

Sem dúvida, embora deflagrada sob a bandeira da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a Insurreição de 1935 foi, principalmente, obra dos comunistas. Mas foi também, em larguíssima medida, obra de militares, muitos dos quais veteranos das rebeliões “tenentistas”, que tinham avançado para o comunismo por não se conformarem com os estreitos limites da Revolução de 1930. Em síntese, portanto, constituiu uma tentativa revolucionária de militares comunistas, inspirada e dirigida pelo militar comunista que, com 30 anos de idade, se tornara herói legendário à frente da coluna guerrilheira imortalizada em seu nome. Foi invocado aquele herói que, como narra o autor, em Natal, na noite de sábado, 23 de novembro de 1935, o sargento músico Quintino Clementino de Barros, o cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima dirigiram-se ao oficial de dia do quartel do 21º Batalhão de Caçadores, no qual eles próprios serviam, dando-lhe voz de prisão em nome “do capitão Luís Carlos Prestes”.

Embora prontamente esmagada, a Insurreição Comunista de 1935 deixou trauma profundo na memória política brasileira. Ano após ano, década após década, a direita vem retomando, à guisa de exorcismo, a tentativa, iniciada por Felinto Muller e outros algozes da polícia política getuliana, de assassinar moralmente o fantasma da “Intentona de 1935”, apresentando seus protagonistas como marionetes teleguiados a partir de Moscou. A esquerda, não podendo negar o caráter quixotesca-mente desastroso da empreitada, oscilou entre salientar, com apologética, mas unilateral fidelidade, sua inspiração antifascista e recusar, conforme o velho adágio de que as derrotas são órfãos, qualquer identidade, ainda que quanto aos fins, com o malfadado ato de força.

Entre o ódio ritualmente realimentado dos caçadores de comunistas (todos os anos a cúpula do Exército repete, a 27 de novembro, lúgubre cerimônia em que a homenagem aos mortos do lado governamental é largamente sobrepujada pelos vitupérios lançados contra a memória dos insurretos) e o embaraço, quando não a indiferença dos muitos que, na esquerda, julgam mais simples esquecer ou ignorar, do que compreender e assumir o espaço aprofundado para a análise da tragédia enquanto tal, isto é, enquanto fato histórico, tem permanecido estreito.

O presente livro contribui decisivamente para alargá-lo. Em primeiro lugar, porque estuda concretamente o desencadeamento do primeiro Levante, que constituiu o estopim de toda a Insurreição. Foi, com efeito, a tomar conhecimento de que o poder vermelho se instaurara em Natal na noite de 23 de novembro, que os revolucionários de Pernambuco, invocando a solidariedade dos combatentes (“se um lutara, todos deveriam lutar”), aderiram, na madrugada de domingo, 24 de novembro, ao processo insurrecional. O Levante do Rio de Janeiro, ocorrido na madrugada de 27 de novembro, obedeceu à mesma inspiração.

Reconstituindo a trama complexa dos fatores suscetíveis de explicar a rebelião de Natal com rigor historiográfico e exaustiva pesquisa das fontes disponíveis, o autor descobre aquilo que a história oficial, incansavelmente martelada pelos anticomunistas militantes, persiste em ocultar: se o Levante começou em Natal, foi porque lá se reuniu a “massa crítica” de descontentamento e revolta suficiente para provocar a passagem das intenções aos atos. Claro que a anunciada perspectiva de Insurreição Comunista em escala nacional exaltou a imaginação e crispou os ânimos dos suboficiais, soldados e operários que passaram à ação na noite de 23 de novembro. Mas o fato de terem sido eles, e não outros que a desencadearam, só se explica pelo acúmulo de contradições locais e regionais.

Por haver descrito e analisado o desenvolvimento destas contradições com minuciosa paciência e serena objetividade, o autor se inscreve, desde logo, entre os estudiosos indispensáveis da grande tragédia histórica de 1935.

João Quartim de Moraes

Professor de Filosofia do Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas da Unicamp

Sumário

Introdução	11
O PCB e a III Internacional Comunista	15
O VI Congresso da IC e o III Congresso do PCB	18
O PCB: 1930-1935	22
O VII Congresso da III IC	29
A Conjuntura Política do Rio Grande do Norte: 1930-1935	35
As forças políticas em jogo: a Interventoria de Mário Câmara e a reação oligárquica: 1933-1935	35
A classe trabalhadora no Rio Grande do Norte: 1930-1935	66
O PCB e sua atuação no Rio Grande do Norte entre 1926 e 1935	73
A Aliança Nacional Libertadora (ANL)	78
A Ação Integralista Brasileira (AIB), seção do Rio Grande do Norte	80
A Insurreição de novembro de 1935	83
O cenário dos acontecimentos: Natal em 1935	83
Uma cidade insurgente: o Levante do 21º Batalhão de Caçadores	89
A rebelião se expande: a marcha dos insurretos pelo interior do estado	116
Uma guerrilha no Oeste do Estado: 1935-1936	123
Na trilha da Insurreição: os Levantes militares em Recife e no Rio de Janeiro	133
Recife	133
Rio de Janeiro	136

A articulação dos Levantes nos quartéis do Exército em algumas capitais do Nordeste	139
Paraíba	139
Alagoas	142
Ceará	143
Maranhão	144
Piauí	146
Revisão da bibliografia sobre a Insurreição de novembro de 1935 em Natal	149
Infiltração policial e o caso do telegrama forjado	149
Adesões ao Levante em Natal	153
Desfazendo alguns equívocos	155
Os revolucionários de 35	157
O Levante do 21º BC em Natal: uma tentativa de explicação	161
Análise dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao Rio Grande do Norte	177
Natal	178
Outros municípios	184
Referências	189
Anexos	197
Anexo 1 – Relação dos locais e respectivos números dos processos	197
Anexo 2 – Profissão, número de indiciados e condenados	198
Anexo 3 – Militares indiciados	200
Referências documentais	201
Locais pesquisados	201
Jornais consultados	202
Entrevistas	202
Indiciados no Rio Grande do Norte	202

Introdução

A publicação de estudos sobre a História do Brasil Contemporâneo nos últimos anos tem sido bastante significativa. Esse processo de autoexame nacional tem contribuído muito para a compreensão da sociedade brasileira. Mesmo assim, apesar de contribuições expressivas em muitas áreas, muito resta a fazer. Há acontecimentos históricos de inegável importância que não foram suficientemente estudados, e entre eles situamos a Insurreição de 23 de novembro de 1935 em Natal, no Rio Grande do Norte.

Este trabalho pretende preencher uma lacuna nesse sentido. Sua tese central é de que o Levante do 21º Batalhão de Caçadores em Natal foi articulado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista e não pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), como pretende majoritariamente a bibliografia que trata do tema, e que o levante e seu êxito, mesmo que fugaz, só podem ser compreendidos inseridos na conjuntura política do estado naquele momento; ou seja, a especificidade regional será um dos fatores explicativos. No entanto, como se tratava da articulação de um Levante nacional, precipitado em Natal, que desorganizou a articulação do movimento em nível nacional, provocando o desencadeamento de Levantes similares em Pernambuco – Recife, Jaboatão, Olinda e Limoeiro – e Rio de Janeiro (unidades militares do Exército), torna-se necessário uma contextualização mais geral, situando seus principais protagonistas.

Um aspecto que destacamos neste trabalho é que havia efetivamente uma preparação para um Levante nos quartéis do Exército nas capitais do Nordeste (que não recebeu a devida

atenção da bibliografia sobre o tema), frustrados com a precipitação do Levante de Natal.

Afirmamos que o Levante foi articulado pelo Partido Comunista, e a referência ao partido nos parece fundamental: em nível mais geral, o partido não ofereceu, ao longo do tempo, um exame desse acontecimento, ostentando, como disse Marco Aurélio Garcia,

um constrangido silêncio no curso de sua história e com isto demonstrando uma enorme dificuldade em enfrentar esse problema e em oferecer uma honesta e corajosa autocrítica [...] até hoje incapaz de ter oferecido um balanço sistemático de um acontecimento cuja importância transcende de muito a História do Brasil contemporâneo (EM TEMPO, p. 10-11).

O primeiro documento oficial do partido sobre esses acontecimentos é o informe do balanço do Comitê Central de Luís Carlos Prestes por ocasião da realização do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1954, onde faz uma tímida autocrítica:

Já em 1935, apesar da justa orientação do partido, procurando unir as mais amplas forças anti-imperialistas e antifeudais da ANL, a influência do radicalismo pequeno burguês na direção do partido, sob a forma específica do chamado 'golpismo tenentista', levou-nos a cometer o grave erro de precipitar a insurreição quando ainda eram débeis as nossas forças, quase inexistentes a aliança operário-camponesa. Para o triunfo da revolução popular, é indispensável ganhar o apoio dos soldados e marinheiros, mas reduzir a insurreição popular a uma luta armada só nos quartéis era um erro que teria de levar, como levou, à derrota do movimento de 1935 (REVISTA PROBLEMAS, 1954/1955, p. 90-91).

E, como o partido era uma seção da III Internacional Comunista, compreender o Levante de 1935 sem se referir às inflexões desta nas diretrizes do PCB seria obscurecer aspectos importantes. Isso não significa dizer, como pretendeu a propaganda oficial durante pelo menos 50 anos (principalmente durante O Estado Novo, 1937-1945, e a Ditadura Militar, 1964-1985), que se possa reduzir, de forma simplista, a Insurreição de

1935 à vontade de Moscou; ou seja, os Levantes não se reduzem à manipulação dos comunistas brasileiros, mas também não se pode ocultar o fato de que a Internacional havia dado sua sanção a esta via dentro do marco geral da política de frentes populares. Daí a necessidade de fazer referências, mesmo que breves, das relações entre o PCB e a III Internacional Comunista. É o que faremos no capítulo 2.

No capítulo 3, trataremos da conjuntura política do Rio Grande do Norte de 1933, quando Mário Câmara assumiu a Interventoria do estado, até 1935, com o Levante de 23 de novembro de 1935, iniciado no 21º Batalhão de Caçadores (Exército) em Natal, no recém-empossado governo de Rafael Fernandes. Procuraremos demonstrar como as especificidades regionais foi um dos fatores importantes para o desencadeamento do Levante. Em 1935, em especial, foi um ano de muitas tensões políticas, depois de uma tumultuada eleição no estado em 1934 e cujo resultado só será conhecido às vésperas do Levante (o Rio Grande do Norte foi o último estado a dar posse ao governador, eleito pela Assembleia Legislativa. O resultado final da eleição, depois de inúmeras ações na justiça eleitoral dos partidos políticos, só foi anunciado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 16 de outubro de 1935, definindo também a instalação da Assembleia Constituinte para o dia 19 de outubro e a eleição do governador no dia 29 de outubro). Procuraremos analisar as forças políticas em jogo, a organização da classe trabalhadora, do Partido Comunista, da Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista no estado, além da formação, por integrantes do Partido Comunista, de uma guerrilha na região Oeste.

O capítulo 4 trata mais especificamente da Insurreição de 23 a 27 de novembro em Natal e seus desdobramentos. Para isso, procuramos situar o cenário dos acontecimentos, ou seja, Natal em 1935, o Levante do 21º BC e sua expansão pelo interior do estado com as chamadas “colunas guerrilheiras”. Faremos um breve relato sobre os Levantes em Pernambuco e Rio de

Janeiro e em alguns estados do Nordeste (Paraíba, Alagoas, Ceará, Maranhão e Piauí).

Em função da importância que a temática assume, como um dos episódios importantes na história do PCB e seus desdobramentos: repressão, torturas, prisões, justificativa para o golpe de 1937 (ditadura do Estado Novo), e histeria anticomunista (o 27 de novembro, data do fim da Insurreição, durante pelo menos 50 anos, foi uma data importante para as Forças Armadas – o Exército em particular – e como diz Marco Aurélio Garcia no citado artigo “ocasião para inflamados discursos contra o perigo vermelho” faz-se necessário também fazer um balanço (e diálogo crítico) da produção bibliográfica sobre o tema, objeto do capítulo 5, enfocando mais especificamente as referências a Insurreição em Natal.

O capítulo 6 é uma tentativa de explicação, tendo como referência o conjunto de documentos, bibliografia e entrevistas realizadas na pesquisa.

E finalmente, o capítulo 7, que é uma análise dos dados dos processos do Tribunal de Segurança Nacional (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro) relativos ao Rio Grande do Norte.

Nos anexos, há a relação dos locais e respectivos números dos processos; profissão, número de indicados e condenados; militares indiciados e, no final, a relação de todos os indiciados, com as respectivas profissões (com as ressalvas indicadas) e o resultado dos julgamentos (quando, a exemplo das profissões, existem essas informações nos processos).

O PCB¹ e a III Internacional Comunista

Há uma tese consagrada pela historiografia, apoiada por um respeitável acervo empírico (depoimentos, escritos dos dirigentes etc.) que mostra como desde as suas origens há uma vinculação orgânica entre o Partido Comunista do Brasil e a III Internacional Comunista.

Michel Zaidan Filho é dos estudiosos desse período o que tem questionado esta tese de forma mais consistente. Para ele, o próprio legado anarcossindicalista, de onde saem alguns militantes que irão fundar o Partido Comunista em março de 1922, já é um problema em si mesmo, dado seu ecletismo ideológico e sua forma de recepção nos meios operários brasileiros. Sua tese é que o PCB irá desenvolver uma reflexão original nos anos 1920, vinculada à realidade brasileira e não mera transposição das orientações da III Internacional. Salienta os aspectos nacionais da elaboração teórico-política dos comunistas brasileiros e que “o caráter da sujeição do PCB em relação a Internacional Comunista, deve ser entendido mais em função das carências teóricas e políticas dos brasileiros do que da ingerência burocrática, mecânica e estrangeira do COMITERN na vida do partido” e continua:

1 O partido foi fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, tendo o PCB como sigla. Em agosto de 1961, o comitê central modifica os estatutos e a demonização passa a ser Partido Comunista Brasileiro. Em fevereiro de 1962, um grupo de dirigentes que havia sido expulso do partido, lança um manifesto e o programa de outro partido: Partido Comunista do Brasil, cuja sigla é PC do B. A partir de então, PCB e PC do B são siglas e partidos distintos.

é preciso lembrar que o PCB nasceu à margem da IC, tendo procurado o seu reconhecimento junto a ela através de uma delegação ao IV congresso do COMITERN, nos meses de novembro e dezembro de 1922, e que mesmo assim só foi aceito como membro efetivo de suas fileiras em princípios de 1924 (ZAIDAN FILHO, 1980, p. 121).

No entanto, ele mesmo reconhecerá que a partir do VI Congresso III Internacional Comunista, realizado em 1928, passa a haver uma influência decisiva da IC em relação não apenas ao PCB como aos demais partidos comunistas a ela filiados.

Quanto aos aspectos nacionais na elaboração teórica do partido, é de se reconhecer o esforço por parte de alguns intelectuais, como é o caso, por exemplo, de Octávio Brandão,² de aplicar algumas categorias do marxismo para a compreensão da realidade brasileira; por isso, não se pode simplesmente reduzir a relação entre o PCB e a III Internacional Comunistas à imposição de suas determinações. Mas é inegável que essas relações existiam. Não por acaso, quando da realização do congresso de fundação do partido, em março de 1922, o primeiro ponto de pauta a ser discutido são exatamente as 21 condições que a III IC havia estabelecido para os partidos comunistas que a ela se filiassem.³ Marcos Del Royo, num estudo a respeito das alianças políticas do PCB (1927 a 1935), diz:

entre 1927 e meados de 1929 vinha se formando no PCB um grupo dirigente, ao mesmo tempo, de modo relativamente autônomo, procurava-se formular teoricamente um projeto revolucionário centrado na classe operária, buscando compreender os mecanismos da crise de dominação oligárquica.

2 Otavio Brandão é autor de diversas obras, entre elas, pioneira na tentativa de aplicar as categorias do marxismo à realidade brasileira está *Agrarismo e Industrialismo: ensaios marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo* (1925) e *A guerra de classes no Brasil* (Buenos Aires, 1926).

3 Para maiores detalhes, ver: PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio histórico e políticos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979; e o depoimento de Cristiano Cordeiro in “Memória e História n. 2” São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

Essa relativa autonomia de elaboração da linha política em relação ao IC terminou no momento que se estabeleceu a ditadura stalinista na União Soviética em meados de 1929, estendida às seções da IC na mesma época em que aumentava o interesse pela América Latina e particularmente pelo Brasil (DEL ROYO, 1990, p. 15).

Paulo Sérgio Pinheiro, apoiado numa extensa bibliografia e documentos da III Internacional Comunista, ao mesmo tempo em que mostra como se dá o vínculo entre ambos, amplia as versões conhecidas, inserindo a análise em dois contextos distintos: o movimento comunista internacional e o sistema político nacional, mostrando que “apesar da influência da URSS havia durante toda a evolução do movimento comunista no Brasil inúmeros sinais da tentativa de levar em conta a realidade nacional” (PINHEIRO, 1987, introdução) e reconstitui o quadro em que essa articulação se dá: o papel do COMITERN; o contexto da guerra civil sobredeterminando a organização da Internacional Comunista e seu funcionamento, rastreando com muita propriedade os primeiros contatos da IC com os partidos comunistas latino-americanos e, com riqueza de detalhes, a fundação tanto da III Internacional Comunista quanto do PCB.

O que nos interessa destacar é que, em que pesem alguns esforços de elaboração teórica por parte de intelectuais comunistas e certa autonomia do PCB nesse sentido, a partir de 1928 e até 1935, as inflexões da IC na determinação da linha política do PCB serão decisivas. Como afirma Pinheiro, “após a realização desse congresso (VI) é possível compreender a escolha feita pelos comunistas (e pela IC) [...] que determinarão de alguma forma a sucessão de eventos até 1935, tanto no formato da ANL, como na insurreição armada” (1987, p. 12) e completa, “feito o curso da pesquisa, nos surpreendemos ainda, na comparação com outros partidos comunistas, como pesou a orientação do COMITERN nas principais e cruciais decisões do (PCB) entre 1928 e 1935” (1987, apresentação).

O VI Congresso da IC e o III Congresso do PCB

O VI Congresso na III Internacional Comunista foi realizado em Moscou de 17 de julho a 01 de setembro de 1928. O Brasil já havia sido aceito como seção da III IC em 1924. Envia uma delegação composta por Leôncio Basbaum, José Lago Molares e Paulo Lacerda, sendo este último eleito para o *presidium* do congresso como único representante da América Latina (que estava representada por delegados de 9 países, com um total de 16 membros).

A interpretação mais comum que se tem desse congresso é que ele inaugura uma linha ultraesquerdista e a Internacional Comunista passa a ter um maior controle dos partidos comunistas e a ela filiados. No entanto, uma leitura dessas teses mostra que essa radicalização só se dará após a ascensão de Stalin em 1928. “Assim, quando se pretende situar as linhas seguidas pelos comunistas brasileiros até 1935, seria errôneo supor que a radicalização decorre diretamente das discussões do VI Congresso da Internacional Comunista” (PINHEIRO, 1987, p. 17).

Nikolai Bukharin, um dos principais dirigentes da IC, faz uma intervenção cuja principal conclusão era de que a tática de colaboração com a burguesia, que até 1927 tinha sido a doutrina oficial, devia ser rejeitada. A nova tática era do enfrentamento com as burguesias e a radicalização dos partidos comunistas. Essa tese sai vitoriosa.

E será nesse congresso também que aparece, pela primeira vez, uma discussão específica sobre a América Latina que, na ótica da III IC, passa a ter uma grande importância no cenário internacional como “fonte de conflitos” e “novas guerras imperialistas” (referência aos Estados Unidos e Inglaterra). Surgem também as noções de países coloniais e semicoloniais. As teses que são definidas para os países “coloniais”, como era o caso do Brasil, vai ter o seu fundamento teórico na ideia de que o capitalismo havia atingido uma nova fase, na qual se adota uma

atitude hostil em relação a URSS. Essa nova fase é também chamada de “terceiro período” e inaugura uma nova fase da política externa da URSS. A formulação desses “períodos” corresponde ao desenvolvimento do movimento operário que seria determinado pelas distintas fases do desenvolvimento do capitalismo. O primeiro período tinha sido de crises agudas, abrangendo situações revolucionárias, que vão do período do pós-guerra até 1921 (e que correspondeu a ações diretas por parte da classe operária), o segundo período vai até 1928 e é caracterizado por ser um período de estabilização do capitalismo (iniciado com a derrota do proletariado alemão em 1923) e o terceiro período vai se caracterizar por uma grave crise do capitalismo, no qual a classe operária (e o partido que é sua vanguarda) teria um papel fundamental a desempenhar. Rediscute-se o papel da burguesia, e a nova interpretação é de que as burguesias desses países não passam de aliadas do imperialismo e, nesse sentido, reforçam-se as formas pré-capitalistas de exploração que impedem o desenvolvimento das forças produtivas.

O que há de se destacar neste congresso é a definição de uma nova estratégia da Internacional Comunista – com suas inflexões nos partidos comunistas filiados – e as intervenções do representante do PCB com informações completamente fantasiosas sobre a realidade brasileira e que vão, de certa forma, ampliar as perspectivas da IC em relação à revolução no Brasil. As informações vão desde a análise da situação nacional à crescente influência do partido comunista junto à classe operária brasileira.

No primeiro caso, as formulações da III Internacional serão a base para a análise da realidade brasileira e, no segundo caso, ou seja, das informações inexatas (ou análises equivocadas) talvez o aspecto mais importante refere-se às rebeliões tenentistas, porque elas vão ajudar a compor um quadro no qual tanto o PCB quanto a III Internacional Comunista ampliam as perspectivas insurrecionais em relação ao Brasil. No entanto,

revelou-se um equívoco. O que foram essas rebeliões tenentistas? Em primeiro lugar, é preciso ter em conta suas diferenças: a revolta do Forte de Copacabana em 1922 foi diferente da revolta de 1924 em São Paulo, como essas foram diferentes daquela de 1926.⁴ E se há algo em comum entre elas é o fato de não contar com base popular (embora se pronunciassem em nome do povo) e o seu aspecto marcadamente militarista – sendo a coluna Prestes seu maior feito e melhor expressão dessa afirmativa. São rebeliões importantes, não apenas pelas críticas às instituições republicanas (embora não visassem modificar a estrutura política da dominação estabelecida com a Proclamação da República) e aos próprios militares de patente superior, como pela “leitura” que tanto a III IC como o Partido Comunista irão fazer e que “com seus exageros se transformarão em peças imaginárias que irão ajudar a compor para a III Internacional Comunista a possibilidade de sucesso de uma insurreição armada no Brasil” (PINHEIRO, 1987, p. 423). Para a III IC, as revoltas tenentistas irão contar com o apoio não apenas da classe operária, como de setores da pequena burguesia urbana e até mesmo da burguesia industrial, o que não foi verdade sequer em relação a São Paulo, onde o movimento teve maior expressão (em julho de 1924, ocupa a cidade entre os dias 9 e 27). Outro acontecimento importante foi a Coluna Prestes, que percorre o país entre 1925 até início de 1927. Mesmo considerando o heroísmo e a bravura de seus componentes, dificilmente se poderá dizer que estes representavam “o povo em armas contra as estruturas dominantes”. No entender de Paulo Sérgio Pinheiro, “essas indicações sobre a alta qualificação que a IC tinha desses movimentos oferecem indicações para

4 Um dos melhores estudos a respeito do tenentismo e que mostra com clareza as diferenças entre os Levantes de 1922, 1924 e 1926 é: DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos jovens oficiais (1922-1935)*. São Paulo: Graal, 1986. Ver também: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1975. (Capítulo III).

entender o apoio de alguns dirigentes da IC a revolta militar de 1935”(PINHEIRO, 1987, p. 192).

Em julho de 1929, é realizado em Buenos Aires o I Congresso dos Partidos Comunistas Latino-Americanos no qual as teses do VI Congresso da IC são ratificadas e expressam a inequívoca obediência às diretrizes da IC, revelando uma total ausência de autonomia dos PCs latino-americanos.

O Partido Comunista realiza seu III Congresso em fins de 1928 e início de 1929 e ratifica as decisões do congresso latino-americano. A aplicação das novas diretrizes leva a analisar a realidade brasileira sob a ótica da IC e, nesse sentido, a revolução de outubro de 1930 será interpretada como sendo “uma mera luta entre os imperialismos inglês e americano” e, ao mesmo tempo, trouxe consequências em nível da organização interna, expressa naquilo que ficou sendo conhecido como a “proletarização do partido” ou a fase “obreirista” do partido que consistiu na promoção dos militantes de origem proletária e a rejeição dos intelectuais de origem “burguesa” ou “pequeno-burguesa” e, assim, alguns saem do partido, enquanto outros são expulsos, como são os casos, entre outros, de Astrogildo Pereira (um dos seus fundadores em março de 1922) e Leôncio Basbaum.

Data desse período, a aproximação da IC com Luís Carlos Prestes. Depois de percorrer mais de 25 mil quilômetros pelo Brasil numa coluna que recebera seu nome – e sem que tivesse sofrido qualquer derrota militar –, Prestes se exila na Bolívia no início de 1927, indo, em seguida, para Buenos Aires. Em maio de 1930, funda a Liga de Ação Revolucionária (LAR) tendo antes rejeitado a proposta de Vargas para ser um dos comandantes militares da Revolução de 1930. Por ocasião do lançamento da LAR, é lançado um manifesto que, segundo Pinheiro (1987, p. 500):

lido [...] da perspectiva da IC estaria a incorporação da estratégia, da tática da insurreição popular, das palavras de ordens recomendadas pelo menos desde o VI congresso. As propostas repetem, às vezes quase literalmente, as análises

e as propostas da IC quanto ao imperialismo, o governo a ser constituído e as palavras de ordens, o que vai demonstrar a familiaridade de Prestes com os textos da IC.

A Liga tem vida efêmera e não consegue as adesões esperadas. A própria direção do partido comunista a critica duramente. Em seguida, Prestes vai para URSS onde fica até abril de 1935, quando retorna clandestinamente ao Brasil com passaporte português, já como membro do COMITERN e do Partido Comunista do Brasil (foi aceito em agosto de 1934 por imposição da IC) a fim de preparar a Insurreição, juntamente com alguns assessores da IC.

O PCB: 1930-1935

Já foram publicados no Brasil muitos livros sobre o PCB e sua trajetória entre 1922, data de sua fundação no país, e novembro de 1935, quando ocorrem sublevações em alguns quartéis do Exército (Natal, Recife e Rio de Janeiro). Há uma grande diversidade de análises. De teses acadêmicas, como *Os revolucionários de 35* de Marly Vianna, *Estratégias da ilusão* de Paulo Sérgio Pinheiro, a livros resultados de pesquisas em arquivos no Brasil e exterior, como *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935* de William Waak e *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935* de R. S. Rose e Gordon D. Scott, além de memórias de militantes

do PCB na época.⁵ Para os objetivos deste trabalho, destacaria apenas alguns aspectos:

1. O período que vai de 1930 até julho de 1934, quando ocorre a primeira conferência nacional do partido comunista do Brasil, pode ser considerada como os anos de radicalismo obreirista e do ultraesquerdismo iniciados com o VI congresso. É o auge do sectarismo: os intelectuais são afastados, não existindo na direção do partido nenhum dos seus fundadores. Há também um rigoroso combate ao prestismo “e suas influências pequeno-burguesas”.

2. É um período que vai se caracterizar por constantes mudanças na direção do partido, nada menos do que 08 secretários-gerais em quatro anos (na primeira conferência, em julho de 1934, é eleito Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda” que em 1932 tivera sua inscrição rejeitada no partido por se tratar de alguém ligado a Prestes (havia pertencido a Liga de Ação Revolucionária).

3. Em agosto de 1934, Prestes, já membro do COMITERN, é aceito pelo PCB, por imposição dos dirigentes da III IC.

4. Com a aceitação de Prestes e Antônio Maciel Bonfim, há uma entrada significativa de militares no partido, assumindo posições de destaque na hierarquia interna.

5 Além dos citados, podemos destacar os livros: PACHECO, Eliezer. *O partido comunista brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984; VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas - 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982; SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981; DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio e Janeiro: Nova Fronteira, 1979; FERREIRA, Heitor. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1987; CARONE, Edgar. *O PCB: 1922 a 1943*. São Paulo: Difel, 1982; DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas*. Rio de Janeiro: Novos Rumos, 1983; VIANNA, Marli. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Isso vai significar uma mudança substancial na composição social do partido. E, para Leôncio Martins Rodrigues, essas modificações vão ser o fator determinante na opção pela via insurrecional e das características de “quartelada” que o Levante de novembro de 1935 iria adquirir, refletindo a influência tenentista “resultante da entrada da jovem oficialidade no interior de um partido comunista inexperiente” e complementa:

na hipótese de que o PC brasileiro fosse um partido com predominância de trabalhadores fabris, pensamos que uma eventual radicalização de sua prática política não estaria excluída. Porém, nesse caso, mais provavelmente, ela deveria levar a ocupação de fábricas, destruição de máquinas, greves etc., mas não a quartelada (RODRIGUES, 1981, p. 370).

No entanto, como mostra Paulo Sérgio Pinheiro, “a perspectiva insurrecional antecede não apenas a entrada dos militares no partido, como correspondia a antigas tendência no âmbito da III internacional comunista” (PINHEIRO, 1987, p. 637-638).

5. No ano de 1934, estava marcada a realização em Moscou do VII congresso da Internacional Comunista, mas não pôde ser realizado, tendo sido adiado para agosto de 1935. Mas como os representantes da América Latina já estavam a caminho, aproveitou-se a presença deles em Moscou e, no mês de outubro, foi realizada a III conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos e do Caribe. Esta Conferência foi importante pois há versões de que foi nela em que se decidiu a respeito da Insurreição no Brasil. É o caso de Foster Dulles: “os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões a que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do COMITERN (Terceira Internacional)” (DULLES, 1985, p. 13). Eudocio Ravines, na época dirigente do partido comunista do Peru e presente à reunião, num livro de memórias, detalha a sua participação. Segundo ele, estavam presentes membros dos partidos comunistas da Argentina, México, Uruguai, Peru, Chile e Brasil – representado por Luís Carlos Prestes, que já

residia em Moscou há alguns anos – e Antônio Maciel Bonfim, além de dirigentes da Internacional (entre outros, Guralski, Motilev, Dimitrov e Manuisky). Quando foram discutidas as estratégias que os partidos comunistas latino-americanos deveriam adotar dentro do novo contexto internacional (crescimento do nazifascismo), as discussões se acirraram e surgiram, duas posições polarizadas: uma de Manuiski, que defendia a insurreição armada, e outra de George Dimitrov, dirigente do PC Búlgaro, que defendia a constituição de frentes populares. Com a divergência de posições, resolvem fazer um acordo, levando em conta os informes dos representantes dos partidos e ficou decidido que, para o Chile, a estratégia mais adequada era a constituição de frentes populares, enquanto que, no Brasil, era a insurreição armada (RAVINES, 1951, p. 145-146). Leôncio Martins Rodrigues, ao analisar esta questão, diz:

aparentemente na transição da tática do III período para o de frentes populares, a alta cúpula da internacional comunista estava dividida e cedeu diante das opiniões dos partidos de um continente sobre o qual tinha poucas informações. Assim optou pela tática de frentes populares no Chile e levante armado no Brasil, em função das posições assumidas pelos partidos latino-americanos (RODRIGUES, 1981, p. 370).

Para Marcos Del Royo,

a definição pela linha insurrecional associada à política de frentes populares, foi apresentada provavelmente em reunião do comitê “antimil” da Internacional Comunista com parte da delegação brasileira, prevalecendo a hipótese de que a insurreição se daria no primeiro semestre de 1936 (DEL ROYO, 1990, p. 274).

No entanto, mesmo considerando a importância dessa reunião, não se pode simplesmente reduzir a insurreição de 1935 a uma decisão da cúpula da III Internacional Comunista. Prestes, ao se referir a esta questão, diz:

A versão oficial é de que o levante de 35 foi preparado no VII Congresso da IC, o que não é verdade. Não houve nenhuma

orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso partido e do secretário-geral, Miranda, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo (MORAES; VIANA, 1982, p. 59).

Embora houvesse inegavelmente uma preparação para Levantes em unidades militares e certamente com o conhecimento da Internacional (que inclusive envia alguns assessores), Prestes tem razão em atribuir a responsabilidade ao Partido Comunista do Brasil e o caso da Insurreição do 21º BC em Natal, que desencadeará os Levantes de Recife e Rio de Janeiro em novembro de 1935, ilustra isso: foi como procuraremos demonstrar, de responsabilidade da direção do PCB em Natal, levando em conta particularidades locais.

6. No início de 1935, o partido comunista discute a formação de uma ampla aliança pela libertação nacional, incluindo operários, camponeses, a pequena burguesia e setores da burguesia nacional que estivessem dispostas a apoiar a luta anti-imperialista. É uma modificação importante, na medida em que até então o partido se caracterizava pelo sectarismo e, conseqüentemente, pelo isolamento.

Em fevereiro de 1935, é lançado um manifesto, programa do que ficou denominado Aliança Nacional Libertadora. Em março, o estatuto é aprovado e eleita uma direção nacional provisória. O lançamento público da ANL foi em 30 de março, no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, sendo Luís Carlos Prestes (então exilado em Moscou) escolhido seu presidente de Honra.

A formação, o crescimento e a ilegalidade da ANL, em julho de 1935, são aspectos importantes para compreender a Insurreição de 1935. Em primeiro lugar, se é possível afirmar que ela surge influenciada pelo PCB, não se pode reduzir a ele. Como diz Wilson Montagna (MONTAGNA, 1988, apresentação):

A ANL não se constitui numa criação do PCB com a finalidade de arregimentar massas e facção militar descontente para promover uma insurreição teoricamente comandada pela

internacional comunista e sim como uma frente única criada por personalidades de expressão social, tanto civis como militares e que abrigava várias organizações políticas da oposição, incluindo o PCB (MONTAGNA, 1988, apresentação).

A ANL tem um grande crescimento no país. Seu presidente, Hercolino Cascardo, era capitão da Marinha e havia sido Interventor no Rio Grande do Norte no período de julho de 1931 a julho de 1932. Embora a organização da ANL em núcleos pelo Brasil tenha se diferenciado por região (no Rio Grande do Norte, por exemplo, atacava duramente as oligarquias estaduais, enquanto no Rio de Janeiro dava-se ênfase as liberdades civis e em São Paulo, a maior atuação na área sindical) é possível afirmar, pelos dados disponíveis, que congregava basicamente as camadas médias urbanas.

Seu programa propunha uma luta antifascista, anti-imperialista e antilatifundiária, frisando que as medidas devem se manter dentro dos limites do modo de produção capitalista “[...] o governo nacional popular revolucionário não significa a liquidação da propriedade privada dos meios de produção, nem tomará as fábricas, ou seja, não propõe a liquidação da propriedade privada dos meios de produção, mas de liquidar o feudalismo e a escravidão” e apresenta 5 pontos básicos: a nacionalização das empresas estrangeiras; a anulação de todos os débitos às nações imperialistas; liberdades públicas; distribuição das propriedades feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário e finalmente o direito ao governo popular.

Quanto ao partido comunista, Montagna vai argumentar que a partir da adesão de Prestes e da reunião do *Plenun* do Comitê Central do PCB na segunda quinzena de maio de 1934, a cúpula do partido, com Prestes à frente, iniciam um “tour de force” para impulsionar a ANL em direção à radicalização e à luta armada (MONTAGNA, 1988, p. 107):

Com a entrada de Prestes no PCB, mudando sua atuação, passa, junto com sua cúpula e os assessores enviados pela IC, a tramar as ocultas da ANL e das próprias bases do PCB, uma insurreição visando derrubar o governo Vargas, que não constava nos desígnios da Frente Única.

Realmente, a leitura dos documentos da ANL mostra claramente que não se colocava a luta armada como perspectiva. Quando é divulgado o manifesto em que Prestes anuncia publicamente sua adesão à ANL (05 de julho de 1935 – não por acaso na data comemorativa da primeira revolta tenentista de 1922), ao mesmo tempo em que dará a Getúlio Vargas o pretexto para usar a nova lei de Segurança Nacional (Decreto nº 299 de 04 de abril de 1935), colocando-a na ilegalidade, evidencia um aspecto que não estava presente nos documentos anteriores da ANL: a perspectiva insurrecional. A ANL é apresentada como continuação direta do tenentismo dos anos 1920, “soam os canhões de 1922” diz o manifesto no seu início e termina conclamando a revolta armada com palavras de ordens como “todo poder a ANL”. A ANL cresceu rapidamente, em apenas três meses já tinha cerca de 100 mil filiados em todo o país e a perspectiva da constituição de uma frente ampla vai se incompatibilizar com os propósitos insurrecionais do Prestes e da cúpula do PCB. Para Montagna, “este manifesto foi gestado e assinado com o intuito e fechar a ANL, porque este Frente Única estava atrapalhando os desígnios da cúpula do PCB e de Prestes [...] em virtude da ampla aceitação pelas massas urbanas da sua política nacionalista de alianças de classes e reformas sociais e políticas” (MONTAGNA, 1985, p. 110).

Para Eliezer Pacheco

A partir de seu fechamento, acentua-se a radicalização de posições da ANL que, com o aumento da pressão do governo, vai aos poucos perdendo o apoio de amplos setores da classe média e da burguesia. Cada vez mais ela vai se restringindo aos militantes do PCB e seus aliados. Prestes, no entanto, acreditava na possibilidade de deflagrar o movimento e levá-la à vitória,

baseado principalmente em informes baluartistas enviados por dirigentes regionais do Partido (PACHECO, 1984, p. 166).

Quando Prestes retorna clandestinamente ao Brasil em 1935, a fim de preparar o Levante, os indicativos de que se trata de uma Insurreição com caráter eminentemente militar, ficam expressos nos contatos com seus velhos companheiros militares (entre outros, Silo Meireles, Agildo Barata, Otacilio Alves, Trifino Correia, Agliberto Vieira de Azevedo e Sócrates Gonçalves da Silva) com quem irá contar e que terão um papel fundamental na preparação da Insurreição Militar de 1935 (é preciso destacar que, desde o início, os tenentes que articulam as rebeliões e dela participam são minoritários entre os próprios tenentes e houve pelo menos três grupos distintos: parte participa do movimento de outubro de 1930 e se integra ao aparelho do Estado assumindo diversas Interventorias, outra parte adere ao integralismo (em escala bem menor) e sua ala mais radical, minoritária, adere ao partido comunista, em especial com a entrada de Prestes no partido em agosto de 1934).

O VII Congresso da III IC

O acontecimento mais importante no âmbito da III IC, no período de 1930 a 1935, foi a realização do VII congresso, entre os dias 25 de julho a 20 de agosto de 1935, em Moscou. Este congresso contará com a participação de delegações de todos os partidos comunistas e ela filiados (como seções da IC). Resumidamente, pode-se dizer que a sua realização foi consequência da nova conjuntura internacional, com a ascensão e consolidação do nazifascismo.

No dia 2 de agosto, George Dimitrov faz um longo discurso em que defende a constituição de frentes populares, estratégia mais adequada naquele momento histórico e na qual os partidos comunistas teriam um papel fundamental a desempenhar, articulando a mais ampla frente de combate ao nazifascismo. A ANL é citada como exemplo a ser seguido

(esta referência será usada posteriormente – e repetida com insistência – pelos militares brasileiros para mostrar os vínculos da Internacional Comunista com a ANL, tida como extensão do partido comunista).

Vitoriosa esta tese, a estratégia que havia sido definida no VI congresso, inaugurando o chamado “terceiro período”, devia ser abandonada. Tratava-se agora de priorizar a luta contra o nazifascismo e constituir frentes únicas anti-imperialistas e criar governos de caráter nacional, popular e revolucionário, tal como havia sido formulado pela ANL no Brasil.

No entanto, pouco depois, no início de 1935, Luís Carlos Prestes e alguns assessores da Internacional Comunista, entre eles Olga Benário, Harry Berger (Arthur Ernest Ewert) e sua esposa Sabo,⁶ o argentino Rodolfo Ghioldi, dois soviéticos disfarçados de belga Leon Jules Vallée (na realidade, Pavel Stuchevski) e a esposa Alphonsine (Sofia Semionova Stuchevskaya) e o norte-americano, Victor Allen Barron e as respectivas esposas, chegam clandestinamente ao Brasil

6 Sobre Harry Berger, há uma excelente reconstituição de sua permanência no Brasil feita por José Joffily, resultado da leitura de extensa bibliografia e pesquisa em jornais, revistas arquivos, bibliotecas e outras instituições. Ver: JOFFILY, José. *Harry Berger*. Curitiba: Paz e Terra/Universidade Federal do Paraná, 1987.

a fim de preparar uma Insurreição armada.⁷ Assim, como compatibilizar a ideia de uma frente ampla, como foi o caso da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, com a Insurreição armada? Se a ANL é citada como modelo a ser seguido, como explicar a preparação de um Levantearmado? A constituição de governos populares era incompatível com a tática insurrecional? Para Paulo Sérgio Pinheiro não havia qualquer incompatibilidade, isso era perfeitamente compreensível, uma vez que a perspectiva insurrecional correspondia à antiga tendência no âmbito da IC e “não é por acaso que um das pedras angulares do programa inicial da III internacional era representada pelo reconhecimento de que a insurreição armada representava a única estrada a percorrer para a vitória da revolução proletária” (PINHEIRO, 1987, p. 637-638). Nesse sentido, a Rebelião de 1935 tem suas raízes num modelo mais longínquo e decorre

7 Em 2010, foi publicado no Brasil o livro *Johnny, a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. É a biografia de Johann Heinrich Amadeus de Graaf, conhecido como Johnny, que veio para o Brasil em 1935 junto com outros integrantes da IC “um seletor grupo formado por Prestes, Ewert, Johnny, o chefe do partido comunista argentino Rodolfo José Guioldi, outros dois argentinos, um italiano, um americano, cinco membros do partido brasileiro – entre eles o chefe do comitê revolucionário do Rio de Janeiro – e Pavel Vladimirovich Stuchevski viajaria para o Rio de Janeiro”(p. 259). A vir para o Brasil, Johnny já estava a serviço do serviço secreto britânico, infiltrado na IC e informa todos os passos do PCB no país e a preparação do levante. [...] transmitia as informações a Alfred Hutt, (superintendente assistente-geral da Ligth e o segundo principal agente do SIS - o primeiro era o embaixador britânico Hugh Gurney). Este as repassava ao embaixador inglês Gurney, que codificava o material e telegrafava para Londres. A comunidade de inteligência britânica selecionava, então, as informações e as entregava ao Ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, no Itamaraty, o Ministério das Relações do Brasil. Por sua vez, o Itamaraty informava a Vargas e Felinto Muller, chefe da Polícia Civil e diretor da DESPS (Delegacia Especial de Segurança Política e Social) (p. 270). Mesmo assim, com todas as informações, o levante do 21º BC de Natal, pegou de surpresa não só a cúpula do partido, como o governo e seus espiões, incluindo o alemão agente duplo Johnny.

diretamente da tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, “como protótipos para futuras revoluções” e entre os fatores que ajudam a compor um quadro na qual a perspectiva insurrecional encontra justificativa estão as análises que se farão sobre os exércitos na América Latina. No caso do Brasil das interpretações das rebeliões tenentistas – e da coluna Prestes – “e a visão militarizada da insurreição nos países coloniais e semicoloniais [...] que contribuirão, na ótica da internacional comunista, para a possibilidade de sucesso de uma insurreição armada no Brasil” (PINHEIRO, 1987, p. 423).

Essas considerações têm o mérito de ampliar o quadro de análise em que se insere a possibilidade da uma Insurreição armada, em vez de compreendê-la simplesmente como resultado de informações fantasiosas, inexatas e triunfalistas de Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”.

João Quartin de Moraes, analisando esta questão, afirma que “a efervescência política dos quartéis constitui um dado objetivo da situação nacional. Este dado exerceu, não somente em Miranda, mas certamente também em Prestes, muito maior influência do que a mão de Moscou na decisão desencadeadora *manu militari* da revolução proletária” (MORAES, 1994, p. 158). O argumento central de Quartin é no sentido de negar qualquer orientação de Moscou para o desencadear dos Levantes. William Waak, ao descrever longamente às inflexões da internacional sobre o PCB, baseado em pesquisas realizadas em arquivos de Moscou, diz a esse respeito “o tema central desse enredo seria repetido por Prestes até o final de sua vida: a responsabilidade cabia apenas ao partido comunista brasileiro, que havia

enganado em Moscou os contemplativos e bem intencionados camaradas soviéticos” (WAAK, 1994, p. 338).⁸

Embora certamente os “camaradas soviéticos” não tenham autorizado os Levantes (pelo menos da forma como se deram em Natal, Recife e Rio de Janeiro), parece inegável que sabiam de sua preparação.

O que procuraremos demonstrar nos capítulos que se seguem é precisamente, tendo como “pano de fundo” esse quadro mais geral, a especificidade do Levante em Natal, como resultado da conjugação de alguns fatores. Iniciaremos fazendo uma breve retrospectiva da história política do Rio Grande do Norte.

8 A respeito do livro *Os camaradas*, de William Waak, há uma crítica de João Quartin de Moraes em relação às alusões do autor quanto inflexões da III Internacional Comunista sobre o PCB e mais especificamente quanto aos Levantes militares em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Ver o artigo de João Quartin de Moraes (*Os camaradas*), publicado na Revista de Sociologia e Política da UFPR (1994, n. 2, p. 141-143).

A Conjuntura Política do Rio Grande do Norte: 1930-1935

As forças políticas em jogo: a Interventoria de Mário Câmara e a reação oligárquica: 1933-1935

Para se compreender a Insurreição Comunista de 1935 em Natal, torna-se necessário ampliar o marco histórico, retrocedendo ao início dos anos 1930 no Rio Grande do Norte, especialmente a partir de 1933, quando Mário Câmara é nomeado Interventor pelo presidente Getúlio Vargas.

O período compreendido entre os acontecimentos de outubro de 1930 até 1933 vai ilustrar as dificuldades da consolidação de novas forças políticas. A revolução de 1930 vai significar, entre outras coisas, a derrota das oligarquias que haviam dominado a política brasileira durante os últimos 40 anos. No entanto, mesmo tendo sido alterada a correlação de forças em nível federal, em muitos estados as oligarquias ainda tinham poder e em especial com a Constituição de 1934, que estabeleceu que a eleição do presidente da República seria feita pelos Constituintes (ou seja, pelos eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte) e, assim, Getúlio Vargas, para se manter no poder, vai se aproximar das oligarquias que havia derrotado em 1930.

No Rio Grande do Norte, o período de 1930 a 1933 é caracterizado por um alto índice de “turbulências” políticas,

registrando-se uma grande rotatividade de Interventorias.⁹ O estado tem a maior rotatividade no país, bastante tumultuadas e de pouca duração. Em 3 de outubro de 1930, quando eclode a revolução, o governador era Juvenal Lamartine, eleito em 1928, representante das oligarquias que há muito detinha o poder político e econômico. Sua base de sustentação estava localizada na região do Seridó, maior produtora de algodão, principal produto da economia regional. Lamartine governou com *mão de ferro*, reprimindo duramente qualquer oposição e a incipiente organização dos trabalhadores. 1930 encontrará o estado com os sindicatos operários fechados e praticamente sem oposição organizada. João Café Filho, um advogado que se notabilizou na década de 1920 por organizar diversos sindicatos e se colocar frontalmente contra as oligarquias, estava com seu jornal proibido de circular e ele mesmo proibido de entrar no estado, exilado na Paraíba.¹⁰ Ele havia fundado um jornal (*Jornal do Norte*) e foi candidato a vereador em 1923, mas não foi eleito. Segundo suas palavras,

9 Para maiores detalhes a respeito das Interventorias tenentistas no Rio Grande do Norte, consultar: MARIZ, Marlene. *A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982; e LINDOZO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930-1935*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

10 João Café Filho nasceu em Natal no dia 3 de fevereiro de 1899. Fez seus estudos secundários no Colégio Estadual do Atheneu Norte-riograndense. Formou-se em Direito e, com a criação de seu próprio jornal, passou a ser um atuante jornalista político. Foi Deputado Federal em várias legislaturas. Eleito vice-presidente da República em 1950, assume, com o suicídio de Getúlio Vargas a Presidência da República, em 25 de agosto de 1954, tendo seu mandato sido interrompido em novembro de 1955. Depois disso, ainda foi Ministro do Tribunal de Contas do então Estado da Guanabara. Faleceu em 11 de fevereiro de 1970. Sobre Café Filho, consultar sua autobiografia *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.

para impedir nosso acesso à Câmara Municipal, a oligarquia que dominava o Rio Grande do Norte, numa ostensiva demonstração de seu poderio, mandou reforçar a votação de dois dos nossos companheiros [...] era tempo do eleitorado controlado. Em Natal ainda havia alguma cerimônia, no que se refere à presença do eleitor [...] no interior, na maioria dos casos, não havia escolha. Os funcionários do governo entregavam ao eleitor as cédulas dos candidatos que interessava ao governo eleger. Quando entregavam, quando permitiam votar. Como regra geral, computavam-se votos a *bico de pena*, arbitrariamente, nas atas eleitorais, para efeito de apuração, sem ter havido votação (CAFÉ FILHO, 1966, p. 43-44).

Café Filho foi eleito vereador em 1928 e, segundo Lindozo, o governo queimou as atas, procedendo a novas eleições a *bico de pena*. Nesse mesmo ano, o sindicato e o jornal foram invadidos e destruídos pela polícia do governador Juvenal Lamartine, e Café Filho foi obrigado a fugir do estado, indo conspirar com os políticos e militares da Aliança Liberal na Paraíba (LINDOZO, 2010, p. 58). Em suas memórias (*Do sindicato ao Catete*), Café Filho relata seu engajamento na Aliança Libertadora. Em 1928, pensou inclusive em reunir-se à Coluna Prestes (que passou pelo estado) “não tendo podido reunir-me à Coluna Prestes, fazia agora, a campanha da Aliança Libertadora, cujas caravanas percorriam o Norte em propaganda política” (CAFÉ FILHO, op. cit., p. 52). Torna-se, como ele diz “um exaltado orador de comícios” (op. cit., p. 58).

No dia 3 de outubro, eclode a revolução. Café Filho veio para o estado no dia 2, conduzindo uma carga de dinamite, “precedendo as forças revolucionárias, e para aguardá-las em território do meu estado”. Mas, segundo ele, “as forças revolucionárias demoraram a chegar. O contingente que deveria vir da Paraíba, foi deslocado, à última hora, para Recife, a fim de ajudar a posição de luta dos companheiros pernambucanos, que sofriam a resistência das tropas legalistas” (CAFÉ FILHO, op. cit., p. 63). E só dois dias depois, no dia 5 de outubro de 1930, “as forças do Exército, que vinham do interior da Paraíba,

chegam a Natal sem resistência. Não havia mais governo no Rio Grande do Norte. Ocuparam pacificamente a Capital, juntando-se ao contingente civil de quarenta e quatro homens, que eu comandava” (CAFÉ FILHO, op. cit., p. 63). Constituiu-se uma junta militar (Junta Governativa Militar) que ficou esperando a chegada de Juarez Távora a Natal. Café Filho é nomeado chefe de Polícia e manda soltar os presos políticos. Juarez chegou a Natal no dia 12 de outubro e, em reunião com a junta, indica o paraibano Irineu Jofily para exercer interinamente o cargo de presidente provisório do estado (as Interventorias foram criadas posteriormente). A posse se dá no mesmo dia. E tem efêmera duração: até o dia 27 de novembro (pouco mais de um mês). E a partir daí, até 2 de agosto de 1933 quando Vargas indica Mário Câmara, se registra uma grande rotatividade de Interventores, expressão das dificuldades de se governar o estado: a primeira Interventoria tenentista é a de Aluísio Moura – que fica de 28 de novembro de 1930 a 2 de julho de 1931; em seguida, é nomeado Herculino Cascardo, capitão da Marinha que é Interventor até 10 de julho de 1932. É substituído pelo tenente Bertino Dutra que assume no dia 11 de julho de 1932 e governa até 01 de agosto de 1933.

No dia 2 de agosto de 1933, Mário Câmara é nomeado Interventor. É o primeiro civil a assumir a Interventoria e seu governo enfrentará sucessivas crises, por se incompatibilizar com as oligarquias que, se se o aceitam inicialmente, por se tratar de um integrante de uma família tradicional do estado, passam depois a fazer-lhe dura oposição. Quando foi nomeado Interventor, Mário Câmara morava no Rio de Janeiro e era chefe de gabinete do presidente da República. Os conflitos duraram até a posse de Rafael Fernandes, do Partido Popular, em 29 de outubro de 1935, e vai significar o retorno ao poder das oligarquias que durante toda a primeira República teve o controle absoluto do poder local (o Rio Grande do Norte foi o último estado a dar posse ao governador, eleito pela Assembleia Legislativa).

O marco inicial dessa crise será a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. A convocação das eleições para a Constituinte Nacional, a 3 de maio de 1933, e sua consequente instalação, em novembro do mesmo ano, vai criar no país um certo clima de “volta à normalidade”, após os acontecimentos de 1932 em São Paulo, que deu o impulso decisivo para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Com isso, os estados também teriam de convocar suas respectivas assembleias para elaborar suas respectivas Constituições.

No Rio Grande do Norte, a convocação das eleições para a Assembleia Constituinte reorganiza os partidos políticos. As oligarquias que haviam sido derrotadas em 1930, e que reagem às Interventorias tenentistas, organizam um partido (partido popular) a fim de disputar as quatro vagas que o estado tinha direito. Era, fundamentalmente, a estrutura do velho partido Republicano que havia dominado o estado durante toda a Primeira República (1889-1930).

Na edição de 11 de fevereiro de 1933, o jornal *A Razão* (fundado no dia 16 de janeiro de 1933 e dirigido por Dinarte Mariz, liderança política da região do Seridó) anunciava a organização de um partido político, cuja assembleia de fundação seria realizada no dia 12 de março de 1933. Nesta data, o jornal anunciará em Editorial que “ali se reuniram os elementos sadios que vinham do regime que a revolução destruiu”. Eram basicamente os representantes da elite socioeconômica do estado, vinculados principalmente aos setores da agroexportação do sal e do algodão.

O Interventor era o Capitão Bertino Dutra, Comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Natal que decide também organizar um partido a fim de concorrer às eleições. Contando com a participação ativa de seu chefe de Polícia, João Café Filho, é fundado, em 04 de abril de 1933, o partido social nacionalista do Rio Grande do Norte. No ato de fundação, Café Filho traz algumas das lideranças do movimento

sindical, tentando dar um “caráter mais popular” ao partido, em contraste com o partido popular cujo ato de fundação e a composição de sua direção, constava basicamente dos velhos oligarcas do estado.

Organizados os partidos, foi iniciada a campanha eleitoral. Caravanas de ambos os partidos se deslocam para o interior do estado, onde realizam comícios. Já no início da campanha, os jornais *A Razão* e *O Jornal* ligados, respectivamente, ao partido popular e ao partido social nacionalista passam a ocupar as suas páginas com denúncias de violências cometidas pelos adversários e que será o prenúncio de um agitadíssimo clima que vai caracterizar toda a campanha eleitoral.

As eleições são realizadas na data prevista (temia-se que, com as frequentes denúncias de ambos os lados, as eleições fossem adiadas ou não realizadas). Votam cerca de 17 mil eleitores. O resultado vai dar a vitória ao partido popular, que elege três dos quatro representantes do estado (o Partido Social Nacionalista elege João Café Filho) e vai significar a derrota do Governo Federal, que apoiava o PSN, mostrando também a força da estrutura de dominação oligárquica, ou seja, que a antiga estrutura coronelística não havia sofrido alterações substanciais após a revolução de 1930.

A nomeação de Mário Câmara, para substituir Bertino Dutra (derrotado nas eleições) e após um conturbado período de Interventorias, fazia parte da estratégia de aproximação do presidente da República, Getúlio Vargas, com as oligarquias estaduais (a Constituição de 1934 havia aprovado a lei segundo a qual as eleições presidenciais (relativas ao período de 1934 a 1938) seriam indiretas, ou seja, o presidente seria eleito pelo Congresso Nacional, e os governadores, pelas respectivas Assembleias Legislativas).

Mário Câmara era filho de uma tradicional família do estado. Seu pai, Augusto Leopoldo Raposo Câmara, havia sido

Governador e Deputado Federal na República Velha. Nascido em Natal, em 3 de setembro de 1891, formou-se em Direito na Faculdade de Recife em 1911. Funcionário Público Federal, foi delegado fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Norte em 1923/24, indo depois morar no Rio de Janeiro, capital do país, onde foi oficial de gabinete de vários Ministros da Fazenda. Por ocasião de sua nomeação para a Interventoria do Rio Grande do Norte, era amigo do presidente Getúlio Vargas e ocupava o cargo de Oficial de Gabinete da presidência da República. Mesmo residindo no Rio de Janeiro, havia concorrido às eleições para a Constituinte, para uma vaga na Câmara Federal pelo Partido Social Nacionalista, não conseguindo eleger-se.

Ao indicar Mário Câmara, Vargas tinha um objetivo: aproximar-se do grupo liderado por José Augusto de Medeiros articuladas no Partido Popular.¹¹

De início, por se tratar de um membro de uma família tradicional do estado e sem antecedentes de rixas políticas, o Partido Popular foi-lhe simpático, expresso em diversos editoriais do seu jornal *A Razão*. A própria bancada federal do Partido Popular lhe telegrafava, solidarizando-se com seu governo.

Pouco depois, num gesto que aumentou as simpatias do Partido Popular, o Interventor afasta Café Filho da chefia de polícia. “Caíndo Bertino Dutra, voltei logo a cumprir minha vocação: passei para as forças oposicionistas” (CAFÉ FILHO, op. cit., p. 77). Afastado do cargo, ele iniciou uma campanha contra o Interventor, procurando agora vinculá-lo às oligarquias.

11 José Augusto de Medeiros nasceu em Caicó, no dia 22 de setembro de 1884, e foi um dos mais influentes políticos do estado. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, em 1905; foi Juiz de Direito, Deputado por várias vezes, Senador e Governador do Rio Grande do Norte durante a Primeira República. Foi fundador e presidente do partido popular em 1933, sendo eleito Deputado Federal em 1934. Para maiores detalhes sobre sua vida, consultar: PEREIRA, Nilo. *José Augusto B. de Medeiros, um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

“Mário Câmara governou, sempre, contra nós. Na proximidade das eleições compõe-se com as forças da oposição, que eu representava, ao se candidatar ao cargo de governador. A sua candidatura foi, mais tarde, afastada, em favor do nome do Desembargador Elviro Carrilho” (CAFÉ FILHO, op. cit., p. 81).

Mário Câmara procura dar consistência a sua aproximação com o Partido Popular elaborando um programa administrativo voltado para as grandes questões econômicas que envolviam o desenvolvimento do estado. Spinelli, num excelente trabalho de reconstituição histórica, detalha o programa, tanto em nível econômico como administrativo (LINDOZO, 1989).

Com as medidas tomadas pelo Interventor, de pleno agrado das oligarquias e expresso pelos simpáticos editoriais do seu jornal, tudo parecia caminhar no “melhor dos mundos”: Café Filho fora afastado da chefia de polícia – e do próprio estado – e o seu jornal era constantemente submetido à censura e não era rara a prisão de “cafeístas” sob os mais diversos pretextos. O clima era de franco entendimento entre a Interventoria e o Partido Popular.

No dia 12 de janeiro de 1934, realiza-se uma assembleia deliberativa do Partido Popular com o objetivo de se constituir a primeira Comissão Executiva para um período de três anos. Foi eleito, como Presidente de Honra, José Augusto de Medeiros. No seu discurso, ele faz duras críticas ao Interventor. Uma das razões das críticas era o fato de que o Partido Popular em algumas audiências com o Interventor, solicitou a substituição de vários prefeitos do interior (nomeados por Mário Câmara) e tais solicitações ainda não tinham sido atendidas (em audiência com o presidente Getúlio Vargas, os Deputados Federais do Partido Popular aludem a esse fato, solicitando ao presidente que intercedesse junto ao Interventor).

No dia 30 de janeiro de 1934, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos ligados à administração do

estado e na volta é procurado por Dinarte Mariz e João Câmara, ambos da direção do Partido Popular, para negociar uma aproximação com José Augusto. A conversa gira em torno de um acordo no qual o Partido Popular se comprometeria a dar todo o apoio ao Interventor em troca de cargos na administração local. Mário Câmara fica de estudar a proposta. Voltam a se reunir novamente e o Interventor lança uma contraproposta, que é a formação de um novo partido – que daria sustentação política ao governo – e assim se abriria um amplo espaço para troca de cargos. Esse partido se denominaria “Partido Liberal” o que significava na prática a dissolução do Partido Popular. A reunião é encerrada com os membros do Partido Popular se comprometendo a reunirem-se com a direção regional a fim de se estudar a proposta.

Realizada a reunião, o Partido Popular decide não aceitar a proposta do Interventor (o Jornal *A Razão* em sucessivas edições de 26 de maio a 11 de junho publica 12 editoriais em que o Partido Popular esclarecia as conversações em torno de um entendimento). No essencial, o que ambos propunham era a subordinação de um grupo por outro. Esse acordo visava também às eleições de outubro de 1934 para Deputados Estadual e Federal.

O acordo se inviabiliza e conforme um jornalista da época “dessa forma encerram-se a tentativa de conciliação das forças políticas locais para se iniciar uma das mais ferrenhas campanhas políticas gravadas na memória potiguar” (BARBOSA, 1938, p. 31) e que vai gerar uma crise que se prolongará até outubro de 1935, quando toma posse Rafael Fernandes, do Partido Popular.

A frustrada tentativa de acordo entre o Interventor e o Partido Popular extrapola os limites do estado. Juarez Távora, uma das principais lideranças tenentistas no Nordeste, tenta uma proposta de acordo, escrevendo pessoalmente ao Interventor, se comprometendo interceder junto ao Partido Popular. Não deu resultado. Mário Câmara mantém-se intransigente. O próprio Getúlio Vargas, que contava com o apoio

do Partido Popular da Câmara Federal (em abril de 1934, os Deputados assinam um documento de apoio a Vargas), estimula-os a manterem conversações com o Interventor, que naquele momento parecia reunir condições extremamente favoráveis de se viabilizar, uma vez que o representante do Partido Social Nacionalista, João Café Filho, acabava de romper com o governo em discurso de críticas à censura ao jornal *O Globo*. Mário Câmara não aceita negociar, uma vez que, no seu entendimento, significaria submeter-se ao Partido Popular.

Na noite de 3 de maio de 1934, era assassinado em sua residência, no município de Apodi (RN), Francisco Pinto, dirigente do Partido Popular. Esse episódio terá ampla repercussão, tanto na imprensa local, com especial destaque ao jornal *A Razão*, como na imprensa nacional, e deu início ao clima de conflitos que caracterizaria toda a campanha para as eleições marcadas para o dia 14 de outubro. O Jornal *A Razão* inicia uma violenta campanha contra o Interventor, sugerindo, através de diversos editoriais, a conivência de Mário Câmara com o crime de Apodi, acusando o prefeito da cidade, seu aliado, de mentor intelectual do crime. O Interventor se defende através do jornal oficial *A República*, acusando a oposição de usar o crime com fim “político-eleitoreiro” e prometendo a instauração de um rigoroso inquérito para a apuração dos fatos.

No dia 26 de junho de 1934, é criado oficialmente o Partido Social Democrático, tendo como presidente Francisco Martins Veras, que havia sido eleito pelo Partido Popular e, como vice, o prefeito de Mossoró, Antônio Soares Júnior. A formação desse partido, assim como o desligamento do Deputado Francisco Veras do Partido Popular, foi consequência das articulações do Interventor, que precisava de um partido para lhe dar sustentação política e visava também concorrer às eleições de outubro.

A partir de sua fundação, o Partido Social Democrático – que vai contar com o apoio dos prefeitos nomeados – inicia sua campanha organizando caravanas e comícios pelos municípios.

O Partido Popular, já organizado, estava em campanha há algum tempo.

O clima, com o início efetivo da campanha eleitoral, passa a ficar cada vez mais tenso. Pelos municípios do interior, sucediam-se cenas de violências quando da realização de comícios e passagem de caravanas, com mútuas acusações. O ambiente era agitado e os jornais da capital traziam, diariamente, informações a respeito de conflitos e violências. Como os dois jornais eram facciosos, ficava difícil, para a opinião pública, saber realmente o que de fato tinha ocorrido. Cada um, defendendo seu partido, acusava o adversário de responsável pelos conflitos.

Edgar Barbosa, então diretor do jornal *A Razão* – descreve num livro publicado pouco tempo depois da campanha eleitoral, com detalhes, inúmeras ocorrências (esse livro será acusado posteriormente de grande facciosismo uma vez que seu autor era do Partido Popular e logo indicado para dirigir o jornal oficial *A República* quando Rafael Fernandes assume o governo em outubro de 1935). João Maria Furtado qualifica esse livro como “uma condensação de fatos totalmente invertidos e todos completamente desfiguradores do realidade” (FURTADO, 1976, p. 138-139).

Uma das ocorrências que teve grande repercussão foi a do dia 13 de agosto, na cidade de Parelhas quando uma caravana do Partido Popular foi “atacada à bala por cangaceiros a quem o delegado local fornecera armas, por ordem do prefeito” (BARBOSA, 1938, p. 31). O prefeito, obviamente, era partidário de Mário Câmara. Nesse incidente, houve troca de tiros que deixou como saldo dois feridos e um morto. Ambas as partes, através de seus respectivos jornais, acusam-se mutuamente.

Esse acontecimento teve uma grande repercussão na imprensa do sul do país, em especial no Rio de Janeiro, através do *Diário da Noite* que endossa as acusações do Partido Popular.

Ao retornar a Natal, a caravana foi recebida por um grande número de pessoas que formam um cortejo que foi da entrada da cidade até o centro, onde foi realizado um comício de “desagravo”.

As denúncias de violências continuam. A situação, à medida que se aproximam as eleições, torna-se mais tensa. Na madrugada de 16 para 17 de fevereiro, o Interventor recebe em sua residência a visita de uma comissão de oficiais que, segundo ele, sugerem sua renúncia. Esse episódio é importante porque vai demonstrar o envolvimento dos militares, tanto do Exército (21º Batalhão de Caçadores) quanto da Polícia Militar na política local e, como deixa claro esse episódio e outros que veremos a seguir, eram aliados do Partido Popular. Faziam parte dessa comissão o tenente Ney Peixoto – que havia sido exonerado por Mário Câmara poucos dias depois de assumir o comando do Batalhão da Polícia Militar por suas ligações com o Partido Popular – e havia conseguido transferência para o 21º BC, assim como um tenente também do 21º BC e um capitão da Polícia Militar. Mário Câmara não só não aceita os argumentos, percebendo que essa comissão fazia apenas o jogo do Partido Popular, como escreve no dia seguinte uma carta ao presidente da República comunicando o fato. Este certamente já conhecia o tenente, uma vez que, ao exonerá-lo, o Interventor comunica sua decisão ao presidente, fazendo-o ciente de sua promessa de que, caso fosse transferido, voltaria a Natal para fazer-lhe oposição de qualquer forma. No comunicado, acusa o tenente de ao deixar o comando do batalhão da polícia recolher boa parte dos armamentos, realizando ainda “um intenso trabalho de alistamentos e propaganda eleitoral em favor do Partido Popular entre praças e sargentos da Polícia”.

O pedido do Interventor era para que o tenente fosse transferido para Minas Gerais, seu estado de origem. No entanto, pouco depois desse comunicado, o tenente viaja ao Rio de Janeiro e consegue ser transferido para o 21º BC em Natal e tal como havia prometido passa a fazer uma oposição sistemática a

Mário Câmara, se posicionando claramente em favor do Partido Popular. O fato de ter sido transferido para Natal e mais especificamente para o 21º BC, e não para Minas Gerais como queria o Interventor, mostra que Mário Câmara não tinha o apoio do presidente e que este havia cedido às pressões dos Deputados do Partido Popular no Rio de Janeiro.

A participação do Tenente Ney Peixoto na política local não era um fato isolado: outros militares, tanto do 21º BC, quanto da Polícia Militar, participavam ativamente e a expressão disso foi a tal comissão, articulada junto ao Partido Popular, embora, evidentemente, não fosse como representantes oficiais do partido. Quando a comissão vai à casa do Interventor – depois de uma reunião com vários oficiais do 21º BC –, levam a cópia de uma carta enviada pela oficialidade do 21º BC ao Ministério da Justiça, no qual informam a situação do estado e a impotência do Interventor em manter a ordem, deixando claro que, a partir daquele momento, deixariam de prestigiá-lo.

Mário Câmara comunica o fato também ao general Manuel Rabelo, comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife (PE). O general envia a Natal um representante do Estado Maior das Forças Armadas a fim de instaurar um inquérito e transfere o major Adalberto Pompílio, do 21º Batalhão de Caçadores, que havia participado das articulações contra o Interventor.

Quanto às eleições, os Deputados Federais do Partido Popular, em audiência com o Ministro da Justiça, Vicente Rao, conseguiram que fosse enviado ao Rio Grande do Norte um observador do Governo Federal, em função do clima de grande tensão existente e o temor, por parte da oposição, de que o Interventor usasse a máquina do estado para assegurar a vitória de seus candidatos. Esse observador (seriam indicados também para outros estados) chega a Natal no início de setembro de 1934.

A presença do observador, que tinha como missão acompanhar as eleições, não consegue alterar o quadro de tensões

existentes. Os jornais da capital noticiam com frequência constantes denúncias de violências, principalmente o jornal *A Razão*, do Partido Popular.

O *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, no dia 23 de setembro de 1934, comentava a situação do Rio Grande do Norte como “uma das mais tumultuadas eleições do Brasil”. Numa de suas notas, intitulada “violência política”, diz, entre outras coisas: “O Supremo Tribunal Eleitoral recomendou ao Ministro da Justiça a abertura de um inquérito a fim de apurar as denúncias recebidas contra o Interventor Mário Câmara, acusado de práticas de atos atentatórios à liberdade do eleitorado do Rio Grande do Norte” e, mais adiante, “há poucas semanas, os telegramas vindos de Natal comunica a situação de intranquilidade existente no estado. Esses depoimentos que, partindo de elementos da oposição pareciam suspeitos, foram confirmados por pessoas alheias as lutas locais, como é o caso do General Manuel Rabello, comandante da 7ª Região Militar”.

Além de um observador, foi solicitado pela oposição junto ao Supremo Tribunal Eleitoral, o envio de tropas federais a fim de garantir as eleições. O pedido é atendido e o 21º BC é solicitado a se deslocar para diversos municípios, principalmente para aqueles onde as tensões eram maiores, como Currais Novos, Flores, São Gonçalo, Lages e Caicó. Diversos juizes do interior solicitam, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, o envio de tropas do 21º BC. O Interventor irá perceber nessas solicitações cumplicidades com os populistas.

Num livro de memórias, escrito pouco depois desses acontecimentos, o major Josué Freire, na época comandante do 21º BC, comentando a respeito dos deslocamentos de tropas do 21º BC para o interior do estado diz:

Depois que começamos a atender as requisições de forças para garantir as eleições é que passamos a sentir o estado de angústia que afligia a população do interior. Era um nunca acabar de pedidos de socorros, chegando de todos os

quadrantes do horizonte [...] praticavam-se espancamentos bárbaros, sequestravam chefes de conceituadas famílias [...] assassinavam pacatos e inofensivos cidadãos [...] (FREIRE, 1938, p. 117-118).

Embora esse depoimento possa ser questionado, devido ao fato do envolvimento do autor com o Partido Popular, é inegável que havia um clima de muita tensão. O major Josué Freire havia chegado a Natal para dirigir o 21º BC no dia 30 de novembro de 1934. No mesmo dia em que assume o comando, recebe em sua residência a visita do chefe de polícia do estado, Dr. Potiguar Fernandes, e de Aluísio Moura, ex-Interventor e comandante da Polícia Militar. Era uma “visita de cortesia” no dizer do Major, no entanto, “aproveitam o ensejo” e desancam a oposição “desnodando-lhes as mazelas havidas e por haver”. Para ter uma ideia do clima em que vivia a cidade, acompanhamos o depoimento do major no seu primeiro dia de comando: “uma meia hora depois de ter chegado em casa após a posse no comando do 21º BC, parou em nossa porta um automóvel cujo chofer disse vir da parte do comandante da Polícia Militar, para trazer ao nosso conhecimento que praças do 21º BC em grande número, se mantinham à frente da redação do vespertino *O Jornal* (pertencente a Café Filho) armados à cacete, pretendendo depredar as oficinas e agredir o pessoal da redação”.

O Major expede uma ordem no sentido de que os praças sejam imediatamente recolhidos ao quartel. Às 23 horas, recebe um chamado telefônico do Comandante da 7ª Região Militar, General Manuel Rabelo, indagando sobre esses acontecimentos e ordenando a abertura de um inquérito para apurar as responsabilidades. Instaurado o inquérito, não houve qualquer punição. Na versão do major, esses acontecimentos visavam atingir alguns oficiais do 21º BC que eram declaradamente hostis ao Interventor. Pouco depois do telefonema do general, ainda no mesmo dia da posse, chegam em sua residência o líder da oposição, Deputado Alberto Rosseli, que lhe pede garantias para

seus partidários, notadamente para João Câmara e denuncia violências praticadas pela Polícia Militar.

Acusado de não ter “pulso” para manter a ordem e não ter interesse em apurar as denúncias de violências cometidas contra partidários do Partido Popular, especialmente no interior do estado, sob o pretexto de não dispor de efetivos, Mário Câmara resolve aumentar o efetivo da Força Pública, constituída por guardas-civis. Isto resultou em severas críticas da oposição que o acusa de “encher a guarda-civil de elementos fichados na Polícia Estadual e na de outros estados, importando jagunços para o seu serviço” (BARBOSA, 1938, p. 57).

No dia 7 de setembro de 1934, realiza-se o congresso do Partido Social Nacionalista, fundado por Café Filho que é indicado presidente e ao mesmo tempo lançado para concorrer a uma vaga na Câmara Federal. Mário Câmara, que dirigia o Partido Social Democrático, procura Café Filho e iniciam uma série de conversações, visando uma composição para as eleições de outubro de 1934. As conversações têm êxito, uma vez que ambos sabiam das dificuldades em concorrer sozinhos contra o Partido Popular. Resulta um acordo que implica na formação de um novo partido, a Aliança Social.

Com a formação da Aliança Social – que passa a contar com dois jornais diários, *A República* e *O Jornal* – a campanha eleitoral ganha novo impulso. Através de seus jornais, passa a apresentar o Partido Popular como “o partido da grande burguesia”; dos “açambarcadores” e do “alto comércio”, enquanto que a Aliança Social se apresentava como representante da “pequena burguesia, da maioria dos pobres e humildes” e o que mais se aproximaria do “operariado sofrido”.

Além do Partido Popular e da Aliança Social, concorrem ainda às eleições a Ação Integralista Brasileira, que vinha se organizando no estado, tendo sido fundada, em ato solene, no dia 14 de julho de 1934 (durante a campanha recebe a visita

de Plínio Salgado e pouco depois, de Gustavo Barroso, dirigentes nacionais da AIB) e ainda o Partido da União Operária e Camponesa do Brasil, que na verdade era a saída legal para que o Partido Comunista pudesse concorrer às eleições.

Estes dois últimos não tinham condições de percorrer o estado em caravanas, se limitando a contatos em algumas cidades do interior (a Ação Integralista havia formado alguns núcleos, que foram noticiados no jornal *A República* em pequenas notas) e a União Operária e Camponesa, se restringia, fundamentalmente, a região Oeste do Estado, em particular a cidade de Mossoró. De qualquer forma, lança uma chapa completa: cinco candidatos a Deputados Federais – Lauro Reginaldo da Rocha, (conhecido como “Bangu” que, pouco depois, por ocasião da IX Conferência do PCB, foi eleito para a secretaria do Comitê Central), Agostinho Dias da Silva, Acrísio João de Araújo, José Tertuliano da Mota e Luiz Gonzaga dos Santos. E 25 para Deputados Estaduais: Lauro Reginaldo da Rocha, Agostinho Dias da Silva, Adamastor Pinto, Luiz Saraiva Quaresma, Raimundo Oliveira, Elias Dias de Oliveira, Mário Inácio Pereira, Lauro Teixeira Nunes, Francisco Sérgio de Carvalho, Manoel Feitosa, Manoel Cruz Coutinho, Luiz Valentim de Paula, Tancredo Fonseca, José Farias Santos, Angelo Gemines, Teodosio Cassemiro, José Gadelha dos Santos, Sebastião Geraldo, José Teixeira dos Santos, Amaro Américo Souza, José Maria dos Santos, Epaminondas Fernandes Oliveira, Manoel Antônio Aguiar, João José de Lima e Luiz Alfredo da Cruz. A Ação Integralista lança apenas três candidatos a Constituinte Estadual: Otto de Brito Guerra, Waldemar de Almeida e Ewerton Dantas Cortez.

No início de outubro de 1934, o presidente de honra do Partido Popular, José Augusto, encaminha um documento ao Supremo Tribunal Eleitoral relatando a situação do estado, fazendo inúmeras denúncias de irregularidades: no alistamento eleitoral; na divisão dos cartórios dos municípios; a substituição dos delegados de polícia (trocados por homens de confiança do Interventor) e a “importação de cangaceiros

para a guarda-civil” (força policial criada pelo Interventor). Conclui a representação solicitando a presença de tropas federais a fim de garantir as eleições.

No dia 8 de outubro, o TSE realiza uma sessão e decide que, em vez do envio de tropas federais, a força pública estadual ficaria à disposição dos juizes das zonas eleitorais. Decide também, por unanimidade, pela concessão de um grande número de *habeas corpus* impetrados por candidatos do Partido Popular, que alegavam sofrer coações da polícia.

No dia 14 de outubro, como estava previsto, são realizadas as eleições. Foram inscritos 47.702 eleitores (um crescimento significativo em relação às eleições de 3 de maio de 1933 para a Assembleia Constituinte, na qual foram inscritos 19 mil eleitores) e realizada dentro do mesmo clima de tensões que a antecedeu. No dia seguinte, o jornal *A Razão* publica diversas matérias, acusando a Aliança Social de subornos e, o Interventor, de conivente com inúmeras violências, ocorridas, principalmente, nas cidades do interior “em Currais Novos, o ambiente do dia 14 de outubro foi aterrorizante; [...] Em Acari, Jardim do Seridó e Serra Negra policiais se desenfreiam no dia das eleições, praticando correrias, ameaças [...]”.

Por outro lado, os jornais partidários da Aliança Social denunciam o uso da violência por parte de membros do Partido Popular, especialmente no interior, por “jagunços dos coronéis a serviço dos populistas”.

Os dias que se seguem com a apuração dos resultados são tensos. Tanto o Partido Popular como a Aliança Social encaminham recursos ao Tribunal Eleitoral denunciando o uso de violências contra os seus partidários. Os jornais, partidários, publicam matérias com acusações mútuas.

No dia 25 de novembro, portanto mais de um mês após a realização das eleições, sai o resultado, dando vitória ao Partido Popular. A Aliança Social entra com um recurso, solicitando a

impugnação de várias urnas em cidades do interior. O Tribunal Eleitoral julga o recurso e decide acatá-lo, marcando eleições suplementares que deveriam ser realizadas entre os dias 3 e 28 de fevereiro de 1935, com os municípios devendo fazê-las em datas diferentes. Estas eleições seriam para 39 seções eleitorais de 23 municípios (na época, o estado tinha 41 municípios).

A impugnação de um número tão expressivo de seções foi um reconhecimento da violência que caracterizou as eleições.

Nos meses de dezembro de 1934 e janeiro de 1935, há inúmeros conflitos envolvendo partidários de ambos os lados, especialmente no interior do estado. Edgar Barbosa numa espécie de “calendário de violências” enumera 24 casos de “terríveis cenas” que ilustrariam o ambiente preparado para as eleições suplementares (BARBOSA, 1938, p. 57).

O Partido Popular, mais uma vez, requisita tropas federais. Desta vez, levando em conta os distúrbios que se verificaram nas eleições de outubro envolvendo a Polícia Estadual (acusada de partidária do Interventor), o Tribunal Superior Eleitoral defere o pedido. Tropas federais são enviadas a Natal e colocadas à disposição dos juízes eleitorais. No entanto, não consegue impedir as violências, que a oposição volta a denunciar. Segundo Barbosa, “iniciava-se o segundo ato de uma dolorosa tragédia, com o recrudescimento de violências em quase todos os municípios do Estado” (BARBOSA, 1938, p. 164).

Pouco antes das eleições, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro onde teria audiência com o presidente da República. Essa viagem, segundo o Interventor, teria um caráter meramente administrativo. No entanto, será acusado posteriormente pelo Comandante do 21º BC de ter como motivo principal a transferência do 21º BC de Natal (FREIRE, 1938, p. 30).

Uma carta datada de 20 de janeiro de 1935, encabeçada pelo Monsenhor João da Mata, do Partido Popular (será eleito Deputado Estadual e líder do partido na Assembleia), na qual

acrescenta mais 123 assinaturas de “populares”, é enviada ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Guerra, onde diz, entre outras coisas:

Em nome da família potiguar atribulada e aflita diante dos atentados, violências de toda sorte ordenada pelo Interventor Mário Câmara que promete convulsionar nossa terra, ensanguentada, já infestada de cangaceiros de outros Estados pelos agentes do governo, vimos apelar a V. Excia no sentido de assegurar a paz e a tranquilidade.

Articulada por partidários do Partido Popular, visava claramente atacar o Interventor Mário Câmara.

No dia 13 de fevereiro, 4 dias antes das eleições suplementares no município de Acari, foi assassinado em sua fazenda (ingá) o engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador, Juvenal Lamartine. A notícia do crime, como era de se esperar, teve enorme repercussão, tanto na imprensa local como nacional (através, principalmente do *Diário da Noite* do Rio de Janeiro). Segundo as denúncias do jornal *A Razão*, endossada pelo *Diário da Noite*, o engenheiro fora assassinado por uma força policial comandada pelo tenente comissionado da Polícia Militar Oscar Mateus Rangel, tido como homem de confiança do Interventor. E mesmo antes de qualquer investigação, já se atribuía ao crime motivações políticas. O jornal *A República*, em defesa do Interventor, criticava a oposição pela precipitação das denúncias e pelo fato de, nas vésperas das eleições, usar o crime com fim político-eleitoreiro.

Em março de 1935, em pleno carnaval, ocorreu um conflito no bairro da Ribeira, em Natal, envolvendo soldados do 21º BC e guardas-civis. O resultado foi a morte de seis pessoas (dois soldados, dois guardas-civis e dois “populares”). O Comandante do 21º BC, major Josué Freire, acusa o Interventor de ser culpado pelo conflito, uma vez que teria sido provocado pelos guardas-civis. A essas alturas, a posição do Comandante do 21º BC era de franca hostilidade ao Interventor.

Acontecimentos como esses, envolvendo membros da guarda-civil e soldados do 21º BC, também ocorrera em Fortaleza e Manaus, sem, no entanto, atingir a gravidade do conflito de Natal. Os jornais locais deram grande destaque a esses acontecimentos, com versões opostas. *O Jornal* e *A República* defendendo o Interventor e *A Razão*, acusando-o.

No dia 16 de março de 1935, Mário Câmara escreve ao Ministro da Guerra, Gois Monteiro, comunicando que teve conhecimento de que “rebentaria um movimento geral” no dia 30 de março, estando em Natal, como “elemento de ligação” o capitão Otacílio Alves do 29º BC (sediado em Recife-PE) “a pretexto de inquérito de insubmissos no 21º BC”. Embora não tendo relação direta com as eleições, há dois aspectos nesse informe: primeiro, a presença do capitão Otacílio Alves, que havia participado ativamente dos acontecimentos de outubro de 1930 em Pernambuco e, posteriormente, será um dos fundadores da ANL no estado, além de ter, ulteriormente, destacada atuação no Levante do 29º BC, em Recife, no dia 25 de novembro de 1935. A vinda do capitão a Natal pode ser considerada o início da preparação para o Levante do 21º BC em Natal – que estava sendo articulado em outros quartéis do nordeste, conforme veremos mais adiante. Em segundo lugar, é provável que o Interventor procurasse envolver o 21º BC, que lhe era declaradamente hostil, com denúncias de tentativa de golpe. No entanto, na carta não fica clara essa intenção e tampouco a fonte de tais informações. De qualquer forma, não era fato isolado. Gois Monteiro, em entrevista no dia 7 de agosto ao jornal *Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, afirma que tinha conhecimento de que rebentaria um movimento que “era a explosão de um plano criminoso, que deveria deflagrar concomitantemente no Rio, São Paulo e outros estados”.

No dia 2 de abril de 1935, o Tribunal Regional Eleitoral divulga os resultados das eleições. A vitória é da Aliança Social que elege 15 Deputados e o Partido Popular, 10. A Ação Integralista

e a União Operária e Camponesa não conseguem eleger ninguém. São anulados aproximadamente 17 mil votos, um número muito expressivo considerado o total de eleitores inscritos.

No entanto, esses resultados dependiam ainda de deliberações do Supremo Tribunal Eleitoral. Com a anulação de um número grande de votos e o acúmulo de denúncias de irregularidades nas eleições, foram encaminhados inúmeros recursos ao Supremo Tribunal Federal.

No dia 20 de abril, telegramas vindos do Rio de Janeiro e publicados no jornal *A Razão* adiantavam que o parecer do Ministro indicado como relator das eleições do Rio Grande do Norte daria a vitória do Partido Popular, o que significava o atendimento de suas reivindicações.

No final de setembro, o comandante do 21º BC viaja ao Rio de Janeiro. Na Bahia, onde o navio aportou por algumas horas, ele concedeu uma entrevista a um jornal de Salvador e, indagado sobre os incidentes do carnaval, reafirma as acusações ao Interventor. Café Filho, que era Deputado Federal pela Aliança Social, aproveita o fato de que havia proibição de pronunciamentos políticos de militares e faz um longo discurso na Câmara destacando esta entrevista. Este pronunciamento surte efeito. Pouco depois, o comandante do 21º BC é afastado e assume o capitão Liberato Barroso, do 25º BC do Ceará, que ficará até o dia 4 de novembro de 1935, quando é nomeado o tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares.

Houve também tentativas de reverter os resultados das eleições potiguares fora do estado. Foi o caso do Governador de Pernambuco, Carlos Lima Cavalcanti. Em carta ao Ministro do Trabalho, o pernambucano Agamenon Magalhães, datada de 26 de setembro de 1935, diz:

Agamenon

Acaba de chegar de Natal o capitão Aluísio Moura, comandante da Polícia do Rio Grande do Norte.

Para a solução do caso político daquele estado como desejamos, faz-se necessário que o Ministro da Guerra, chame sem demora ao Rio, o coronel Brasil, Comandante do 21º BC [...] assim como os tenentes Manoel Castro, José Alves Morais e Antônio Oscar Fernandes do mesmo batalhão. Com a saída do Coronel Brasil ficará no comando o Capitão Liberato Barroso, oficial decente e mal visto pela trupe de José Augusto. Estou informando que o Capitão Liberato não dará asilo aos Deputados de José Augusto sem ordens expressas do Ministro. Este poderá fazer corpo mole. A solução seria, porém, a classificação imediata do Capitão Aluísio Moura no 21º BC e ordem ao Capitão Liberato para recolher-se ao corpo a que pertence, que é o 25º BC de Fortaleza. Assim, o Aluísio Moura assumiria o comando do 21º BC e tudo seria resolvido do melhor modo. Há dois Deputados do Partido Popular que com um pequeno aperto entregarão os pontos.

Há no 21º BC uns sargentos que o Ministro precisa retirar do 21º BC. Dirigindo-se para isso ao general Rabelo. A minha ação junto ao Rabelo, não pode ser senão por meios indiretos. Não quero melindrá-los, mantendo-se em assuntos militares. Dos sargentos do 21º BC que precisam ser afastados são: Pedro Agapito F. Pinto, Antônio José C. Bastos, Julião Tomaz de Aquino, Francisco Cordeiro de Araújo, Amaro Pereira Silva, Waldemar Tavares Guerreiro, Teobaldo de Araújo Rego, Henrique Espíndola, Oscar Alves Wanderley e Ademar Guilherme Paiva.

Deveria voltar para o 21º BC, os sargentos Celso Bezerra Andrade, José B. de Oliveira, os dois transferidos para o 22º BC já perto de um mês.

No 29º BC aqui aquartelado, há 4 sargentos de confiança de Aluísio Moura que poderão ser transferidos para o 21º BC. As providências por parte do Ministro da Guerra não devem

tardar. O tenente coronel Brasil continua em Natal, inteiramente a serviço da política de José Augusto. Retirando o Coronel Brasil, as coisas melhorarão imediatamente.

Fico aguardando notícias suas. Abraços

Carlos¹²

Parece claro que a ida a Recife de Aluísio Moura, comandante da Polícia Militar, fazia parte da estratégia de afastar o comandante do 21º BC e alguns oficiais que eram hostis ao Interventor. Como disse o próprio comandante do 21º BC:

Desde o início das eleições suplementares, eram tensas nossas relações com a Interventoria, e depois das intrigas urdidas pelo Sr. Mário Câmara sobre os conflitos do carnaval, podemos considerá-la rotas sem possibilidades de reatamento [...] o homem se tornara violento com a presença do 21º BC em Natal [...] continuaram a nefasta obra difamatória até que o Ministro da Guerra para lhes dá uma satisfação, dirigiu ao comando da região um telegrama determinando a nossa ida ao Rio de Janeiro. No telegrama do General Manuel Rabello, o gen. Gois Monteiro explicou não se tratar de retirada definitiva, por transferência e sim da necessidade de o Comandante, pessoalmente, perante o Sr. Presidente da República, se defender das intrigas políticas movidas contra o 21º BC e seus oficiais (FREIRE, 1938, p. 223-224).

A tentativa de Aluísio Moura era de ser nomeado comandante do 21º BC. Não consegue. No entanto, consegue ser transferido para o 21º BC como comissionado, ficando responsável pelo setor de almoxarifado (em audiência com o Ministro da Guerra, General João Gomes, os Deputados Federais do Partido Popular conseguem fazer com que ele se comprometesse a não indicar Aluísio Moura para o comando do 21º BC). A trajetória de Aluísio Moura é no mínimo curiosa. Revolucionário em 1930, foi nomeado Interventor do Rio Grande do Norte em

12 Carta no arquivo Agamenon Magalhães – CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

1931 e, de todas as Interventorias tenentistas, foi a que mais se aproximou das oligarquias há pouco derrotadas. Na sua gestão, ficou patente sua incapacidade de se manter imune ao facciosismo e será em função disso que Vargas decide substituí-lo por Herculino Cascado. Depois, se aproxima do Interventor Mário Câmara, conseguindo ser nomeado para o comando da Polícia Militar e, assim, se incompatibilizando com as forças oligárquicas representadas pelo Partido Popular. Depois da derrota dos insurretos em novembro de 1935 em Natal, foi acusado de cumplicidade com os revoltosos, sendo inclusive indiciado em processo no Tribunal de Segurança Nacional (Processo nº 233) junto com mais três oficiais. No entanto, nada ficou provado e foram absolvidos.

O resultado final das eleições no Rio Grande do Norte é finalmente anunciada no dia 16 de outubro de 1935, quando o TSE, por unanimidade de votos, proclama a vitória do Partido Popular, que elege 14 Deputados contra 11 da Aliança Social (os Deputados eleitos pelo Partido Popular foram: Felismino Dantas, Nominando Gomes, Monsenhor João da Mata Paiva, Gonzaga Galvão, João Marcelino de Oliveira, Aldo Fernandes, Pedro Matos, Julio Regis, Glicério Cícero, Felinto Elísio, João Severiano da Câmara, José Augusto Varela, José Tavares e Maria do Céu Pereira., enquanto a Aliança Social elege: Djalma Marinho, Cincinato Chaves, José Lopes Varela, Gil Soares, Raimundo Macedo, Abelardo Calafange, Manoel Amâncio Leite, Sandoval Wanderley, Felipe de Brito Guerra, Sebastião Maltez Fernandes e Benedito Saldanha) e 3 dos 5 Deputados federais (José Augusto Bezerra de Medeiros, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza pelo Partido Popular e pela Aliança Social João Café Filho e Francisco Martins Veras). Fica decidida também a convocação para a instalação da Assembleia Constituinte para o dia 19 de outubro e a eleição do primeiro Governador Constitucional do Estado, para o dia 29 de outubro de 1935.

Proclamada a vitória do Partido Popular, Mário Câmara viaja ao Rio de Janeiro e, em audiência com o presidente da

República, ao informar a situação do Rio Grande do Norte, salienta que a maior dificuldade da Aliança Social se devia ao envolvimento de oficiais do exército no Partido Popular. Mas, como diz Spinelli, essas divergências antecediam a Mário Câmara (LINDOZO, 1989, p. 190):

As divergências entre as forças do exército e o Interventor tinham sido acentuadas sobretudo durante as administrações de Irineu Jofily e Bertino Dutra e se repetiam agora com Mário Câmara. Isto já tinha ocasionado a transferência de um comandante, o Major Adalberto Pompilio e vários oficiais [...] agora, sob o comando de major Josué Freire, estas divergências voltam a se acentuar.

O Interventor informa ainda que alguns amigos seus estavam dispostos à luta armada para não entregar o poder aos populistas. Marlene Mariz, ao estudar esse período, informa que o Interventor teria escrito diversas cartas aos amigos do sul, nas quais (MARIZ, 1982, p. 132)

nota-se o plano de vencer a qualquer custo e a esperança de receber, a qualquer momento uma ajuda federal. Procurava saber das disposições de Vargas a seu respeito, sentindo que as atitudes de seus correligionários seriam inúteis se não contassem com o apoio das autoridades. Com o Exército sabia que não contaria. Considerava uma desmoralização a sua derrota.

Barbosa, comentando a ida de Mário Câmara ao Rio, afirma:

O Interventor, regressando ao Rio, procurava aparentar uma força que não tinha. Em conciliábulos com amigos, afirmava de pés juntos que não entregava o governo e que ia fazer o impossível para que a Assembleia Constituinte não se reunisse (BARBOSA, 1938, p. 193).

Todos os jornais do nordeste comentavam os acontecimentos do Rio Grande do Norte. Na Câmara Federal, o Deputado Otavio Mangabeira ocupa a tribuna e denuncia o Interventor Mário Câmara que, segundo ele, ameaçava convulsionar o estado. O caso do Rio Grande do Norte foi também tema de conversas mantidas entre o Deputado Antunes Maciel, da Guanabara, e o

presidente da República, na qual o Deputado reitera às críticas ao Interventor se posicionando ao lado do Partido Popular, salientando o apoio do partido ao governo, ao contrário do que ocorrera com a Aliança Social (que tinha, como Deputados, Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti).

Os Deputados do Partido Popular, logo após a divulgação dos resultados das eleições, seguiram para a cidade de João Pessoa, onde pediram asilo ao Interventor Argemiro Figueiredo até o dia 29 de outubro, quando a Assembleia se reuniria para eleger o governador. A alegação era de que não se sentiam seguros no estado. O Partido Popular entra também com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, solicitando garantias de tropas federais para a data da votação. O Tribunal concede, em sessão realizada no dia 21 de outubro.

No dia 25 de outubro, chega a Natal, no navio Pedro II, o general Manuel Rabello e alguns oficiais do Estado Maior da 7ª Região Militar a fim de acompanhar pessoalmente a votação para governador.

Dois dias depois, Mário Câmara entrega o cargo de Interventoria ao capitão Liberato Barroso, comandante do 21º BC. Neste mesmo dia, chegam da Paraíba, vindos de trem, os Deputados do Partido Popular, acompanhados por tropas do 22º BC e do candidato ao governo Rafael Fernandes. Na manhã do dia 29 de outubro, Mário Câmara embarca de navio para o Rio de Janeiro. No cais Tavares de Lira, situado no bairro da Ribeira, o movimento era grande, com a presença de centenas de partidários do Interventor que tinham ido se despedir. A eleição para governador era apenas para confirmar o nome do indicado pelo Partido Popular, uma vez que o partido tinha maioria na Assembleia Legislativa. Em função disso, já haviam sido mobilizadas caravanas do interior, que iam chegando a Natal. A Ribeira, onde se localiza o cais, era também a parte mais importante do comércio da cidade, e o melhor hotel da cidade, o Grande Hotel, no qual se hospedariam as autoridades

convidadas para as solenidades de posse do novo governador. Neste dia, era grande o número de pessoas que circulavam pelo bairro. Com a aglomeração nas imediações do cais do porto, começaram discussões envolvendo partidários do Interventor e do Partido Popular. Na hora do embarque, com a chegada do Interventor, dá-se início a uma grande confusão, com brigas de rua que terá como resultado dois mortos e diversos feridos, sendo necessária a intervenção de tropas do 21º BC e da Polícia Militar. Muitos são presos e encaminhados para o quartel do 21º BC.

Às 13 horas, com a Assembleia Legislativa cercada de policiais, tanto do Exército quanto da Polícia Militar, inicia-se a votação com a presença de todos os 25 Deputados eleitos. O resultado era o esperado: 14 votos do Partido Popular para Rafael Fernandes e 11 da Aliança Social para o desembargador Elviro Carrilho, que concorreu sabendo com antecipação o resultado. Rafael Fernandes é eleito e empossado imediatamente.

Se havia um clima de intranquilidade na capital, como evidenciam as ocorrências pouco antes do embarque do Interventor, no interior a situação não era diferente: entre outras ocorrências, a mais séria aconteceu no município de Apodi, quando, no dia seguinte à posse de Rafael Fernandes, um grupo com cerca de 300 homens armados e tendo à frente Baltazar Meireles, amigo e partidário de Mário Câmara (havia sido candidato a Deputado Estadual pela Aliança Social e teve 1.182 votos, não se elegendo), invade alguns municípios da zona oeste dando “vivas” a Mário Câmara e “morras” a Rafael Fernandes. Como noticia o jornal *A República* do dia 30 de outubro:

De anteontem para hoje, um grupo de cerca de 350 homens armados, ao que se diz chefiados por Baltazar Meirelles, fez depredações no povoado de Aparecida, no vizinho estado da Paraíba e em Luiz Gomes, João Pessoa, Vitória e Pau dos Ferros, nesse estado. Foram cortados fios telegráficos e danificadas casas e propriedades.

Ao saber dessas ocorrências, o governador recém-empossado envia uma tropa da Polícia Militar, comandado pelo também

recém-nomeado delegado de polícia, Dr. João Medeiros Filho. Com o reforço das polícias do Ceará e da Paraíba, conseguem dispersá-los. Acusados de praticarem “toda sorte de depredações, desatinos e crueldades” conforme os termos do noticiário local, chegam ao conhecimento do presidente da República que de imediato telegrafa aos governadores da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte ordenando medidas enérgicas.

Esses tumultos causados por Baltazar Meirelles, segundo Lindozo (1989, p. 326),

era[m] parte de uma articulação mais ampla arquitetadas pelos partidários da Aliança Social que contaria com decisivo apoio federal. Este foi retirado de última hora, o que talvez tenha motivado as declarações de Câmara, após entregar o cargo de que havia sido traído por Vargas” e acrescenta “é provável que Vargas tenha levado em conta, ao retirar o seu apoio a um golpe contra Rafael Fernandes, a falta de respaldo militar de Mário Câmara.

João Maria Furtado crê que esse acontecimento foi provavelmente resultado de um acerto político para perturbação da ordem para uma possível (ou prometida) intervenção no estado por parte do Governo Federal e, assim, uma solução intermediária para a eleição de outro governador. Diz ele: “parece que houve um acerto nesse sentido. Dr. Paulo Câmara, irmão do Interventor, a fim de desfazer a teia do Levante, veio do Rio de Janeiro, mas Baltazar Meirelles não foi avisado” (FURTADO, 1976, p. 122). A hipótese de apoio federal nos parece improvável. Ao longo do processo eleitoral e em especial após a proclamação oficial dos resultados das eleições, não há qualquer indício de que Vargas apoiaria ou estimulasse o Interventor a golpe contra Rafael Fernandes.

O Major Josué Freire também faz alusões a um Levante envolvendo alguns militares do 21º BC com ramificações na guarda-civil e no estado da Paraíba para o dia 29 de outubro (FREIRE, 1938, p. 290)

com o fim de praticar atos de terror de tal modo impressionante que forçariam, pelo pânico, a eleição de Mário Câmara para governador do estado [...]. os denunciadores foram dois praças aliados que, receosos de serem descobertos, desligaram-se do compromisso. O chefe do movimento era Café Filho [...] e faziam parte do conluio, do 21º BC, diversos sargentos.

As alusões, partindo do major Josué Freire, são, no mínimo, suspeitas, em função de suas ligações com o Partido Popular. De qualquer forma, são as únicas referências a esse tal Levante. Não há, nos volumosos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional a respeito dos acontecimentos de 1935 no Rio Grande do Norte, qualquer alusão a respeito (Baltazar Meirelles será inclusive um dos indiciados, embora não tenha tido qualquer participação no Levante do 21º BC). Segundo o major, a rebelião foi malograda com a prisão dos implicados. Aberto um inquérito, os implicados nada sofreram, sendo apenas transferidos de Natal “por interferência do Interventor e de Café Filho junto a Vargas” (FREIRE, 1938, p. 292).

Robert Levine também se refere a um possível Levante nesse período:

A 20 de outubro, Câmara e seus assessores discutiram a possibilidade de uma resistência armada à posse de Rafael Fernandes como governador, mas eles foram desencorajados por notícias de que o 21º BC permanecia leal ao governo (LEVINE, 1976, p. 124).

O fato é que havia uma situação de tensão e intranquilidade, com a presença em Natal de tropas do Exército de outros estados e sua permanência até o dia 7 de novembro, 9 dias depois da posse de Rafael Fernandes.

O governador, logo ao assumir, toma algumas medidas que irão contribuir para a continuidade do clima de tensão existente, como a demissão de funcionários ligados ao Interventor, a transferência de militares e a ida para a reserva de oficiais da Polícia Militar, tidos como aliados de Mário Câmara. E como parte das mudanças político-administrativas, no dia 20 de

outubro, dissolve a Guarda Civil, acusada durante toda a campanha eleitoral de abrigar cangaceiros e desordeiros a soldo do Interventor. Esta guarda havia sido criada em 1932, por Café Filho, quando chefe de polícia de Bertino Dutra, e, no momento de sua dissolução, era composta por cerca de 300 homens. Alguns autores vão atribuir a esse fato, que gerou grande descontentamento, um papel importante para o Levante que ocorreria três dias depois no 21º BC. Outros relativizam, como João Maria Furtado, que diz a respeito deste fato:

com esse decreto nº 19 foram postos à rua, cerca de 300 mantenedores da ordem, que passaram a sofrer fome com suas famílias. Era um problema social artificial e criminosamente criado pelo novo governo, além de um caldo de cultura de revolta dos injustiçados sem culpa e daí porque alguns deles, um número, aliás, insignificante malgrado tudo, tomaram parte do levante vermelho, imaginando-o um meio de derrubar o governo que lhe tirava o pão de cada dia (FURTADO, 1976, p. 122).

É uma análise correta, pois, conforme veremos mais adiante, considerando o total de demitidos e dos efetivamente envolvidos no levante, o número era realmente insignificante e não teve a importância decisiva que alguns lhe atribuem.

Nesse mesmo decreto, o governador cria a Inspetoria de Polícia cujos efetivos, conforme expressa orientação, deveriam ser homens de sua inteira confiança. E chama ao serviço ativo os oficiais que haviam sido reformados administrativamente por Mário Câmara, como o major Luiz Júlio Pinto Soares – que passa a comandar a Polícia Militar – Jacinto Tavares, os capitães Genésio Lopes da Silva, José Bezerra de Andrade, Joaquim Teixeira Moura e Laurentino Ferreira Morais, além do 2º tenente Francisco Bilac de Farias (todos eles aliás haviam sido presos em 1932, acusados de simpatias aos Constitucionalistas de São Paulo).

Três dias depois, ocorre uma Insurreição no 21º Batalhão de Caçadores em Natal. Por quê? O que aconteceu? É o que discutiremos no próximo capítulo. Antes faremos algumas

breves considerações a respeito da classe trabalhadora do Rio Grande do Norte, do Partido Comunista e da Aliança Nacional Libertadora, que são elementos importantes que ajudarão a compor o quadro para compreender a Insurreição do 21º BC.

A classe trabalhadora no Rio Grande do Norte: 1930-1935

Durante a chamada República Velha (1889-1930), a classe trabalhadora no Rio Grande do Norte era bastante reduzida. De acordo com o Censo Demográfico de 1920, o Estado possuía 197 estabelecimentos industriais, todos classificados como microindústrias (pequenas fábricas de sabão, bebidas etc.), com um total geral de 2.146 operários (uma média de 11 operários por indústria).

As primeiras organizações da classe trabalhadora vão surgir nas cidades portuárias, pois, como salienta Itamar de Souza, era “onde sempre foi mais fácil o contato com ideias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos no país” (SOUZA, 1989, p. 78). As primeiras organizações sindicais foram criadas, de um lado, com a participação do Partido Comunista que, a partir de 1926, forma os primeiros núcleos no Estado, organizados principalmente na importante região salinera de Mossoró e por outro, pelo então advogado João Café Filho, que ajuda a organizar diversos sindicatos e vai liderar as primeiras manifestações grevistas que se tem notícias no estado, especialmente a partir de 1926. O governo Juvenal Lamartine (1928-1930) vai reagir de forma violenta: manda fechar inúmeros sindicatos que começavam a se organizar (como o dos ferroviários da Great Western e sapateiros em Natal), reprimindo os trabalhadores com a ação da polícia, tendo, inclusive, não só empastelado o jornal criado por Café Filho (*O Jornal*) como o expulsado do estado.

No que diz respeito ao trabalho de organização realizado pelo Partido Comunista, José Praxedes, um de seus fundadores

no Rio Grande do Norte, afirmou em uma entrevista sobre a atuação do partido nos anos 1930: “num estado praticamente sem indústrias de grande ou médio porte e sob um governo que reprimia qualquer tentativa de organização das classes subalternas, o trabalho do partido enfrentou grandes limitações” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 33). De qualquer forma, tem influência direta na fundação de alguns sindicatos, como o de salineiros em Mossoró e o dos sapateiros em Natal e, posteriormente, contribuindo decisivamente para a organização de outros sindicatos.

Com a deposição do governador Juvenal Lamartine em 3 de outubro de 1930 e o início das Interventorias, embora, mesmo sob intensa repressão do governo deposto, haviam sido organizados diversos sindicatos no estado. No entanto, com a chegada dos “revolucionários” ao poder, o período que vai de 1930 até meados de 1932 pode ser considerado como um período de estagnação do movimento operário no estado. De um lado, a ascensão de Café Filho, que identificado com os vitoriosos de outubro de 1930, havia retornado ao estado, participado ativamente dos acontecimentos que culminaram na deposição do governador Juvenal Lamartine, e que havia sido nomeado chefe de Polícia na Junta Governativa e depois na Interventoria de Bertino Dutra. Para José Antônio Spinelli Lindozo,

neste momento, o cafeísmo perdeu suas características heroicas da primeira fase. Se nos anos 20, ele fora instrumento de revolta e protesto contra uma ordem liberal excludente que marginalizava inapelavelmente as massas urbanas e a classe operária em particular, agora, nos anos 30, ele se convertera em mera ideologia, ideologia de manipulação, de imposição do projeto de sindicalização nos moldes corporativos, apoiado no aparato repressivo e centrado na ideia de colaboração (LINDOZO, 1989, p. 170).

O Partido Comunista, concentrado basicamente em Natal e Mossoró, com poucas células organizadas e um trabalho de sindicalização e organização dificultada pela repressão policial, ainda tinha a concorrência dos sindicatos ligados a Café Filho

que, na ótica do partido, estavam mais preocupados em manter a ordem do que ampliar a organização dos trabalhadores e, assim, denunciavam os “cafeístas” como aliados das oligarquias.

No período de 31 de julho de 1932 a 10 de junho de 1933, o Rio Grande do Norte terá a mais progressista das Interventorias: a de Herculino Cascardo (que será o presidente da Aliança Nacional Libertadora – ANL – em 1935). É nesse período que haverá o ambiente mais favorável à organização da classe trabalhadora, sem a repressão que caracterizara o período anterior. Ele incentivará a sindicalização, assegurando a liberdade de organização. E a maior expressão disso será a criação, em 1932, da União Geral dos Trabalhadores, sob orientação do Partido Comunista e que irá atuar à margem da legislação sindical imposta pelo Ministério do Trabalho e ao mesmo tempo que significará uma ameaça a hegemonia cafeísta.

Uma listagem, mesmo que incompleta (não há praticamente registro em arquivos e jornais da época) das organizações sindicais só em Natal no início de 1933, inclui: o Sindicato dos Estivadores Natalenses (depois União dos Operários Estivadores); Sindicato dos Sapateiros (ambos sob a direção de militantes do Partido Comunista), Sindicato dos Pedreiros de Natal, União Social Beneficente dos Motoristas, Sindicato dos Ferroviários da Great Western, Sindicato dos Marceneiros e Pintores de Natal, União Sindical da Prefeitura de Natal, Sindicato dos Trabalhadores das Docas do Porto, Sindicato dos Pintores, Sindicato dos Professores Norte-rio-grandenses e Centro Operário Natalense.

O de maior número de filiados eram os sindicatos dos Estivadores em Natal e dos Salineiros em Mossoró, ambos com os respectivos presidentes militantes do Partido Comunista. No caso dos estivadores, sua organização se dá a partir de 1934. Nesse período, passou a ser conhecido como sindicato da “estiva livre” porque não se submetia a burocracia estatal. Os sindicatos oficiais, como os que foram criados sob influência de Café Filho, eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. O dos estivadores

precisava da autorização do Ministério da Marinha, através da Capitania dos Portos, que o sindicato não aceitava.

O sindicato dos Estivadores, presidido por João Francisco Gregório, era um dos mais atuantes em Natal. Tinha um expressivo número de filiados devido ao fato de Natal possuir um porto que, naquele momento, tinha um grande movimento, com a presença constante de navios estrangeiros (que transportavam algodão e sal principalmente para a Europa) e navios brasileiros, tanto cargueiros, quanto de passageiros. Foi o sindicato que primeiro aderiu formalmente a Aliança Nacional Libertadora em Natal, em abril de 1935, e teve importante participação no Levante do 21º BC, como veremos mais adiante.

Quanto aos salineiros, concentrava um significativo número de operários, variando conforme a época, de 3 a 5 mil trabalhadores (FERREIRA, 1989, p. 102). O Partido Comunista terá um papel fundamental não apenas na sua organização, como de outros sindicatos na região Oeste e, segundo Ferreira, com uma particularidade: em todos os casos, a fundação do sindicato era precedida da organização do núcleo do partido (FERREIRA, op. cit., p. 106). O sindicato é organizado em finais da década de 1920 e vai eleger, sucessivamente, militantes comunistas em sua direção.

Em relação aos enfrentamentos dos trabalhadores com o patronato, podemos dizer que no período compreendido entre 1932 e 1934, embora tenham sido organizados vários sindicatos (entre outros, o Sindicato do Comércio de Natal, o Sindicato Misto dos Proletários Natalenses e Sindicato Gráfico Natalense), não há registro de qualquer movimento grevista.

A partir daí de 1934, diversas categorias passam a utilizar a greve como forma de luta.¹³ No início de julho de 1934, o

13 Ricardo Antunes mostra como, a partir de 1934, o movimento grevista ressurgiu no Brasil de forma vigorosa favorecido pela conjuntura política – a vigência da Assembleia Constituinte e a relativa liberalização que marca o governo provisório (ANTUNES, 1982).

Interventor Mário Câmara se ausenta do estado e assume interinamente o diretor do Departamento da Fazenda Estadual, José Lagreca. Poucos dias depois, os operários da estrada de ferro em Mossoró entram em greve, reivindicando um aumento salarial de 100%. Os diretores da Great Western não aceitam e sugerem a concessão de 50%. O sindicato rejeita a proposta. No dia seguinte, outras categorias, como a dos salineiros de Mossoró e Macau, decidem também entrar em greve, reivindicando melhorias salariais. O governo intervém, preocupado com a extensão do movimento, formando uma comissão mista, constituída pelos patrões e os trabalhadores e chega-se a um acordo.

No dia 12 de fevereiro de 1935, os operários da Companhia Força e Luz (que pertencia a Ligth, empresa canadense que atuava em todo o país e que em Natal tinha o monopólio dos serviços de bondes, água, luz e telefone), pela primeira vez, entram em greve, reivindicando um aumento salarial de 40% o cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho e ainda melhorias no serviço de saúde prestado pela empresa. A direção da Companhia não aceita a proposta do sindicato e não o reconhece como representante dos trabalhadores.

Essa greve se prolongará até o dia 19 de fevereiro, tendo os operários inclusive ocupado as instalações da empresa. Como se tratava de serviços essenciais (principalmente água, luz e transportes), trouxe transtornos significativos à cidade e era matéria constante nos jornais locais. O comandante do 21º BC, Major Josué Freire, que havia assumido o comando do 21º Batalhão de Caçadores em fins de 1934, preocupado com os desdobramentos dessa greve, envia uma carta, datada de 16 de fevereiro de 1935, ao comandante da 7ª Região Militar, General Manuel Rabello, na qual acusa o Interventor Mário Câmara e a Polícia Militar de serem coniventes com o movimento paredista. Ao se referir especificamente à greve, diz “a capital continua sem luz, sem bondes, sem água e a partir de amanhã será privada de carne verde, pão e outros alimentos”

(FREIRE, 1938, p. 132). No dia seguinte, 17 de fevereiro, recebe um telegrama do general, autorizando-o a se entender com o Interventor visando à manutenção da ordem e garantir que os operários não solidários com a greve pudessem trabalhar. Com o telegrama em mãos, o comandante do 21º BC é recebido pelo Interventor. Discutem a greve e surge a proposta de se formar uma comissão de conciliação, composta por membros do governo, representantes dos trabalhadores e de um representante do Ministério do Trabalho. Essa proposta é aceita pelos trabalhadores.

No dia 18 de fevereiro, chega a Natal, vindo do Rio de Janeiro, o representante do Ministério do Trabalho. À noite, a comissão se reúne e chega a um acordo. A greve acaba no dia seguinte.

No dia 5 de março de 1935, tem início uma greve inédita em Natal: a dos motoristas de táxi, motivada pela expulsão de três motoristas do bar do Aeroclube de Natal e que dura alguns dias, com os motorista reivindicando às autoridades punição àqueles que os haviam discriminados.

No mês de agosto, é realizado, na sede da União dos Estivadores em Natal, o I Congresso da Unidade Sindical marcado em junho quando da realização de uma reunião “pró-Unidade Sindical do Nordeste” que se constituiu numa tentativa de alguns sindicatos (entre eles, o dos Estivadores) de congregar diversos sindicatos do Nordeste. O objetivo era a formação da União Geral dos Trabalhadores, tentativa realizada em 1932, mas que não conseguiu reunir um número expressivo de sindicatos. Articulado pelo Partido Comunista, tem entre suas principais lideranças João Francisco Gregório, presidente do Sindicato da União dos Estivadores (eleito em 12 de junho de 1935 para o exercício 1935/1936) eleito no congresso 1º tesoureiro. Não há registro das deliberações do congresso e tampouco de sua representatividade, mas o fato é que a formação da pretendida União Geral dos Trabalhadores não foi realizada, especialmente

porque três meses depois ocorre o Levante em Natal e a consequente repressão, vai inviabilizar, por vários anos, a organização dos trabalhadores em sindicatos livres da tutela do Estado, não apenas no Rio Grande do Norte, como do Brasil.

De junho a novembro de 1935, o palco das agitações operárias estará na região Oeste. Em novembro, no dia 7, data em que as tropas do 22º BC da Paraíba retornam de Natal para João Pessoa, é iniciada uma greve dos ferroviários da Great Western que terá ramificações na Paraíba, Pernambuco e Alagoas. No Rio Grande do Norte, a companhia não apenas recusa a proposta de aumentos salariais, como não recebe uma comissão de trabalhadores. Na madrugada do dia 8 de novembro, os operários em greve inutilizam 2 quilômetros de linha férrea, postes e isoladores e cortam ainda todos os fios da rede a partir de quilômetro 9 (saindo de Natal).

Neste dia, o chefe de polícia indefere um requerimento da “Frente Popular pela Liberdade” assinada por Joaquim Fontes Galvão, que havia sido presidente da Aliança Nacional Libertadora em Natal e colocada na ilegalidade em julho de 1935. O requerimento solicita autorização para a realização de um comício que seria realizado no dia 8 de novembro, às 19 horas, na Rua João Pessoa, no centro da cidade. Na justificativa do indeferimento, diz o chefe de polícia que “seria um atentado à situação atual e à sociedade” e que “a Frente Popular pela Liberdade faz propaganda de ideias comunistas, com excitação das massas à prática de violências. Mesmo com a proibição, os seus integrantes tentam realizar o comício, mas, ao chegarem ao centro da cidade encontram um grande número de policiais, com o reforço da cavalaria de polícia e são obrigados a se dispersarem.

Enquanto isso, a greve dos ferroviários continua. No dia 9 de novembro, estão parados os trens que saíam de Natal para Nova Cruz. No dia seguinte, o governador Rafael Fernandes ordena o deslocamento de um grande contingente policial para

a cidade de Nova Cruz, contando com a participação não apenas da Polícia Militar, como do 21º BC e da polícia da Paraíba. Com a chegada da polícia e soldados do 21º BC, os trabalhadores realizam uma assembléia, no dia 13 de novembro, e decidem aceitar a proposta da companhia que oferecia 50% de aumento e não punição aos grevistas. Como se estendia a outros estados essa greve vai praticamente paralisar todo o movimento ferroviário do Nordeste. Tem maiores proporções em Pernambuco onde, com a violência da polícia, passou a contar com a simpatia da população e segundo Gregório Bezerra até mesmo de alguns soldados do 29º BC que haviam sido mobilizados para reprimir a greve (BEZERRA, 1979, p. 239-240). Segundo Gregório Bezerra, a adesão de praças do Exército talvez tenha contribuído para que o Governo Federal preparasse uma desmobilização em massa nos quartéis do nordeste, o que levou, segundo ele, a direção do Partido Comunista a baixar uma resolução para o Nordeste, ordenando que, no caso da desmobilização em massa, se poderia dar início ao movimento revolucionário (BEZERRA, op. cit., p. 239-240).

Conforme veremos, a desmobilização no quartel do 21º BC vai ser um aspecto importante, talvez decisivo para a Insurreição no dia 23 de novembro em Natal.

O PCB e sua atuação no Rio Grande do Norte entre 1926 e 1935

Reconstituir, mesmo que brevemente a história do Partido Comunista no Rio Grande do Norte não é uma tarefa fácil. Não há praticamente registros documentais (o Partido, ao contrário de outros similares na América Latina, não tem uma história oficial) e tampouco referências na bibliografia historiográfica do Rio Grande do Norte. O registro que fazemos tem como base algumas entrevistas com antigos militantes e, fundamentalmente, das informações contidas nos autos dos processos do Tribunal de

Segurança Nacional, que faz referências esparsas, necessitando de um verdadeiro trabalho de “garimpagem” nos processos.

A respeito da organização do partido em Natal a única referência é de José Praxedes, que atribui a alguns sapateiros, entre os quais ele mesmo, como os primeiros a organizarem o partido. Segundo seu depoimento, o partido começa a se organizar em novembro de 1926. Nesse período, ele trabalhava numa fábrica de calçados em Natal e havia ajudado a organizar, pouco antes, a União dos Sapateiros do Rio Grande do Norte. Diz ele:

nesse ano o jornal *A Nação* publica uma notícia sobre a preparação do I Congresso da Classe Trabalhadora que seria realizado no Rio de Janeiro, com o objetivo de organizar a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil [...] os sapateiros decidem mandar um representante [...] que toma contato com o pessoal do Partido Comunista e faz um relato do trabalho desenvolvido pelo grupo União dos Sapateiros. Cristiano Cordeiro, fundador do partido e seu secretário geral, que morava no Recife, envia um representante a Natal para organizar o grupo de sapateiros [...] quem veio a Natal foi o companheiro Lourenço Justino, de Recife. No final de novembro ele faz uma reunião com o nosso grupo na casa do sapateiro José Claudino [...] e expôs a linha do partido, falou da necessidade de nos organizarmos nas empresas [...] dessa reunião participaram seis pessoas: Eu, Pedro Marinho, Artur da Silva, Aristides, José Pereira e o José Claudionor, o dono da casa. Todos eram sapateiros. Ali fomos admitidos no Partido Comunista e planejamos as próximas tarefas (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 32).

De novembro de 1926 até a Primeira Conferência Estadual realizada em abril de 1935, as informações no que diz respeito a Natal são escassas. Sabe-se da ida, em 1932, de José Praxedes ao Rio de Janeiro, a chamado da direção nacional e só retornando a Natal no dia 14 de janeiro de 1935. O partido ajuda na formação da União Geral dos Trabalhadores (1932) e a contribui para a formação de alguns sindicatos, como o dos estivadores em Natal – o qual tanto seu primeiro presidente como o vice são militantes do partido – dos motoristas, funcionários públicos e

passa a atuar entre os operários de pequenas fábricas como as de sabão e bebidas. Em Mossoró, situada na região Oeste e a segunda cidade mais importante do estado, o partido tem uma atuação mais expressiva, organizando diversos sindicatos, sendo o mais importante deles, o de salineiros, que, na época, representava a categoria de um dos maiores contingentes de operários.

O sapateiro Aristides Galvão em depoimento no Tribunal de Segurança Nacional (Processo nº 4, volume 1) se refere a uma reunião que teria participado em abril de 1935 na qual estavam presentes Lauro Lago, José Macedo, João Batista Galvão e Adamastor Pinto e que “depois todos assinaram a ata, inclusive o depoente, dando como organizado o Partido Comunista em Natal” e recebe como incumbência a tarefa de “propagar nos meios operários as ideias comunistas” o que procurou fazer e, não conseguindo a contento, lhe foi dado a incumbência de organizar a União Feminina, órgão ligado ao PCB e a ANL.

No entanto, as referências de Aristides Galvão não são da fundação do partido em Natal, mas da realização da I Conferência Estadual, na qual foi eleita a direção do partido no estado, formada por José Praxedes, Lauro Lago, diretor da casa de detenção, ambos de Natal e Francisco Moreira e Raimundo Reginaldo, de Mossoró (irmão do Lauro Reginaldo, o “bangu” que depois foi designado pela direção do partido para atuar no Rio de Janeiro e posteriormente integrou o Comitê Central). Raimundo foi um dos fundadores do partido em Mossoró, em 1928, e quem convidou Aristides Galvão a participar da conferência.

Nesta conferência, além da reestruturação do partido, é discutida a organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no estado, conforme expressa orientação da direção nacional do Partido Comunista.

Em agosto de 1935, vem a Natal o Capitão do 29º BC, sediado em Recife, Silo Meireles. Recém-chegado de Moscou, a sua vinda tinha, entre outros objetivos, se reunir com a direção

do PCB para discutir a preparação de um Levante nos quartéis que o partido articulava em nível nacional (antes já estivera em Natal outro capitão do 29º BC, Otacilio Lima, também do PCB). A reunião com a direção do PCB é realizada, na qual foi comunicado a entrada de militares do 21º BC no partido (desde abril, havia alguns pequenos núcleos da ANL organizados no quartel), entre eles os sargentos Quintino Clementino de Barros, Eliziel Henrique Diniz e os cabos Gilberto de Oliveira e Giocondo Dias que, segundo seu depoimento, já era membro do partido há aproximadamente um ano e meio (DIAS, 1983, p. 142). O objetivo era ampliar o trabalho dentro do quartel, com novas filiações e preparar o Levante.

O comitê regional se reunia na casa de João Galvão Filho, que trabalhava como secretário do Colégio Estadual do Atheneu. Além de sua casa, as reuniões ocorriam também debaixo dos postes de iluminação pública, sempre em pequenos grupos (três pessoas). As decisões tomadas pelo comitê regional eram passadas para os “grupos dos postes” que, por sua vez, deveriam transmiti-la para outras células. Era destacado um militante para fazer a ligação entre o comitê regional e as células dos “postes” e essa tarefa era geralmente feita pelo sargento do 21º BC Eliziel Henrique Diniz. Havia ainda reuniões na padaria Palmeiras, situada na Rua Frei Miguelinho, pertencente a João Fagundes. Essas reuniões eram realizadas sempre tarde da noite, no sótão da padaria, com as luzes apagadas para não chamar a atenção e nas quais compareciam com frequência o sapateiro e membro da direção regional, José Praxedes de Andrade. Outro lugar era na casa do motorista Epifânio Guilhermino. Ali as reuniões eram realizadas de 8 em 8 dias “para tomarem conhecimento das correspondências provenientes do Rio de Janeiro”¹⁴

14 Depoimento prestado à polícia, em janeiro de 1936, por Leonila Felix, esposa de Epifânio Guilhermino, dirigente do partido comunista em Natal e um dos mais ativos participantes da Insurreição do 21º BC em novembro de 1935. Processo nº 2 (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

e cujos frequentadores eram João Maranhão – conhecido como José Pretinho – Francisco Moreira, José Costa e José Praxedes. Havia reuniões ainda na sede da União dos Estivadores. Segundo o relatório do procurador da República, enviado ao Tribunal de Segurança Nacional “foram nesses lugares onde a trama revolucionária foi tramada”.¹⁵

O chefe de polícia, João Medeiros Filho, vai atribuir ao Interventor a responsabilidade pela expansão do comunismo no estado “a bem dizer, a verdadeira propaganda comunista começou nesse estado no governo do Sr. Mário Câmara. O Rio Grande do Norte era considerado, naquela época, o paraíso dos comunistas. Nos cadastros policiais dos centros adiantados, no tocante a ordem social, Natal, Mossoró e Areia Branca eram tidos como verdadeiros quartéis gerais dos agentes de Moscou” (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 45). Embora o Rio Grande do Norte e as cidades citadas pelo o então chefe de polícia não fossem exatamente o “paraíso dos comunistas”, é fato que o partido atuava, mas sem o estímulo de Mário Câmara, filho de uma tradicional família do estado, e um conservador. Suas divergências com as oligarquias, em particular com o Partido Popular era em função das circunstâncias de como se deu a luta pelo poder político local e não por qualquer afinidade com os setores mais organizados da classe trabalhadora que se opunham a essas oligarquias, especialmente os comunistas.

O Partido Comunista vai ter um papel fundamental na organização de diversos sindicatos, principalmente na região Oeste. Em Natal, no ano de 1935, além da direção de sindicatos como o de sapateiros, funcionários públicos, motoristas e estivadores, organizam os poucos núcleos da ANL de abril a julho e inicia um trabalho de organização dentro do quartel do 21º BC, especialmente, cabos e sargentos. Esse será um aspecto

15 Relatório do Procurador da Justiça do Rio Grande do Norte ao presidente do Tribunal e Segurança Nacional (Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

importante para se compreender a Insurreição em Natal, porque terá início no quartel e sob a direção de militantes comunistas que lá atuavam.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL)

A exemplo do Partido Comunista a reconstituição da ANL no Rio Grande do Norte é uma tarefa difícil uma vez que não há praticamente registros nas fontes documentais pesquisadas. Uma das poucas referências está no livro *O Regime de Vargas: 1934-1938 - os anos críticos* (LEVINE, 1980). O autor fez pesquisas em Natal, tendo acesso inclusive aos arquivos policiais. Ele afirma que a ANL no estado não conseguiu reunir mais do que “poucas dezenas de pessoas”. Os aliancistas “imprimia[m] e distribuía[m] panfletos e tinha um sede minúscula por cima de uma loja no centro comercial de Natal. Os grupos de fachada, antifascistas, cuja existência promoveu, tiveram vida breve. Estabeleceram-se bases no interior rural do estado, onde agentes do PCB fizeram agitações em favor da reforma agrária” (LEVINE, 1980, p. 163).

Criada formalmente no estado em abril de 1935, em Natal, com a inauguração de uma sede num pequeno prédio no centro da cidade, não teve o crescimento que foi observado em outras capitais. A direção estadual, que incluía militantes comunistas, como é o caso de Adamastor Pinto, pensou promover manifestações antifascistas, a exemplo do que ocorrera em São Paulo e Rio de Janeiro, mas desistiram por temer um grande fracasso. As únicas manifestações públicas são quando da vinda de uma caravana aliancista do Rio de Janeiro que percorria diversas capitais do país, passando em Natal em junho de 1935. Tendo Roberto Sisson e João Cabanas como principais lideranças, realizam um comício em frente ao palácio do governo (que será usado depois pela oposição contra Mário Câmara, acusando-o de conivência com os comunistas) mas não conseguem atrair um número muito grande de pessoas. A caravana segue para

Mossoró, a caminho de Fortaleza, onde também realizam um comício em praça pública.

Constituída em plena campanha eleitoral, a ANL atacava as duas facções em luta (a Aliança Social e o Partido Popular), descrevendo-as como integradas por “elementos os mais reacionários [...] desde grandes latifundiários feudais a trabalhadores desiludidos [...] e míseros burgueses que ainda estão convencidos que é possível resolver a miséria e a fome reinantes com insignificantes reformas dentro da presente ordem imperialista e feudal”.

João Café Filho, num livro de memórias, diz ter sido convidado por Hercolino Cascado para ingressar na ANL e não aceitou:

No começo do mesmo ano de 1935, fui solicitado pelo comandante Hercolino Cascado e outros a ingressar em suas fileiras. Recusei o convite. Embora se apresentasse como frente democrática, entendia que o Partido Comunista, fazendo parte da Aliança Nacional Libertadora, e sendo a única força política realmente estruturada e atuante, fatalmente acabaria dominando-a, como na verdade aconteceu (CAFÉ FILHO, 1966, p. 85).

No dia 11 de julho de 1935, a ANL é colocada na ilegalidade, tendo como base a Lei de Segurança Nacional de 4 de abril de 1935, sob o pretexto de um discurso de Luís Carlos Prestes proferido em 5 de julho – data comemorativa da primeira revolta tenentista em 1922. E, assim, os poucos núcleos que funcionavam no estado, inclusive dentro do 21º Batalhão de Caçadores, deixam formalmente de existir. Não há registro de qualquer manifestação de protesto contra o Governo federal pelo fechamento da ANL no estado.

De julho até novembro de 1935, quando ocorre a insurreição do 21º BC, o que pode ser considerado como seus núcleos operativos e que continuaram a existir após a decretação da ilegalidade, são militantes do Partido Comunista. E é em nome da ANL que diziam agir quando tomaram o poder, mesmos fugazmente, pouco mais de quatro meses depois de ser posta na ilegalidade.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), seção do Rio Grande do Norte

A Ação Integralista no Rio Grande do Norte foi fundada no dia 24 de julho de 1933 por um pequeno grupo de intelectuais, entre outros, Luís da Câmara Cascudo, Oto de Brito Guerra, Américo de Oliveira Costa e Miguel Seabra. A solenidade foi realizada no Teatro Carlos Gomes e contou com a presença do Interventor do estado, Bertino Dutra. Em 1935, foi criado o jornal *A Ordem* para divulgar notícias relativas à atuação da AIB tanto no estado como no país. Robert Levine (1980) faz referências aos integralistas no estado afirmando que “dos grupos radicais de oposição no Rio Grande do Norte, os integralistas eram os mais influentes”. Um dos seus fundadores, Oto de Brito Guerra, será um dos secretários do Interventor Mário Câmara, que sucede Bertino Dutra. Segundo Levine, havia algumas centenas de integralistas registrados, na maior parte, homens de negócios, profissionais liberais, funcionários públicos e estudantes” (LEVINE, op. cit., p. 162).

No livro *Pequena história do integralismo no Rio Grande do Norte*, o jornalista Luiz Gonzaga Cortez, reconstitui a história do integralismo no estado, trabalho enriquecido com fotos dos integralistas, além de entrevistas com remanescentes e mostra que a maior inserção do movimento no estado foi na região do Seridó “graças ao prestígio do padre Walfredo Gurgel (depois, eleito governador do estado em 1965) e do maestro Felinto Lúcio, de Carnaúba dos Dantas que, juntamente com Acari e Currais Novos, formavam os maiores núcleos integralistas do estado, que constituía, segundo o autor “a província integralistas do RN” (CORTEZ, 1986, p. 24). A expansão de seus núcleos, em especial no interior, só se dará em 1935 (portanto, dois anos após sua fundação).

Em 1934, nas eleições para a Assembleia Constituinte do estado, a seção da AIB do Rio Grande do Norte lança alguns candidatos, mas não consegue eleger ninguém. O maior destaque

da campanha foi a presença em Natal de Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira e seu principal dirigente e o escritor Gustavo Barroso.

Com o lançamento do jornal *A Ordem*, os integralistas passam a divulgar suas ações no estado por meio de artigos e outros textos. No primeiro número, o jornal publica um artigo de Plínio Salgado e informações sobre a formação de diversos núcleos integralistas no estado. Artigos de Plínio Salgado e Gustavo Barroso passam a ser frequentes (transcritos do jornal integralista *A Razão*, de São Paulo) e artigos contra a Aliança Nacional Libertadora, vinculando-a ao Partido Comunista (é o único jornal que traz informações sobre o VI Congresso da III Internacional Comunista, realizado em Moscou em agosto de 1935).

Até 1935, não há registro na imprensa local quanto a incidentes envolvendo integralistas e comunistas. No dia 7 de outubro de 1934, quando os integralistas promoveram uma manifestação em comemoração aos dois anos de fundação da AIB, houve um violento conflito na Praça da Sé, em São Paulo, envolvendo os integralistas e antifascistas. A primeira notícia data de 7 de outubro de 1935, informando que a casa de José Macedônio, dirigente da Ação Integralista em Ceará-Mirim (RN), fora arrombada e uma dinamite lançada em seu telhado. Os integralistas acusaram os “elementos extremistas”, embora os autores não tenham sido identificados pela polícia.

Para o dia 7 de outubro de 1935, nos três anos de fundação da AIB, programaram-se atos em todo o país, que serviram também de protestos contra a decisão do presidente Getúlio Vargas de proibir a formação de milícias integralistas. Em Natal, a solenidade foi programada para a noite. O jornal *A Razão* conclamava a presença de seus militantes e simpatizantes, inclusive do interior do estado, que marcou presença com algumas caravanas. Após a solenidade, oito integralistas foram atacados na rua e agredidos por um grupo de pessoas que a imprensa qualificou no dia seguinte como constituído por “elementos extremistas”

(entre as expressões ouvidas pelos agredidos estava o de “galinhas verdes” daí atribuir-se à participação de antifascistas).

No dia 11 de outubro, em torno das 22 horas a sede da Ação Integralista em Natal foi invadida, sendo pichados todos os quadros, cadeiras foram quebradas e livros e bandeiras rasgados. Foi hasteada uma bandeira vermelha e as paredes foram pichadas com vivas ao comunismo, a ANL e Luís Carlos Prestes. Deixaram ainda uma galinha morta, pintada de verde, dependurada no mastro da sede.

No dia 16 de outubro, uma caravana integralista partiu de trem de Natal para a cidade de Ceará-Mirim. O objetivo era o de participar de uma solenidade que contaria com a presença de novos aderentes e culminaria com um comício em praça pública. Ao chegarem à cidade, são recebidos pelos integralistas locais, mas também por anti-integralistas, dispostos a impedir a realização dos atos que haviam sido programados. Os atos só foram possíveis de ser realizados em função da presença de grande aparato policial e da ação de um fazendeiro da região, Vital Correia. Às 17 horas, a caravana de Natal regressa, mas, ao chegarem em Extremoz, o trem foi parado por João Ricardo, um operário que, cansado, contou que vinha correndo desde o km 9 na direção de Natal, para avisar que os trilhos haviam sido propositalmente arrancados e, portanto, a continuidade da viagem poderia acabar em tragédia. O fato teve ampla repercussão na imprensa. Um inquérito policial foi aberto, mas não se conseguiu identificar os autores e o processo foi arquivado. Posteriormente, os integralistas realizaram uma sessão solene em agradecimento a João Ricardo.

Daí até a data do Levante, no dia 23 de novembro de 1935, não há registro de outros conflitos. E, no período em que Natal foi ocupada pelos insurretos, os integralistas não foram molestados. Sua participação por ocasião do Levante foi basicamente no episódio da Serra do Doutor onde um grupo de integralistas, arregimentado pelo vigário de Acari, Walfredo Gurgel, trava combate com os insurretos (CORTEZ, 1986, p. 37).

A Insurreição de novembro de 1935

O cenário dos acontecimentos: Natal em 1935

1935. Natal era uma pequena cidade com aproximadamente 40 mil habitantes.¹⁶ O movimento comercial era concentrado em dois bairros: a Cidade Alta, no centro e o da Ribeira, onde se localizava o cais do porto, na Av. Tavares de Lira.

A cidade tinha um considerável movimento portuário, sendo frequente a presença de navios estrangeiros que levavam, para a Europa, algodão e sal, além de navios brasileiros, de cargas e de passageiros. Havia três companhias de navegação em Natal, todas na Ribeira: a Companhia Carbonífera Rio-grandense (Rua Chile, 102), com linha regular, quinzenalmente, de Porto Alegre ao Maranhão (através dos cargueiros Porto Alegre, Piratini, Butiá, Chuí, Herval, Taqui e Tambaú) que passavam em Natal; a Companhia Nacional de Navegação Costeira (Rua Frei Miguelinho, 116) e a Companhia de Navegação Lloyd Brasileira (Rua Dr. Barata, 220).

Além disso, havia o Serviço Aero Condor (cargas, passageiros e correio) com um voo semanal e o Serviço Aero London-Lufthansa, que anunciava voos Brasil /Europa em 4 dias, todas as quintas-feiras. Os voos regulares eram os hidroaviões da Panair, que pousavam no Rio Potengi (usava-se o

16 O Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Norte não dispõe de dados precisos sobre o ano de 1935. Os dados de população são aproximações tendo em conta os censos de 1920 e 1940, que dão, para a cidade de Natal, respectivamente, 30.606 e 55.119 habitantes.

termo “aquatizou” – “aquatizou às 14 horas o avião horário da Panair”) perto do cais Tavares de Lira (a Panair dispunha de lanchas e de um flutuante onde as pessoas esperavam os embarques e desembarques). Quando eram as autoridades que chegavam, como eram os casos, por exemplo, de políticos ou do Interventor, seus correligionários organizavam recepções no cais, com bandas de música, discursos etc.

Após o fechamento do comércio, o movimento se concentrava no cruzamento das avenidas Rio Branco e João Pessoa, no centro da cidade e no bairro da Ribeira, onde ficavam alguns cafés muito frequentados, como o café “Cova da Onça” (Rua Tavares de Lira). Esse movimento geralmente crescia após as 21 horas, com o término das sessões de cinema.

Natal tinha na época três cinemas: O Royal Cinema, “o Cinema da elite” (Empresa irmãos Cavalcante) que ficava na Rua Vigário Bartolomeu, esquina com a Rua Ulisses Caldas no centro da cidade, onde além das sessões cinematográficas, apresentava-se uma orquestra, (considerada de excelente qualidade); o Cine Teatro São Pedro, “o Cinema de Natal”, no bairro do Alecrim (este Cinema divulgava só exibir filmes da Metro, United Paramount, Universal, Fox e Programs Art e Broadway) e o Politheama, na Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, próximo ao Teatro Carlos Gomes (depois, Alberto Maranhão). Inaugurado em 2 de dezembro de 1911, era o segundo cinema da cidade (o primeiro foi o “Cinema de Natal” inaugurado em 1909 e funcionava no Teatro Carlos Gomes que, de 1928 a 1932 passa a se chamar “Cine Teatro Carlos Gomes” com sessões regulares de cinema). O Polytheama era o mais moderno: além de uma sala de exibições tinha ainda uma sala de jogos (bilhar), bar e sorveteria. Os filmes exibidos na cidade eram quase, simultaneamente, as grandes produções da Metro, United, Paramount, Universal, Fox e Propaganda Art e Broadway que haviam estreado no sul do país. Aos domingos, tinha as “matinês” e “vesperais” e até mesmo uma “sessão das moças” e, no jornal *A República*,

havia uma coluna chamada “palcos e telas” (sem periodicidade regular) com sinopses dos filmes em cartaz e uma outra, mais irregular, com o nome “Cinema”, de crítica cinematográfica.¹⁷

Em julho de 1935, Mário Câmara instituiu, através de um decreto, pela primeira vez, um cinema educativo em Natal, dirigido pelo Departamento de Educação. Ainda foram exibidos alguns filmes no salão do orfanato João Maria, com a presença do próprio Mário Câmara. No entanto, essa iniciativa não teve continuidade no governo que o sucedeu.

O bairro mais importante da cidade era o da Ribeira onde se concentrava o comércio mais variado. Era o bairro das grandes lojas, casas comerciais, empresas e bancos. E também dos melhores hotéis: Hotel Avenida, Hotel dos Leões, Hotel Internacional (na Rua Chile). Era também onde ficava o Teatro Carlos Gomes (inaugurado em 1906), o jornal oficial *A República* o escritório de duas companhias francesas de aviação: a Compagnie Générale Aéropostale, a Latécoère e um dos pontos mais frequentados pela elite da cidade: o café “Cova da Onça”, em especial os partidários do Partido Popular (José Augusto, quando governador, costumava frequentá-lo após o expediente). E era também o bairro que, durante décadas, se concentravam os desfiles do carnaval.

O transporte coletivo era o bonde elétrico, inaugurado em 2 de outubro de 1911 (em 1909, foi inaugurado, com grande festa, o bonde puxado a burro, o “ferro carril” que tinha como trajeto a Rua Dr. Barata, na Ribeira, até a Praça Padre João Maria, na Cidade Alta). Neste ano, chegam também a Natal a luz elétrica e o telefone.

17 Um bom trabalho de pesquisa sobre a história do cinema em Natal foi feito pelo jornalista Anchieta Fernandes Écran Natalense (Capítulos da História do cinema em Natal), de onde tirei boa parte das informações sobre os cinemas de Natal.

No centro da cidade, semanalmente, a banda de música do 21º BC realizava concertos ao ar livre, atraindo um bom número de pessoas, o que era citado na imprensa como “o elegante footing da Av. Rio Branco”. Eram destaques os cafés “Magestic”, o “Petit Bar” e o “Grande Ponto” frequentado pela intelectualidade e as elites.

Circulavam quatro jornais: *A República* – órgão oficial do governo; *A Razão*, do Partido Popular; *A Ordem* de orientação católica (e integralista), fundado em 14 de julho de 1935, e *O Jornal*, fundado em 6 de agosto de 1931, pertencente a João Café Filho. Afora esses, havia também os de duração efêmera como “O Feitiço”, um semanário que foi anunciado no dia 29 de março de 1935 formado por um grupo de intelectuais para “defender a arte e as letras potiguaras” contando com a colaboração “dos melhores poetas e prosadores contemporâneos”, entre os quais Luís da Câmara Cascudo e o poeta Jorge Fernandes. Circulou também, neste ano, com periodicidade irregular, um vespertino chamado *O Debate*, criado em 5 de julho de 1934, dirigido por Antônio Alves e de apoio ao Interventor Mário Câmara.

Havia na cidade apenas uma biblioteca pública, com 9.691 volumes, um teatro, dois arquivos públicos (um estadual e um municipal) precariamente organizados e uma livraria, a “Cosmopolita”, localizada no bairro da Ribeira (as Casas Pernambucanas e a Casa Gondim, entre outras coisas, também vendiam livros e sempre anunciavam nos jornais à chegada em Natal de livros lançados no sul do país. No início de 1935, por exemplo, anunciará por vários dias a chegada dos livros *A Selva*, de Ferreira de Castro, e *Alma Bravia*, de Policarpo Feitosa). Embora, ao que tudo indica, a venda de livros não fosse expressiva e, tampouco, grande e diversificado o estoque de livros, após os acontecimentos de novembro de 1935, João Medeiros Filho, o chefe de polícia da época, dirá que “a bem dizer, a verdadeira propaganda comunista começou neste Estado no Governo do Sr. Mário Câmara [...] as livrarias outra literatura não exibiam em

suas vitrines senão a de Lenine, Stalin, Tolstoi, Marx, Engels, Kropotkin, Bakunin, Owen etc. (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 45).

A difusão da literatura marxista provavelmente não era tão expressiva como se sugere. A própria direção local do Partido Comunista pouco conhecia de marxismo (até porque eram raros os livros) e por ocasião da repressão ao movimento de novembro de 1935, na qual foram realizadas centenas de prisões, muitas das quais com invasão policial nas casas de indiciados em processos, é insignificante o número de livros apreendidos e, dos listados nos autos dos processos, não há praticamente literatura marxista.¹⁸

No que diz respeito à educação, o índice de analfabetismo era expressivo. Em 1920, o censo escolar havia revelado que 81% dos 547 mil habitantes eram analfabetos. Na década de 1930, o índice continua praticamente inalterado. Em 1933, por exemplo, por ocasião das eleições para a Assembleia Constituinte, a população do estado era de 764.571 habitantes, sendo que apenas 18.959 puderam se inscrever para votar. Em 1934, menos de 2% dos 22 mil jovens em idade escolarizável tinham acesso à escola. No censo de 1940, o índice de analfabetismo continua praticamente

18 No processo número 2 do Tribunal de Segurança Nacional relativo aos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte, num dos relatórios policiais, consta uma relação de aproximadamente 30 livros que foram apreendidos pela polícia. Se se pudesse falar em literatura marxista, quem talvez tivesse o maior acervo no estado eram os irmãos Reginaldo (Jonas, Raimundo e Lauro) em Mossoró, que além de documentos e livros enviados pela direção do partido, no Rio de Janeiro, ainda os adquiriam numa pequena livraria pertencente a Lauro Escócia que, por sua vez, comprava dos viajantes que chegavam ao porto da vizinha cidade de Areia Branca, que, na época, junto com Natal, eram portos importantes para o escoamento da produção do sal e algodão, inclusive para a Europa, não sendo raro, portanto, a presença de navios estrangeiros. Desde 1934, quando Mario Câmara cria a Agência da Companhia Carbonífera, esses portos passam a ser itinerário dos navios que faziam o trajeto de Porto Alegre (RS) a São Luís (MA).

o mesmo (80% da população) e algo em torno de 90% das crianças em idade escolar, continuavam não tendo acesso à escola.

Do ponto de vista econômico, o ano de 1935 será de grandes safras de algodão e sal, que batem o recorde de produção, significando um crescimento nas exportações¹⁹ e o exercício financeiro de 1935 termina com um saldo em cofre de quase três mil contos de reis.²⁰

Em relação à indústria, praticamente não havia, a não ser pequenos estabelecimentos. Os dados existentes quanto à produção industrial de 1936 revelam que, das 245 fábricas existentes no Estado, a maioria, 151, era constituída de calçados e 77 era fabriquetas de bebidas, empregando um número muito pequeno de trabalhadores. Das 126 registradas em Natal, 89 tinham até 6 empregados e as demais (37) com 6 a 12 empregados. Em 1943, por exemplo, haviam sido cadastradas 155 empresas, sendo a maioria, 45, constituída de oficinas mecânicas e 29 alfaiatarias e o restante de pequenas fábricas como as de sabão, por exemplo, com uma média de 5 empregados. Esses dados são importantes porque revelam que a classe operária no Estado era pouco numerosa, considerado o conjunto da população economicamente ativa.

Em termos populacionais, até 1935, o crescimento de Natal é pouco significativo. O processo de concentração da

19 O Rio Grande do Norte, do ponto de vista econômico, era um dos menos desenvolvidos do país, caindo na obscuridade desde a queda (gradual) da cultura açucareira depois do século XVIII. A abolição da escravatura e as secas que se seguiram contribuíram ainda mais para a queda de sua produção. No início do século XX, amplia-se a plantação do algodão, que passa a ser o principal produto da economia regional nas décadas seguintes. No início de 1930 a produção sofre uma brutal queda em função dos acontecimentos de 1929 (queda da bolsa de Nova York etc.) e só a partir de 1935, tem início, com uma safra recorde, um aumento expressivo da produção e exportação do algodão.

20 Relatório do Interventor Mário Câmara referente aos anos de 1933-1935. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

população nas cidades mais importantes, como Natal e Mossoró, foi muito lento. Em 1870, quando o algodão se torna o principal produto de exportação do Rio Grande do Norte, em substituição a cana-de-açúcar, Natal tinha 8.909 habitantes. Em 1900, passa para 16.059 habitantes. Nas duas primeiras décadas do século, o crescimento também não é tão expressivo, em 20 anos, ou seja, em 1920, a população era de 30.696 habitantes e representava cerca de 5% da população do Estado. Crescimento significativo só se dará a partir de 1940, com um crescimento populacional muito superior a média do Nordeste.²¹

Quanto à segurança pública havia, em 1935, a Polícia Militar, o 21º Batalhão de Caçadores e a Guarda Civil. Não há registro nos arquivos pesquisados quanto aos respectivos contingentes. Pelos dados de 1933, a Polícia Militar tinha 18 oficiais e 348 praças. A Guarda Civil tinha um Inspetor (ou comandante), 12 graduados e 408 guardas, sendo, na época, o 6º maior contingente das Guardas Civis do Brasil. Com exceção do 21º BC, o Interventor indicava os respectivos comandantes.

Uma cidade insurgente: O Levante do 21º Batalhão de Caçadores

O dia amanhecia calmo em Natal. Os jornais que circularam nesse dia não traziam novidades dignas de registro. Uma pequena nota no jornal *A República* convidava a população para assistir a uma solenidade de formatura de alunos do Colégio Santo Antônio (turma de Contabilistas), à noite, no Teatro Carlos Gomes, que tinha como presença confirmada o governador Rafael Fernandes e outras autoridades. Seria apresentado o drama “O triunfo da cruz” e vários outros números

21 Um dos fatores explicativos desse crescimento foi o fato de Natal ter sido uma importante base de operações norte-americanas (o acordo foi assinado em Natal, com a presença dos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos) que trouxe, além de um grande contingente de militares, a construção de aeroporto, estradas etc.

de declamações e comédias. O jornal *A República* noticia em primeira página a chegada de diversos telegramas, tanto do sul do país como do interior do estado, parabenizando o governador Rafael Fernandes por sua eleição e posse. Traz também uma pequena nota informando a chegada, no dia 17 de novembro, de uma esquadrilha mexicana, composta de 6 unidades, tendo como comandante o capitão de corveta Hector Meixueiro, que junto com os demais comandantes são convidados para a solenidade no Teatro Carlos Gomes. O Cine São Pedro anunciava uma “programação gigantesca [...], pela última vez” exibindo três filmes: *Quente como pimenta*, *O tesouro do pirata* e *O preço do silêncio*.

No palácio do governo, houve expediente normal pela manhã. A única novidade, segundo o então secretário do Governador, Dr. Aldo Fernandes (que havia sido eleito Deputado Estadual pelo Partido Popular), foi ter chegado ao palácio notícias de “umas reuniões com um Zé Praxedes, Lauro Lago, de caráter subversivo”. Como Lauro Lago era administrador da Casa de Detenção, o governador, junto com o secretário, resolvem providenciar imediatamente a sua demissão.²²

Quartel do 21º Batalhão de Caçadores. O dia amanheceu calmo, com a mesma rotina da vida da caserna. Pela aparente calma reinante, logo após o rancho do meio-dia, a maioria dos oficiais e soldados seria dispensada, devendo retornar ao quartel às 21 horas para a revista rotineira de recolher. A novidade desta manhã é a chegada de um documento endereçado ao comandante do 21º BC pelo General Manuel Rabello, da 7ª Região Militar, autorizando o licenciamento de praças com tempo vencido e de alguns envolvidos em incidentes poucos dias antes. Foram licenciados pouco mais de 30 praças. Como era sábado, ficou para segunda-feira, dia 25, a continuação das dispensas,

22 Depoimento prestado à polícia por todos os integrantes do carro em que ia Epifânio Guilhermino. Processos do Tribunal e Segurança Nacional, Arquivo Nacional (RJ), Processo nº 2, volume IV, p. 407-420.

que atingiriam também alguns cabos e sargentos.²³ No início da tarde, parte da tropa, incluindo a oficialidade, foram para suas casas, ficando apenas dois oficiais: o Tenente Abel Cabral, como oficial de dia, e o Tenente João Cícero de Souza, da banda de música do quartel.

Anoitecia. O Governador jantava com amigos e pouco depois se dirige para o teatro Carlos Gomes, acompanhado de seu secretário Dr. Aldo Fernandes. No teatro, ocupam as cadeiras reservadas às autoridades, incluindo oficiais do 21º BC e da Polícia Militar e ainda tripulantes da esquadra mexicana que, de passagem por Natal, haviam sido convidados a participarem das solenidades de formatura.

21º Batalhão de Caçadores: pouco depois das 19 horas, o pessoal da guarda, que dava sentinela no quartel, nota um pequeno movimento no pátio com deslocamento de alguns soldados, cabos e sargentos, mas não percebem nada que pudessem qualificar como anormalidade. Como se aproximava da hora da troca de sentinelas, imaginaram ser um movimento nesse sentido. Às 19h30, os sentinelas viram, mais uma vez, o deslocamento de alguns homens pelo pátio, só que agora estavam armados e se aproximando do oficial de dia. Pensaram, de início, ser os integrantes da patrulha de rua, criada há pouco, em razão dos assaltos a bondes que tinham ocorrido nos últimos dias (os assaltos foram feitos por homens fardados, com máscaras e havia, inclusive, suspeitas de participação de militares do 21º BC). Mas não era a patrulha. Eram três homens: O sargento (músico) Quintino Clementino de Barros, o cabo Giocondo Alves Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima. Estavam bem armados. Aproximam-se do oficial de dia e Giocondo, apontando um fuzil, diz: “Os senhores estão presos em nome do capitão Luiz Carlos Prestes”. Não oferecem resistências. Nesse momento, um grupo de homens armados ocupam rapidamente os lugares

23 Depoimento do então secretário do governador Rafael Fernandes, Aldo Fernandes, in LIRA, 1987, p. 21.

estratégicos do quartel, sob as ordens de Quintino Clementino e de outro sargento, Eliziel Henrique Diniz. Os oficiais são recolhidos de imediato à prisão, improvisada no cassino do quartel. Giocondo, à frente de um grupo armado, manda soltar os presos que estavam no xadrez do quartel e determina a execução de repetidos toques de recolher. Como o quartel era no centro da cidade (onde hoje fica o Colégio Winston Churchill) e boa parte dos soldados estavam nas imediações – alguns em suas residências e outros se divertindo nos bares da vizinhança – a ocupação do quartel é rápida. Os soldados, ouvindo os repetidos toques de recolher, dirigem-se rapidamente ao quartel. No pátio externo, foram colocados estrategicamente armas e fardas. Ao entrar, eram orientados por alguns cabos e sargentos para que se armassem e se fardassem (em depoimentos dados posteriormente, alguns praças disseram para entrar no quartel porque ele seria atacado). Da torre do quartel, são disparados diversos tiros para cima. Os tiros e os toques de recolher eram o sinal convencional de que a revolta começara. Um grupo de civis, incluindo algumas mulheres, invade o quartel, se fardando e se armando. O maior número era constituído de estivadores, tendo à frente o presidente do Sindicato da União dos Estivadores, João Francisco Gregório. A todos eram dadas orientações para dar vivas a Prestes e a ANL.

Quintino Clementino e Eliziel Diniz, logo se destacam como chefes militares da rebelião, e, após a conquista do quartel (sem que houvesse qualquer resistência), organizam o deslocamento de tropas para os pontos estratégicos da cidade (o cabo Giocondo Alves Dias, que se destaca no início, foi ferido e encaminhado ao hospital Miguel Couto. Segundo seu depoimento, depois da tomada do quartel, se dirigia com alguns soldados para o Teatro Carlos Gomes com o objetivo de prender o Governador e outras autoridades, quando “no caminho houve um tiroteio, um dos recrutas que ia conosco atirou num soldado da polícia, na Delegacia da Rua São Tomé. No tiroteio fui ferido, levei três tiros e tive de ir ao hospital” (DIAS, 1983, p. 152). Constituídas

por praças e civis, sob o comando de um cabo ou sargento, estes deslocamentos se dão de forma eficiente e organizada: rapidamente são ocupados o palácio do governo, a residência do Governador, a central de usina elétrica, estação ferroviária, a central telefônica e telegráfica e o aeroporto da cidade, sendo providenciado ainda nesta mesma noite, o desligamento do farol que orientava os navios, localizado no Forte dos Reis Magos.

No Teatro Carlos Gomes, onde estava sendo realizada a solenidade, em função da proximidade com o 21º BC, os disparos são ouvidos e a programação foi interrompida. Como não se soube de imediato a origem dos tiros, o programa teve sequência. De qualquer forma, algumas pessoas saíram do teatro a fim de se informar sobre o que estava acontecendo. As que estavam nas primeiras filas, começam a se retirar, criando um ligeiro tumulto. Para abrandar os ânimos, o governador se levantou do camarote, pediu calma e solicitou que a orquestra começasse a tocar. Não adiantou. As pessoas continuaram a sair, já que os tiros não paravam. Os tripulantes da esquadra mexicana, pedindo licença ao governador se retiram, dirigindo-se rapidamente para os navios. Depois, com a frequência dos tiros, a saída é desordenada. O governador, junto com o seu secretário e demais autoridades resolvem sair. Os dois primeiros se dirigem ao quartel da inspetoria de polícia – reformada há pouco e da estrita confiança do governador – localizada bem próxima ao teatro. Ao saírem, ouvem tiros na Praça Augusto Severo, em frente ao teatro. Temendo serem atingidos, embora não fossem alvo dos tiros nem tivessem sido reconhecidos, resolvem entrar na casa de Xavier de Miranda, que era amigo de ambos e cuja residência ficava também numa pequena rua, quase em frente ao teatro. Ao chegarem, a porta da casa estava aberta e, em casa, apenas a esposa de Xavier. Explicada a situação, são convidados a ficarem até serem informados do que estava acontecendo. Dormem lá e, pela manhã, ao tomarem conhecimento do que tinha acontecido no 21º BC, vão até a casa de Guilherme Letiere, cônsul honorário da Itália, que morava próximo, onde ficam

até o final do movimento. Quanto ao prefeito de Natal, Gentil Ferreira, o seu chefe de gabinete, Paulo Viveiros, e Edgar Barbosa, diretor do jornal oficial *A República*, abrigam-se na casa do Sr. Amador Lamas, que transformou sua residência em consulado chileno, permanecendo por lá também até o final do movimento.

O chefe de polícia, João Medeiros, e o delegado auxiliar, major Genésio Lopes, estavam na Av. Rio Branco quando foram surpreendidos pelo tiroteio. Logo perceberam que os tiros vinham do 21º BC, onde se percebia haver uma grande confusão. Acharam mais prudente irem até o quartel da Polícia Militar, próximo ao 21º BC (onde se localiza atualmente a Casa do Estudante) e conversam com o capitão Joaquim de Moura, recomendando que colocasse o quartel em rigorosa prontidão. Em seguida, vão à inspetoria de polícia, localizado na Av. Duque de Caxias, na Ribeira. Ao passarem na Rua Nísia Floresta, o carro que os conduziam foi atingido por uma bala, sem causar danos (provavelmente uma “bala perdida”). Recomendam também prontidão na inspetoria. De lá, seguem para o Teatro Carlos Gomes. Naquele momento, em que pesem os tiroteios, a solenidade continuava. Conversam com o governador, que também não sabia o que estava acontecendo. O chefe de polícia ainda tenta telefonar para o 21º BC do Colégio Pedro II, vizinho ao teatro, mas não consegue ligação. Pouco depois, soube que havia diversos soldados do 21º BC defronte a agência do Banco do Brasil, próximo ao teatro, na Rua Tavares de Lira. Dirige-se para lá e conversa com o cabo Waldemar Coelho que o informa que estava ali com o objetivo de proteger o banco. Volta ao teatro. Lá é informado de que o major Jacinto Tavares, de quem era amigo, tinha sido visto no centro da cidade. Daniel Serquiz, um comerciante da cidade que estava assistindo as solenidades no teatro, se oferece para levá-lo em seu carro e junto com outro civil, José Seabra, saem em direção à Rua João Pessoa. Ao chegarem, encontram com o sargento Amaro Pereira à frente de um contingente de homens armados. Perguntam o que estava ocorrendo. O sargento sugere que se dirijam ao quartel do 21º

BC, onde se informariam melhor, seguem para lá e ao chegarem são reconhecidos e imediatamente presos.

Os oficiais que estavam no teatro ao saberem que os tiros partiam do quartel do 21º BC se dirigem para lá. Ao chegarem nas imediações, percebem uma grande confusão no quartel, um entra e sai incomum, presença de civis etc. Alguns decidem entrar no quartel e são presos imediatamente. Outros preferem fugir e, informados do que havia ocorrido, escondem-se em casas de parentes ou amigos.

Enquanto isso, o sargento Quintino Clementino, com o 21º BC sob completo domínio, ordena não só a ocupação dos pontos estratégicos da cidade como o deslocamento imediato de patrulhas para as casas dos oficiais com o objetivo de prendê-los. Coube a uma patrulha comandada pelo cabo Giocondo Dias ir ao teatro prender o governador e demais autoridades, mas, quando lá chegaram, todos já haviam saído e se escondido. Soube-se, posteriormente, que uma patrulha comandada pelo civil Carlos Winder esteve na residência de Carlos Lamas, onde estavam o Prefeito e outras autoridades, com o objetivo de prendê-los, mas, informado que se tratava de um consulado e que estes estavam ali asilados, foram embora.

Uma das patrulhas de civis e militares encontra no bairro da Ribeira o tenente da Polícia Militar Mário Cabral ao ouvir os tiros e o local dos disparos quando ia para sua residência, voltou para verificar o que estava acontecendo (depoimento nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional). O comandante da patrulha lhe dá voz de prisão. Preso, é conduzido ao quartel do 21º BC. Quintino, ao saber de sua prisão, manda chamá-lo e pede para ele ir ao quartel da polícia levando uma mensagem ao Sargento Farias, que estava informado da conspiração e que logo enviaria tropas para ocupar o quartel, devendo o sargento convencer aos seus subordinados a não oferecerem resistência, aderindo ao movimento.

Nesse ínterim, o Comandante da Polícia Militar, Major Luís Júlio, o Tenente-Coronel José Otaviano Pinto Soares (nomeado há pouco para o comando do 21º BC) e os Tenentes José Paulino Medeiros, Francisco Bilac e Pedro Silvio de Moraes, ao saberem da ocupação do 21º BC, dirigem-se para o quartel da polícia. Antes, vão à casa do Governador e, ao chegarem, já a encontram sob a guarda de uma patrulha dos insurretos. Com a aproximação dos oficiais, abrem fogo. Não conseguem ferir ninguém. Com os tiros, os oficiais se dispersam. Pouco depois se juntam novamente e decidem ir para o quartel da Polícia Militar.

O Tenente Mário Cabral se dirige ao quartel da polícia, mas não consegue falar com o Sargento Farias. Com os tiros, e também em função dos seguidos toques de recolher estabelecidos pelo oficial de dia, vários soldados procuram o quartel. Ali, a confusão era grande, já que não sabiam do que se tratava. Aos poucos, conseguem reunir uma força constituída por 42 praças. Cabral impossibilitado de contatar com o Sargento Farias, que, ao contrário do que esperava Quintino, organizava a tropa no quartel (o chefe de polícia e o delegado auxiliar haviam chegado antes e ordenam que o quartel entre de prontidão), volta ao 21º BC com a informação de que o quartel da Polícia Militar se preparava para resistir. De imediato, Quintino ordena o ataque ao quartel. Com a aproximação das tropas e ordens para que o quartel se entregasse sem resistências, os soldados já aquartelados, em vez de se entregarem, abrem fogo, e começa a fuzilaria. Mário Cabral participa do ataque ao seu próprio quartel – e segundo seu depoimento, sob a mira de armas (de qualquer forma, com a derrota do movimento, foi condenado a 10 anos de prisão).

Logo no início do tiroteio, chegam os oficiais, vindos da casa do Governador. Não conseguem entrar no quartel de imediato. Depois de algumas dificuldades, finalmente conseguem. Com a presença dos oficiais, entre os quais os comandantes da Polícia Militar e do 21º BC a resistência passa a se dá de forma

mais organizada. Às 21h, o fogo já era intenso e impossibilitava novos acessos ao quartel, a essas alturas já cercado pela frente e laterais (a parte de trás era um matagal e dava acesso ao Rio Potengi). A munição do quartel era pouca, ao contrário dos que os atacavam, em número superior, fortemente armados e com uma vantagem a mais: a proximidade com o quartel do 21º BC permitia reforço constante de homens e munições.

Mesmo assim, há uma grande resistência e o combate vai durar até as 14h do dia seguinte quando, esgotadas as munições, são obrigados a abandonar o quartel. Mas não se rendem. Seguindo as orientações dos Comandantes Luís Júlio e José Otaviano Pinto, tentam sair pela parte de trás do quartel. Ao perceberem que não havia mais resistência, as tropas rebeldes invadem o quartel e prendem os que tentam fugir pelas margens do rio. O único que conseguiu fugir foi o tenente Francisco Bilac, atravessando o Rio Potengi a nado, em direção a Redinha. O Tenente José Paulino – conhecido como Tenente “Zuza” e muito ligado a Mário Câmara – tenta esconder-se, mas é logo descoberto. Esboça uma reação e recebe uma rajada de metralhadora que o atingiu no tronco e no antebraço esquerdo. Preso e ferido, pouco tempo depois, teve de amputar seu antebraço esquerdo. Os Comandantes Luís Júlio e José Otaviano Pinto tentam seguir pela margem do Rio Potengi, rumo à Escola de Aprendizes de Marinheiros, mas são presos por uma tropa chefiada pelos motoristas Sizenando Filgueira e Odilon Rufino Filgueiredo, ambos fardados de Sargentos do 21º BC.

No combate ao quartel da Polícia Militar, foram feridos os Sargentos Celso Anselmo Pinheiro e Celso Dantas Neto, o Cabo Severino Mendes e os Soldados Antônio Jósimo e Antônio Gervásio Medeiros – todos com ferimentos leves e um morto: Luiz Gonzaga.

Sobre essa morte, há uma grande polêmica. Transformado em herói pela Polícia Militar em função de sua “bravura no enfrentamento aos comunistas e em defesa da legalidade” teve, posteriormente, seu heroísmo contestado. É o caso do Dr.

João Maria Furtado que, ao se referir aos acontecimentos de novembro de 1935 em Natal, diz:

Outro episódio a esclarecer: Elementos que tomaram parte efetiva na revolta e com atuação destacada nela, sendo presos e posteriormente condenados, entre eles Sizenando Filgueira, Ramiro Magalhães e Carlos Wander Linder [...] além de outras pessoas [...] sempre afirmaram que, realmente morreu nas proximidades do quartel da polícia um pobre demente que vivia perambulando pelas ruas de Natal, mas nunca fora soldado da Polícia Militar. Entretanto o major Luís Júlio resolveu “alistar” depois de morto Luiz Gonzaga como soldado da polícia que, assim, teve uma morte de herói (FURTADO, 1976, p. 128).

Sizenando Filgueira, na época militante do Partido Comunista, para o qual havia entrada em 1932 e que participou ativamente do movimento (foi ele que prendeu os comandantes da Polícia Militar e do 21º BC), em entrevista, no dia 25 de agosto de 1985, para o jornal *O Poti* (Natal/RN), diz a respeito de Luiz Gonzaga: “ele não era nem herói nem militar na época. Era apenas um débil mental”. E afirma que fora ele quem o matou “em legítima defesa”.

No dia 29 de setembro de 1985, o jornal *O Poti* publicou um artigo do jornalista Luiz Gonzaga Cortez (parte de uma série de 19 artigos publicados entre os dias 26 de maio e 24 de novembro de 1985, intitulado “O comunismo e as lutas políticas no Rio Grande do Norte na década de 30”) em que o mesmo afirma que houve uma adulteração no relatório da Insurreição, no qual Luiz Gonzaga teria sido inscrito como soldado depois dos acontecimentos. No dia 12 de outubro de 1985, o jornal publica uma carta do Dr. João Medeiros, chefe de polícia na época, que reconhece ter adulterado o relatório, mas que o fez “de boa-fé”.

No dia 15 de setembro de 1985, o jornal já havia publicado uma matéria do jornalista Luiz Gonzaga Cortez com o título “Jornal oficial não registrou ‘herói’”, assinada pelo mesmo jornalista, que reproduz a matéria de capa do jornal *A República*, de 29 de novembro de 1935. Embora nada signifique o fato de o

jornal oficial não registrar em sua primeira edição, depois do movimento, o suposto herói (podia ou não ser verdade independentemente do registro), o que é digno de nota na mesma matéria é uma entrevista com o escritor Manoel Rodrigues de Melo que diz “muitos anos depois é que começaram a falar nesse soldado [...] pois durante e depois da revolução ninguém falava nesse homem”.

No livro *Meu depoimento*, de João Medeiros Filho, publicado em 1937, há, em anexo, o relatório do delegado-auxiliar Enock Garcia que, ao se referir as vítimas do movimento, consta uma relação em que não aparece o nome de Luiz Gonzaga (p. 111). No entanto, em 1980, em outro livro (*82 horas de subversão*) ao transcrever o mesmo relatório, acrescenta, como primeiro da lista, “o soldado Luiz Gonzaga, do Batalhão Policial” (p. 100).

No dia 30 de novembro de 1935, portanto, logo após a derrota da insurreição, o Governador Rafael Fernandes visita os quartéis do 21º Batalhão de Caçadores e da Polícia Militar, acompanhado pela imprensa e não faz qualquer referência a morte de soldado da Polícia Militar. No dia 5 de dezembro de 1935, o Cel. Otaviano Pinto Soares, Comandante do 21º BC, em longa entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (transcrita no jornal *A República* de Natal), detalha sua participação e não faz também qualquer referência a morte de soldado da Polícia Militar. No entanto, em documento datado de 7 de janeiro de 1936 (Anexo 1), o governador do Estado, envia ao comandante da 7ª Região Militar o relatório do comandante do Batalhão Policial Militar datado de 23 de dezembro de 1935, em que diz: “após a retirada do quartel foi atingido e morto por certos tiros do inimigo o soldado Luiz Gonzaga que na metralhadora pesada se salientara como um bravo”. O curioso é que jornal oficial *A República* publica diversas matérias nos dias subsequentes à Insurreição e não faz qualquer referência à morte de soldado da Polícia Militar. Destacam-se essas matérias pelo fato de serem muito detalhadas e pela forma como

eram redigidas, com o sugestivo título “A malograda rebelião extremista” tal notícia certamente seria explorada ao limite. E, fato importante: não há nos autos dos processos referências a essa morte, entre as centenas de indiciados e presos e tampouco no julgamento dos processos, o que não irá ocorrer em dois outros casos de assassinatos, onde, além de constar os nomes dos envolvidos (e julgados também sob essas acusações), está anexado aos autos do processo cópias das respectivas autópsias.

Um documento importante é o relatório do Coronel Arthur Sílio Portela, encarregado do inquérito policial militar, datado de 19 de março de 1936 (Rio de Janeiro), que detalha (32 páginas) os acontecimentos do “movimento subversivo no Rio Grande do Norte”, inclusive a resistência do quartel da Polícia Militar (p. 6) e não faz referências à morte de soldado da Polícia Militar. É um relatório minucioso (consta inclusive a relação de todos os militares do 21º BC indiciados) caso isso tivesse ocorrido, dificilmente não constaria no relatório.

Voltemos ao relato dos acontecimentos: dos oficiais do 21º BC que conseguem entrar no quartel e são presos imediatamente estavam os Tenentes Luiz Abner Moreira e João Telles. Quintino, ao saber a prisão dos dois, manda chamá-los e tenta convencê-los a aderir ao movimento. Não consegue. No dia seguinte, à tarde, o Tenente João Telles foi levado ao Hospital Miguel Couto para conversar com Giocondo Dias, e também não consegue convencê-lo.

Estavam presos no quartel do 21º BC além dos 2 Tenentes, 1 Capitão, 1 Major, 1 Tenente-Coronel, o Chefe de Polícia, 7 Tenentes, 11 Sargentos e alguns praças e civis.

Afora o quartel da Polícia Militar, a única resistência encontrada foi no quartel do pelotão de cavalaria da polícia. Com 9 homens aquartelados, ainda conseguem resistir até às 11 horas do dia seguinte quando, esgotadas as munições, renderam-se.

A cadeia pública (onde hoje se localiza o Centro de Turismo) também foi atacada, mas face à superioridade numérica (e bélica) dos atacantes, a resistência dura pouco. Invadem a cadeia e soltam 68 presos.

São ainda invadidas – e seus ocupantes presos – a inspetoria de polícia, que foi cercada por um grupo de homens armados, militares e civis tendo à frente o inspetor fiscal Manoel Justino Filho, o ex-inspetor da guarda-civil Agostinho Campos e os civis Carlindo Revoredo e Antônio Soares Filho que encaminham todo o armamento ali existente junto com o material do setor de almoxarifado para o quartel do 21º BC.

Escola de Aprendizes de Marinheiro. Esta escola funcionava no prédio da Capitania dos Portos, no centro da cidade, quase por trás do quartel do 21º BC. Como era uma escola de aprendizes, seu contingente era formado por menores de idade que faziam uma espécie de “estágio preparatório” para ingressarem na Marinha. O número médio de aprendizes a cada ano era em torno de 100 homens. No sábado a noite, quando ocorreu o Levante, estavam na escola um suboficial, um sargento, 4 marinheiros e aproximadamente 50 aprendizes. O comandante, o capitão de corveta Leonel de Magalhães Bastos, estava em sua residência. Ao ouvir os tiros, dirige-se para a escola. Ao chegar, é informado do Levante no 21º BC, sem que tivesse maiores detalhes quanto as suas causas e objetivo. Tenta comunicar-se pelo rádio com o comando da região, na cidade do Recife, mas não consegue. Pouco depois de sua chegada, um contingente de soldados e civis se aproxima da escola. Vinha ocupá-la. Como era em número bem superior e estava bem armado, o capitão resolve retirar o pessoal do prédio – cujos fundos davam para o Rio Potengi. No rio, estavam alguns escaleres pertencentes à escola. Ao perceberem que iam fugir, os rebeldes começam a atirar, mas não conseguem ferir ninguém e, mesmo com a intensa fuzilaria, conseguem fugir dirigindo-se para um velho navio que estava encalhado na margem oposta do rio. Nesta

mesma noite, o capitão, imaginando que o prédio havia sido abandonado, tenta voltar, mas é recebido à bala e retorna ao navio. Pouco depois, junto com seus comandados, se dirige para os navios estrangeiros ancorados no porto, bem próximo ao local onde estavam. São recebidos pelo comandante do navio mexicano “G 24” onde ficam até o final do movimento.

João Francisco Gregório, o presidente do sindicato União dos Estivadores, recebe de Quintino Clementino a missão de ocupar o bairro das Rocas (onde ele e a maioria dos estivadores moravam) e o cais do porto, não permitindo a entrada ou saída de navios ou qualquer embarcação. Estavam ancorados alguns navios estrangeiros: os vapores Harriron Line e Both S. S. Co., uma esquadrilha mexicana com 6 navios e um vapor brasileiro (“Santos”). Antes que o grupo de estivadores ocupasse o cais, algumas famílias ricas da cidade conseguiram chegar aos navios, onde se asilaram.

Manhã do dia 24 de novembro: João Francisco se dirige ao vapor brasileiro e determina a paralisação da estação radiotelegráfica e apreende 20 cunhetas de munição e 5 caixas de dinamite que estavam destinadas ao Estado de Pernambuco. Esse material, levado ao quartel do 21º BC seria pouco depois empregado nos ataques aos municípios de Panelas e Baixa Verde. São suspensas também as operações de cargas e descargas de todos os navios.

No início da tarde, com a tomada do quartel da Polícia Militar não havia mais resistência. A cidade estava em poder dos revoltosos.

Quintino se reúne com alguns militantes do Partido Comunista a fim de decidirem o que fazer. Entre eles, Epifânio Guilhermino, um motorista de 29 anos que, junto com sua mulher, Leonila Felix, foram um dos primeiros civis a invadirem o quartel (Leonila havia pertencido a União Feminina, criada sob orientação do Partido Comunista. Ao entrar no quartel, onde

permanece até a manhã do dia seguinte, se arma e se farda de soldado, usando um lenço vermelho no pescoço). A ele coube a tarefa de trazer para o quartel alguns carros particulares. Não havia muitos na cidade e não era difícil saber quem eram seus donos e respectivos endereços. Às 7 horas da manhã, juntamente com os motoristas Manoel Justino Filho, José Bécora, Domício Fernandes e Gaspar Martins e mais 5 praças do 21º BC saem em busca dos carros. A primeira residência que teve carro requisitado foi a de José Alves Bila, um rico negociante da cidade. Estava em casa. Entrega a chave de seus carros. Vistoriados, apenas uma “baratinha” foi levada, por se encontrar em boas condições.

Ao sair da casa de José Alves Bila, Epifânio manda três dos cinco soldados que o acompanhava irem até a residência do tabelião Pedro Dias Guimarães (que havia sido prefeito de Natal). Ao chegarem à casa do tabelião o encontram em casa. Armados, não foi difícil convencê-lo a entregar a chave do cartório (localizado no centro da cidade, próximo a Prefeitura). De posse dela, Epifânio abre o cartório, manda buscar gasolina num posto de atendimento que ficava próximo e toca fogo no cartório. Quando saem, os vizinhos, alertados pela fumaça, conseguem debelar o fogo, salvando parte da documentação.

Dali, Epifânio segue para o mercado público onde será acusado de saquear dois pontos comerciais, entre eles o de José dos Santos. De lá, retiram dois caminhões e mais dois mil réis que são encaminhados ao quartel do 21º BC. Em seguida, ao passar em frente à residência do funcionário da costeira Otacílio Werneck, na Rua General Glicério, encontra-o de pijama na porta da casa e, segundo o depoimento prestado à polícia após os acontecimentos pelos motoristas Manoel Justino, Gaspar Martins, José Bécora e Domício Fernandes, ele diz: “vou experimentar o meu revólver” e ato contínuo faz diversos disparos.²⁴

24 Depoimentos prestados à polícia por todos os que estavam no carro com Epifânio. Processo nº 2, v. IV, p. 407-420. (Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo nacional, Rio de Janeiro).

Por tal crime, Epifânio terá a maior pena de todos os indiciados, presos e condenados: 33 anos de prisão. Depois disso, ainda se dirige para o armazém da viúva Machado, localizado na Rua Chile, no bairro da Ribeira onde retiraram diversas mercadorias, e mais quinhentos réis em dinheiro. Não se sabe bem porque, mas o fato é que houve um desentendimento entre ele e um dos soldados que o acompanhava e iniciam uma briga que resulta no ferimento de Epifânio. Internado no Hospital Miguel Couto é preso logo após a derrota do movimento. Quando se recupera, é enviado para a prisão do Rio de Janeiro no mesmo navio em que viajou, também preso, o escritor Graciliano Ramos que, no livro de memórias desse período (*Memórias do Cárcere*) lhe faz referências, assim como a outros presos do Rio Grande do Norte (como Lauro Lago, José Macedo e João Anastácio).

Na tarde do dia 24 de novembro, Quintino Clementino de Barros e Eliziel Diniz, se reúnem com a direção do partido, na casa de um ferroviário, no bairro da Ribeira. Participam da reunião, José Praxedes, José Costa e João Galvão. Decidem pela constituição de uma junta composta por membros da direção do partido, ficando assim constituída: Quintino Clementino de Barros (36 anos), Secretário de Defesa; Lauro Lago (36 anos), Secretário do Interior e Justiça; José Macedo (33 anos), Secretário de Finanças; João Galvão (33 anos), Secretário de Viação e José Praxedes (35 anos), Secretário de Aproveitamento.

José Praxedes, em entrevista quase 50 anos após os acontecimentos, afirma que, definida a composição oficial do novo governo, ele foi indicado a fazer a proclamação oficial ao povo de Natal “[...] fomos para a praça do mercado, em frente ao quartel do 21º BC e ali mesmo, na porta do quartel, eu subi a murada e li a proclamação do Governo Popular Revolucionário. O povo estava todo na praça e depois da proclamação saudou o novo governo com gritos de “viva a revolução”, ‘viva o Governo Revolucionário’, ‘viva Prestes’. Foi uma verdadeira festa” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 63). A proclamação em praça pública realmente ocorreu, embora

seja difícil precisar o número de pessoas presentes. João Café Filho vai se referir a esse episódio para acusar Praxedes de querer fuzilá-lo “outro dirigente do PC, o sapateiro Praxedes, Comissário do Povo para os Negócios de Aproveitamento, num comício em frente ao palácio, pregou a inclusão do meu nome na lista dos que deveriam ser fuzilados” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 89) no relatório do Cel. Arthur Sílio Portela, encarregado do inquérito policial-militar, faz referência a esse comício dizendo “os oficiais presos no 21º Batalhão de Caçadores puderam ouvir as pregações dos comícios realizados na praça fronteira ao quartel, onde foi aclamado o “comitê” revolucionário que deveria se encarregar dos destinos da terra potyguar”.²⁵

Constituída a junta – autodenominada Comitê Popular Revolucionário –, instalam-se na Vila Cincinato, situada na Praça Pedro Velho, no prédio que servia como residência do Governador.

Nessa reunião, provavelmente, foi discutida a consolidação do poder no interior do estado, uma vez que, à noite, começam a se formar algumas colunas, que se deslocariam para as principais cidades. Já nesta noite, saem os primeiros caminhões. Para cada uma foi nomeado um comandante, e seguiriam dentro de um plano preestabelecido. Quanto à sua composição, naquelas circunstâncias, não era possível estabelecer qualquer critério. Iria uma parte das tropas e os que ficaram, manteriam a vigilância dos pontos estratégicos já ocupados (ver mais adiante detalhes sobre o deslocamento dessas colunas).

Dia 25 de novembro. Segunda-feira. Às 9 horas da manhã, Nizário Gurgel, um dentista de 48 anos, líder político da Aliança Social (partido do ex-Interventor Mário Câmara) no município de Canguaretama, acompanhado por soldados do 21º BC, vai a bordo do navio mexicano “G 24” com o objetivo de negociar a retirada de alguns civis e militares que haviam se asilado no

25 Relatório do Cel. Artur Sílio Portela, datado de 19 de março de 1936. Processo nº 76 (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

navio. Conversa com o comandante, argumentando que, em caso de negativa, seria proibido o embarque de qualquer coisa para o navio, incluindo gêneros alimentícios. Mesmo com essas ameaças, o comandante não aceita a retirada de qualquer um dos asilados. Nizário se retira e comunica o fato a João Francisco Gregório, responsável pela guarda do cais do porto, para que fossem cumpridas as ordens de impedir a saída ou entrada no navio, seja de pessoas ou gêneros alimentícios (no seu processo, um dos maiores referentes ao Rio Grande do Norte, Nizário Gurgel anexa diversas cartas de políticos, autoridades, religiosos etc., inocentando-o. Afirma que sua ida ao navio tinha por único objetivo salvaguardar a vida dos que lá estavam).

A participação do Dr. Nizário Gurgel e, ao que parece, com ascendência, sugere a alguns analistas a participação de “maristas” (partidários de Mário Câmara) no movimento. Discutiremos esse aspecto mais adiante.

Vitorioso o Levante do 21º BC, logo foram instituídas algumas patrulhas que passam a fazer rondas pela cidade. E assim várias pessoas foram presas e encaminhadas para a improvisada cadeia na Vila Cincinato. Alguns por não haver motivos que justificassem foram liberados (Lauro Lago em seu depoimento a polícia diz que mandou soltar alguns por não ter visto qualquer razão plausível para terem sido presos). Outros ficaram na cadeia. É o caso do Sr. Antônio Quirino. Preso às 9 horas da manhã quando se dirigia para a feira das rocas, dizia desconhecer as razões de sua prisão e acusava um dos integrantes da patrulha de perseguição, em função de desentendimentos pessoais anteriores, ou seja, de antigas e não resolvidas rixas (é possível que casos semelhantes tenham ocorrido). No dia seguinte, aproximadamente às 22 horas, foi retirado do xadrez pelo sapateiro conhecido como “Moreira” (Manoel “Pulga”), um cunhado e pelo motorista Júlio Fernandes e conduzido na direção do município de Parnamirim. Antes de chegarem, o retiram do carro e o espancam violentamente, deixando-o na

estrada (nos autos dos processos, há detalhes sobre esse caso, embora não fiquem claras as razões do espancamento).

O primeiro documento da Junta é um decreto de poucas páginas, assinado no dia 25 de novembro pelo “Comitê Revolucionário” que dissolve a Assembleia Legislativa “por não consultar mais os interesses do povo e do Estado” e a destituição do governador Rafael Fernandes “em virtude de não ter sido encontrado em parte alguma deste estado fica o mesmo destituído do seu cargo, que não pode mais exercer”.

Foram pensadas também algumas medidas que pudessem ter algum impacto popular: Os preços dos bondes foram reduzidos de 50 para 20 réis, sendo providenciado também o imediato restabelecimento dos serviços dos bondes. José Praxedes, Secretário de Abastecimento, assina um boletim, distribuído aos comerciantes, no qual solicita a reabertura de seus estabelecimentos. O mesmo procedimento foi feito em relação aos bancos, em documento assinado pelo Secretário de Finanças, José Macedo.

Na segunda-feira, 25 de novembro, nem o comércio nem os bancos abriram. À tarde, José Macedo foi pessoalmente à casa do gerente do Banco do Brasil, junto com alguns soldados e civis armados, solicitar a chave do banco e dos respectivos cofres. Encontram o gerente em casa. Ele informa que as chaves do banco e dos cofres estavam com o contador. Vão à casa do contador. Não o encontram. Decidem ir ao banco (localizado na Rua Tavares de Lira, no bairro da Ribeira). Quando chegam, arrombam a porta, mas não conseguem fazer o mesmo com os cofres. Alguém sugere o trabalho de um especialista.

Às 20 horas, o serralheiro mecânico Manoel Severino, de 33 anos, estava em sua residência quando chegou um carro com os motoristas Lauro Teixeira e João Maranhão, mais conhecido como João “Pretinho” (ambos militantes do PCB) acompanhados de alguns soldados do 21º BC, todos fardados e bem armados, e

o intimam a comparecer à Vila Cincinato, sede do governo. Ao chegarem na Vila, José Praxedes o manda ir em companhia de José Macedo ao Banco do Brasil a fim de que o mesmo pudesse abrir os cofres do banco. Como ele não estava com as ferramentas necessárias, volta à sua residência, acompanhado de soldados para, em seguida, de posse de um maçarico, se dirigir ao banco. Ao chegarem, encontram alguns soldados que haviam ficado dando guarda, uma vez que a porta tinha sido arrombada na parte da tarde. Com a ajuda do maçarico, Manoel Severino abre o cofre, e, conforme dados nos autos do processo do Tribunal de Segurança Nacional, é retirada a quantia de 2.944, cento e quarenta mil e quinhentos reis.

Todo o dinheiro é transportado em um caixote do próprio banco, até a Vila Cincinato. Tomaram parte, além do mecânico Manoel Severino, os motoristas Lauro Teixeira, João “Pretinho”, Arari Silva, Odilon Rufino Figueiredo, os militares Raimundo Francisco de Lima (O Raimundo “Tarol”) e José Maria dos Santos, além de José Praxedes e José Macedo.

Na madrugada do dia 26 de novembro, o mecânico Manoel Severino, acompanhado por José Canela (fundidor de obras do porto), Carlos Linder (estudante) e o tenente da Polícia Militar Moises Costa Pereira vão ao prédio da Recebedoria de Rendas (na Rua Duque de Caxias, na Ribeira). A ida do mecânico era para concluir o arrombamento já iniciado por José Canelas (e não concluído por falta de um maçarico). De lá, retiram a quantia de 93:873\$797.

Na Vila Cincinato, chegou ainda dinheiro arrecadado sob a forma de “requisição” da Prefeitura de São José de Mipibu (3:200\$000) e da Agência de Rendas Estadual (4:376\$000) esta, por intermédio do sapateiro Jaime de Brito, do motorista Francisco Braz Leopoldo e do engenheiro Renato Peixoto. É arrombado ainda o cofre da Recebedoria de Rendas de Natal, sendo retirado 154:178\$140.

A soma desses valores era uma fortuna para a época. Do total, uma quantia insignificante voltou aos respectivos cofres. Após a derrota do movimento, a polícia consegue recuperar parte do dinheiro. Há um relatório policial onde consta a recuperação de apenas 922:000\$000. Do restante, não há informações (só com Lauro Lago, João Galvão e José Macedo foram apreendidos 210:180\$000 e, com Quintino Clementino e Eliziel Diniz, 8:000\$000.) Posteriormente, houve diversas acusações de apropriações indébitas do dinheiro apreendido. O próprio chefe de polícia, Dr. João Medeiros, é solicitado pela Assembleia Legislativa para prestar informações sobre “que destino deu as sindicâncias [...] sobre o desvio criminoso do dinheiro apreendido em poder de implicados ou não no movimento de 23 de novembro do ano passado e praticado pela própria polícia” (foi chamado também para prestar esclarecimentos sobre espancamentos de presos na casa de detenção e a censura ao *O Jornal de Café Filho*).

Na manhã do dia 26 de novembro, é enviada uma patrulha à Praia da Redinha, formada por soldados e civis, tinha à frente o marceneiro Hemetério Canuto e João Alves da Rocha. O objetivo era efetuar algumas prisões e apreender armas, pois havia informações de que muitas pessoas haviam fugido para lá; uma dessas buscas foi feita na casa da família de Arnaldo Lira, que, a exemplo de outras famílias de Natal, estava passando o final de semana na praia, e informada do que ocorrera, decidira ficar. Indagado por um dos soldados se havia armas em casa, Arnaldo respondeu: “só se houver no morro mais próximo...”. Irritado com a resposta, o soldado lhe dá voz de prisão. Preso, ainda grita “Anauê!” (saudação integralista, muito comum na época). É enviado imediatamente para Natal e levado para a improvisada cadeia da Vila Cincinato. Ao chegarem, um dos soldados mandou que ele repetisse o que havia dito por ocasião de sua prisão. Ele não responde. Como Quintino Clementino não estava na Vila naquele momento, Arnaldo foi encaminhado a uma sala onde aguardaria a sua chegada.

Um dos soldados, antes de colocá-lo na sala improvisada de cadeia, tira-lhe a carteira e um relógio de ouro. Iniciam uma discussão, que termina em briga, tendo o soldado o atingido com a ponta do sabre. Carregado para o hospital em função da gravidade do ferimento, não resiste e morre poucos dias depois. Era o segundo assassinato desde o início do Levante.

Terça, 26 de novembro. Pela manhã, um avião da companhia Condor, um dos que estavam no aeroporto quando este foi ocupado por tropas do 21º BC, sobrevoa a cidade, pilotado por Audélio Silvério, soltando boletins da Junta (no dia anterior, foram impressos pequenos comunicados à população. Como os jornais não circularam, foi dada a ideia de se utilizar um dos aviões que estavam no hangar do aeroporto). Um desses boletins (*A marcha da revolução libertadora*) começava dizendo “Cumprimos o grato dever de, com alegria verdadeiramente revolucionária, comunicar ao povo deste estado a marcha ascendente da revolução. Isto podemos fazer porque estamos de posse do telégrafo e dos rádios e controlando todas as notícias que por eles vêm”. E mais adiante: “Sem vaidade, sem orgulho, que nós, rio-grandenses do Norte, não os temos, podemos dizer ao Brasil extasiado que fomos a primeira pedra desse grandioso edifício que ser o governo popular” e finaliza dizendo: “A gloriosa marinha brasileira também já virou seus canhões contra a tirania, estando revoltada na baía da Guanabara e bem assim no Pará. Santa Catarina levantou-se há poucos minutos sob o comando do valente companheiro Herculino Cascado”.

Foi instituído também um salvo conduto para se transitar na cidade, como expressa o documento, datado de 26 de novembro de 1935, assinado por João Batista Galvão, Secretário de Viação “pelo comitê revolucionário”, no qual dizia: “o portador deste está por nós autorizado a transitar livremente a qualquer hora pelas ruas desta cidade com sua família” (válido aqui e na redinha).

Necessitando comunicar-se com a população, a Junta decide pela circulação de um jornal com o nome de *A Liberdade*.

À tarde, a redação do jornal *A República* situado na Rua Junqueira Aires, esquina com a Juvino Barreto, no bairro da Ribeira, foi ocupada por soldados e civis armados, tendo à frente Raimundo Reginaldo da Rocha. Professor primário, era da direção do Partido Comunista e um dos seus fundadores na cidade de Mossoró, de onde havia chegado há pouco tempo.

No prédio, apenas um vigia. E, entre os que invadiram, não havia quem soubesse fazer as máquinas funcionarem. Foram então enviadas patrulhas com soldados armados às casas dos operários que trabalhavam na gráfica do jornal. A partir da localização da casa de um deles, foi possível identificar e localizar os demais. Todos estavam em casa e são intimados à irem trabalhar. As matérias já estavam prontas (algumas batidas à máquina e outras manuscritas. Ao ser designado pela Junta Governativa, Raimundo Reginaldo já as trouxera da Vila Cincinato), faltando dá-lhes apenas “uma feição jornalística”, para o qual foram incumbidos Otoniel Menezes e Gastão Correia, auxiliares de redação do jornal *A República*.²⁶

Além de Raimundo Reginaldo e sua filha Amélia Reginaldo – uma das mulheres que invade o quartel e veste uma farda de soldado e será uma espécie de secretária informal da Junta – comandavam as operações Francisco Menelau e Israel Pedroza, ambos armados de fuzis e com fardas do 21^a BC.

À noite, concluída a parte de diagramação, o jornal foi à gráfica, sendo rodados mais de mil exemplares que deveriam ser distribuídos à população no dia seguinte. Trazia em sua primeira página dois artigos “Delenda fascista” e “Sob a aleluia Nacional da Liberdade” e, nas demais, várias notas sobre a revolução,

26 Em depoimento posterior à polícia, afirmam que o fizeram “sob a mira das armas”. No entanto, os próprios funcionários do jornal fazem acusações incriminatórias à atuação de ambos, motivo pelo qual são condenados a dois anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional. Posteriormente, Otoniel Menezes se tornou um dos mais destacados poetas do estado.

o hino da Aliança Nacional Libertadora e, na última página, sobrou um pequeno espaço que foi devidamente preenchido com a propaganda do Sal de fruta Eno.

No entanto, o movimento foi derrotado antes que o jornal pudesse ir às ruas. Neste dia também circulavam rumores de que, na Vila Cincinato, estavam sendo distribuídos gêneros alimentícios à população, o que levou muita gente a se deslocar para lá. Não era verdade. Embora fosse intenção da Junta, não tiveram sequer o tempo necessário para pensar em medidas como essa (como seriam feitas as distribuições? onde arranjariam tantos alimentos?) e a maior parte do que havia sido requisitado, de saques em lojas comerciais e armazéns, foi encaminhado para o quartel do 21º BC. Não havia condições, naquelas circunstâncias, para fazer distribuição de comida. José Praxedes assina diversas requisições aos comerciantes. Como o comércio não abriu, alguns armazéns foram arrombados e saqueados, como foram os casos, entre outros, das casas comerciais de Clóvis Fernandes, Viúva Machado, a Chilenita, M. Martins e Cia. (representante da Ford em Natal), Companhia Souza Cruz, Armazém Copacabana, Joalheria M. Alves Afonso, A Paulista, G. Galvão e Cia., A Barateira, Severino A. Bila e Casa Elias.

Havia também rumores na cidade de que os presos civis e militares que estavam no quartel do 21º BC iriam ser fuzilados. Isso levou os cabos Adalberto Correia, João Leite Gonçalves e Erácito Lacerda e os sargentos Amaro Pereira e Claudio Dutra e o soldado Joaquim Neves, após conversarem com outros cabos (entre eles, Giocondo Dias, que havia saído do hospital nesse dia) e sargentos, a formarem uma comissão e falar com os membros da Junta. Queriam preservar a vida de todos os presos, entre os quais se encontrava o chefe da polícia, João Medeiros Filho, que, em depoimento posterior, afirma que, por três vezes, o quiseram tirar da prisão, com intenções de fuzilá-lo (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 59). A comissão foi formada pelos cabos Adalberto Correia e Giocondo Dias. Essa comissão conta com o apoio do sargento Quintino Clementino de Barros, que desconhecia qualquer plano

nesse sentido. De qualquer forma, vão até a Vila Cincinato e conversam com os outros membros da Junta, que, igualmente, desconheciam planos de fuzilamento e discordavam desse procedimento. Mas como o xadrez era improvisado, temiam alguma insensatez do gênero e concordaram em retirá-los do quartel. A sugestão da comissão era que fossem conduzidos para bordo do navio mexicano que estava ancorado no porto e já havia dado asilo a diversas pessoas, entre civis e militares. À tarde, os sargentos Claudio Victor e Amaro Pereira estiveram a bordo do navio negociando com o comandante a transferência dos presos. O Capitão Nestor Meixueiro, comandante da corveta, aceita recebê-los. Na prática, significava asilo político dos presos pelo próprio movimento, um ato que expressava a falta de segurança de seus dirigentes, uma vez que, quando isso ocorre, ainda tinham pleno domínio da cidade.

Noite do dia 26 de novembro. Crescem rumores na cidade de que Natal iria ser bombardeada por aviões vindos da Paraíba, Ceará e Pernambuco, além do deslocamento de tropas do exército desses Estados por via terrestre, ocupando as principais vias de acesso à cidade. A Junta se reúne para avaliar a situação. De Recife, chegam notícias do fracasso do Levante do 29º BC, da Paraíba, ao contrário do que dizia o jornal *A Liberdade* (“podemos assegurar a todos os camaradas deste Estado que a Paraíba já se encontra sob o governo revolucionário do intrépido companheiro major João Costa”); sabem também do deslocamento do Batalhão de Caçadores da Paraíba, saindo de João Pessoa em direção a Natal. Isso significava que a esperada adesão de outras unidades militares do Nordeste – e do país – não ocorreria. Além disso, tinham informações da derrota que acabaram de sofrer na “Serra do Doutor” (localizada entre os municípios de Santa Cruz e Currais Novos) por tropas organizadas por Dinarte Mariz, com reforço de homens recrutados na Paraíba.

Há um consenso na reunião de que não havia como organizar uma resistência. Pouco antes, a Junta decide fazer um comunicado à população e manda imprimir panfletos, datados

de 27 de novembro, os quais informam que essas notícias não passavam de boatos para semear o desânimo e ameaçam punir com rigor seus responsáveis.

O movimento estava derrotado e a única alternativa era a fuga. Praxedes, um dos membros da Junta e presente a essa reunião, diz:

às 11 horas da noite do dia 26 [...] nós estávamos todos no palácio quando chega um emissário de Quintino com um telegrama que havia sido enviado pelo Comandante das forças legalistas do Recife. O telegrama dizia o seguinte: “a fim de não derramar precioso sangue dos nossos irmãos, deponham armas. Já consolidados posições em Recife. Amotinados foram presos. Estamos vitoriosos” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 76-77).

Discutem o que fazer com os presos. Lauro Lago, presente à reunião, quando estava preso e em depoimento a polícia, acusa Praxedes de querer fuzilar os presos, “só não o fazendo por não encontrar apoio nos demais”.²⁷ Decidem enviá-los ao navio Mexicano, cujo contato já havia sido estabelecido na parte da tarde. A entrega dos presos foi feita na madrugada do dia 27 de novembro pelos cabos Giocondo Dias, Estevam Guerra e Adalberto José da Cunha. Além dos prisioneiros, entregam material bélico, inclusive metralhadoras, fuzis e munições, para, em seguida, fugirem, cada um seguindo rumo diferente.

Sem os prisioneiros – que poderiam eventualmente servir como garantia para a retirada – e com as informações sobre o fracasso do movimento, o 21º BC recebe ordem para debandar. E que cada um seguisse seu próprio caminho.

A Junta se divide para a fuga. O dinheiro que haviam arrecadado (e guardado em caixotes na Vila Cincinato) foi dividido entre os que haviam participado mais ativamente e estavam com eles naquele momento. Quintino Clementino e Eliziel Diniz

27 Depoimento prestado em 23 de dezembro de 1937. Processo nº 2, v. I (Auto dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

seguiriam de carro rumo ao município de Baixa Verde, enquanto Lauro Lago, João Galvão e José Macedo iriam em direção à Recife em outro carro, tendo como motorista Manoel Justino enquanto José Praxedes seguiria sozinho em outra direção.

Nas primeiras horas do dia 27 de novembro, saem os dois carros com os membros da Junta. O movimento não tem mais direção. Lauro Lago, José Macedo e João Galvão chegam de madrugada na cidade de Canguaretama, próximo à divisa com a Paraíba. Decidem dormir, se hospedando na casa do Dr. Nizário Gurgel. Ao amanhecer, saem em direção a João Pessoa. Um pouco adiante, se encontram com tropas comandadas pelo major Elias Fernandes da Polícia Militar da Paraíba. A tropa se deslocava para Natal com o objetivo de combater os insurretos, que são parados, identificados e presos. Com eles, é apreendida a importância de 210.180\$000.

Quintino Clementino e Eliziel Diniz não ficam em Baixa Verde. Seguem para Pedra Preta, onde são presos às 18h do dia 27 de novembro, por tropas policiais da Paraíba que se deslocavam para Natal. São conduzidos para à cadeia de Baixa Verde e, no dia seguinte, levados à casa de detenção de Natal. Com eles, é apreendida a quantia de 8.000\$000.²⁸

José Praxedes e Giocondo Dias, seguindo rumos diferentes, conseguem fugir. O primeiro, só reapareceu com sua verdadeira identidade em 1984 (OLIVEIRA FILHO, 1985) e quanto a Giocondo

28 João Medeiros Filho diz que foram recolhidos ao departamento de Fazenda 886:124\$650 (oitocentos e oitenta e seis contos, cento e vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta réis) mais 21.000\$000 apreendidos na Baía da Traição (PB) e mais 15:180\$000 apreendidos no interior do estado. Isso totaliza 922:304\$650 (novecentos e vinte e dois contos, trezentos e quatro mil e seiscentos e cinquenta réis). Como só no Banco do Brasil o saque foi de 2.944:104\$500 (dois mil novecentos e quarenta e quatro contos, cento e quatro mil e quinhentos réis), dá uma diferença considerável. Essa diferença foi explicada pelo chefe de polícia como tendo recolhida aos cofres do governo que teria se indenizado, face aos saques ocorridos na Recebedoria de rendas e em algumas cidades do interior do estado (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 102).

Dias, ao fugir, leva um pacote de dinheiro. Ao passar em Lages, entrega a Manoel Aprigio um pacote contendo sete contos de réis para ser guardado. Mas este, ao invés de guardar o dinheiro, entrega-o ao prefeito da cidade que, por sua vez, entrega-o a polícia.²⁹ Giocondo fica escondido até abril de 1936, na fazenda de um amigo, Paulo Teixeira, quando houve um desentendimento entre eles e recebe inúmeras punhaladas. Ferido, é enviado a um hospital e, em seguida, entregue a polícia.

A notícia da fuga da Junta logo chegou aos rebeldes. A fuga é geral. E assim como disse Nizário Gurgel: “sem ordem, sem controle e sem articulação, o movimento fracassou, e ficou a confusão estereotipada no semblante dos rebelados, a impressão nítida do fracasso que os aguardava”.³⁰

Com a notícia da fuga da Junta, os estivadores, que estavam dando guarda no cais do porto e no bairro das Rocas, depõem as armas, entregando-se à polícia sem oferecer qualquer resistência. É o último ato.

Os comandantes do 21º BC e da Polícia Militar se dirigem aos respectivos quartéis e, logo, organizam patrulhas, que se deslocariam pela capital e cidades do interior, prendendo os revoltosos. A essa altura, chegam as tropas vindas da Paraíba e Ceará que os ajudam na prisão dos foragidos. É o fim do movimento.

A rebelião se expande: a marcha dos insurretos pelo interior do estado

De todos os aspectos do Levante do 21º BC em Natal e o domínio da cidade por alguns poucos dias, talvez o menos conhecido seja a ocupação de vários municípios do interior (17 dos 41).

29 Cópia do Edital de citação – comarca de Lages, de 14 de março de 1938 e enviada ao Tribunal e Segurança Nacional, anexada aos processos referentes aos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte.

30 Depoimento de Nizário Gurgel. Processo nº 2, v. V (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

A Junta Governativa havia decidido consolidar o poder também no interior do estado, enviando “colunas” compostas por civis e militares. Formaram-se três colunas: uma que iria para a região Oeste (a caminho de Mossoró), outra que seguiria ao longo da estrada de ferro até a cidade de Nova Cruz (próxima à divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba) e uma terceira, que seguiria rumo à cidade de Goianinha, a caminho de João Pessoa. Foram indicados como comandantes, respectivamente, o tenente da Polícia Militar Oscar Mateus Rangel (que na ocasião do Levante estava preso, acusado de ser um dos assassinos do engenheiro Otavio Lamartine, crime ocorrido em fevereiro de 1935), o sargento do 21º BC Oscar Wanderley e o civil Benilde Dantas.

Conforme fora planejado, já na madrugada do dia 25 de novembro, vários caminhões cheios de soldados e civis armados se dirigem para o interior.

A coluna dirigida por Benilde Dantas, com caminhões de soldados e civis armados, se dirige inicialmente para a cidade de Ceará-Mirim. Poeta e natural desta cidade, foi um dos fundadores da ANL no estado, ajudando a formar diversos comitês, inclusive na sua cidade. Era militante do Partido Comunista. Vinha na sua coluna, como “tenente” nomeado pela Junta Governativa, outro militante do partido: o motorista e ex-guarda-civil Sizenando Filgueira. Além deles, se destacavam na coluna os militares do 21º BC, Cabo Antenor Cardoso Santos, os Sargentos Pedro Mauricio, Eliezer Diniz e João Rosendo, o Soldado Manoel Albuquerque S. Filho e o civil Ramiro Magalhães.

A cidade é facilmente ocupada. Foram presos, o Prefeito, o Delegado de Polícia e o Secretário da Prefeitura. Ocupada a cidade, uma parte da tropa, tendo à frente o Soldado Manuel Albuquerque, nomeado “Tenente” pelo comandante da coluna, segue para o vizinho município de Baixa Verde.

Ao amanhecer, entre 7h e 8h, chegam a Baixa Verde diversos caminhões com soldados e civis armados. Como havia

notícias do Levante ocorrido no dia 23 em Natal, no dia seguinte, o Prefeito e o Delegado de Polícia, Tenente Francisco Germano Filho, discutem a possibilidade de resistências e armam um pequeno contingente de voluntários e, junto com o destacamento local, ficam entrincheirados na entrada da cidade. Com a aproximação dos caminhões, abrem fogo, e mesmo pegando-os de surpresa, não atingem ninguém. Os que vinham nos caminhões eram em número superior e armados. A resistência dura pouco. Os entrincheirados se rendem. A cidade é ocupada, o prefeito destituído e o cofre da prefeitura arrombado (havia 4.000\$900 e o dinheiro foi enviado à Junta Governativa em Natal). Destituído o prefeito, foi formada uma “junta proletária” composta por Genésio Moreira, Pedro Paulo e Raimundo Antunes de Oliveira, e presidida por Manuel Albuquerque Filho, designado como “tenente Lins”. Requisitam víveres das casas comerciais e institui-se um “salvo conduto” para entrada e saída da cidade, assinado pelo presidente da “junta proletária”. Como 1º ato, requisita 8 sacos de farinha e um saco de açúcar bruto num armazém e manda que sejam distribuídos entre a população.

Uma parte da tropa, comandada por Sizenando Filgueira, se dirige para a praia de Muriú, onde estavam veraneando algumas autoridades, como os Drs. Nestor Lima, Otavio Varela e João Maria Furtado (respeitado advogado em Natal, foi indiciado em processo do Tribunal de Segurança Nacional quando o movimento foi derrotado. Como era amigo e correligionário de Café Filho, a exemplo de outros, tratou-se de pura perseguição política. Sem qualquer prova que pudesse comprometê-lo, quando julgado, foi absolvido).

Ainda na manhã do dia 26 de novembro, a cidade de Nova Cruz foi invadida por três grupos que não faziam parte das colunas. O primeiro desses grupos, cujos integrantes vestiam fardas do exército, era dirigido pelo ex-guarda-civil José Joaquim, conhecido como “Mossoró” (já fichado na polícia de Natal como “comunista”). O segundo, comandado por Miguel Bezerra Morais, conhecido como “Miguel Ludovico”, e o terceiro,

pelo médico Orlando Azevedo, que residia na vizinha cidade de Santo Antônio do Salto da Onça. Segundo a polícia, os grupos de “desordeiros” foram organizados pelos partidários da Aliança Social, sob a liderança de Orlando Azevedo.³¹ A invasão e ocupação da cidade é rápida. Dura apenas 2 horas. Invadem a cadeia pública (entram na cidade a cavalo), soltam os presos e prendem a guarda, ficando com suas armas. Em seguida, saem dando vivas à ANL e a Luís Carlos Prestes.

A segunda coluna sai em direção à região do Seridó, domina facilmente os municípios de Panelas (depois Bom Jesus) e Serra Caiada. E, às 10 horas da manhã, chega à cidade de Santa Cruz. Esta será a única cidade onde passam a contar com a adesão de alguns civis, que os ajudam na distribuição de boletins. Como nas demais cidades, destituem o prefeito e, ao meio-dia, é nomeado Pedro Nunes Carvalho, que imediatamente manda soltar os presos Francisco Segundo Rocha, Francisco Tito Teixeira e João Cardino, que a polícia local havia prendido logo após saber do Levante de Natal, sob o pretexto de serem “notórios comunistas”.

A terceira coluna, comandada pelo tenente Oscar Rangel, segue em direção a João Pessoa. Ainda na madrugada do dia 25 chega à cidade de São José de Mipibu. Ocupam a prefeitura – onde é redigida uma portaria nomeando um novo prefeito – e a cadeia pública, soltando todos os presos. O novo prefeito, sob orientação do comandante da coluna, requisita o dinheiro do cofre da prefeitura (4.376\$400) e da Recebedoria de Rendas (3.200\$000). Ainda se dirigem ao cartório local onde alguns processos são rasgados.

31 A maior parte do processo relativo à cidade de Nova Cruz são documentos de e sobre Orlando Azevedo. Médico, formado na Alemanha, era muito conhecido e respeitado na cidade. Nos autos do processo, constam depoimentos de autoridades, várias cartas de políticos, padres e outros, inocentando-o. De qualquer forma, com a derrota do Levante, é indiciado, preso e condenado a 2 anos de reclusão.

A poucos quilômetros dali fica a cidade de Arês. Ainda na madrugada, uma parte da coluna, chefiada por Rangel e Pedro Hermógenes da Cunha, entra na cidade. Se dirigem à prefeitura, destituem o prefeito e “por ordem do Exmo. Sr. Comandante das Forças Revolucionárias do Rio Grande do Norte, Tenente Rangel” é nomeado prefeito Moacir Ferreira Furtado, que era natural do município e fazia parte da coluna. Como primeiro ato, ele exonera todos os funcionários da prefeitura.

Adotando o mesmo procedimento referente a São José de Mipibu, ou seja, deixando parte da tropa ocupando a cidade, vão para a cidade de Goianinha. São agora dois caminhões com soldados e civis armados. Ocupam facilmente a cidade (não havia como resistir: além de chegarem de surpresa, com homens bem armados, os contingentes policiais dos municípios eram inexpressivos e, em geral, não sabiam o que ocorrera em Natal) É nomeado como prefeito, Davi Simonetti, um rico proprietário de terras e residente no próprio município.³²

Nomeado o prefeito, o tenente Rangel segue com aproximadamente 80 homens para a vizinha cidade de Canguaretama. O procedimento é o mesmo: invadem a prefeitura, destituem o prefeito, soltam os presos da cadeia pública. É nomeado como prefeito Fernando Dias Abreu e ainda o Secretário da Prefeitura, o delegado de polícia e o tabelião. Requisitam o dinheiro da prefeitura (cerca de 500\$000) e da mesa de rendas (400\$000).

Na manhã do dia 26 de novembro, o tenente Rangel segue com uma parte da tropa para a cidade de Pedro Velho. Chegam por volta de 10 horas da manhã. Invadem a prefeitura, destituem o prefeito e nomeiam Pedro José da Costa. Foi um dos poucos atos solenes, com discursos, vivas a Luís Carlos Prestes e à

32 Por essa nomeação, Davi Simonetti foi indicado em processo pelo TSN. Alega inocência e diz ter aceitado o convite “a fim de evitar mal maior”. Foram anexadas ao processo diversas cartas, inclusive de autoridades do estado, inocentando-o. Quando julgado em 1938, foi absolvido.

Aliança Nacional Libertadora. É nomeado também o delegado da cidade, Cirineu Galvão, integrante da coluna.

Com a cidade dominada, Rangel segue com uma parte da tropa para a cidade de Montanhas. O procedimento foi o mesmo, sendo nomeado como novo delegado de polícia o agente de rendas do município Vicente Alves Neto, ficando o prefeito para ser nomeado depois pelo próprio comandante da coluna.

Estas colunas formavam uma espécie de “subcolunas”. É o que ocorre, por exemplo, em São Gonçalo. No dia 26, às 11 horas da manhã, chega à cidade um pequeno contingente de homens armados, tendo à frente o cabo do 21º BC Joaquim França, acompanhado de José Bento Oliveira, Antônio Azevedo Mangabeira, João Dias de Araújo, Joaquim Fonseca e Manoel Raimundo. O prefeito não estava na cidade. José Bento é designado prefeito e lavra a nomeação de Antônio Azevedo como secretário e tesoureiro da prefeitura, enquanto João Dias, soldado da Polícia Militar, é nomeado delegado de polícia. Na assinatura do ato de posse, que conta com a presença de alguns populares, José Bento declara-se “prefeito por aclamação da ANL”. Como prefeito, requisita ainda as chaves da cadeia pública, solta os presos e manda que sejam feitas apreensões de armas e munições nas residências.

No dia 26 de novembro, praticamente a metade dos municípios do estado estão ocupados pelos rebeldes. À tarde, uma parte da tropa que estava na cidade de Santa Cruz, se desloca para a vizinha cidade de Currais Novos. No caminho, numa serra conhecida como “Serra do Doutor” foram surpreendidos por uma grande fuzilaria. Alguns fazendeiros, tendo à frente o “cel.” Dinarte Mariz, que residia na cidade de Caicó, já informados sobre as ocorrências em Natal e o deslocamento de tropas para o interior do estado, se articulam para resistir. Vão a Campina Grande, na Paraíba, e conseguem, além de armas, arregimentar um considerável contingente. O objetivo era se dirigirem para Natal (provavelmente já tinham conhecimento de deslocamentos de tropas legalistas de outros estados). No caminho, sabem da

ocupação de Santa Cruz e ficam entrincheirados na Serra do Doutor. Com a passagem de dois caminhões que saíam de Santa Cruz em direção a Currais Novos, abrem fogo, pegando-os de surpresa. É a primeira derrota dos insurretos.

Sobre esse episódio, há várias versões. Enock Garcia, delegado auxiliar de Natal na época, responsável pela Delegacia de Ordem Social, em relatório datado de 18 de abril de 1936, encaminhado ao chefe de polícia, diz “o bravo Dinarte Mariz à frente de uma coluna de sertanejos deficientemente armados e pior municada, desceu de Caicó com destino a esta capital, travando o primeiro combate com os rebeldes em Serra Caiada, no qual foram estes fragorosamente batidos e destroçados, deixando um morto, três feridos, nove prisioneiros, algum material bélico e um caminhão. No dia seguinte, a coluna sertaneja ocupou o povoado de Panelas, fazendo prisioneiros 4 rebeldes [...] em Panelas, resistiram os sertanejos durante cinco horas de fogo, recuando, por fim para serra do doutor por falta absoluta de munição. [...] Ali se entrincheiraram os sertanejos e foi travado o último e decisivo combate no qual, mais uma vez, ficou patenteada a homérica e indomável coragem dos filhos do sertão. Nesse combate tiveram os insurretos numerosas baixas, e recuaram abandonando armas e munições pelas estradas em fora” (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 109-110). O jornalista Luiz Gonzaga Cortez contesta esta versão. Entrevistando Manoel Lúcio M. Filho, um dos chefes integralistas de Acari (RN) entre 1933 e 1937, este afirma que a batalha foi travada entre comunistas que viajavam em dois caminhões e os integralistas aliciados pelo padre Walfredo Gurgel, vigário de Acari. Nessa versão, o vigário, com medo, não foi até a serra, viajando para Santa Luzia, no vizinho estado da Paraíba. Quanto a Dinarte Mariz, segundo o depoente, não participou de qualquer combate, só aparecendo na serra por volta das 19 horas, quando tudo já havia acabado (CORTEZ, 1986, p. 36). Esta versão é depois confirmada pelo próprio Enock Garcia, que em depoimento prestado em 1987, afirma

que tanto ele como Dinarte Mariz só chegam ao local, com 400 homens, na madrugada da quarta-feira (LYRA, 1987, p. 155).

O fato é que, com a fuzilaria, as tropas se dispersam e voltam a Santa Cruz. Lá, além de analisarem a derrota, os dirigentes da coluna têm informações a respeito de deslocamento de tropas de outros estados em direção a Natal. Tentam contatos telefônicos com a Junta em Natal, mas não conseguem. A alternativa era a fuga. E é o que resolvem fazer, com rumos diferentes.

Não há informações detalhadas nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional a respeito de decisões semelhantes em outros municípios, mas é provável que o procedimento tenha sido o mesmo. Ou seja, ao saberem de deslocamentos de tropas policiais vindas dos estados vizinhos, isolados e sem articulações entre as colunas, fogem como podem (na repressão ao movimento muitos são presos em outros estados. Alguns conseguem se esconder e foram condenados à revelia).

Uma guerrilha no Oeste do Estado: 1935-1936

No início de julho de 1935, o Interventor Mário Câmara se ausenta do estado, indo ao Rio de Janeiro tratar de problemas administrativos e, ao mesmo tempo, acompanhar os processos no Supremo Tribunal Federal referentes às eleições no Rio Grande do Norte. Assume interinamente a Interventoria o diretor do Departamento da Fazenda, José Lagreca. Poucos dias após a posse, os operários da estrada de ferro de Mossoró entram em greve, reivindicando um aumento de 100%. A direção da Great Western oferece 50%, rejeitado pelos grevistas. No dia seguinte, outras categorias entram em greve, como os salineiros de Mossoró e Macau, cujos respectivos sindicatos haviam sido fundados há poucos dias. Esse movimento, segundo a versão da imprensa de Natal (Jornal *A República* de 10 de julho), assumia uma “feição inquietante” atribuindo-lhe um “caráter extremista”. Preocupada com a extensão do movimento, a direção da empresa aceita o aumento e a greve acaba.

Pouco depois irrompe na Várzea do Açú, com irradiações na vizinhança, aquilo que a imprensa logo qualificou como um “movimento de caráter nitidamente comunista”, com um numeroso bando de homens armados “como resultado do ambiente político e da confusão reinante”. Esses homens armados puseram em xeque as forças policiais de Açú, Angicos, Santana do Matos e Macau. Segundo o jornal *A República*, esses grupos “se constituíam de homens rudes, analfabetos e dispostos a todas as modalidades do crime” e acrescenta “É o cangaceirismo acoitado à sombra de uma bandeira que encarnava um credo exótico”. José Lagreca, ao ser informado de que havia homens armados na região, inclusive atacando algumas fazendas e, em algumas delas, com reféns, envia um contingente policial de Natal, sob o comando do tenente da Polícia Militar Severino Campelo. Estas tropas se juntam às forças policiais dos municípios onde ocorriam os conflitos. Com esse reforço, na primeira investida policial, são presos mais de 20 homens, alguns com ferimentos leves, tendo os demais se dispersado. Nesta operação, conseguem libertar o fazendeiro Jorge Barreto, que fora feito refém alguns dias antes.

As notícias sobre os conflitos armados no vale do Açú e as greves de Mossoró, provocam repercussões alarmistas na imprensa, tanto em Natal, quanto no sul do país e vão chamar a atenção do Governo Federal. O Ministro da Justiça, ao ser informado, encaminha um pedido de informações mais detalhadas ao Interventor. Pouco depois, recebe um relatório no qual consta que os movimentos tinham “caráter extremista” mas que já haviam sido dominados.

Manoel Torquato, que dirigia o grupo de homens armados, é um dos que conseguem escapar do cerco policial e vai para Mossoró, onde fica escondido. Denunciado a polícia, é preso. No entanto, poucos dias depois, junto com outros presos, Torquato consegue fugir, retornando à luta na várzea do Açú. A sua presença à frente de numeroso grupo de homens armados, usando táticas de guerrilha, era parte da preparação no estado do

Levante que o Partido Comunista articulava em nível nacional. Militante do partido, Torquato e um grupo de companheiros, divergindo da direção regional, resolvem iniciar um movimento armado na várzea do Açú, local que ele conhecia bem, pois era natural dessa região. Como eram aproximadamente 200 homens,³³ se dividiam em pequenos grupos. Quando necessitavam de alimentos, se juntavam e invadiam fazendas, levando também animais. Ao mesmo tempo, procuravam a adesão dos trabalhadores, fazendo pequenos comícios, conclamando-os à adesão à luta armada. Eram distribuídos panfletos, que, soube-se depois, eram escritos por Miguel Moreira.³⁴

A participação de Miguel Moreira na preparação e organização da guerrilha pode ser interpretada dentro da lógica da Insurreição armada que o partido articulava após a ilegalidade da Aliança Nacional Libertadora em julho de 1935. Embora o objetivo não fosse à formação de guerrilhas e sim Insurreições nos quartéis, o caso de Mossoró tinha sua especificidade: como a repressão policial passa a ser mais intensa, levando alguns militantes à clandestinidade, a guerrilha tinha por objetivo organizá-los, preparando-os para um Levante que o partido, com Prestes à frente, articulava a nível nacional. Brasília Carlos Ferreira, no trabalho mais completo sobre a guerrilha e a atuação do Partido Comunista em Mossoró, mostra como, desde o início, a guerrilha tinha um caráter puramente defensivo: “o

33 Nos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos à guerrilha, não constam dados precisos a respeito do número de componentes. Esse número (aproximado) consta em alguns (poucos) documentos apreendidos. E como a guerrilha durou mais de um ano, certamente esse número variava, conforme as circunstâncias. De início, segundo o próprio Miguel Moreira em depoimento à polícia, contavam com cerca de 50 homens e esse número teria crescido até pouco mais de 200 em seu auge. Com a repressão após a derrota da Insurreição do 21º BC em Natal em novembro de 1935, o número diminuiu significativamente.

34 Foram apreendidos pela polícia na repressão a guerrilha diversos panfletos, manuscritos e rascunhos escritos por Miguel Moreira.

objetivo era manter coeso o grupo que estava na clandestinidade preparando-se para intervir na revolução que estava prestes a eclodir” (FERREIRA, 1989, p. 188).

A guerrilha foi decidida numa reunião convocada pela direção do partido em Mossoró, para discutir o que fazer face à intensificação da repressão policial, em especial sobre os militantes do sindicato dos salineiros, que desde sua fundação era dirigido por militantes comunistas, assim como a preparação de um “levante revolucionário com Prestes à frente” e “através do qual o partido, vitorioso, chegaria ao poder” (FERREIRA, 1989, p. 180). Após intensa discussão, surge a proposta de se formar uma guerrilha. Uma parte, liderada por Miguel Moreira e contando com o apoio da maioria dos que estavam na clandestinidade, defendiam que o movimento armado deveria começar logo, e outra, liderada por Jonas Reginaldo, defendia que se mantivessem organizados, aguardando o início de um Levante que o partido articulava a nível nacional. A primeira proposta sai vitoriosa.

Segundo João Medeiros Filho (1937), essa guerrilha “desassossega por algum tempo os municípios de Mossoró e Açu, demonstrando conhecer a doutrina Moscovita” (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 82). Ela é citada por “Marques” (Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”) delegado brasileiro no VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, realizado em Moscou em agosto de 1935. Segundo suas palavras:

tomamos parte nas consecutivas greves de 1934/1935 que culminaram com a greve geral marítima e com a luta armada em Mossoró, onde ficou constituído em princípio de 1935, após a greve dos operários das minas do sal, o governo revolucionário que se apoderou de uma grande parte da cidade,

opondo aos ataques da polícia uma resistência que durou mais de 15 dias.³⁵

Se o objetivo da guerrilha era apenas permanecer na expectativa, não se manteve por muito tempo: como era em número relativamente grande, embora dividido em pequenos grupos, precisavam se alimentar, e assim passam a invadir fazendas, enfrentando jagunços – e depois a polícia – e aproveitam para tentar conseguir adeptos entre os trabalhadores da região. Era comum, por exemplo, ao invadirem fazendas, realizarem de pequenos comícios, esclarecendo as razões da luta e conclamando-os a aderirem, solicitavam colaborações em dinheiro, destinadas à aquisição de material bélico.

Um documento enviado pelo Procurador do Rio Grande do Norte ao presidente do Tribunal de Segurança Nacional sobre a Insurreição Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte diz:

antes de eclodir o movimento extremista de novembro, várias caravanas percorriam o estado do Rio Grande do Norte, pregando ideias revolucionárias de caráter extremista, de que a Aliança Libertadora Nacional era o órgão principal. Os grupos, chefiados por indivíduos sem instrução, uma espécie de bandoleiros capazes de todas as aventuras criminosas, excursionavam pelos municípios do estado incitando os trabalhadores rurais e operários a se levantarem contra o poder constituído [...] pelos depoimentos das testemunhas, verifica-se que os indivíduos [...] desenvolveram ostensiva propaganda comunista no município de Açu, organizando comícios, induzindo agricultores a se rebelarem contra o governo e aconselhando a que todos se armassem para assegurar a vitória da sublevação que explodiria em novembro.³⁶

35 Publicado no jornal *A República* de Natal/RN, em 5 de março de 1936. Embora a guerrilha fosse um fato, a referência de “Miranda” à constituição de um governo revolucionário em Mossoró é uma de suas muitas fantasias em relação ao Brasil. Na realidade, não foi constituído nenhum governo em Mossoró e tampouco ataques policiais à cidade.

36 Processo nº 2 (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

Em agosto de 1935, os jornais de Natal, Recife (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*) e Rio de Janeiro (*Jornal da Manhã*) trazem notícias sobre os acontecimentos de Mossoró e Açu. O *Diário da Manhã* publica um editorial enérgico, incisivo, pondo em relevo “a campanha extremista dos últimos tempos” e alertando aos trabalhadores para que “abrissem os olhos e exercitassem o cérebro, vendo e conhecendo os que estão sendo explorados pelos falsos líderes, messias de coisas impossíveis”.

Como explicar esse fenômeno nas matas da várzea do Açu em plena década de 1930? Manoel Rodrigues de Melo, natural da região, no livro *Várzea do Açu* diz que “o fenômeno comunista na várzea do Açu possui nas suas entranhas causas profundas que precisam ser estudadas com penetração e sinceridade” segundo ele, a adesão de parte dos trabalhadores da região à guerrilha tinha sua explicação no fato de que,

apesar de o trabalhador comer na mesma mesa com o patrão, dançando juntos em todos os sambas da redondeza [...] o rendeiro arrematando cerveja por preços exorbitantes para o patrão beber, acompanhando-o em todas as festas [...] não haviam desaparecido os sentimentos recalcados, os ressentimentos profundos entre famílias litigantes, os preconceitos de cor, as rixas por questões de terra (MELO, 1940, p. 155-176).

Mas a principal explicação era de caráter religioso:

[...] o estado de disponibilidade religiosa em que sempre viveram os habitantes da várzea do Açu, nunca se aproximando do sacramento a não ser em dia do casamento, ou raramente na hora da morte, deu lugar a que o protestantismo pela ação nefasta de seus pastores, em sua grande maioria analfabetos, desenvolvessem naquela região uma propaganda intensa, chegando a conquistar povoados inteiros para a sua crença. Acrescenta-se ainda uma outra, de ordem geográfica: a facilidade de transporte entre os portos de Areia Branca e de Macau com a várzea do Açu e estas cidades, juntamente com Mossoró, são aquelas onde haviam maior contingente de trabalhadores (MELO, 1940, p. 155-176).

A opção pelas matas da várzea do Açú deve ter se dado por sua posição geográfica, acrescido do fato de que o líder da guerrilha, Manoel Torquato, ser natural da região e conhecê-la muito bem. Quanto ao aspecto religioso, Torquato tinha sido protestante antes de ter entrado no Partido Comunista e, nessa condição, viajou muito pela região, fazendo pregações e assim não apenas conhecendo como se tornando conhecido. Era um homem íntegro e muito respeitado por todos. Como se deu a passagem do protestantismo ao comunismo em Torquato? É difícil precisar, sabe-se, no entanto, da influência decisiva de Joel Paulista, salineiro de Mossoró, membro do partido e presidente do sindicato, que se torna amigo dele nessa época. Em meados de 1934, Torquato (que também havia sido salineiro) vai a Areia Branca onde residia Joel Paulista e, na volta à várzea, além do amigo, traz consigo novas ideias. Segundo Melo, “daí em diante, o que vemos é a ação política sobrepujando a ação religiosa: ‘a casa dos cultos’ tão frequentada antes, degenera em valhacouto de comunistas perigosos, que levam a toda a região da várzea a chama vermelha da revolução” (MELO, 1940, p. 169).

Manoel Torquato entra no Partido Comunista e inicia a arregimentação entre os trabalhadores da região (rendeiros, meeiros, agregados etc.). O ataque agora não é mais aos padres e sim à burguesia, à propriedade privada, à injustiça dos patrões. De início, são comícios, alguns dos quais duramente rechaçados pelos fazendeiros, como ocorreu, por exemplo, num lugar chamado “Ilha de São Francisco”, no qual foi ameaçado de ser recebido à bala. Depois vieram à ilegalidade da ANL, em julho de 1935, e a organização da guerrilha, do qual será a principal liderança.

Preso em Mossoró em consequência da repressão policial, foge da cadeia e retorna a várzea do Açú. No dizer, Manuel Rodrigues de Melo “volta ao seu lugar de combatente, agora com as energias retemperadas pelos sofrimentos da prisão. Reanima o grupo, arma-se convenientemente, põe na chefia intelectual

do bando o rábula Miguel Moreira, localizando o quartel general entre Mossoró e Areia Branca” (MELO, 1940, p. 175).

A Insurreição do 21º BC no dia 23 de novembro de 1935 surpreende o grupo de Manoel Torquato. Sem articulação com Mossoró, a segunda principal cidade do Estado e onde o partido comunista era muito mais organizado e influente entre os trabalhadores do que Natal, é provável que em função da clandestinidade e dificuldade de informações, não tenham se informado sobre a Insurreição do 21º BC. Com o fracasso da Insurreição, a polícia inicia uma grande repressão, chegando a prender alguns integrantes da guerrilha. No entanto, ela continua a atuar e ainda se mantém por alguns meses. Conhecendo bem a região, conseguem algumas vitórias frente às forças policiais e jagunços armados pelos fazendeiros. Foi o que ocorreu, por exemplo, no dia 2 de janeiro de 1936, num lugar chamado “canto comprido” onde Torquato prepara uma emboscada e, após intensa fuzilaria, resulta na morte de um fazendeiro.

A repressão é intensa. Com a morte do fazendeiro, a polícia de Mossoró recebe reforços e inicia uma perseguição violenta. A primeira vítima foi o pai de Manoel Torquato, Sebastião Torquato, já muito velho e que nada tinha a ver com a guerrilha. A polícia já chegou à sua casa atirando. Estavam em casa apenas ele e sua mulher, que, por sorte, escapa do tiroteio se escondendo numa caixa onde guardavam rapaduras. A repressão se estende a outros familiares, alguns dos quais foram espancados por se negarem a dar informações sobre o paradeiro de Torquato. A sua esposa é presa. O cerco se fecha. A polícia oferece um prêmio a quem trouxer Manoel Torquato “vivo ou morto”.

Enquanto isso, os membros do partido se reúnem em Mossoró analisando que não havia como permanecerem na mata, perseguidos pela polícia, e “decidiram montar um esquema de emergência entre membros, simpatizantes e aliados do partido, para fornecer apoio material a quem quisesse sair” (FERREIRA, 1989, p. 205).

O grupo da guerrilha também avalia a situação. Isolados, famintos e perseguidos, não tinham alternativa a não ser a fuga e, assim, “resolveram recuar organizadamente. Saíram da mata aos poucos, dois a dois, deslocando-se em direção ao Ceará, cuja fronteira pouco depois de Mossoró, não seria difícil alcançar” (FERREIRA, 1989, p. 206).

Com Manoel Torquato, ficou Feliciano Pereira de Sousa “um negro alto, forte [...] analfabeto, um homem rude, respeitado por sua valentia” (FERREIRA, 1989, p. 206). Torquato ainda pensa na família antes da fuga e vai se despedir de alguns familiares. Pouco depois, ouvem-se dois tiros na vizinhança. Era Feliciano que havia atirado e matado fria e covardemente Manoel Torquato. Feito isso, procura a casa de um fazendeiro e conta o ocorrido. Queria o prêmio e a promessa de liberdade em troca de informações detalhadas à polícia.³⁷ É o fim da guerrilha.

A guerrilha não foi um ato isolado. Após a derrota da Insurreição de novembro de 1935, foi descoberto pela polícia que havia um movimento armado marcado para os dias 15 e 6 de julho de 1935, em Mossoró, e que teria ramificações na Paraíba, Ceará e Pernambuco. E só não foi levado a efeito por ter vindo ordem da direção nacional do Partido Comunista no Rio de Janeiro. Miguel Moreira, que foi preso no dia 27 de novembro de 1935, em depoimento prestado à polícia, disse que ao chegar a Mossoró, no dia 11 de julho – exatamente na data em que a ANL era decretada ilegal pelo governo – já encontrou o movimento organizado e acusa o capitão do exército Aluísio Moura, o tenente José Paulino, o Deputado da Aliança Social Benedito Saldanha e o Tenente João Cabanas de serem os chefes do movimento. Esse depoimento foi prestado, assim como o de outros presos, numa atmosfera de ameaças, seviciamentos e torturas e talvez isso explique a inclusão de Aluísio Moura e José Paulino e Benedito Saldanha como implicados no Levante. Os dois

37 Feliciano Pereira foi condenado a 20 anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional em 1938.

primeiros realmente haviam estado em Mossoró nesse período, mas não eram comunistas e sim partidários da Aliança Social (o primeiro ajudou a prender diversos implicados na Insurreição do 21º BC em Natal e o segundo irá combater os insurretos no quartel da PM, onde foi ferido e em consequência, teve um braço amputado). E mais: no dia 23 de julho, o Tenente Cabanas foi preso em Natal, na casa de Lauro Lago (um dos integrantes da Junta Governativa de novembro de 1935), justamente por Aluísio Moura. Quanto ao Deputado Estadual Benedito Saldanha, era um grande proprietário de terras, conhecido (e temido) por sua forte personalidade (sozinho empastelou um jornal em Natal que o criticara) e nada indica que era simpatizante do partido. No entanto, ele e os Deputados Amâncio Leite, também de Mossoró, foram citados em diversos depoimentos como “comunistas”, assim como o Deputado Raimundo Ferreira de Macedo, o que levou o procurador da República, no início de 1937, a solicitar à assembleia legislativa a concessão da licença para processá-los e prendê-los. (A assembleia se reúne e, depois de longas polêmicas, procedeu-se a votação. Negou-se, por ampla maioria, o pedido de concessão de licença para processar o Deputado Raimundo Ferreira de Macedo. Ele era amigo do Interventor Mário Câmara e havia sido nomeado Promotor Público de Natal no dia 29 de janeiro de 1935. Quanto aos outros, houve um empate na votação, cabendo o chamado “voto de minerva” ao presidente da assembleia, Monsenhor João da Mata, do Partido Popular, que votou em favor da concessão da licença. E, assim, os dois Deputados foram presos e processados (Posteriormente quando Julgados, foram absolvidos).

Um possível Levante armado já havia sido noticiado pela imprensa de Natal. No início de julho de 1935, o jornal *A República* traz o seguinte informe:

O governo do estado, em face das notícias circulantes nesses últimos dias a respeito dos preparativos de um movimento sedicioso no estado, torna público que está devidamente aparelhado, já com elementos próprios, e com a cooperação da força federal, para manter a ordem em qualquer emergência

com garantias plenas a toda população. Já sendo conhecidos todos aqueles que poderão estar empenhados nesse movimento, o governo não os deixará fugir a responsabilidade criminal por qualquer atentado ou tentativa de perturbação da ordem pública que se verifique.

A morte de Manoel Torquato e a prisão de Miguel Moreira e mais ainda a repressão que se segue a derrota da Insurreição em Natal, significaram o fim da guerrilha.

Na trilha da Insurreição: os Levantes militares em Recife e no Rio de Janeiro

Recife

Os Levantes em Recife e no Rio de Janeiro ocorreram, a exemplo de Natal, em unidades militares do Exército. Fazia parte da preparação de um Levante que se articulava a nível nacional, no entanto, pegos de surpresa com o Levante do 21º BC em Natal, o fazem também de forma precipitada. No caso de Recife, o comitê regional do PCB, constituído por Silo Meireles – oficial reformado do exército, os Tenentes Lamartine Coutinho e Alberto Besouchet e o Sargento Gregório Bezerra, todos do Exército, e os civis José Caetano Machado, Pascácio Fonseca (operário gráfico) se reúnem no final da noite do sábado, dia 23 de novembro de 1935, ao saberem da deflagração da Insurreição do 21º BC em Natal. Nesta reunião, estavam ausentes Cristiano Cordeiro – um dos fundadores do partido em 1922 e que se posicionava contra o Levante por considerar que não havia condições objetivas para o êxito, uma vez que o partido se articulava basicamente nos quartéis – e o tenente Lamartine Coutinho (que havia sido transferido do 29º Batalhão de Caçadores de Recife para o 22º Batalhão de Caçadores de Alagoas, mas que ainda estava em Recife).³⁸ Na reunião, a direção do partido delibera

38 Por suas posições contrárias às orientações da direção do partido, Cristiano Cordeiro foi depois expulso do PCB. Ver depoimento dele em CORDEIRO *et al.*, 1982, p. 86.

que a Insurreição deveria ocorrer de imediato, antes que, com as informações de Natal, os quartéis entrassem de prontidão o que inviabilizaria qualquer tentativa de Levante. O movimento deveria começar na vila militar Floriano Peixoto no município de Jaboatão, vizinho a Recife. Era onde estava localizada a maior concentração de tropas do Exército do Nordeste. Tinham informações de que o governador Carlos Cavalcanti de Lima não estava na cidade, nem os comandantes da 7ª Região Militar (Exército) e o da Polícia Militar.

Um plano foi elaborado e incumbências distribuídas: Gregório Bezerra, que era sargento instrutor no Tiro de Guerra, deveria sublevar o quartel general da 7ª Região Militar – onde também funcionava o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), situado no largo de São Francisco, centro de Recife. Vitorioso o Levante, deveriam ser ocupados o palácio do governo, a central telefônica, o aeroporto, o cais do porto e outros pontos estratégicos, como as entradas e saídas de acesso à cidade. Os capitães Silo Meireles, Otacílio de Lima e os tenentes Alberto Besouchet e Lamartine Coutinho deveriam sublevar o 29º Batalhão de Caçadores (estes dois últimos não estavam presentes a esta reunião. A comunicação ao tenente Lamartine Coutinho foi feita logo após a reunião, pois sabiam que ele estava participando de uma festa com estudantes do curso de Direito da Faculdade de Recife), ajudados por alguns sargentos e cabos do partido. Logo que o tenente Lamartine fosse informado da decisão, deveria seguir imediatamente para a vila militar, entrando em contato com outros militares comprometidos com o Levante e ficar aguardando as ordens de Silo Meireles. Feito o contato, ele se dirige para a vila militar e procura os contatos que Silo Meireles lhe dera. Não encontra ninguém. Segundo Paulo Cavalcanti, “o tenente Besouchet, que deveria levantar o quartel, estava completamente desinformado [...] e, tranquilo, jogava gamão no cassino, onde os oficiais passaram o tempo em prontidão desde o sábado à noite” (CAVALCANTI, 1978, p. 142). Saem tentando contato com os outros militares. Às 9h30, chega a ordem de

Silo Meireles. O movimento tem início, mas, para surpresa dos insurretos, houve resistências de imediato. Por um erro básico, as instalações telefônicas não foram cortadas, o que permitiu contatos externos com as unidades militares dos estados vizinhos e a polícia civil que logo foi mobilizada. No quartel,

estabeleceu-se uma intensa fuzilaria entre os oficiais, cercados, e os militares em revolta, sendo empregado, nessa luta, alguns sargentos e cabos que poderiam, lá fora, ser mais úteis no adestramento de populares, que aderiram em massa ao movimento [...] mais de 3 mil homens em armas [...] com adesão entusiasta da população residente em Jaboatão (CAVALCANTI, 1978, p. 143).

Um evidente exagero. A população em geral não sabia o que estava acontecendo. Os civis que se dirigem ao quartel foram os que conseguiram ser mobilizados pelo partido (além de eventuais curiosos) e, mesmo assim, sem armas, não entram no quartel. Desarmados, o que iam fazer em meio a uma intensa fuzilaria?

Ao serem informadas do Levante no 29^o BC, tropas do Exército da Paraíba e Alagoas se deslocam imediatamente para Recife. A da Paraíba chega primeiro e ocupa lugar estratégico, cercando o quartel. Exaustos e cercados, os insurretos ainda tentam resistir, mas não havia qualquer possibilidade de êxito. Tentam fugir, mas são presos imediatamente.

No Recife, Gregório Bezerra tenta sublevar o quartel da 7^a Região Militar praticamente sozinho (os reforços prometidos não apareceram) e, como houve resistência, ele é ferido e preso pouco depois “sem os companheiros militares comprometidos com a revolução, sem os operários comprometidos, sem ajuda de ninguém” (BEZERRA, 1979, p. 243).³⁹

39 Além do livro de memórias de Gregório Bezerra (2 volumes), uma excelente reconstituição do que ocorreu em Recife em novembro de 1935 é a dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco (1994) de Antônio Natanael Sarmento: *Os abalos de sábado à noite: do governo popular revolucionário de Natal à guerra do largo da paz em Recife (1935)*.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro as autoridades já estavam informadas dos acontecimentos tanto de Natal quanto de Recife. Os quartéis entram de prontidão. Já no domingo, dia 24 de novembro, pela manhã “antes mesmo do dia clarear, a polícia deteve cerca de 150 pessoas, entre as quais Roberto Sisson e a maior parte do antigo diretório da ANL” (LEVINE, 1980, p. 178). Pegos de surpresa quanto ao Levante do 21º BC em Natal, a direção do partido se reúne para decidir o que fazer. Após a avaliação dos acontecimentos de Natal e Recife, a decisão é pelo Levante com início no 3º Regimento de Infantaria, onde havia células do partido e no qual, avaliava-se que era grande a possibilidade de sublevação. Na tarde do dia 26 chega ao 3º Regimento de Infantaria um estafeta a mando do “comitê revolucionário” com uma ordem assinada por Luís Carlos Prestes, endereçada ao tenente Agildo Barata, membro do partido. A ordem era para que o regimento se sublevasse às 2 horas da madrugada do dia 27 de novembro. Até lá o partido se mobilizaria para conseguir apoio popular. Antônio Maciel Bonfim, O “Miranda” secretário-geral do partido, presente a reunião disse que o partido teria condições de desencadear uma greve geral e Prestes usa um argumento decisivo: afirmou contar com o apoio da Marinha (MORAES, 1985, p. 96).

O quartel tinha cerca de 1.700 homens, a maioria dos quais constituída por recrutas recém-incorporados e sem nenhuma instrução militar. Segundo Agildo Barata “a célula do PCB tinha um efetivo de 12 ou 13 homens dos quais dois oficiais, um cabo e o restante soldados. O núcleo aliancista do qual fazia parte a célula comunista não atingia a 30 pessoas” (BARATA, 1978, p. 265). Se esses números forem corretos, o Levante irá contar com uma adesão surpreendente. Na hora combinada, com o capitão Agildo Barata à frente, o regimento se insurge. No entanto, ficam completamente isolados, por não contar com o esperado apoio popular, nem com a adesão de outras

unidades militares e também em função da posição geográfica do quartel, localizado na Praia Vermelha, com apenas uma rua de acesso (sentido Botafogo-Urca). Com as informações sobre o Levante, as forças legalistas, sob o comando do general Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª Região Militar, ocupam posições estratégicas, não permitindo a saída dos revoltosos e ainda usando aviões para bombardear o quartel. Cercados e inferiorizados numericamente, não tem como resistir e se entregam no início da tarde.

A diferença entre esse Levante, assim como o do 29º BC em Recife para o de Natal, é que este, mesmo fugazmente, consegue não só ocupar o quartel, como dominar a cidade e estender-se pelo interior do estado. Em segundo lugar, foi um Levante dirigido por cabos e sargentos, sem a participação de nenhum oficial (ao contrário do Rio e Recife) e ainda contar com alguma adesão popular.

Um aspecto relevante é quanto à participação da ANL (Aliança Nacional Libertadora). Alguns autores atribuem os Levantes a ANL.⁴⁰ No entanto, como demonstramos, no caso de Natal, o Levante não teve nada a ver com a ANL, embora o PCB continuasse a usar o seu nome. E creio que pode ser extensivo aos demais estados. Em Pernambuco, com a ilegalidade da ANL, em 11 de julho de 1935, ela desaparecera como entidade política tendo seus núcleos operativos se restringido ao Partido Comunista (LEVINE, 1980, p. 175).

Com sede na Rua do Imperador, no centro da cidade, a ANL foi fundada em Recife, no início de abril de 1935, e, segundo Gregório Bezerra, “onde se registrava um colossal movimento de massas” (BEZERRA, 1979, p. 234). Robert Levine registra que no apogeu, a ANL chegou a ter dois mil membros na capital (LEVINE, 1980, p. 175). Gregório Bezerra recebe a incumbência

40 Entre outros, podemos citar Rodrigues, 1980; Dias, 1983; Del Royo, 1990; e Cavalcante, 1978.

de Cristiano Cordeiro, da direção do partido no estado, para organizar núcleos da ANL dentro do quartel. Com a ilegalidade da ANL, “boa parte dos soldados, cabos e sargentos que haviam se filiado à ANL pediram para entrar no partido” e acrescenta que, com a ilegalidade, “o partido designou-me para preparar a luta armada no setor militar” (BEZERRA, 1979, p. 232-36).

Ele também faz referências à preparação de um movimento armado “à base do programa da ANL contra o fascismo e a guerra” para o início de agosto de 1935:

no setor militar estava tudo pronto, só aguardávamos a palavra de ordem para desencadear a luta armada [...] às 3 horas da madrugada, recebemos um telegrama do Rio, suspendendo o movimento revolucionário e mandando aguardar nova oportunidade [...] pouco depois, em função de rumores quanto à possibilidade de uma desmobilização em massa nos quartéis do Nordeste, a direção nacional do partido baixou um resolução, ordenando que, em caso de desmobilização nos quartéis, se poderia iniciar o movimento revolucionário (BEZERRA, 1979, p. 236).

Agildo Barata faz referências a “um tal comitê revolucionário do Nordeste [...] organismo de composição totalmente comunista [...] que usa o nome e o prestígio do movimento aliancista e, ante a proibição dos reengajamentos, determina o início da insurreição”. Faz alusão também a agentes provocadores infiltrados (BARATA, 1978, p. 259-260).

No entanto, os Levantes de Recife e Rio de Janeiro foram consequências do de Natal e não em função da desmobilização dos quartéis (que pode ter contribuído para o clima de insatisfações então existente). Quanto a agentes provocadores, creio que, se estiverem mesmo sido infiltrados, não tiveram qualquer influência no desencadeamento nas Insurreições nas unidades militares de nenhum dos estados. Como afirma Dinarco Reis, militar e militante comunista na época (e preso em consequência de sua participação), “a maior responsabilidade coube, sem dúvidas, ao partido e à sua direção da época” (REIS, 1985, p. 46).

A articulação dos Levantes nos quartéis do Exército em algumas capitais do Nordeste

A leitura dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional, relativos aos acontecimentos de novembro de 1935, mostra que havia efetivamente uma articulação para Levantes nos quartéis do Exército sob a liderança de militantes do PCB. Esse plano é formulado após a chegada de Luís Carlos Prestes clandestinamente ao Brasil, em abril de 1935, e, principalmente, após a ilegalidade da ANL em 11 de julho de 1935. Prestes, como demonstram as anotações apreendidas pela polícia e anexa aos processos, redige entre agosto e setembro de 1935, uma série de cartas a antigos tenentes que haviam participado da coluna cujo teor era o convite à adesão a uma Insurreição nos quartéis. Ao mesmo tempo, envia alguns militantes do partido, para preparar Levantes nos quartéis no Nordeste, como é o caso de Silo Meireles. Vejamos, brevemente, como foram essas articulações nas capitais do Nordeste.

Paraíba

Os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional referentes à Paraíba demonstram que havia um plano para um Levante que começaria no 22º Batalhão de Caçadores, aquartelado na cidade de João Pessoa. A articulação com alguns militares desse quartel se deu através do capitão Otacílio Alves, do 29º BC de Recife, que se deslocava com frequência para Paraíba, em especial para a capital, João Pessoa.

O plano para o Levante na Paraíba foi elaborado em Recife e continha os detalhes da tomada do quartel e ocupação de lugares estratégicos da cidade de João Pessoa. A direção do partido, em Recife, envia um documento com os detalhes pelo capitão Otacílio Alves para João Santa Cruz de Oliveira, ex-presidente da ANL da Paraíba. Em João Pessoa, tendo sido portador o tenente José Cassiano de Melo (da bateria de artilharia do Quartel

de Dorso). O Dr. Santa Cruz não foi localizado e o documento foi entregue a Antônio Pereira Araújo, militante do partido comunista, que, por sua vez, entregou a Elias Gomes Araújo, o secretário-geral do partido na Paraíba. O plano consistia na tomada do 22º Batalhão de Caçadores e do vizinho município de Conde, onde o partido desenvolvia um trabalho de arregimentação entre os camponeses.

O partido se reúne para discutir o documento. Manoel Miranda é destacado para Cabedelo, município a poucos quilômetros de João Pessoa, onde o partido já tinha organizado algumas células. Severino Diogo foi destacado para organizar uma greve em Santa Rita, Miguel Barbeiro para armar e organizar os camponeses no município de Conde, contando com as células já formadas. Gabriel Alves e José Pedro deveriam mobilizar os militantes do partido nos bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas, em João Pessoa. O objetivo era deslocar-se para 22º Batalhão de Caçadores e ocupar o cais do porto de Cabedelo. Para isso, o partido contava com a liderança do estivador Manoel Fagundes e o objetivo era o de impedir a saída ou entrada de navios na cidade.

No dia 24 de novembro, com as notícias dos acontecimentos de Natal, que os pegam de surpresa, o partido se reúne em caráter de urgência. A reunião é realizada na casa de Elias Araújo e participam João Domingos, Marcos Evangelista, João Santa Cruz Oliveira, Manoel Dias Parente, Antônio Pereira e Luiz Gomes da Silva (secretário da comissão camponesa do PCB na Paraíba). A avaliação, consensual, era de que, se não se rebelassem de imediato, o Exército entraria de prontidão, a Polícia Militar e civil seriam mobilizadas e isso inviabilizaria qualquer possibilidade de Levante. O que deveriam fazer de imediato era mobilizar seus militantes e estabelecer contatos com os militares do 22º BC comprometidos com o Levante (não havia militares presentes à reunião).

José Pedro, que havia ficado com a incumbência de mobilizar militantes do partido no bairro de Cruz das Armas,

conseguiu mobilizar e armar cerca de 200 homens que se concentraram por trás do 22º Batalhão de Caçadores. O estivador Manoel Fagundes, em vez de ocupar o cais do porto em Cabedelo, prioriza a invasão do quartel do 22º BC e consegue reunir cerca de 90 homens. Aguardavam apenas as ordens. No entanto, elas não vieram. Ao ser informado dos acontecimentos em Natal, o comandante do 22º BC põe o quartel em prontidão ainda na madrugada do dia 24 de novembro, o que impossibilitou contatos com os que estavam comprometidos com o Levante dentro do quartel. Embora os esforços fossem concentrados na capital, não impediu que ocorressem tentativas em cidades do interior do estado, como foi o caso de Conde. Conforme o relatório da polícia, nesta cidade, “verificou-se um começo de levante armado feito por operários que, de muito, vinham sendo trabalhado por agitações comunistas”. O Partido Comunista, através do camponês João José, consegue mobilizar cerca de 200 homens que invadem a delegacia local, recolhendo as armas dos policiais e prendendo-os. Entretanto, tem informações de que o 22º BC estava de prontidão e o plano de sua invasão se tornara inviável. Os que haviam sido mobilizados e se colocados para as imediações do quartel são orientados a se dispensarem, a fim de não levantarem suspeitas. Não resta alternativa a não ser a desmobilização e a fuga. Com a repressão policial e a descoberta do plano, 101 pessoas são indiciadas, processadas e julgadas pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Fica evidente que a articulação de Levantes, tanto na capital quanto no interior, foi feita pelo Partido Comunista e não por membros da Aliança Nacional Libertadora. O partido tinha uma inegável inserção entre algumas categorias de trabalhadores, expressa na rápida mobilização. No relatório policial, consta que “das investigações procedentes ficou apurado não ser por demais estreito o quadro de adeptos do credo moscovita na capital da Paraíba [...] quase todos antigos partidários da ANL, com a extinção desta, serviam nas fileiras do exército de Moscou”.

ANL, desde sua formação em abril de 1935, não teve um grande número de adeptos, tanto na capital quanto no interior. Em João Pessoa, consegue montar um pequeno diretório tendo como presidente João Santa Cruz de Oliveira, que era militante do Partido Comunista. Durante a legalidade, realizou algumas reuniões públicas, que não contaram com uma presença muito significativa de pessoas. Com a ilegalidade, a ANL se restringe aos militantes do Partido Comunista. Este, bem mais organizado, tinha várias células tanto na capital quanto em vários municípios “disseminando-se por todos os bairros e irradiando-se até Santa Rita e Campina Grande”.⁴¹ Dentre as células mais atuantes, destacam-se aos dos bairros de Barra de Gramame, Jaguaribe, Róger e Cruz das Armas.

Alagoas

O foco central de um Levante que estava sendo articulado em Alagoas era o 20º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Maceió. A exemplo da Paraíba, o PCB não tinha células atuantes dentro do quartel e muito menos apoio de qualquer oficial. No entanto, uma das lideranças do partido era militar: o terceiro sargento Josué Augusto de Miranda.

Em meados de novembro de 1935 o comandante do 20º BC recebe uma informação de que estava sendo articulado um Levante no quartel que contaria com a participação de soldados, cabos e sargentos. Essa informação foi dada por um soldado que havia sido convidado para uma reunião que se realizaria numa praia “a fim de não levantar suspeitas” e na qual foi discutida a preparação de um levante em vários quartéis do Brasil e que irromperia inicialmente no Rio de Janeiro e Recife. Em função dessa informação, o comandante manda instaurar inquérito no dia 21 de novembro, no qual são indiciados o 2º tenente Luiz Xavier de Souza, dois Sargentos, João Marçal de Oliveira

41 Processo relativo à Paraíba, v. I. (Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

(sargento ajudante) e o 3º sargento Josué Augusto de Miranda, quatro cabos (José Maria, Oséas Pimentel de Almeida, Nildo Pereira de Lucena e Vicente Ribeiro Cavalcante). Posteriormente, foram indiciados pelo Tribunal de Segurança nacional os civis Esdras Gueiros, Sebastião da Hora, Hildebrando Falcão, Manoel Leal e o escritor Graciliano Ramos.

Se a organização nos quartéis já era débil, esse fato inviabilizou qualquer tentativa de Levante. Na noite de 23 de novembro, quando chegam notícias de uma Insurreição no 21º BC em Natal, o quartel entra de prontidão e, no dia seguinte, tropas são enviadas para Recife e depois para Natal a fim de combater os insurretos.

Ceará

No Ceará, o Partido Comunista não tinha organizado células no 23º Batalhão de Caçadores, e tampouco a ANL, no período da legalidade. No entanto, o comitê regional do partido tinha um plano, traçado em consonância com as peculiaridades locais. Sem militantes no quartel, o que tornaria improvável o êxito de um Levante armado, arregimentariam civis para invadirem o quartel.

O comitê regional do partido era constituído por Amarolino Miranda, que veio para o Ceará em substituição a um militante conhecido como “Xavier”, após a decretação da ilegalidade da ANL (que, por sua vez, substituiu Adelino Deícola dos Santos, que havia ficado no Rio de Janeiro) Manoel Feitosa, Vicente Brito, Carlos Schimidt, Luiz Manoel e Miguel Pereira Lima.

Poucos dias antes do Levante de Natal, em meados de novembro de 1935, numa batida de rotina, a polícia prendeu Amarolino Miranda que, em interrogatório, acaba confessando a existência de um “plano revolucionário”. A polícia passa então a seguir Luiz Manoel dos Santos e Miguel Pereira Lima.

Quando ocorre a Insurreição do 21º BC em Natal e a consequente tomada da cidade, o partido se reúne em Fortaleza

para avaliar a situação, pois foram pegos de surpresa. O 23º BC já tinha entrado de prontidão, o que tornava impraticável sua invasão, uma vez que o número de civis armados eram poucos (o 23º BC já no dia seguinte, rumou em direção a Natal, ocupando facilmente, no dia 25, a cidade de Mossoró). A decisão do partido foi a de os militantes fossem para o interior do estado “a fim de estabelecer guerrilhas e se fortalecer para um assalto eficiente a capital”. Inicialmente foram para uma praia onde organizaram um grupo denominado “R 5”. Embora não se organizassem como guerrilha e muito menos tivessem quaisquer condições de empreender um “assalto eficiente a capital”, pelo menos serviu de abrigo a muitos foragidos tanto de Fortaleza, quanto do Piauí e Rio Grande do Norte.

Luiz Manoel e Miguel Pereira, logo após essa reunião, continuam sendo seguidos pela polícia que, com as informações de Natal, recebem ordens de prendê-los. Ao receberem voz de prisão reagem à bala e, após intenso tiroteio, são mortos pela polícia.

Mesmo não se registrando qualquer movimento, tanto na capital quanto no interior, a polícia do Ceará ainda indicia e prende 64 pessoas.

Maranhão

No Maranhão, a ANL foi fundada no dia 14 de abril de 1935, com ato solene realizado em São Luís. Constituída basicamente por profissionais liberais, pequenos comerciantes e estudantes, que, segundo Caldeira (1980), terá um dos maiores crescimentos registrados no Nordeste.

Em setembro de 1935, portanto, depois da ANL ser posta na ilegalidade, chega a São Luís, proveniente do Rio de Janeiro, Vitor Correia Silva, que havia sido membro do diretório nacional da ANL. Militante do Partido Comunista, foi enviado pelo Comitê Central aos estados do Maranhão e Piauí, a fim de ajudar na preparação de um levante. Estabelece contatos principalmente

nos meios militares e viaja com frequência para Teresina e cidades do interior do Maranhão.

No dia 26 de outubro, participa, em São Luís de uma reunião que tem por objetivo reorganizar a ANL no estado. Foram constituídas três comissões: Finanças, Organização e Propaganda e a Comissão Militar, com três membros cada uma. Esta última tinha por objetivo estabelecer contatos com os militares que haviam pertencido a ANL ou simpatizantes.

No dia 2 de novembro de 1935, Victor escreve uma carta ao “diretório central da ANL”, dando conta da reorganização da ANL no Maranhão, com a constituição de um diretório estadual.

No dia 5 de novembro, chega a São Luís uma circular da “Secretaria Nacional da ANL”, dizendo, entre outras coisas, “de acordo com a circular de 25.10.35 do diretório nacional que trata da reunião plenária do próximo dia 15 de novembro, esta secretaria necessita com urgência de dados concretos sobre a situação geral, local, política e organizacional da ANL local, para a propaganda e organização dos núcleos urbanos e de São Luís, quantos diretórios municipais etc.” (na circular é anexado um questionário com 25 perguntas).⁴²

Pouco depois, a direção local da ANL lança o manifesto “Aos núcleos da ANL no estado” no qual apela para a organização dos camponeses e das “massas trabalhadoras” finalizando o documento com a palavra de ordem “pelo governo nacional e revolucionário”.

Na realidade, os núcleos que atuavam em nome da ANL eram, na verdade, constituídos por militantes do Partido Comunista. Os que não eram, se afastaram, alguns inclusive tornando público através da imprensa. O partido elabora um plano para uma rebelião que teria como foco principal o 24^º Batalhão de Caçadores, estando articulado também com a

42 Processo do Maranhão relativo aos acontecimentos de 1935. (Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

guarda do palácio do governo e alguns integrantes da Polícia Militar, sob a liderança do sargento Francisco Moreira.

Como parte do plano, o interior do estado ficaria sob a responsabilidade de Euclides Carneiro Neiva e Ignácio Mourão, que estabeleceriam os contatos e articulariam os trabalhadores, visando para dar respaldo ao Levante na capital.

No entanto, tal como ocorreu nas demais capitais, o Levante do 21º BC em Natal os surpreendem. São informados que os quartéis do 24º BC da capital e o quartel da Polícia Militar já estavam de prontidão. De qualquer forma, ainda tentam dar continuidade aos planos, marcando o Levante para o dia 29 de novembro, quando acumulariam forças e deveriam contar com Levantes em outras capitais.

Mas a trama foi descoberta antes, por mera casualidade. Um oficial do 24º BC, que havia saído do quartel de folga, retorna à sala em que trabalhava a fim de buscar um objeto que havia esquecido. Ao dirigir-se à sala, ouve uma conversa telefônica entre o sargento Joaquim Leandro Fonseca e um sargento da Polícia Militar. Escondido, ouve a conversa até o final e ficou sabendo da preparação do Levante. Flagrado ao telefone, o sargento é preso. Aberto um inquérito, ficou comprovado que havia efetivamente um plano insurrecional e o aliciamento de vários praças e cabos. Muitos são presos e expulsos tanto do Exército como da Polícia Militar.

Piauí

A atividade clandestina do diretório da ANL no Maranhão se estende ao Piauí, conforme comprova a correspondência, datada de 6 de agosto de 1935, apreendida pela polícia em poder de Evandro Cunha, presidente do diretório regional da ANL.

Vitor Correia havia estado diversas vezes em Teresina e estabelecido contatos com militares do 25º Batalhão de Caçadores, em especial cabos e soldados e ainda os civis

Raimundo Nonato Carvalho, Raimundo Casseiro Viegas, Manoel de Sousa Santos e Antônio Rodrigues Silva. Cabia a Piberone Lemos a responsabilidade pela articulação entre os militantes do Piauí e do Maranhão.

No dia 24 de novembro de 1935, ao terem conhecimento do Levante do 21º BC em Natal, decidem pela deflagração para o dia seguinte, à meia noite, horário que seria mais fácil sublevar o quartel com poucos homens bem armados. O plano consistia em render a guarda e, em seguida, alguns tiros de metralhadora, que seria a senha para os civis que seriam mobilizados e orientados a entrarem no quartel. Mas, para isso, teriam que ter armamentos e munições e ficou decidido que seriam retiradas do próprio quartel e entregues aos civis. No dia 25, às 22 horas, Viegas, que conhecia bem o quartel, e, por isso, tinha ficado responsável pela retirada dos armamentos e munições, encontra o setor de armamentos e munições com vigilância reforçada e o quartel já de prontidão. O plano fracassa.

Mesmo não ocorrendo nada, poucos dias depois, a trama foi descoberta e os responsáveis indiciados e presos.

Revisão da bibliografia sobre a Insurreição de novembro de 1935 em Natal

Já existe publicada no Brasil uma extensa bibliografia sobre a Insurreição de 1935 – também conhecida como Intentona Comunista –, são livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado que, se não analisam especificamente o caso de Natal, procuram inserir os acontecimentos em Natal (Levante do 21º BC e suas consequências), Recife e Rio de Janeiro, numa análise mais abrangente sobre o Partido Comunista e a sociedade brasileira nos anos 1930 (vide bibliografia).

Em relação a Natal, apresentamos algumas referências que reputamos como importantes na bibliografia sobre o tema.

Infiltração policial e o caso do telegrama forjado

Alguns autores atribuem à Insurreição do 21º BC em Natal a uma precipitação – que efetivamente houve, considerada a articulação do Partido Comunista em nível nacional – em função de uma infiltração policial que teria contribuído para o desencontro de informações quanto a data da eclosão do movimento. É o caso do chefe de polícia na época, João Medeiros Filho, quando afirma “A surpresa com que irrompeu o movimento e sua má organização levam-me a aceitar a versão de ter sido mesmo precipitado pelas autoridades do Rio de Janeiro, a fim de que o plano subversivo não surtir o efeito que era de se esperar e temer” (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 47). Leôncio Basbaum, ao

se referir ao esse episódio, diz que o telegrama foi forjado em Natal “O chefe de polícia, Aluísio Moura, fez amizade com um membro do Partido Comunista por nome “Santa” e através dele que a polícia consegue a confirmação da chave do telegrama” (BASBAUM, 1976, p. 81). Eliezer Pacheco tem uma versão idêntica: “Através destas infiltrações, a polícia sabia que a revolução eclodiria entre fevereiro e março de 1936, sendo o seu início determinado por telegrama cifrado e remetido aos dirigentes de cada estado. Passou então a empenhar esforços no sentido de descobrir a senha a ser transmitida através de telegrama. Esta descoberta foi obra do chefe de polícia de Natal o qual conseguiu tornar-se amigo de um membro do CR do PCB de nome “Santa” ou “Santana”. Este, acreditando nas “inclinações comunistas” do policial, revela a senha para o início da Insurreição. Ali mesmo, na capital do Rio Grande do Norte, a polícia envia a “Santa” um falso telegrama, datado do Rio de Janeiro, determinando o início do movimento, que é feito apesar da absoluta falta de condições” (PACHECO, 1984, p. 169).

John Foster Dulles faz referência a cartas que foram encontradas pela polícia em princípios de 1936 quando “Santa” foi preso. As cartas eram dirigidas a “GIN” abreviatura dos “nomes de guerra” dos três líderes do movimento: Garoto (Prestes), Índio (Guioldi) e Neto (Harry Berger):

Uma das cartas de GIN dizia que o levante de 23 de novembro em Natal fora desencadeada por um inimigo dos comunistas” e cita trechos da carta “Foi iniciado pelo oficial do exército Aluísio Moura, ex-chefe de polícia de Natal [...] durante a luta ele controlava tudo [...] e enganava nossos camaradas, desarmando-os (DULLES, 1985, p. 21).

José de Campos Aragão, general de divisão do exército, afirma que “há flagrante suspeição de que foi o governo que fez precipitar os acontecimentos” (ARAGÃO, 1973, p. 47).

João Café Filho supõe que o presidente Getúlio Vargas tenha incentivado, mesmo que indiretamente, os acontecimentos “não só por inadvertência, mas também por cálculo e

talvez pelo empenho de desmontar, através da precipitação de levantes isolados, a conspiração que era de seu conhecimento” (CAFÉ FILHO, 1966, p. 92).

Eduardo Maffei afirma que “há evidências de que Getúlio não só sabia que o movimento ia estourar como agiu para que tal acontecesse e com precipitação” (MAFFEI, 1987, p. 94).

Vejamos estas versões. No primeiro caso (João Medeiros), é muito curiosa, porque ele era o chefe de polícia na época, homem de confiança do governador (que o havia ido buscar na Paraíba exclusivamente para assumir a chefia de polícia) e foi preso pelos insurretos e, segundo sua própria versão, o tentaram tirar por três vezes do improvisado xadrez do 21º BC com o objetivo de fuzilá-lo. E não só ele foi preso, como o comandante da Polícia Militar, o comandante do 21º BC, vários oficiais e o governador só não foram presos também porque se esconderam no início do Levante (e sequer sabia do que se tratava) se asilando em seguida. Assim sendo, que sentido teria a polícia (do Rio de Janeiro? como?) em provocar uma precipitação se as principais autoridades do estado foram pegadas de surpresa e o próprio chefe de polícia foi preso?

Quanto a versão de Leôncio Basbaum, o equívoco é enorme. Em primeiro lugar, Aluísio Moura não era chefe de polícia na época, mas capitão comissionado no 21º BC (fora, até pouco antes do Levante, o Comandante da Polícia Militar). E só não foi preso pelos insurretos porque não foi encontrado em sua residência. E seria muito estranho que um telegrama forjado em Natal pela polícia pegasse de surpresa... o próprio chefe de polícia!

Em relação a Eliezer Pacheco, talvez a fonte tenha sido o próprio Leôncio Basbaum. Na realidade, não havia a suposta amizade entre o chefe de polícia e “Santa”, conforme depoimento do próprio “Santa” (GOMES, 1988, p. 73-118). Aliás, o chefe de polícia vai acusar exatamente “Santa” de querer assassiná-lo (MEDEIROS FILHO, 1980, p. 19).

Aluísio Moura, conforme dissemos, só não foi preso por não ter sido encontrado, o que contradiz afirmações como a de que durante o movimento ele “controlava tudo” segundo uma das cartas apreendidas pela polícia.

Paulo Sérgio Pinheiro, ao discutir esta questão, diz: “No desencadear das rebeliões e sua data, nada indica que tivesse algo a ver com infiltrações de espíões” (PINHEIRO, 1987, p. 603). Creio ser esta a versão mais correta. O autor se baseia em extensa documentação, que corresponde também às evidências dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao Rio Grande do Norte nos quais são indiciadas (e ouvidas) mais de mil pessoas, entre testemunhas de defesa e acusação, relatórios policiais e documentações apreendidas e não há qualquer referência a infiltração policial ou telegrama falso. Evidenciado também pela forma como se deu o Levante do 21^o BC, conforme relatamos. O próprio presidente Getúlio Vargas, numa carta a Osvaldo Aranha, datada de 14 de dezembro de 1935, diz, entre outras coisas, “Ninguém seria capaz de supor que os tóxicos da propaganda subversiva houvesse ganhado tanto terreno, a ponto de determinarem um movimento de articulação tão extensa e seriamente ameaçador”.⁴³ Como diz José Nilo Tavares,

seria difícil admitir que o chefe de governo provocasse deliberadamente as mortes e os prejuízos materiais ocasionados pela insurreição” e acrescenta “mas não parece restarem dúvidas quanto ao fato de que o governo soube utilizar o levante no sentido de fortalecer-se, quebrar a resistência oposicionista no congresso e na sociedade civil, que não era fraca, e preparar o caminho para o golpe em gestação (TAVARES, 1985, p. 74).

43 Arquivo de Getúlio Vargas, CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação)/ Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

Adesões ao Levante em Natal

Hélio Silva, num livro inteiramente dedicado ao ano de 1935, ao se referir aos acontecimentos de Natal, diz “O levante em Natal foi um revolução de cabos, sargentos, operários e funcionários públicos. A maioria nada sabia de comunismo [...] e o grosso dos adesistas pensavam tratar-se de um movimento para repor Mário Câmara” (SILVA, 1969, p. 280). Esta versão é compartilhada por outros autores, como é o caso de Glauco Carneiro que diz: “Somente os dirigentes do Partido Comunista local sabiam a verdadeira finalidade do levante. Para a grande maioria dos rebeldes, entretanto, imbuída como sempre pelos líderes, visava repor Mário Câmara, ex-Interventor que nas eleições fora vencido por Rafael Fernandes” (CARNEIRO, 1965, p. 419).

João Maria Furtado, em seu livro de memórias, ao se referir aos episódios de 1935, diz: “Se algum elemento marista ou cafeísta aderiu a esse levante – e só o fizeram figuras insignificantes de revoltados como alguns ex-componentes da guarda-civil – o foi na persuasão de se tratar da derrubada do governo recém-eleito” (FURTADO, 1976, p. 123).

São opiniões de difícil comprovação. A leitura dos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional não autoriza afirmações definitivas. Não há, na realidade, indícios nesse sentido e sequer referências a Mário Câmara nas centenas de depoimentos dos indiciados, mesmo entre os poucos guardas-civis que aderem ao movimento (o que poderia ter sido até uma boa estratégia uma vez que era muito menos grave do que aderir pensando tratar-se de um movimento comunista). Alguns partidários da Aliança Social (partido do ex-Interventor) realmente aderiram, alguns com posições de destaque, como o médico Orlando Azevedo e do dentista Nizário Gurgel e, exatamente por isso, são condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Mas como compreender esse fato senão remetendo-se ao contexto de conflitos que caracterizaram a campanha eleitoral? (Em seus depoimentos à polícia, todos alegam completa inocência, com

exceção do sargento do 21^o BC, Quintino Clementino de Barros, que, em seu depoimento, assumiu total responsabilidade pela Insurreição no quartel. João Batista Galvão, um dos integrantes da Junta Governativa e membro do Partido Comunista, diz, em seu depoimento, que só soube do Levante do 21^o BC na segunda-feira, dia 25. Havia ficado com sua mãe todo o final de semana. Na segunda-feira, ao sair para fazer umas compras “uma multidão em passeata me aclamou Secretário de Viação”).

Eduardo Maffei, ao se referir a adesões, diz “No único local em que houve adesão em massa foi no Rio Grande do Norte, onde os cafeístas participam a revelia do seu chefe [...] eles supunham que se tratasse de um conflito entre os grandes políticos do latifúndio, os Câmaras, os Fernandes e dos Bezerras”.⁴⁴ É difícil se comprovar suposições. No caso da adesão de cafeístas, muitos de seus partidários foram indiciados em processo, no entanto, ficou comprovado que a maioria por perseguição política, denunciados por adversários. Os que efetivamente aderiram o fizeram por outras razões, uma vez que não havia qualquer referência a Café Filho, que sequer estava no estado naquele momento e, que por suas posturas anteriores, não estimularia conflitos armados, especialmente contra a ordem estabelecida. Se se puder falar em “base popular”, esta foi constituída por estivadores, cuja adesão não teve nada a ver com Café Filho, que não tinha influência no sindicato dos estivadores, cujo presidente era militante do Partido Comunista, João Francisco Gregório (embora Robert Levine afirme que “o mais influente dos sindicatos de Natal, o dos estivadores, apoiava a Aliança Social, de Mário Câmara e Café Filho, mas os trabalhadores das docas não participaram da revolta em número apreciável, a despeito do que alega o Partido Comunista” (LEVINE, 1980, p. 164).

De qualquer forma, parece inegável que a cisão Aliança Social/Partido Popular, desempenharam um papel importante

44 Conferência na Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 6 de março de 1987.

no desenvolvimento da Insurreição, no sentido de que, em função de todo o clima de conflitos que caracterizaram as eleições, um movimento como esse, claramente contra Rafael Fernandes – que representava o partido que antes, durante e depois das eleições, tinha sido responsável por uma série de arbitrariedades contra os partidários de Café Filho – certamente contaria, como contou, com a adesão dos que se envolveram mais diretamente na campanha eleitoral ou foram vítimas de alguma forma de algum tipo de violência ou arbitrariedade.

Desfazendo alguns equívocos

Entre a bibliografia publicada no Brasil que faz referências aos acontecimentos de Natal, há algumas completamente delirantes. É o caso de Boris Koval, que, entre outras coisas, diz:

Os primeiros a se levantarem foram os operários e soldados revolucionários do nordeste [...] os comunistas e aliancistas tinham ali posições sólidas em 52 sindicatos, o que desempenhou um importante papel no movimento grevista de massa [...] o governo popular revolucionário de Natal tentou desde o início atrair amplas massas da população para a defesa da cidade contra as tropas de Vargas, o que deu certos resultados. Muitas organizações sindicais operárias, intelectuais progressistas e estudantes apoiaram ativamente os revoltosos e lutaram de armas contra as forças contrarrevolucionárias (KOVAL, 1982, p. 310).

Como vimos, na descrição do Levante no 21º BC e em Natal, não aconteceu nada disso.

Alguns autores vão atribuir a ex-integrantes da guarda civil um papel relevante no Levante em Natal. A guarda civil contava com 420 homens e foi extinta pelo governador pouco antes do início do Levante (23 de novembro). Entre eles, Robert Levine, que diz: “Em um ato que teria graves consequências, o governador do estado exonerou sem aviso ou compensação 420 membros da guarda civil, mas não desarmou os homens. E estes, incapazes de conseguir outro emprego, passaram a rondar as ruas de Natal, sem destino certo” (LEVINE, 1980, p. 162).

José Murilo de Carvalho também se refere a isso ao afirmar: “Em Natal, o 21º BC é sublevado por praças que dominam com facilidade o batalhão, unindo-se aos revoltosos, cerca de 200 elementos da guarda civil” (CARVALHO, 1980, p. 177), assim como José Praxedes, que em entrevista a Moacyr de Oliveira Filho 50 anos depois, afirma que alguns integrantes da guarda civil “ficaram insuflando o 21º BC a insurgir” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 56).

No entanto, a consulta aos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional mostra que o número de guardas-civis que foram indiciados, presos e condenados é insignificante, considerando o número dos demitidos (ver em anexo a relação completa dos indiciados e as respectivas profissões). Apenas 20 são indiciados, dos quais 11 participaram ativamente, sendo condenados a penas que variam de 4 a 8 anos de prisão (um é condenado a 8 anos, dois são condenados a 4 anos e 6 meses e três são condenados a 5 anos e cinco são condenados a 5 anos e 6 meses).

Para Paulo Sérgio Pinheiro, “não mais de 300 pessoas participaram do tumulto” e, mais adiante, afirma que “a junta, sem fundos (os produtos dos saques jamais chegaram as suas mãos), sem condições de conter os excessos, tomando conhecimento do fracasso da rebelião em Recife, se rende em poucos dias” (PINHEIRO, 1987, p. 590-591).

Como vimos, mais de 300 pessoas participam do “tumulto”. São indiciadas 1039 entre civis e militares. E quanto ao dinheiro que não teria chegado à junta, conforme relatamos, não só chegaram como, quando são presos, carregam consigo grande somas de dinheiro. E não se rendem. Fogem como podem e são presos por tropas policiais de outros estados que se dirigiam a Natal.

Fernando Moraes, no livro *Olga*, ao se referir ao Levante do 21º BC, afirma que ele teria se rebelado ao meio-dia e que o governador, seu secretário e policiais de plantão e os oficiais que se encontravam fora do quartel “se dividiram na fuga: parte

escondeu-se na casa do Consul honorário do Chile, alguns se espremeram no avião Croix du Sud da Companhia Letecère, que estava na cidade” e que “os oficiais presos foram encarcerados em navios que se encontravam atracados no porto” e ainda que “cofres dos bancos foram arrombados e o dinheiro [...] distribuídos entre a população” [...] que “a zona liberada estendeu-se por mais meia dúzia de municípios do interior” (MORAES, 1985, p. 94-96).

Há vários erros. O quartel não se rebela ao meio-dia, mas às 19h30. Pode ser um pequeno detalhe, mas é importante. Se fosse ao meio-dia, é muito provável que não tivesse o desfecho que teve. O Governador e seu secretário (Aldo Fernandes), e não o secretariado, ficam a primeira noite (23 de novembro) na casa de um amigo, Xavier de Miranda, nas proximidades do teatro. E se asila na residência de Guilherme Letiere, cônsul italiano. Os policiais que estavam de plantão nas delegacias foram presos pelos insurretos e no dia do Levante havia apenas dois aviões no aeroporto, um dos primeiros lugares a ser ocupado, impossibilitando o seu uso para fugas. Quanto aos oficiais, foram presos e encarcerados no próprio 21º BC e só na madrugada do dia 27 de novembro, quando a junta decide fugir, é que são transferidos, junto com outros presos, para bordo do navio mexicano G-24. Quanto ao dinheiro arrecadado pela junta, não foi distribuído à população (os que controlavam o dinheiro arrecadado, ao fugirem, esconderam uma parte e ficaram com outra. Depois, houve denúncias de apropriação indébita do dinheiro arrecadado pelos insurretos, ou seja, embora apreendido, não chegou integralmente aos cofres dos bancos) e finalmente o número de municípios não foi “meia dúzia” e sim 17.

Os revolucionários de 35

Dentre todos os trabalhos publicados a respeito da Insurreição de 1935, merece especial destaque o de Marly Viana, *Os revolucionários de 35*. É a pesquisa mais completa, no Brasil,

sobre o tema. Examinando com perspicácia numerosas fontes de pesquisa, incluindo os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional (no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro), a autora traz uma contribuição inestimável. No entanto, há vários equívocos quando se refere ao Rio Grande do Norte (capítulo 7 – Sob a Aleluia Nacional da Liberdade). Vejamos.

Ao se referir ao resultado das eleições de outubro de 1935, afirma que “O PC ficou neutro diante de tais manifestações, apesar de manter ligações com os golpistas, através de João Café Filho, mas no interior, muitos comunistas tomaram parte nos tumultos” (p. 185). Bem, que o PC ficou neutro é uma afirmativa que faz sentido na medida em que o partido era contra o que considerava “as forças oligárquicas em luta” (a Aliança Social e o Partido Popular), mas não há qualquer indício de ligação com os golpistas (presume-se que seja o partido do Interventor, Mário Câmara, a Aliança Social), que era acusado exatamente de reprimir os comunistas... e muito menos havia qualquer ligação com Café Filho, que havia sido inclusive chefe de polícia na Interventoria de Bertino Dutra e nunca teve qualquer ligação com os comunistas. Como testemunha, o próprio Café Filho, no seu livro de memórias (*Do sindicato ao catete*), e o conjunto de documentos sobre o Levante no Rio Grande do Norte (autos dos processos). No dia do Levante, ele estava no Rio de Janeiro, exercendo o mandato de Deputado Federal (eleito em 1934). Diz ele:

Ao tomar conhecimento da insurreição, reagi com ceticismo. Ou a notícia era improcedente o, ou havia um equívoco na interpretação do fato. Parecia absurdo que os comunistas do Rio Grande do Norte, tão escassos, pudessem realizar uma façanha daquela envergadura. Como Chefe de Polícia, por duas vezes, observara de perto suas atividades. Cheguei, não raro, a ter pequenos atritos com eles por causa de suas habituais manobras subversivas (CAFÉ FILHO, 1966, p. 80).

E mais adiante, ao se referir ao Levante do 21º BC (op. cit., p. 84).

Espalharam-se logo a confusão e o terror, naturais nas emergências como aquela, feitas de surpresa e pânico. Registrei, como me foi contado, a negligência do comando do 21º BC no tocante às medidas preventivas, resultando quase num convite à indisciplina e à desordem, em meio à minoria comunista, organizada e ativa, como sempre.

Quanto à participação dos comunistas no interior do estado em “tumultos”, como vimos, houve a formação de três colunas guerrilheiras que se deslocaram para o interior, conquistando facilmente 17 dos 41 municípios.

Ao se referir ao Levante do 21º BC, afirma que “os rebeldes tentam, em vão, convencer algum oficial a assumir a direção”. Nas circunstâncias como se deu o Levante e à formação de uma Junta Governativa Revolucionária, constituída exclusivamente por militantes comunistas, não havia tempo para tais convites e ainda mais considerando que o partido prendeu todos os oficiais que conseguiu. Parece não fazer sentido convidar algum oficial que fosse do partido (e não havia) e muito menos no “calor da luta” a assumir a direção do movimento.

Há outros pequenos equívocos, como a afirmativa de que o prefeito de Natal, Gentil Ferreira, seu secretário de gabinete Paulo Viveiros e o jornalista Edgar Barbosa tenham sido presos (p. 191). Não foram; que o soldado (músico) Raimundo “tarol” era sargento (p. 189) e que José Macedo, integrante da Junta Governativa, teria ido ao Banco do Brasil e solicitado as chaves do cofre ao gerente, tendo este se recusado a entregá-las. Na realidade, os bancos não abriram na segunda-feira e José Macedo, junto com outras pessoas, foi à residência do gerente solicitar a chave, tendo este informado que não estava com ele, e sim com o tesoureiro do banco (para onde eles se dirigiram); que Benilde Dantas era sargento do 21º BC (p. 198). Ele era civil, estudante e natural da cidade de Ceará-Mirim. Participou da ANL e, com a vitória dos insurretos do 21º BC, atua intensamente, sendo destacado como um dos comandantes das “colunas guerrilheiras” que se deslocaram para o interior; há também exageros ao

afirmar que “nas ruas o povo continuava festejando a revolta do 21º BC” ou “o povo que comemorava nas ruas a alegria de estar dono da cidade” e que “a junta foi constituída por aclamação do povo em praça pública”. Na verdade, não houve festança popular. A maioria da população sequer sabia do que se tratava e muito menos “aclamação em praça pública”.

Há também dados conflitantes a respeito do número de indiciados nos processos do Rio Grande do Norte, com a informação de que em Natal estiveram envolvidas 763 pessoas – 63% dos insurretos e há indicação de profissão para 613 deles. No interior, foram indiciadas 447 pessoas, 37% do total, 294 com profissão indicada. Portanto, há dados sobre profissão de 907 indiciados, o que constitui uma amostragem expressiva de 75% (p. 210-215). Na nossa pesquisa nos autos dos processos do Tribunal de Segurança nacional do Rio de Janeiro, o total de 1.039 (ver parte relativa aos processos do Rio Grande do Norte e apêndice, com a lista dos nomes, profissão – onde havia esta informação – e as respectivas penas ou absolvição quando do julgamento pelo TSN em 1938).

Afora esses aspectos, o argumento mais problemático da autora é a afirmativa em relação à espontaneidade do movimento e “seu descompromisso com a ANL e o PCB”. Se houve esse descompromisso, como explicar que são justamente os membros do partido que assumem a direção e formam a Junta Governativa? Para ela, “os comunistas foram os únicos a participar da junta porque foram os únicos a aceitar a aventura”. Ora, os comunistas formam uma junta com membros do partido (todos) porque foi o partido que esteve à frente e não fazia sentido compor uma junta com integrantes que não fossem do partido. E quanto à “espontaneidade”, se foi tão espontâneo e sem planejamento, por que, então, comunistas como João Francisco Gregório e Epifânio Guilhermino, à frente de vários civis, invadem o quartel do 21º BC pouco depois do início do Levante? Ela confirma isso ao dizer “senhores do quartel, os rebeldes abriram suas portas aos militantes do PC que chegaram para participar”.

O Levante do 21º BC em Natal: uma tentativa de explicação

As explicações a respeito da Insurreição no 21º Batalhão de Caçadores de Natal têm variado muito. Do que nos foi permitido perceber ao longo da pesquisa, cremos que a rebelião de Natal, em que pese à preparação pelo PCB de Levantes em quartéis do Exército no país, teve muito mais a ver com a situação local. Fundamentalmente, as razões para a eclosão e a vitória, mesmo que fugaz, da Insurreição devem ser buscadas na conjugação de alguns fatores, tais como a situação política do estado naquele momento, com o agravamento das contradições no interior do bloco do poder (que se expressou, no plano político, na atmosfera anormalmente tensa na véspera da Insurreição como procuramos demonstrar, detalhando todo esse processo), a ascensão do movimento operário (expresso na organização sindical, aumento de greves, a guerrilha no Baixo Açu etc.) e finalmente a situação específica do 21º Batalhão de Caçadores: embora inserido no quadro mais geral das insatisfações nos quartéis do exército, tinha como particularidades as péssimas condições físicas e materiais (que geravam insatisfações constantes) assim como uma trajetória de insubordinações e conspirações, acrescido de um descontentamento generalizado face às ameaças de desmobilização às vésperas do levante.

Em relação às péssimas condições do quartel, é reconhecido pelo próprio comandante do 21º BC, em seu relatório, quando afirma: “Enquanto o 22º BC da Paraíba se achava confortavelmente instalado, o 29º BC de Recife luxuosamente instalado, o 21º BC jazia num pardieiro velho, sem higiene,

sem conforto. Os materiais de instrução eram tão precários que o soldados não tinham munição, nem alvos para atirar”. Tentando compreender as razões do Levante no 21º BC, afirma que “para tanto não era desfavorável o ambiente da caserna, com o afrouxamento da disciplina, resultante da falta de instrução dos praças, as mutações constantes dos oficiais do batalhão, não permitindo a esses oficiais firmarem uma sólida autoridade sobre seus subordinados”.⁴⁵

As insubordinações e conspirações não eram específicas do 21º BC. Como mostra a pesquisa feita por José Murilo de Carvalho, as insatisfações nos quartéis, principalmente dos sargentos – que em 1934 tiveram suspensas suas promoções – remontavam a década de 1920. Logo após a revolução de 1930, o governo assina um decreto (nº 19.507, de 18 de dezembro de 1930) que permite aos sargentos com mais de dez anos de serviços servir até 25 anos sem necessidade de reengajamentos, como era a norma anterior. Aqueles que não tinham ainda os dez anos de serviço, segundo a nova lei, ficavam na dependência de reengajamentos que poderiam ser concedidos ou não. Na década de 1930, os sargentos passam a fazer reivindicações de forma mais organizada, que abrangiam desde a estabilidade de quem não tivesse dez anos de serviços à ausência de promoções, salários baixos, falta de assistência social etc.

Conflitos menos visíveis, mas mais sérios do ponto de vista da organização eram os que envolviam os praças, particularmente os sargentos [...] além de intensa participação na própria revolução de 1930, os sargentos se salientaram em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente os de 1935 (CARVALHO, 1980, p. 115).

No que diz respeito ao 21º BC, ele era originário de Recife, antes de estabelecer-se em Natal. Por ocasião da revolução de

45 Relatório do tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares. Processo nº 76, Volume III, Tribunal de Segurança Nacional. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

1930, o tenente Mendes de Holanda subleva uma parte do quartel, juntando-se aos milicianos do Tiro de Guerra 333, enquanto o governador Estácio Coimbra tenta resistir. No entanto, superioridade numérica dos revoltosos o faz fugir. O 21º BC se divide, mas a maioria da tropa embarca no navio Itanagé, que estava ancorado no porto de Recife, para não aderir à revolta.

Com a vitória do movimento de outubro de 1930, tem início as Interventorias tenentistas no nordeste. Em Pernambuco, é indicado um civil, Carlos de Lima Cavalcante, e, como ocorre em vários outros estados, o primeiro ano de governo foi muito tumultuado (a gestão dessas Interventorias, em especial quando os Interventores não são oriundos do próprio estado, criaram inúmeros conflitos com as velhas oligarquias derrotadas). E o foco do inconformismo era o 21º BC. Na madrugada do dia 29 de outubro de 1931, portanto um ano após a revolução que pôs Getúlio Vargas à frente do governo, o 21º BC subleva-se contra Carlos Lima, comandados pelos tenentes Helio Coutinho e Passos. Segundo Paulo Cavalcante, “a cidade do Recife amanheceu sob intensa fuzilaria, ouvindo-se os disparos para os lados do QG da 7ª Região Militar. Em poucas horas, os revoltosos dominaram os bairros da Boa Vista e Santo Antônio, distribuindo armas com o povo” (CAVALCANTE, 1978, p. 90).

Essa revolta contou com a adesão de sargentos, cabos e soldados e também alguns oficiais, integrantes da guarda civil e alguns operários. Houve combates, resultando na morte do comandante do batalhão e de um tenente que combatiam em defesa da legalidade, além de centenas de feridos, de ambos os lados. Os revoltosos não apenas sublevam a unidade militar, prendendo diversos oficiais, como ocupam alguns lugares da cidade, como a estrada de ferro, paralisando os serviços de trem.

A reação do governo foi violenta. As forças legalistas contaram com a ajuda da força pública, de tropas policiais de outros estados, como da Bahia e do Ceará, e unidades do Exército do Nordeste, como os 22º, 24º e 29º, Batalhão de

Caçadores, respectivamente da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte que se dirigem para Recife e acabam com o movimento. Os revoltosos são presos e deportados para a ilha de Fernando de Noronha.

Em função desses acontecimentos, o 21º BC só foi reorganizado em 1932. Por ocasião da Revolução Constitucionalista de São Paulo, foi enviado para combater os paulistas, contando com a participação de combatentes do Levante de outubro de 1931 que foram anistiados. Terminado o movimento, o 21º BC prepara-se para voltar a Recife. No entanto, o Interventor de Pernambuco, Carlos de Lima, opôs-se ao seu retorno. Depois de muitas negociações, o batalhão é enviado para a fronteira do Brasil com a Colômbia, mais especificamente para o município de Tocantins, em Foz do Içá, no estado do Amazonas, em função dos conflitos na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Resolvido o conflito e com doenças causando baixas entre os soldados (beribéri, malária etc.), fica decidida a sua transferência para outro lugar. Como o Interventor de Pernambuco não o aceitava em Recife, foi feita uma negociação com o 29º Batalhão de Caçadores que estava em Natal. Este também tinha ido combater os revoltosos paulistas, só que, ao chegar em Mato Grosso, parte do batalhão se rebela, se posicionando em favor dos paulistas. O movimento foi debelado e seus líderes presos. Como castigo, em vez de voltarem para Natal, foram transferidos para a fronteira com a Venezuela, só retornando em 1933. Haviam chegado há pouco em Natal, quando houve a troca com o 21º BC.

Em Natal, o 21º BC, principalmente no governo do Interventor Mário Câmara, passa a ter uma ativa participação na política local, se posicionando em favor dos adversários do Interventor, congregados no Partido Popular. Não por acaso, Mário Câmara tentou, por diversas vezes, a transferência do batalhão, não conseguindo. Mas não era apenas a participação política dos oficiais. Havia nos quartéis (e não apenas em Natal) um estado de indisciplina muito grande, que toma conta do exército, como pode ser demonstrada nas revoltas, levantes,

conspirações, agitações, protestos coletivos e até mesmo greves que irão marcar o período posterior a outubro de 1930 e que vai até 1937 (COSTA, 1986).

No caso do 21º BC, há especificidades. Nos meses de março a julho de 1935, esteve na guarnição o capitão Otacílio Alves de Lima, que servia no 29º BC de Pernambuco. Era um “tenente histórico”, muito ligado a Luiz Carlos Prestes, e terá uma destacada participação no Levante do 29º BC no dia 25 de novembro de 1935. A sua vinda se devia a investigações como parte de um inquérito instaurado no 21º BC em função de insubordinações de soldados.

No dia 16 de março, pouco depois de sua chegada em Natal, o Interventor escreve ao Ministro da Guerra, general João Gomes, comunicando que teve conhecimento de que rebentaria um movimento geral até o dia 30 de março: “estando em Natal, como elemento de ligação, o capitão Otacílio Alves, a pretexto de serviços de justiça” e continua “o tenente Dutra, do 21º BC, já aconselhou a família vizinha para mudar-se daqui o quanto antes”.⁴⁶

O alegado “movimento geral” não se deu. No entanto, é muito provável que sua estada em Natal tenha sido exatamente em função da preparação de um Levante armado, como demonstra também suas frequentes idas ao 22º BC da Paraíba e a confirmação de uma articulação que se estabelecia a nível nacional. José Praxedes faz alusão a uma articulação golpista coordenada pelo capitão Otacílio Alves para agosto de 1935, cuja confirmação havia sido dada por Silo Meireles, que teria vindo de Recife e se reunido com a direção local do partido. Na sua versão, a direção do partido discorda do golpe – que teria por objetivo colocar os militares no poder – e decide fazer um manifesto “para desmascarar esse golpe que estava sendo articulado” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 50).

46 Depoimento de Aluísio Moura. Processo nº 233, v. I (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

Como não existe documentação a respeito (pelo menos nos processos do Tribunal de Segurança Nacional), é difícil confirmar ou desmentir essas versões. É apenas curioso, caso seja verdadeiro o manifesto, que ele tenha sido acusado pelo Partido Comunista de golpista sendo “desmascarado” e pouco depois ser um dos principais articuladores e liderar, junto com outros militantes comunistas, a Insurreição do 29º BC em Recife.

O período em que esteve em Natal, compreende exatamente ao período de legalidade da Aliança Nacional libertadora (ANL), e tudo indica que tenha contribuído para a formação de alguns núcleos dentro do quartel do 21º BC.

Com a ilegalidade da ANL, em 11 de julho de 1935, e volta do capitão Otacílio Alves para o 29º BC em Recife, há um fator importante entre esse período e o desencadeamento da Insurreição. Trata-se da estada em Natal do também capitão do 29º BC e militante comunista Silo Meireles em agosto de 1935 (ele havia chegado há pouco de Moscou). Com a ANL na ilegalidade, o partido articulava Levantes nas unidades militares e assim intensificam-se os contatos. É nesse momento que diversos militares aderem ao partido, como são os casos, entre outros, dos sargentos Quintino Clementino de Barros e Eliziel Diniz, no Rio Grande do Norte, e que serão as lideranças militares da Insurreição do 21º BC de 23 de novembro de 1935. Quantos militares aderem ao partido, não há números precisos. A única referência é do general Antônio Carlos Muricy, que, num livro dedicado a 1935, diz: “O número de elementos comprovadamente pertencentes às células comunistas do batalhão montava seguramente a 57” e completa “muito maior porém foi o número dos que pegaram em armas, demonstrando já estarem trabalhados pelas ideias extremistas” (MURICY, 1966, p. 31). Em função da situação privilegiada do autor, com fácil acesso aos arquivos policiais, é possível que esses dados estejam corretos, considerado o número dos que foram indiciados, presos e condenados.

Um aspecto fundamental para a eclosão do movimento será um documento enviado pelo comandante da 7ª Região Militar, general Manoel Rabelo, que chega ao 21º BC na manhã do dia 23 de novembro de 1935. Este documento autoriza o comandante do quartel tenente coronel José Otaviano Pinto Soares a dar baixa dos serviços de alguns soldados, cabos e sargentos. Esta autorização veio em função de denúncias sobre fatos ocorridos alguns dias antes (assaltos a bonde promovido por pessoas com fardas de soldados do exército, que, para não serem reconhecidos, usavam máscaras). Instaurado um inquérito, não foi possível identificar os autores dos assaltos. Havia, porém, indícios contra determinados cabos, alguns dos quais serviam na secretaria do batalhão, onde o capitão Aluísio Moura era secretário (cumulativamente com a função de ajudante). Na incerteza da autoria de tais atentados, segundo o depoimento de Aluísio Moura no Tribunal de Segurança Nacional, “foi providenciada a baixa de cabos e praças que estavam com o tempo findo [...] essas providências foram ultimadas no dia 23 de novembro”. Associado a esse fato, tinha havido, uma semana antes, um atentado contra um tenente, Francisco Rufino de Santana, resultando em ferimentos graves. Aberto um inquérito, descobriu-se que os autores eram militares do 21º BC (um soldado e um cabo) e dois sargentos da força pública.

A notícia de dispensas, como era de se esperar, gerou insatisfações. Como era sábado, haveria continuidade, com novas dispensas que seriam anunciadas na segunda-feira, dia 25 de novembro. Às 19h30 do mesmo dia, ocorre o Levante no 21º BC. O que explica? O que aconteceu entre o anúncio das dispensas e a eclosão do movimento poucas horas depois?

A resposta está num relatório, enviado ao comitê central do Partido Comunista, assinado por “Santa” e datado de 16 de janeiro de 1936, que foi anexado aos autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos a 1935. Nesse documento, há referência à realização no dia 23 de novembro

de 1935 de duas reuniões do partido. A primeira, iniciada às 9h da manhã, em que não se tratou do Levante “de acordo com uma carta que a Secretaria Nacional nos mandou, alertava que o momento não permitia que se fizesse alguma loucura. Tudo isso foi discutido e todos cientes”.⁴⁷ Esta reunião, conforme relatamos, chegou ao conhecimento do governador Rafael Fernandes, que ao saber da participação de Lauro Lago, então diretor da casa de detenção, assinou sua demissão nesta mesma manhã. À tarde, o partido se reúne novamente em caráter de urgência. Segundo “Santa”: “às 15 horas, soube que três militares (Quintino e mais 2 sargentos) do 21º BC estavam a minha procura” e o informam que iriam levantar o quartel às 16h. Ele é contra, argumentando que esperassem pelo menos mais dois dias, mas não foi acatado. O argumento decisivo foi o de que, pela manhã, haviam sido desincorporados 28 militares. “Santa” não aceita e procura o secretário do comitê regional, José Praxedes, que já estava ciente e também o procurava e vão para a reunião. O partido se reúne às 15h30. “Santa” argumenta que não se devia fazer o movimento sem consultar o secretariado nacional. Ainda tentam mandar alguém de avião a Recife, mas, àquela hora, não havia como. Os argumentos dos militares foram decisivos. Ou o quartel se sublevava, aproveitando as insatisfações generalizadas com as dispensas, que poderiam atingir os militantes comunistas, ou sua possibilidade em data posterior seria remota. Diante do inevitável, decidem pelo Levante a ser iniciado no início da noite, cabendo aos presentes, mobilizarem o maior número de pessoas possíveis. Segundo “Santa”, “mobilizamos mais de 150 homens e mulheres”. Giocondo Dias, militante do partido e cabo no 21º BC, faz alusão a uma reunião que teria havido com a direção da ANL na qual “eles achavam que deveríamos levantar o batalhão às duas horas da tarde. Nós discordamos disto. Tinha que ser às sete horas” (DIAS, 1983, p. 151). É pouco provável que uma reunião com dirigentes da ANL tenha ocorrido. A ANL não

47 Movimento comunista de 1935. (Arquivo da Delegacia Especial de Segurança Pública. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

existia mais e não houve qualquer tentativa de atuação, mesmo na clandestinidade, após a decretação de sua ilegalidade no dia 11 de julho. O Levante no 21º BC não teve nada a ver com a ANL (o próprio presidente da ANL no estado, Fontes Galvão, não foi sequer indiciado nos rigorosos processos instaurados no Rio Grande do Norte).

José Praxedes, ao se referir a esse episódio, responsabiliza Giocondo Dias: “O que aconteceu lá foi sem dúvida uma precipitação dos militares do 21º BC, cujo principal responsável foi o cabo Giocondo Dias” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 56). É também pouco provável. Embora tenha participado ativamente do Levante, com ascendência sobre os demais, havia entrado há pouco no partido e, ao que tudo indica, não participou da reunião em que se decidiu pelo Levante.

Em relação ao relatório de “Santa”, é preciso salientar que contém uma série de exageros, como, por exemplo, alusões a “comícios em toda parte”, “distribuição de víveres em todos os cantos da cidade”, “pagamento de todos os funcionários”, “queima de todos os papelotes dos cartórios” e fantasia como “crianças, mulheres, soldados, pelas ruas afora cantando os hinos da ANL e da Internacional”.

Afinal, quem era “Santa”? Robert Levine, ao se referir a João Galvão, um dos membros da junta revolucionária, diz: “Acredita-se mesmo que fosse ele o “Santa”, que se correspondia com o comitê central do PCB no Recife nos dias que se seguiram à revolta” (LEVINE, 1980, p. 167). João Wanderley, na época cabo do 21º BC e preso por sua participação no Levante, afirma, numa entrevista ao jornal *O Poti* (Natal/RN) em 21 de julho de 1985, que: “Na prisão, em Recife, ninguém ficou sabendo quem era Santa, o agente que veio do Rio dar ordens para a deflagração da revolução em Natal. O PCB chegou a fazer um verdadeiro inquérito na casa de detenção em Recife para descobrir”. Na verdade, o nome verdadeiro de “Santa” era João Lopes, um mestre de obras assessor do comitê central do Partido Comunista

que veio ao Rio Grande do Norte para assessorar o partido. Num livro organizado por Ângela de Castro Gomes (GOMES, 1988), no qual constam depoimentos prestados entre maio e julho de 1982, mas só tornando público com a publicação do livro em 1988, o próprio João Lopes é entrevistado e dá sua versão a respeito dos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte. Diz que veio para Natal no início de 1935, designado pela direção nacional do partido para resolver algumas questões internas. Ao chegar, reúne-se com a direção do partido e o problema é resolvido. Fica mais um tempo em Natal. Pouco depois recebe orientação para que o partido entre na ANL. Discorda e é chamado de volta ao Rio. Reunido com o partido, diz que “o secretariado do nordeste estava envolvido num golpe que estava preparando em Natal” (GOMES, 1988, p. 103). É enviado a Natal com o objetivo de entrar em contato com Horácio Valadares, que era do comitê central, a fim de mandá-lo de volta ao Rio (pressupõe-se que o mesmo estava envolvido e que o partido era contra). Ao chegar em Natal, encontra-se com Valadares, que o informa que estava tudo pronto para o movimento e que contava ainda com a adesão de unidades militares de outros estados (Amazonas, Ceará e Paraíba). Ao que parece, não consegue dissuadi-lo: “Depois de eu falar com Valadares, Praxedes, sapateiro, que era o secretário de lá, veio me dizer: olha, o 21º BC vai fazer o movimento agora, temos que tomar parte. Eu disse: não tenho nada com isso, não sou do CC, não sou do secretariado. O Valadares é que é do CC, você fala com ele e faz o que ele mandar” (GOMES, 1988, p. 106).

Avaliar o verdadeiro papel de João Lopes não é uma tarefa fácil. Que ele teve uma participação importante, é inegável. Há várias referências a ele nos depoimentos de vários indiciados, salientando sua participação e o documento que foi apreendido pela polícia se constitui num elemento importante para se compreender a Insurreição. Sobre sua participação em Natal, João Medeiros Filho, chefe de polícia e que foi preso pelos insurretos, atribui a “Santa” um bilhete com ordem de fuzilá-lo (MEDEIROS

FILHO, 1980, p. 63). Segundo o depoimento de José Praxedes, ele teria sido o escolhido para ser o presidente do governo revolucionário (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 62). Mas tanto no depoimento de João Lopes (“Santa”) como no de José Praxedes, há vários equívocos que talvez possam ser atribuídos a lapsos de memória, uma vez que os depoimentos foram dados cerca de 50 anos depois dos acontecimentos. Ambos, por exemplo, se referem a Valadares como estando em Natal por ocasião do Levante. José Praxedes diz, inclusive, que ele ajudou na elaboração do jornal *A Liberdade* e que teria ido pessoalmente à rádio difusora de Natal “fazer uma proclamação ao povo pelo rádio” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 69). Na verdade, ele não estava em Natal, mas em Mossoró. Foi um dos integrantes da caravana da ANL que percorria diversas capitais do país e que, no Rio Grande do Norte, foram surpreendidos com a decretação de sua ilegalidade. Ao passar em Mossoró, a caminho de Fortaleza, depois de ter ficado uns dias em Natal, resolve ficar e passa a ter uma participação ativa no partido. Foi ele o responsável pela ligação entre o grupo de Baltazar Meireles (que se insurge com mais de 300 homens no dia da posse de Rafael Fernandes, conforme relatado) e a guerrilha, “a ligação entre o grupo de bandoleiros de Baltazar Meireles e o grupo que o interrogado dizia pertencer, foi feita por um tal de Horácio Valadares que muito viajou por aquela zona, comunicando-se sempre com os chefes dos dois grupos”.⁴⁸ O grupo aludido era o “bandoleiros vermelhos”, organizado por Manoel Torquato e Miguel Moreira, em 1935, e contava, entre outros, com a participação de Marcelino Pereira Oliveira, seu irmão, Feliciano Pereira, José Mariano, Herculano José Barbosa, Gonçalo Izidro e Júlio Porto. Era, na verdade, o nome do grupo que aderira à guerrilha. Horácio Valadares, inclusive, participou da reunião em que se decidiu pelo Levante, se posicionando contrariamente (FERREIRA, 1989,

48 Depoimento prestado à polícia por Marcelino Pereira de Oliveira. Processo nº 5, v. I, p. 467 (Tribunal de Segurança Nacional, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro).

p. 181). O que é curioso, levando em consideração a rigorosidade dos inquéritos e a violenta repressão que se seguiu à derrota da Insurreição, é ele não tenha sido sequer indiciado em processo.

João Lopes, ao ser indagado como se formou o governo revolucionário, disse que, como nada tinha sido resolvido antes, “falaram com Aluísio Moura, mas ele não aceitou. O Café Filho também não quis, fugiu” (GOMES, 1988, p. 109). Não foi verdade. Aluísio Moura só não foi preso pelos insurretos por não ter sido encontrado em sua residência, como testemunham participantes e o próprio Aluísio Moura. Quanto a Café Filho, sequer estava no Rio Grande do Norte.

A Insurreição do 21^o BC em Natal, embora só possa ser compreendida como parte de um plano mais geral, articulado a nível nacional, constituiu-se numa precipitação cuja responsabilidade foi da direção do Partido Comunista em Natal, em especial da célula militar. O núcleo conspirativo e dirigente era constituído por cabos e sargentos do 21^o BC e alguns poucos civis, entre eles Lauro Lago, João Batista Galvão, José Praxedes, José Macedo, Adamastor Pinto e João Francisco Gregório. Não teve nada a ver com a ANL (pouco expressiva no período de sua legalidade, seus núcleos operativos depois que são postos na ilegalidade, reduz-se a militantes do partido comunista. E uma evidência nesse sentido é o fato de que seu presidente no estado, Fontes Galvão, não haver sido sequer ouvido em qualquer processo, em que pese a rigorosidade nos indiciamentos e a repressão que se seguiu após a derrota da Insurreição). E, saliente-se a precipitação, surpreende não apenas o comitê central do partido, como integrantes do comitê regional, como exemplificam depoimentos de militantes que residiam em Mossoró, que só souberam do Levante do 21^o BC em Natal quando nada mais pôde ser feito.

Um aspecto importante relativo a esses acontecimentos no Rio Grande do Norte é a violenta repressão que se segue, não apenas com o indiciamento e prisão de muitos inocentes (alguns

ficaram quase dois anos presos sem sequer serem ouvidos em inquérito), como as denúncias de espancamento de presos (algumas chegaram ao conhecimento público e levou o chefe de polícia a abrir inquérito para apurar denúncias, como os bárbaros espancamentos na casa de detenção aos presos Leonila Felix, esposa de Epifânio Guilhermino, e Sizenando Filgueira). Diz João Maria Furtado “a derrota foi reprimida a ferro e fogo. Foram cometidas aqui toda sorte de injustiças, atrocidades e até fuzilamentos” (FURTADO, 1976, p. 146). Houve inúmeras prisões arbitrárias, reconhecidas, aliás, pelo próprio chefe de polícia: “Reconheço que houve injustiças nas primeiras providências tomadas para a captura dos rebeldes. De cambulhada com verdadeiros culpados, encheram-se as prisões de pessoas inocentes” (MEDEIROS FILHO, 1937, p. 78). Na maioria das vezes, o indiciamento era resultado de denúncias de alcagüetes – um dos mais deprimentes capítulos da Insurreição. Há diversos casos de denúncias completamente infundadas, como demonstrou um dos mais destacados advogados de presos políticos, Dr. Manoel Varela de Albuquerque, em suas fundamentadas defesas. No entanto, até que os casos ficassem devidamente esclarecidos, com a morosidade da justiça, muitos ficaram meses e até anos presos sem qualquer prova que os incriminassem. Houve inúmeros casos de permanências ilegais na prisão, como exemplificam os que, mesmo com a pena cumprida, ficaram presos por vários meses (o então Deputado da Aliança Social, Djalma Marinho, foi advogado de defesa de diversos presos políticos e fez inúmeras denúncias nesse sentido).

No interior do estado, as arbitrariedades se sucediam, atingindo os desafetos dos “coronéis”. João Maria Furtado ao se referir a repressão ao movimento diz: “Na cidade de Santa Cruz, o inquérito foi tão vergonhosamente organizado que os depoimentos (8 testemunhas) foram todos o mesmo [...] sem uma palavra mais ou menos em todos eles. Tradução: foram ‘fabricados’ para posterior assinatura das testemunhas”; e completa: “não ficou um só município do estado onde isso não

acontecesse. Era preciso liquidar com o adversário político: abertas as investigações, eram os investigados detidos desde logo ou teriam, para evitar a prisão, que se foragir para os estados vizinhos” (FURTADO, 1976, p. 150-151).

Muitas denúncias nesse sentido chegavam à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional, sendo denunciadas pelo Deputado Federal João Café Filho (muitos dos seus seguidores foram perseguidos no estado). O Deputado José Augusto de Medeiros, do Partido Popular, em discurso no plenário da Câmara responde a uma matéria publicada no jornal *Diário Carioca*, considerada por ele como “inspirada por adversários pequeninos que sornateiramente penetram nas redações para mentirosamente informar os jornalistas” e completa: “Respondendo ao *Diário Carioca*, declaro que, em todo o Rio Grande do Norte onde houve um movimento comunista que abrangeu 18 municípios, há menos de 500 pessoas presas. Todas, sem exceção de uma só, remetidas para cá e as que lá se encontram, estão com a prisão preventiva decretada pelo Juiz Federal e há requerimento do Sr. Dr. Carlos Gomes de Freitas, procurador da República, pessoa inteiramente estranha ao Rio Grande do Norte, mandada ao Sr. Vicente Rao, de quem é conterrâneo e companheiro de turma, justamente porque não queria o Ministro que, na punição daqueles que tinham pegado em armas, se imiscuísse um partido que tinha saído de lutas acerbadas e, portanto, ainda estava sob o ardor e o império das paixões” e complementa: “Se há justiça nessas prisões, se há perseguições contra indivíduos recolhidos à detenção mediante prisão preventiva, os prejudicados que enderecem a críticas e o combate ao Governo da República, que nomeou as autoridades que os processaram e prenderam. No Rio Grande do Norte, Juiz Federal, Juiz substituto, procurador da república, todos são adversários nossos, e o procurador interino foi nomeado por escolha exclusiva do Sr. Ministro Vicente Rao, achando-se no Rio Grande do Norte sem se comunicar com qualquer de nós. O

suplente de Juiz Federal foi igualmente nomeado contra nossa indicação e por escolha pessoal desse procurador da República”.

Houve indiciamentos e prisões resultados não apenas de delações de pessoas sem qualquer envolvimento com o que ocorreu em Natal e em algumas cidades do interior e até mesmo de pessoas em cujas residências foram encontradas algumas armas. Quando julgadas, todas foram inocentadas.

Quanto ao PCB, como ficou demonstrado na derrota do movimento, não tinha qualquer possibilidade de êxito, especialmente da forma como foi feito, restrito aos quartéis, sem apoio popular. Como afirma Pacheco (1984, p. 166-67):

Vivendo na mais absoluta clandestinidade, isolado das massas e das bases do PCB, Prestes não tinha condições de avaliar a situação real. Teoricamente o Partido baseava sua estratégia para a insurreição em três pontos: movimento militar nas cidades, greve geral e sublevação dos camponeses. Entretanto, as difíceis condições criadas pela repressão, aliadas ao passado tenentista de vários dirigentes da revolução, transformariam a pretendida revolução numa quartelada malsucedida. Esta não era a perspectiva de Berger e Ghioldi, experimentados revolucionários que sabiam ser uma revolução obra das grandes massas e nunca feita nos limites de um quartel.

Análise dos processos do Tribunal de Segurança Nacional relativos ao Rio Grande do Norte

As considerações que se seguem têm por base os autos dos processos do Tribunal de Segurança Nacional que foi criado no dia 11 de setembro de 1936 para julgar os implicados nos Levantes das unidades militares em Natal, Rio de Janeiro e Recife em novembro de 1935.

São mais de 600 processos nas três cidades (no Rio Grande do Norte, além de Natal, foram mais 17 cidades do interior) com mais de cinco mil indiciados. O julgamento só foi iniciado no dia 7 de maio de 1937, relativo aos indiciados no Distrito Federal. Em relação ao Rio Grande do Norte, os primeiros julgamentos só ocorrerão a partir de 4 de agosto de 1938, portanto quase um ano depois, o que implica dizer que muitos ficaram quase dois anos presos sem culpa formada e, quando julgados, foram absolvidos. Muitos também foram indiciados, mas não foram presos (fugiram) e foram condenados à revelia. Os que estavam presos à espera do julgamento, em junho de 1938, encaminham um documento ao relator dos processos, Raul Machado, no qual dizem que até aquela data não sabiam em que dia seria realizado o sumário de culpa: “Já cansados de tanto esperar a tão desejada formação de culpa, quando sabemos que as precatórias já haviam sido expedidas há quase um ano”.

Os dados dos processos têm como referência as fichas catalogadas no Arquivo Nacional (RJ). São 43 processos referentes

ao Rio Grande do Norte (ver relação anexa) com 1.039 indiciados (seguindo-se a ordem do fichário, tem-se um número muito maior). A razão é que há indiciados em até quatro processos e, em outros casos, como o Processo nº 2, por exemplo, mais de vinte pessoas foram indiciadas com referências como “Antônio de tal”, “Francisco de tal”, “Chica Gaveta” que não foram listadas. Há processos com apenas 01 indiciado e outros com mais de trezentos.

Nas fichas consta o nome, data da denúncia, profissão (nem todos, já que dos 1.039, há indicação de profissão de 767), artigos em que foi enquadrado, idade e a decisão do julgamento com a respectiva penalidade, em caso de condenação. Para os objetivos desse trabalho, listamos apenas o nome, profissão (quando constava esse dado) e a decisão do julgamento.

Do total de indiciados no Rio Grande do Norte, 695 são relativos a Natal. Os demais, 344 são de cidades do interior do estado.

Natal

Foram 19 processos: os de números 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 18, 76, 163, 233, 450, 451 e 492, com um total de 695 indiciados. A razão para que tivessem esses números se devia ao fato de que, a cada denúncia, abria-se um novo processo e como eram relativos a três estados, na medida em que iam surgindo recebiam uma numeração. Isso significa dizer que o processo número 492, por exemplo, o último relativo ao Rio Grande do Norte, foi aberto meses após o de número 2 em função de alguma evidência ou denúncia nos interrogatórios ou resultados de investigações.

Dos indiciados em Natal, de 46 não consta a profissão e, destes, apenas 6 foram condenados. Do total, 154 foram condenados.

Os processos mais importantes são os de número 2 (o número 1 é o de Luís Carlos Prestes, Antônio Maciel Bonfim e os assessores da Internacional Comunista) e o de número 76, relativo exclusivamente aos militares do 21º Batalhão de

Caçadores. No Processo nº 2, foram indiciadas 347 pessoas, das quais de 12 não consta a profissão e, o de número 76, foram 152 indiciadas (ressalte-se que alguns militares do 21º BC foram indiciados também em outros processos).

A maioria dos indiciados (153) era constituída de soldados do 21º BC, dos quais 16 foram condenados (11 a 8 anos de prisão, 2 a 2 anos e 6 meses, 1 a 5 anos e 9 meses, 1 a 5 anos e 1 a 2 anos); estivadores com um total de 125, dos quais 11 foram condenados (6 a 6 anos e 6 meses de prisão, 3 a 5 anos, 1 a 6 anos e 6 meses e 1 a 8 anos); agricultores com 89 indiciados e 27 condenados (12 dos quais a 5 anos de prisão), funcionários públicos com 46 indiciados (15 dos quais condenados, com penas variado de 1 ano e 9 meses (2) a 10 anos de prisão (3), comerciantes com 44 indiciados, dos quais 13 foram condenados e motoristas (33 indiciados, sendo 10 condenados – um dos quais a maior pena de todos: 33 anos de prisão).

Do total de indiciados em Natal, 202 eram militares do 21º BC (incluídos quatro oficiais indiciados depois – Processo nº 233 – entre eles o ex-Interventor e ex-Comandante da Polícia Militar Aluísio Moura. Esses oficiais quando julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) foram considerados inocentes). Todos os militares presos foram enviados para Recife (7ª Região Militar) onde ficaram aguardando julgamento por quase dois anos. Dos 201, 153 eram soldados, 32 cabos e 17 sargentos. Quando julgados em 1938 pelo TSN, 6 cabos e 17 sargento foram condenados, com penas variando de 1 a 10 anos de prisão (as maiores penas, de 10 anos, foram para as principais lideranças do Levante no quartel do 21º BC, como os sargentos Quintino Clementino de Barros e Eliziel Diniz).

O que distingue o caso de Natal em relação a Recife e Rio de Janeiro é que, como mostra a relação dos indiciados, presos e condenados, não há oficiais. A Insurreição foi organizada e dirigida por cabos e sargentos, sendo que alguns soldados iriam se destacar, como são os casos de Raimundo Francisco de Lima

(Raimundo “Tarol”) e Manoel Albuquerque Filho, que foram condenados a 8 anos de prisão.

Quanto aos demais militares indiciados, 9 marinheiros foram inocentados (o processo foi remetido ao Ministério da Marinha, que o arquivou por falta de provas) e 37 da polícia militar, sendo 23 oficiais, 7 sargentos, 4 cabos e 3 soldados. Quando julgados, foram condenados 4 oficiais, 1 soldado e 1 sargento.

O que explica o indiciamento de um número tão grande de oficiais, já que uma das características distintivas da Insurreição em Natal é justamente não contar com a participação de oficiais? Conforme relatamos, havia nos anos que antecederam a Insurreição, um envolvimento muito grande de militares graduados na vida política do Estado. De um lado, a oficialidade do 21º Batalhão de Caçadores (parte dela) que se colocou ostensivamente contra o Interventor Mário Câmara, posicionando-se em favor do Partido Popular, e de outro, os oficiais da Polícia Militar, em especial seu comandante, nomeado pelo Interventor, em defesa deste. Não por acaso, um dos primeiros atos do governador Rafael Fernandes, ao assumir em 29 de outubro de 1935, é mudar a oficialidade da Polícia Militar, mandando chamar à ativa todos aqueles que haviam sido colocados na reserva por Mário Câmara e inverte o procedimento, colocando na reserva àqueles mais fiéis ao ex-Interventor. Isso obviamente gerou descontentamentos. Menos de um mês depois, eclode a Insurreição e muitos desses oficiais foram vistos no quartel do 21º Batalhão de Caçadores. Alguns aderem, como é o caso do tenente Moisés da Costa Pereira, que ficou responsável pelo setor de abastecimento do quartel (no processo, o tenente é acusado de ser comunista e juntam-se denúncias nesse sentido quando de sua estada em Mossoró comandando o quartel da Polícia Militar, pouco tempo antes) e do tenente Mário Cabral cuja participação já foi relatada.

Outro oficial indiciado e condenado foi o tenente João Antunes Quirino Mello. Inativo, por ocasião da Insurreição

em Natal, residia na praia de Touros. Depois da derrota da Insurreição em Natal, foi acusado, junto com seu filho, Waldemar Antunes, de, no dia 25 de novembro de 1935, arrombar as portas da cadeia pública de Touros, retirando armas e munições e, assim sendo, “se achava em sintonia com o movimento subversivo de Natal”. É condenado a 6 anos e 6 meses de prisão e, seu filho, absolvido.

Os demais oficiais foram inocentados por falta de provas. Provavelmente, foram indiciados em razão das perseguições, tanto dentro como fora dos quartéis e eram basicamente adversários políticos do então governador.

Sobre os estivadores, são indiciados todos os filiados ao sindicato União dos Estivadores. Viterbino Cruz, que havia sido expulso do sindicato sob a acusação de desfalques no cofre da entidade e tentava formar um sindicato paralelo (cumprindo todos os rituais da burocracia do Ministério do Trabalho, ao contrário da União dos Estivadores que, por isso mesmo, era conhecido como “Estiva Livre”), entrega à polícia uma listagem com 138 nomes que haviam “participado ativamente do movimento subversivo”.⁴⁹ Derrotada a Insurreição, depõem armas na manhã do dia 27 de novembro, no bairro da Ribeira. Quando ocorrem os julgamentos, em 1938, apenas 11 são condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, entre eles o presidente e o vice do sindicato, João Francisco Gregório e José Maria dos Santos, ambos militantes do partido comunista. No relatório do procurador da República Carlos Gomes de Freitas, relativo ao Rio Grande do Norte, ele diz: “Uma célula comunista simulada sob a organização do sindicato dos estivadores, muito anteriormente ao movimento de novembro de 1935, se incorpora às doutrinas e compromissos do comunismo propagado pela ANL”. João Francisco Gregório é condenado a 10 anos de prisão.

49 No Processo nº 2, não consta a profissão de todos os indiciados. Dos que constam, há 125 estivadores. É possível que os 138 citados na lista tenham sido indiciados.

Muito respeitado como líder, em seu processo é anexado um abaixo-assinado de dezenas de moradores do bairro da Ribeira – onde ele morava – inocentando-o.

Com relação aos motoristas, eram basicamente motoristas de táxi em Natal, cujos carros foram imediatamente requisitados pela Junta Governativa (alguns indiciados alegaram inocência, afirmando terem sido forçados a se colocarem à disposição dos revoltosos). Mas os inquéritos mostram que entre eles atuava uma célula comunista constituída por Lauro Teixeira, João Pretinho e Epifânio Guilhermino (que recebe a maior pena de todos os indiciados e presos: 33 anos de prisão pelo assassinato de Otacílio Werneck). No início de 1935, eles se destacaram por liderarem um movimento grevista, que paralisou o movimento de táxi na cidade por alguns dias. Quando ocorre a Insurreição no 21º BC e a subsequente vitória, muitos carros foram requisitados. No caso dos táxis, os próprios motoristas se colocaram (ou foram forçados pelas circunstâncias) à disposição da junta e, desta forma, prestaram alguns serviços, razão pela qual foram presos. Os que comprovadamente apenas usaram seus carros por temor, e não por adesão consciente, foram inocentados quando houve o julgamento.

Muitos processos foram sendo instaurados à medida que chegavam denúncias. Algumas completamente infundadas (o papel dos delatores se constitui um triste capítulo dos acontecimentos no Rio Grande do Norte. Aproveitou-se para denunciar desafetos pessoais, inimigos políticos etc.). O Processo nº 492, por exemplo, se refere a dois russos que residiam há algum tempo em Natal, onde tinham uma pequena fábrica de biscoitos. Com a derrota da Insurreição, sem que tenham tido qualquer participação, são denunciados, interrogados e processados. Depois de terem causado inúmeros transtornos aos acusados, o processo sem qualquer fundamento, foi arquivado. Outro foi aberto em função de ter sido encontrada, por acaso, algumas armas enterradas no quintal de uma casa. São mais de 300

páginas onde são descritas detalhadamente as armas, ouvidas dezenas de testemunhas, vizinhos e outros e, por falta de provas do envolvimento do proprietário da casa, o processo é arquivado.

Do total de 1.039 indiciados no Rio Grande do Norte, 20 eram mulheres e apenas uma foi condenada, à revelia, a 5 anos de prisão: Amélia Reginaldo, filha de Raimundo Reginaldo Rocha, um dos fundadores do PCB no estado, irmão de Lauro Reginaldo da Rocha, o “Bangu”, que depois integrou o comitê central do partido. No início de 1935, Amélia Reginaldo, juntamente com Leonila Felix – esposa de Epifânio Guilhermino – tinha ajudado a fundar em Natal uma seção da União Feminina Brasileira criada sob orientação do partido comunista.

Como já foi dito, os que foram presos ficaram quase dois anos aguardando a formação de culpa. Muitos também eram presos, soltos, presos novamente, soltos e assim sucessivamente. É o caso, por exemplo, de Lindolfo Coutinho: preso, pela primeira vez, no dia 27 de novembro de 1935, é posto em liberdade no dia 5 de março de 1936. É preso novamente no dia 8 de agosto de 1936 e solto em 15 de junho de 1936. É preso de novo em 16 de setembro de 1937 e solto no dia 31 de dezembro de 1937. No dia 26 de setembro de 1938, foi condenado a cinco anos de reclusão e é preso 4 dias depois. O mesmo ocorre com Lourenço Ferreira Lima, condenado também nesta mesma seção do Tribunal de Segurança Nacional a cinco anos de reclusão.

Muitos foram indiciados duas ou três vezes, em processos diferentes, enquadrados nos mesmos crimes. É o caso, entre outros, de Eliziel Diniz, sargento do 21º BC e uma das principais lideranças da Insurreição. Foi condenado a 10 anos de prisão no Processo nº 2 e a 6 anos e 6 meses em outro processo (número 4). No dia 30 de abril de 1944, seu advogado solicita ao presidente do Tribunal de Segurança Nacional a unificação das penas “de acordo com o artigo 66, parágrafo 2º da lei penal” e tem seu pedido deferido, ficando com a pena reduzida para 11 anos e 8 meses.

Condenados com base na lei de 4 de abril de 1935 ao cumprirem 2/3 das penas, muitos presos solicitam livramento condicional, mas poucos conseguem. O presidente do Tribunal de Segurança Nacional, ao julgar um pedido dos presos Arari Silva, Carlos Winter, Aristides Felinto e Lourenço Ferreira Lima, que já haviam cumprido os 2/3 exigidos por lei para justificar a solicitação, indefere:

Tendo como base o artigo 22 do decreto-lei 431 de 18 de maio de 1938 que indefere taxativamente a concessão de livramento condicional a criminosos políticos [...] sejam quais forem os fundamentos de constituído jurídico do “livramento condicional” a sua finalidade indiscutível é a concessão de liberdade dentro de certas normas legais ao condenado que houver, no cumprimento da pena, revelado sinais de regeneração, de modo a poder voltar, sem oferecer maior perigo, ao convívio social que se acha agregado.

E por esses critérios, até então não haviam revelado tais “sinais de regeneração”. O único que consegue é Lauro Lago, que havia sido condenado a 10 anos de prisão. No dia 4 de abril de 1942, solicita e obtém livramento condicional, sendo anexada ao seu pedido uma declaração do diretor da penitenciária na qual consta que o mesmo teria um exemplar comportamento e estava “completamente regenerado”.

Houve casos de presos que, mesmo depois de terem cumprido a pena, como Carlos Winter e Aristides Felinto, tiveram suas saídas proteladas por vários meses.

Outros municípios

Em relação às cidades do interior, foram instaurados 23 processos, dos quais 2 são relativos à cidade de Mossoró (números 05 e 30), com um total de 121 indiciados e, destes, 42 (34,7%) foram condenados em 1938. Esses processos foram referentes a acontecimentos que antecederam a Insurreição de Natal (greves, formação de guerrilha e outros). Nas fichas onde constam dados profissionais de 68, a maioria é constituída por

agricultores e comerciantes, mas, como a atuação do Partido Comunista era mais expressiva entre os salineiros (a categoria de maior número de trabalhadores), é razoável supor que os que não constam dados profissionais devem se tratar de trabalhadores da salina.

Mossoró, conforme relatamos, era a cidade onde houve um efetivo trabalho de preparação para um Levante que o PCB articulava em nível nacional. Por que não ocorreu nada em Mossoró? Nas entrevistas que fizemos com militantes comunistas da época, a explicação foi a de que, com a precipitação de Natal, eles foram surpreendidos e, no dia 25 de novembro, as tropas do exército do Ceará já ocupavam a cidade, a caminho de Natal. Como diz Ferreira, “além de toda a preparação anterior e da combinação prévia de não resistência por parte das corporações ali sediadas, havia a guerrilha, homens armados, experientes e dispostos, esperando apenas o sinal para saírem das matas e começarem a luta” (FERREIRA, 1989, p. 196).

Joel Paulista, então presidente do sindicato dos salineiros e militante do PCB, em depoimento à polícia, disse que havia sido planejado, para o dia 27 de outubro de 1935, um ataque a uma propriedade conhecida como “lagoinha”, onde, segundo informações, havia um grande estoque de armas. A polícia ficou sabendo do plano e deslocou um forte aparato policial para a fazenda, impossibilitando o ataque. As armas deveriam ser utilizadas no Levante. Francisco Guilherme de Souza, também militante do partido, na época, disse: “A gente estava com Mossoró na mão. A gente estava com o tiro de guerra, a Polícia Militar e a guerrilha. Mossoró seria dominado na hora, sem um tiro” (FERREIRA, 1989, p. 196). Afirma também que estavam esperando apenas um telegrama codificado vindo de Natal, razão pela qual os militantes se revezavam no correio. O telegrama teria chegado, mas com a senha significando que o movimento tinha fracassado, e assim, o partido se desmobiliza.

Para Ferreira, “embora não haja qualquer evidência concreta, faz sentido pensar que a autoria desse telegrama pode ser creditada à própria polícia já que até hoje não há nenhuma referência segura que alguém do partido tenha assumido sua autoria” (FERREIRA, 1989, p. 197).

Tal como em Natal, conforme discutiremos mais adiante, não creio nesta versão. Como ficam evidentes nos processos relativos à Natal, as circunstâncias como se deram a Insurreição mostram que não houve qualquer contato com Mossoró (ademais era sábado à noite e o correio não funcionava, nem muito menos no domingo) e quanto a polícia forjando o telegrama, só se fosse após a derrota da Insurreição em Natal, quando não havia mais sentido passar telegrama (o 23º Batalhão de Caçadores do Ceará já ocupara a cidade antes da derrota dos insurretos em Natal).

Quanto às demais cidades, a maior parte dos processos é em relação às que foram ocupadas, mesmo que brevemente, pelos insurretos, embora tenha havido casos de indiciamentos e prisões onde as colunas não chegaram (inquéritos instaurados em função de denúncias) ou em lugares onde alguns foram presos após a derrota da Insurreição. Além de Mossoró, Macau (Processo nº 17) e Lages (Processo nº 117). Em Macau, são indiciadas 8 pessoas, entre elas, o Juiz da Comarca da cidade, Fábio Máximo Pacheco. Quando julgados em 1938, todos foram absolvidos.

Cidade portuária, Macau tinha um grande número de estivadores e salineiros, submetidos a duríssimas condições de trabalho (baixos salários, extensas jornadas, ausência de garantias trabalhistas etc.). Em meados de 1935, é fundado o sindicato dos estivadores, tendo como presidente João Anastácio (mais conhecido como “João Bolacha”), que havia liderado algumas greves, reivindicando melhorias salariais junto à companhia de navegação. No início de novembro de 1935, João Anastácio hospeda, em sua residência, Miguel Moreira que, na clandestinidade, liderava junto com Manoel Torquato a guerrilha que atuava na várzea do Açú. Pouco depois, sintomaticamente, (nos dias 9 e

10 de novembro) aparecem, no mercado público e em algumas residências, alguns panfletos qualificados pela polícia como de “caráter nitidamente comunista”. Esses panfletos, segundo ficou apurado depois, foram distribuídos por José Segundo Sobrinho (conhecido como “maninho”) em cuja residência foram encontrados documentos de propaganda comunista no dia 26 de novembro de 1935, portanto quando os insurretos ainda estavam no poder em Natal e já haviam ocupado algumas cidades (se havia alguma articulação para um Levante, como é provável supor – com a presença de Miguel Moreira poucos dias antes e a distribuição de panfletos – pega-os de surpresa pois são presos facilmente e alegam desconhecer o que havia ocorrido em Natal no dia 23 de novembro).

O caso de Lages é singular. O processo tem mais de 300 páginas e trata exclusivamente de José Nestor Gouveia. Ele é acusado de, no dia 25 de novembro de 1935, ter ido ao povoado Epitácio Pessoa⁵⁰, onde se reuniu com algumas pessoas com o objetivo de arregimentá-los para recepcionar uma caravana aliancista que vinha de Natal, e ter comemorado a vitória dos insurretos com uma “cervejada”. Indiciado e preso, quando julgado, foi absolvido.

São os casos também das cidades de Angicos, Processo nº117 com 11 indiciados (sem informações nos autos do processo quanto a resultado do julgamento); Martins, com 8 indiciados (igualmente sem informações quanto a resultado do julgamento); Acari, Processo nº 29 (este nada tinha a ver com o Levante. Com 1 indiciado, o inquérito foi aberto porque foram encontradas, em sua residência, 3 caixas de dinamites e 569 cartuchos de espoletas. Ficou provado que se tratava simplesmente de um roubo e o processo foi remetido à justiça comum, tendo o réu sido condenado por furto a 1 ano de prisão); e, finalmente, Currais Novos, com 25 indiciados. Tratava-se dos filiados a União Sindical de Currais Novos, presidida pelo sapateiro Manoel Rodrigues,

50 Atualmente, essa cidade denomina-se Pedro Avelino.

acusado de pertencer ao Partido Comunista. Por ocasião da Insurreição do 21º BC em Natal, o sindicato convoca uma reunião em cuja sede “estava sempre hasteada uma bandeira vermelha e ‘onde se desenvolvia uma intensa e ostensiva propaganda comunista’ conforme as denúncias que originaram o processo. Nessa reunião, houve vivas a Luiz Carlos Prestes e a ANL”. No dia 29 de novembro de 1935, todos são presos. Pouco depois, fogem da cadeia e são julgados à revelia no dia 10 de outubro de 1938 e todos absolvidos.

Quanto aos demais processos, ver relação anexa.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez/Autores Associados/Ensaio, 1988.
- ARAGÃO, José Campos. *A Intentona Comunista de 1935*. Brasília: Biblioteca do Exército, 1973.
- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha*. Natal: Imprensa Oficial, 1936.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*, v. III. 4. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (Memórias)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. Rio de Janeiro: Calvino, 1951.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias (1ª parte: 1900-1945)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOITO JUNIOR, Armando. As massas nas ruas: é a ANL. *Jornal Movimento*, São Paulo, 24-30 nov. 1980.
- BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas (Memórias)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1966.
- CALDEIRA, José de Ribamar. *A ANL no Maranhão: abril/julho de 1935*. São Luís: Consultec/EDUFMA, 1990.
- CAMPOS, Reinaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: a esquerda e a direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

- CANALI, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1922-1935), In: *Novembro de 1935: Meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil: 1930-1945. In: *A Revolução de 1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. v. 9. São Paulo: Difel, 1977.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes a queda de Arraes (Memórias)*. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- CHILCOTE, Ronald H. *PCB: Conflito e integração*. São Paulo: Graal, 1982.
- CORDEIRO, Cristiano *et al.* *Memória & História*, n. 2. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena História do integralismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora Clima/Fundação José Augusto, 1986.
- COSTA, Wanda. *Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30*. São Paulo: Ciências Sociais Hoje, Anpocs/Cortez, 1985.
- DEL ROYO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DIAS, Giocondo Alves. *Os objetivos dos comunistas*. São Paulo: Novos Rumos, 1983.
- DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- DULLES, John W. Foster. *O Comunismo no Brasil (1935-1945): Repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FALCÃO, João. *O partido comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- FERNANDES, Anchieta. *Écran Natalense (Capítulos da história do cinema em Natal)*. Natal: Sebo Vermelho/Cata Livros, 1992.

- FERREIRA, Brasília Carlos. *O Sindicato do Garrancho*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1989 (Coleção Mossoroense, série CV. CDLXXXII).
- FREIRE, Josué. *O Exército em face das lutas políticas*. Natal: Oficina Gráfica da Estação Central de material da Intendência, 1938.
- FURTADO, João Maria. *Vertentes (Memórias)*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1976.
- GARCIA, Marco Aurélio. 1935: A face oculta da insurreição. *Em Tempo*, n. 79, p. 10-11.
- GARCIA, Marco Aurélio. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, Reginaldo *et al.* (Org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GOMES, Angela de Castro (Org.) *Velhos Militantes*. São Paulo: Zahar, 1988.
- HERNANDEZ, Leila M. Barbosa. *A Aliança Nacional Libertadora: Ideologia e Ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- JOFILLY, José. *Harry Berger*. Curitiba: Paz e Terra/Universidade Federal do Paraná, 1987.
- KONDER, Leandro. *A Derrota da Dialética: a recepção das ideias de Marx até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campos, 1988.
- LACERDA, Fernando Paiva *et al.* *A luta contra o prestismo e a revolução agrária anti-imperialista no Brasil*. Rio de Janeiro, 1934.
- LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: 1934-1938 – os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LEVINE, Robert. A revolução de 1935, 1ª parte: Rio Grande do Norte. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, n. 68/69, 1976/1977.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memória de militância*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- LINDOZO, José Antônio Spinelli. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930-1935*. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.
- LIRA, Carlos (Org.). *Memória Viva*. Natal: Nossa Editora, 1987.
- MAFFEI, Eduardo. O Movimento Comunista de 1935. A intentona. *História: Ensino e Pesquisa* (Associação dos profissionais de História do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, ano 3, n. 4. 1985.
- MAFFEI, Eduardo. *A Intentona Comunista de 1935*. Conferência pronunciada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no dia 6 de março de 1987. Mimeo.
- MALTA, Maria Helena. *A Intentona da vovó Mariana*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1991.
- MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934)*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.
- MEDEIROS FILHO, João. *82 horas de subversão* (Intentona Comunista de 1935 no Rio Grande do Norte). Natal, 1980.
- MEDEIROS FILHO, João. *Meu Depoimento* (Sobre a revolução comunista e outros assuntos). Natal: Imprensa Oficial, 1937.
- MELO, Manoel Rodrigues de. *Várzea do Açú*. São Paulo: Edição dos Cadernos, 1940.
- MONTAGNA, Wilson. *A ANL e o PCB (1934-1935)*. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.
- MORAES, Denis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquerda Militar no Brasil* (da coluna e comuna). São Paulo: Siciliano, 1994.
- MORAES, João Quartim de. Os camaradas. *Revista de Sociologia e Política da UFPR*, Curitiba, n. 2, p. 141-143, 1994.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.
- MURICY, Antônio Carlos. *A guerra revolucionária no Brasil e o episódio de novembro de 1935*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1966.
- OLIVEIRA FILHO, Moacir. *Praxedes, um operário no poder* (A Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro). São Paulo: Alfa Ômega, 1985.

- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1984.
- PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Históricos e Políticos*. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- PEREIRA, Astrojildo *et al.* *Memória & História*, n. 1, São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- PEREIRA, Nilo. *José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata*. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Repressão e Insurreição: 1922-1935 (Comunistas, tenentes e violência do Estado)*. 1987. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil: dos anos 1920 a 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A Insurreição Militar de 1935: tenentismo no COMITERN*. Águas de São Pedro, 1986. Comunicação apresentada no IX Encontro da ANPOCS (Associação nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) realizado em 1986.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil: 1889-1930*. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.
- PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. 5. ed. Natal, 1951.
- PORTO, Eurico Belens. *A Insurreição de 27 de novembro de 1935*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.
- PRADO JUNIOR, Caio. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Escrita/Ensaio, 1982.
- PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. 1989. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.
- PRESTES, Luís Carlos. *Prestes Hoje*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.
- PROBLEMAS, n. 64, p. 90-91, dez. 1954/fev. 1955.
- RAVINES, Eudocio. *The Yanan Way: the Kremlin's penetration of South American*. New York: Charles Scribner's Sons, 1951.
- REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. v. 1. São Paulo: Novo Rumos, 1982.
- RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio: 1922-1947*. Fortaleza: Sylus/Universidade Federal do Ceará, 1989.

- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, v. X, São Paulo, Difel, 1981.
- ROSE, R. S; GORDON D., Scott. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ROSA, Virgílio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.
- RUY, José Carlos. 1935, o levante armado. *Movimento*, nov./dez. 1978
- SARMENTO, Antônio Natanael Martins. *Os abalos de sábado à noite: do governo popular revolucionário de Natal à guerra do largo da paz em Recife – 1935*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.
- SILVA, Hélio. *1935: a Revolta Vermelha*. (O Ciclo de Vargas – VIII volume). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuições à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.
- SOUZA, Itamar. *A República velha no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989. TAKEIA, Denise; LIMA, Hermano Ferreira. *História político-administrativa da Agricultura do Rio Grande do Norte: 1892-1930*. Natal: EDUFERN, 1987.
- TAVARES, Cláudio. *Uma rebelião caluniada: o levante do 21º BC em Pernambuco*. Recife: Guararapes, 1982.
- TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- TRINDADE, Helgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1979.
- VIANA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN FILHO, Michael. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ZAIDAN FILHO, Michael. Construindo o PCB: 1922-1924. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 7, p. 115-129, 1980.

ZAIDAN FILHO, Michael. *O PCB e a Internacional comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Anexos

Anexo 1 – Relação dos locais e respectivos números dos processos

Local	Número do processo
Natal	2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 18, 36, 76, 163, 164, 233, 450, 451, 492
Mossoró	5, 14 e 30
Canguaretama	12
Santa Cruz	13 e 27
Nova Cruz	13 e 35
Macau	17
Ceará-Mirim	21
São Gonçalo	24
Açu	22 e 391
Arês	32
São Miguel	23
Goianinha	38
Angicos/Lages	117
Acari	29
Currais Novos	25

Obs.: Algumas cidades foram ocupadas pelos insurretos, como Macaíba, Pedro Velho e Baixa Verde, mas não constam

processos específicos. Outras, como são os casos de Mossoró e Açu, onde não ocorreu nada durante o período em que os insurretos estiveram no poder (23 a 27 de novembro de 1935), foram abertos processos.

Anexo 2 – Profissão, número de indiciados e condenados

Profissão	Indiciados	Condenados
Advogado	02	01
Agricultor		
Agrimensor	01	-
Agrônomo	01	-
Artista	14	04
Auxiliar de Comércio	01	01
Barbeiro	03	01
Caldereiro	01	01
Celeiro	01	-
Comerciante	44	13
Coveiro	01	-
Deputado Estadual	03	-
Dentista	02	01
Doméstica	16	01
Eletricista	04	02
Enfermeiro	02	01
Engenheiro	01	-
Estivador	125	11
Estudante	07	05
Farmacêutico	02	-
Ferreiro	01	-

Ferroviário	03	01
Fogueteiro	01	01
Funcionário Público	46	15
Funileiro	01	-
Guarda-civil	20	12
Guarda-livros	01	01
Industrial	02	-
Jornaleiro	14	03
Jornalista	09	03
Marceneiro	09	01
Maquinista	01	01
Mecânico	04	-
Médico	01	01
Operário	04	04
Ourives	01	-
Pescador	03	01
Peixeiro	02	02
Pedreiro	06	01
Presidiário	04	02
Padeiro	03	02
Pintor	01	-
Proprietário Rural	08	02
Sapateiro	14	06
Tipógrafo	08	03

Obs.: É possível que haja mais profissões. O que consta no quadro foi das fichas catalogadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional e não constam dados a respeito de profissão em muitos indiciados.

Anexo 3 – Militares Indiciados

Patente	Indiciados	Condenados
Soldado do 21º BC	153	16
Cabo do 21º BC	32	09
Sargento do 21º BC	17	06
Soldado da PM	05	01
Cabo da PM	03	01
Sargento da PM	05	01
Oficial da PM	23	05
Total	238	39

Referências documentais

Locais pesquisados

- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
- Arquivo do Ministério do Exército (RJ)
- Arquivo do Estado do Rio Grande do Norte
- Arquivo Público de Pernambuco
- Arquivo Edgar Leuenroth, UNICAMP (Campinas, São Paulo)
- Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. (Acervos de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e João Café Filho.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- Fundação Joaquim Nabuco (Recife)
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas
- Biblioteca da Universidade de São Paulo
- Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco
- Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Biblioteca Estadual Câmara Cascudo (Natal)
- Fundação José Augusto (Natal)
- Biblioteca Municipal Mário de Andrade (São Paulo)
- Diocese de Natal

Jornais consultados

- *A Classe Operária*, 1930-1935
- *A Ordem* (Natal), 1935
- *A República* (Natal), 1934-1936
- *A Razão* (Natal), 1935
- *Em Tempo* (São Paulo)
- *Movimento* (São Paulo)
- *A Noite* (Rio de Janeiro), 1934/1935
- *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 1935
- *Diário de Pernambuco* (Recife), 1935
- *Jornal do Commercio* (Recife), 1935
- *O Mossoroense* (Mossoró), 1935
- *O Jornal*, 1935

Entrevistas

- Poti Marcilio Ferreira (Natal)
- João Wanderley (Natal)
- Mario Cabral (Natal)
- Antônio de Andrade Araújo (Natal)
- Francisco Guilherme de Souza (Mossoró)
- José Moreira (Mossoró)
- Luiz Cleodon Medeiros (Natal)
- Joel Paulista (Mossoró)
- Otto de Brito Guerra (Natal)

Indiciados no Rio Grande do Norte

Apresentamos abaixo a listagem completa de todos os indiciados em processos no Rio Grande do Norte relativos ao Levante de 1935. No entanto, são necessárias algumas explicações:

1. Há muitos que estão indiciados em mais de um processo (alguns em até três), o que significa afirmar que a contabilização dos indiciados é menor do que o total que consta nas fichas do Tribunal de Segurança Nacional;
2. Alguns indiciados, quando julgados, foram condenados em mais de um processo, sendo a pena unificada posteriormente;
3. Nem todos os indiciados e condenados foram presos, muitos fugiram e foram condenados à revelia;
4. Na relação, não constam dados sobre profissão e o resultado dos julgamentos de alguns indiciados, porque estas informações não constam nas respectivas fichas;
5. Na listagem dos indiciados, estão desde os que tiveram participação ativa até alguns cujo indiciamento foi resultado de denúncias ou por ter sido encontrado parte do dinheiro oriundo dos saques nos bancos. É o caso de algumas mulheres que não tiveram qualquer participação, mas em cujas casas foi encontrado dinheiro (com a derrota do movimento, muitos fugiram e alguns dos que tinham dinheiro deixaram uma parte com suas mulheres).
6. Da mesma forma, muitos foram condenados sem terem sido presos até o julgamento (1938), sendo encarcerados posteriormente. Há vários casos de indiciados em 1936, condenados em 1938 e que só foram para a prisão em 1942.

Nome	Nº do Processo	Profissão	Resultado do Julgamento
Abdias Marques	38		
Abdon Freire	2	Cabo do 21º BC	Absolvido
Abel Gomes de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Abílio de Campos	2	Capitão da Polícia Militar	
Abner Freire de Melo	76	Cabo do 21º BC	
Adalberto de Carvalho	2	Tipógrafo	
Adalberto José da Cunha	2/76	Cabo do 21º BC	
Adamastor Pinto	450		
Adauri de Loyola Barata	2	Tipógrafo	
Adauto Câmara e Silva	13/15	Comerciante	
Adauto Dario	35		
Adauto de Azevedo	11	Agrimensor	
Adauto F. da Costa	164		
Adauto R. da Cunha	2	Capitão da Polícia Militar	
Adolfo Elias da França	2	Funcionário Público	
Afonso Magalhães da Silva	2	Estudante	5a de prisão
Agnelo Xavier de Oliveira	2	Cabo da Polícia Militar	Absolvido
Agostinho de Campos	2	Guarda-civil	6a e 6m de prisão
Agrício Mendes de Oliveira	2	Motorista	Absolvido
Agripino Antonio Lima	2	Tenente da Polícia Militar	
Agripino Melo	76	Soldado do 21º BC	
Agrísio Mendes Oliveira	36	Motorista	
Alberto Fernandes	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Alberto R. de Albuquerque	2	Tipógrafo	
Alcides Antonio Oliveira	4	Motorista	
Alcides C. Carvalho	76	Soldado do 21º BC	
Alcides Ribeiro	36		
Alcides Washington Guerra	18	Dentista	1a de prisão
Aldo Mendes da Silva	76	Sargento do 21º BC	Absolvido

Alexandrino Pio de Oliveira	680	Guarda-livros	7m de prisão
Alfredo Antonio Nascimento	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Alfredo Cortez Pereira Lago	76	Soldado do 21º BC	
Alfredo Ferreira de Melo	2	Funcionário Público	
Alfredo Pedro de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Aluísio Gurgel	76	Soldado do 21º BC	
Aluísio Moura	233	Ten.-cel. da Polícia Militar	
Álvaro Nunes	2	Capitão da Polícia Militar	
Amâncio Leite	5/30	Deputado Estadual	
Amaro Barreto Sobrinho	2	Jornalista	Absolvido
Amaro Ferreira da Silva	2/76	Sargento do 21º BC	6a e 6m de prisão
Amaro Magalhães da Silva	2	Funcionário Público	6a e 6m de prisão
Amaro Martins da Silva	2	Pedreiro	Absolvido
Amaro Nascimento da Silva	4	Estivador	
Amaro Potengi da Silva	5	Sargento da Polícia Militar	3a de prisão
Amaro Ripiado	2	Estivador	Absolvido
Amélia Reginaldo	2	Dona de casa	5a de prisão
Anderson Lisboa	23	Funcionário Público	Absolvido
André Luiz da Silva	2	Estivador	
Anibal Barbalho de Oliveira	13	Proprietário Rural	
Anísio Rocha	76	Soldado do 21º BC	
Anísio Torquato	36		5a de prisão
Anísio Torquato Gomes	32	Jornalista	Absolvido
Anísio Vital Santos	15	Ourives	
Antenor C. dos Santos	4/76	Cabo do 21º BC	8a de prisão
Antenor Pedrosa	12/36	Guarda-civil	Absolvido
Antenor Soares Câmara	76	Soldado do 21º BC	
Antero Francisco da Silva	2	Estivador	
Antonia Gomes	2	Dona de casa	
Antonio Alves de Oliveira	2		

Antonio Andrade Araújo	2/76	Cabo do 21º BC	
Antonio Azevedo	12		
Antonio A. Mangabeira	24		1a de prisão
Antonio Bambu	36		Absolvido
Antonio Batista da Costa	2/76	Cabo do 21º BC	5a de prisão
Antonio Benício de Farias	164		
Antonio Bernardo da Silva	15	Jornalista	6a e 6m de prisão
Antonio Berto	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Antonio Bezerril	76	Soldado do 21º BC	
Antonio Borges	15		
Antonio Bruno	23		
Antonio Constantino	2	Guarda-civil	5a de prisão
Antonio Corumbá	2	Estivador	Absolvido
Antonio Darum de Almeida	76	Soldado do 21º BC	
Antonio de Moraes Campelo	2	Cabo do 21º BC	8a de prisão
Antonio de Paula S. Pessoa	18	Proprietário Rural	Absolvido
Antonio Dionisio	36	Soldado do 21º BC	5a e 9m de prisão
Antonio Dionisio Silva	32		5a de prisão
Antonio Falcão	5	Comerciante	Absolvido
Antonio F. do Nascimento	76	Soldado do 21º BC	
Antonio Fausto Santos	36	Guarda-civil	5a e 9m de prisão
Antonio Feliciano Moreira	33	Agricultor	Absolvido
Antonio Felix Junior	2	Estivador	
Antonio Fernandes	76	Soldado do 21º BC	
Antonio Ferreira Filho	2	Estivador	
Antonio Ferreira Martins	11	Agricultor	
Antonio Floriano	15	Guarda-civil	6a e 6m de prisão
Antonio Gracindo G. Lobo	76	Sargento do 21º BC	Absolvido
Antonio Guerra	23	Agricultor	
Antonio H. de Vasconcelos	38		

Antonio Inácio da Silva	11/35	Pintor	
Antonio Inácio Pereira	2	Estivador	6a e 6m de prisão
Antonio J. da Costa Bastos	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Antonio José de Lima	76	Soldado do 21º BC	
Antonio Josias Pereira	2	Estivador	
Antonio Justino de Andrade	2	Estivador	5a de prisão
Antonio Justino de Souza	4	Comerciante	Absolvido
Antonio Justino Lopes	11	Comerciante	
Antonio Justino Neto	76	Soldado do 21º BC	
Antonio Leôncio Carneiro	2	Estivador	
Antonio Lourenço	13	Proprietário Rural	2a e 6m de prisão
Antonio Mangabeira	12/36		Absolvido
Antonio Mariano	14		1a e 5m de reclusão e 5a de celular
Antonio Marques Correia	2	Estivador	Absolvido
Antonio Moraes Campelo	18/76	Cabo do 21º BC	
Antonio Moreira Fontes	14	Agricultor	1a e 4m de reclusão
Antonio Pedro	2	Estivador	Absolvido
Antonio Pereira	5	Padeiro	
Antonio Pereira Souza	2	Eletricista	
Antonio Porfirio	2	Sargento do 21º BC	
Antonio Reginaldo	5/30	Barbeiro	
Antonio Severino	36		
Antonio Severino Alves	15	Pedreiro	6a e 6m de prisão
Antonio Siqueira	117		
Antonio Soares Silva	2	Guarda-civil	
Antonio Sobral	2	Estivador	
Antonio Souza Lacerda	16	Motorista	Absolvido
Antonio Souza	117		
Antonio Teodoro Avelino	117		
Antonio V. dos Santos	2	Estivador	Absolvido

Antonio Vicente de Souza	4	Agricultor	
Antonio Xavier Sobrinho	23	Agricultor	
Arari Silva	2	Motorista	6a e 6m de prisão
Aristides F. do Nascimento	2	Estivador	4a e 4m de prisão
Aristides Galvão da Costa	4	Sapateiro	Absolvido
Arlindo Anicleto Ribeiro	76	Soldado do 21º BC	
Arnaldo José da Silva	12/15/36		6a e 6m de prisão
Arnou José da Silva	11		5a de prisão
Ascendino Paes Barreto	23	Artista	Absolvido
Astrogildo Paiva	2	Funcionário Público	5a de prisão
Augusto Avelino Araújo	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Augusto Brasilicio Ribeiro	76	Soldado do 21º BC	
Augusto Gomes Dourado	2	Comerciante	
Augusto Leopoldo Sobrinho	2	Tenente da Polícia Militar	
Augusto Sebastião	2	Soldado do 21º BC	
Aureliano Duarte	76	Soldado do 21º BC	
Austeliades R. Nascimento	2	Motorista	
Austelino Vilarim	2	Guarda-civil	8a de prisão
Avelino Pereira Fagundes	2	Estivador	Absolvido
Avelino Viana	2	Funcionário Público	
Baltazar Meireles	14/16	Proprietário Rural	1a e 4m de reclusão
Belarmino Abel Ferreira	5	Jornaleiro	Absolvido
Belchior Sales	4	Sapateiro	
Benedito Albino da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Benedito Ari	2	Marceneiro	
Benedito Machado	76	Soldado do 21º BC	
Benedito Saldanha	5	Deputado Estadual	
Benilde Dantas	2/4	Estudante	
Benjamin Picada	2	Artista	
Benjamim Simoneti	36	Proprietário Rural	

Benjamin Tabathchnik	492		Absolvido
Bento P. de Vasconcelos	23		
Bianor L. de Azevedo	13/35	Artista	2a e 6m de prisão
Boaneges Wanderley	16		
Byron C. da Silva Galvão	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Caetano Costa Neto	76	Soldado do 21º BC	
Camilo Avelino	2	Jornalista	
Cândido Benedito	5		2a de prisão
Cândido Lúcio dos Santos	30/91	Agricultor	
Cândido Mariano Neves	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Cândido Romeiro	117		
Cantídeo Moraes Campelo	2	Agrônomo (presidiário)	6a e 6m de prisão
Carlindo Revoredo	2	Guarda-civil	6a e 6m de prisão
Carlos Marques Moreira	2	Sapateiro	Absolvido
Carlos Wander Linden	2	Estudante	4a e 4m de prisão
Casemiro Soares de Souza	117		Absolvido
Cecílio José da Fonseca	76	Cabo do 21º BC	
Celina Moura Barreto	2	Dona de casa	
Celso Teixeira	2	Motorista	
Cícero Dantas	14	Agricultor	1a e 4m de reclusão
Cícero dos Santos	2	Estivador	Absolvido
Cícero Gomes	2	Tipógrafo	
Cícero Justino	2	Motorista	
Cícero Moreira	4		
Cícero Paulino Cabral	76	Soldado do 21º BC	
Cícero Romão de Medeiros	76	Soldado do 21º BC	
Cirilo Bezerra da Costa	5	Proprietário Rural	
Cirilo Máximo Coelho	76	Soldado do 21º BC	
Cirineu de Oliveira Galvão	11		
Clarismundo Tomaz Aquino	76	Soldado do 21º BC	

Claudino José Gonçalves	2	Estivador	
Claudino Gomes da Silva	2/23	Guarda-civil	
Cláudio José da Silva	2	Estivador	
Cláudio Vitor Dutra	2	Sargento 21º BC	
Claudionor Ramos	12		
Cleodon F. de Araújo	76	Soldado do 21º BC	
Cleto Carlos Soares	2	Estivador	
Clidenor Augusto de Lima	36	Agricultor	5a de prisão
Climário Silva Cabral	4	Funcionário Público	Absolvido
Clodoaldo Medeiros Penha	163	Agricultor	8a de prisão
Clodoaldo Nobre Câmara	2	Estudante	Absolvido
Cornélio Dantas	2/4	Agricultor	
Cosme Capistrano	2	Eletricista	
Crisanto de Gois	2/38	Funcionário Público	
Davi Simoneti	36	Proprietário Rural	
Deocleciano Alves Araújo	23		
Deraldo Moreira de Oliveira	76	Cabo do 21º BC	
Dorniciano Medeiros	2	Estivador	
Dorniciano Paulino	13	Comerciante	
Dornício Fernandes	2	Motorista	
Domingos Antonio Brito	2	Estivador	
Domingos C. de Castro	2		
Domingos Castro	2	Funcionário Público	
Domingos Dias O	2	Estivador	
Edijard N. Rocha	76	Soldado do 21º BC	
Eduardo L. Santos	76	Soldado do 21º BC	
Egídio D. Medeiros	76	Soldado do 21º BC	
Egídio F. de Souza	164		
Elias Soares	2		
Elidio J. Santana	2	Sargento do 21º BC	

Eliezer A. Menezes	35	Sapateiro	
Eliezel H. Diniz	2/4/76	Sargento do 21º BC	10a de prisão
Elviro V. Santiago	2	Motorista	Absolvido
Emiliano F. Costa	2	Estivador	
Enedino G. Nascimento	2	Guarda-civil	5a de prisão
Enéias Ribeiro	2	Estivador	Absolvido
Enéias Soares Costa	2		
Enock Sobreira	76	Soldado do 21º BC	
Epaminondas Fernandes	4		
Epifânio Guilhermino	2/4	Motorista	33a de prisão
Erácito L. da Encarnação	2/76	Cabo do 21º BC	Absolvido
Eraldo Alves Cunha	2	Presidiário	2a e 6m de prisão
Erino Alves da Silva	2/13/76	Cabo do 21º BC	Absolvido
Estácio Paiva	2	Estivador	
Ester de Assis	15	Dona de casa	Absolvida
Estevam Juvenal Guerra	2/76	Cabo do 21º BC	8a de prisão
Estolano Martinho Lopes	14		1a e 4m de reclusão e 7a e 6m de celular
Estolano Meireles	16		
Euclides Bertoido	18		
Euclides Gomes	2	Soldado da Polícia Militar	Absolvido
Euclides Gomes	163	Padeiro	8a de prisão
Euclides Martins Santos	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Euclides Monteiro	15	Funcionário Público	
Eufrásio de Barros	11		Absolvido
Eufrásio Pedro Ferreira	32	Agricultor	5a de prisão
Ezequiel Fonseca Filho	30		
Fábio Gambiote	6		
Fábio Máximo Pacheco Dantas	17		
Faustino Félix Lima	2	Tipógrafo	
Feliciano Alexandre	5		

Feliciano Pereira de Souza	5	Agricultor	20a de prisão
Felinto Rufino	2	Estivador	
Félix Broeira Valverde	76	Cabo do 21º BC	Absolvido
Félix Camilo Rocha	23	Agricultor	
Fernando Bernardo	391		
Fernando Dias Abreu	12		
Firmino Pereira Santos	2	Estivador	Absolvido
Firmo Lopes Fernandes	76	Soldado do 21º BC	
Florentino Borges Ferreira	2	Cabo da Polícia Militar	
Floriano Ferreira da Silva	4	Funcionário Público	
Floriano Saraiva Moura	12	Funcionário Público	5a de prisão
Francisco Gato			2a de prisão
Francisco Agostinho Bezerra	5	Comerciante	Absolvido
Francisco Alves	4	Jornaleiro	
Francisco Alves da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Alves Queiroz	22		
Francisco Alves Veloso	2	Estivador	Absolvido
Francisco Andrade de Lima	32	Agricultor	5a de prisão
Francisco Barbosa Santos	2		Absolvido
Francisco Barreto	4		
Francisco Belarmino de Souza	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Bernardino	5		
Francisco Bezerra de Filgueira	4	Artista	
Francisco Bezerra de Souza	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Boré	16		Absolvido
Francisco Braz	38		
Francisco Braz Leopoldo	2/15	Sapateiro	6a e 6m de prisão
Francisco Bulhões	6		
Francisco Cândido	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Francisco Canindé da Silva	76	Soldado do 21º BC	

Francisco Carlos Machado	2	Estivador	
Francisco Carlos Silva	2		
Francisco Carneiro da Cunha	2/76	Cabo do 21º BC	
Francisco Carneiro da Silva	76	Cabo do 21º BC	
Francisco Chagas de Paula	16	Agricultor	
Francisco Chaves	5		
Francisco Chaves Anjos	5	Ferroviário	
Francisco Cornélio de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Costa	2	Sargento da Polícia Militar	
Francisco da Libra	5		
Francisco Damião de Souza	2	Estivador	
Francisco Estácio Leite	14		1a e 9m de reclusão
Francisco Félix	2	Ferreiro	Absolvido
Francisco Ferreira	5	Proprietário Rural	
Francisco Ferreira Mendonça	2	Estivador	
Francisco Fulgêncio da Costa	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Genésio Pereira	2	Estivador	
Francisco Gomes Moreira	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Guilherme de Souza	5	Operário	2a de prisão
Francisco Hortêncio	13	Agricultor	
Francisco Inácio de Melo	4	Agricultor	5a de prisão
Francisco Jerônimo Filho	2		Absolvido
Francisco João	5		
Francisco Justino	76	Soldado do 21º BC	
Francisco Lopes Teixeira	11	Agricultor	
Francisco Machado	5	Agricultor	
Francisco Machado Dantas	4	Comerciante	
Francisco Matias	117		
Francisco Menelau	2	Tipógrafo	6a e 6m de prisão
Francisco Moreira da Silva	2		6a e 6m de prisão

Francisco Morobé	2	Estivador	Absolvido
Francisco Nogueira Amorim	33	Comerciante	
Francisco Paulino	13/35	Agricultor	
Francisco Paulino Medeiros	5	Comerciante	
Francisco Paulo do Nascimento	4	Pedreiro	
Francisco Queiroz	391	Comerciante	
Francisco Raimundo	13	Agricultor	2a e 6m de prisão
Francisco R. do Nascimento	12/36	Artista	5a de prisão
Francisco R. Ferreira da Silva	2	Estivador	Absolvido
Francisco Rodrigues Torres	2	Tenente da Polícia Militar	5a de prisão
Francisco Saraiva Neto	2	Soldado da Polícia Militar	Absolvido
Francisco Segundo Rocha	23	Agricultor	
Francisco Silva Pinheiro	33	Agricultor	
Francisco Soares da Silva	4	Funileiro	
Francisco Tito Teixeira	23		
Francisco Costa	14	Sargento da Polícia Militar	1a e 4m de prisão
Frederico Venceslau dos Santos	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Gabriel Zacarias da Silva	2	Estivador	
Garibalde Carvalho	18	Comerciante	
Garibaldi Alves de Oliveira	2/76	Soldado do 21º BC	
Gaspar Barbosa de Oliveira	15	Agricultor	6a e 6m de prisão
Gaspar Martins Praça	2	Motorista	4a e 4m de prisão
Gastão Correia da Costa	2	Jornalista	3a de prisão
Gastão Nunes	2	Jornaleiro	Absolvido
Genésio Moreira da Silva	4	Artista	
Genésio Soares da Câmara	2	Estivador	
Genipo Canuto Souza	2	Marceneiro	
Geraldo Magela da Costa	76	Cabo do 21º BC	
Geraldo Pegado da Silva	15/76	Soldado do 21º BC	6a e 6m de prisão

Germano Cassemiro	11		Absolvido
Gilberto Oliveira	76	Cabo do 21º BC	
Giocondo Alves Dias	2, 4, 76	Cabo do 21º BC	8a de prisão
Glicério Paulino de Araújo	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Glicério Reginaldo	4	Comerciante	2a de prisão
Gonçalo Coelho Silva	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Gonçalo Izidro	5		
Guariguasul Carvalho	11/18	Agricultor	5a de prisão
Heitor M. Filho	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Hélio F. de A Maranhão	76	Soldado do 21º BC	
Hermetério Canuto Souza	2	Marceneiro	8a de prisão
Henrique da R. Bezerra	2	Motorista	Absolvido
Henrique Fialho	14/16	Comerciante	1a e 4m de prisão
Herculano José Barbosa	5	Jornaleiro	5a de prisão
Hermenegildo F. Rocha	23		Absolvido
Hermes de Oliveira	2	Guarda-civil	
Hermínio Nunes Pereira	38		
Hermóneges Xavier Bezerra	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Hernandes Fidélis	2	Marceneiro	
Heróísio Pinheiro	15	Comerciante	
Hildo Moura Cruz	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Homero Agostinho	5		
Homero Couto	5	Mecânico	
Honório Maximiliano	5		
Honório Varela Buriti	4	Agricultor	
Horácio Lopes Araújo	76	Soldado do 21º BC	
Humberto de Moura	2	Funcionário Público	
Idival Barros	76	Soldado do 21º BC	
Inácio A. de A. Maranhão	15	Comerciante	
Iracema Pinheiro Amorim	2	Dona de casa	

Irineu Macário	38		
Isaías Cavalcante de Souza	4	Agrônomo	
Isidoro Faustino	4		
Isidro dos Santos Torres	4	Agricultor	
Ismael Nogueira Carvalho	33	Comerciante	
Israel Abath	2	Enfermeiro	
Israel Alves Pedrosa	2	Tipógrafo	6a e 6m de prisão
Izidoro Firmino	27		Absolvido
Jaime de Brito	2/15	Sapateiro	8a de prisão
João Gomes Lima	2	Marceneiro	Absolvido
João Saburana	35		
João Abreu	5		Absolvido
João Agostinho Silva	76	Soldado do 21º BC	
João Alves Rocha	2	Estivador	6a e 6m de prisão
João Amaral Tavares	15	Agricultor	6a e 6m de prisão
João Anastácio Bezerra	117	Estivador	
João André	2		5a de prisão
João Aniceto	4	Soldado do 21º BC	8a de prisão
João Antonio	4	Soldado do 21º BC	6a e 6m de prisão
João Antonio Amorim	2/76	Sargento do 21º BC	Absolvido
João Antonio Medeiros	76	Soldado do 21º BC	
João Antonio Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
João Antonio Quirino Melo	4	Tenente da Polícia Militar	8a de prisão
João Arari Calafange	12	Agricultor	
João Artur Souza	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Barbosa Dias	2	Estivador	
João Basilio Nascimento	2	Motorista	
João Batista	2/13	Agricultor	
João Batista B. de Menezes	5	Comerciante	
João Batista de Magalhães	14/16	Funcionário Público	

João Batista Galvão	2/450	Funcionário Público	10a de prisão
João Batista Nunes	2	Cabo da Polícia Militar	6a e 6m de prisão
João Batista Oliveira	2	Estivador	Absolvido
João Bernardo	2	Motorista	
João Berto da Silva	4	Comerciante	5a de prisão
João Bezerra	14	Barbeiro	1a e 4m de reclusão
João Campina	2	Estivador	Absolvido
João Carolino Bezerra	23		
João Casemiro Soares	450	Farmacêutico	Absolvido
João Catolé	14		1a e 4m de reclusão
João Cirineu Vasconcelos	2/6	Funcionário Público	Absolvido
João Costa	14		1a e 4m de prisão
João Costa e Silva	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Curto	117		
João Damião	15	Agricultor	Absolvido
João Dantas	4	Comerciante	5a de prisão
João de Ananias	14		Absolvido
João de Deus Andrade	164		
João Dias de Araújo	24	Soldado da Polícia Militar	1a de prisão
João Elviro	2	Estivador	Absolvido
João Fagundes	38		
João Fagundes de Almeida	2	Comerciante	4a e 4m de prisão
João Ferreira Cabral	4		Absolvido
João Fortunato	4	Soldado do 21º BC	8a de prisão
João Francisco	12		Absolvido
João Francisco da Silva	4	Estivador	
João Francisco Ferreira	2	Estivador	
João Francisco Filho	2	Estivador	
João Francisco Gregório	2	Estivador	6a e 6m de prisão
João Francisco Oliveira	2	Sapateiro	6a e 6m de prisão

João Francisco Rosendo	4	Sargento da Polícia Militar	8a de prisão
João Freire	2	Estivador	Absolvido
João Freire Araújo	5	Operário	5a de prisão
João Galdino	2/76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Galvão	23		
João Gomes	2	Estivador	
João Inácio Pereira	2	Estivador	6a e 6m de prisão
João Isaías Sobrinho	15	Comerciante	6a e 6m de prisão
João Júlio Vieira	2	Estivador	Absolvido
João Justino Lopes	11	Agricultor	
João Laurentino	2	Estivador	
João Leandro	18		
João Leite Gonçalves	2/76	Cabo do 21º BC	5a e 4m de prisão
João Lúcio	38		
João Luiz	11/76	Soldado do 21º BC	5a de prisão
João Luiz da Silva	2	Estivador	Absolvido
João Maranhão	2	Motorista	
João Marcolino Costa	2	Estivador	
João Maria Furtado	4	Advogado	
João Marinho Falcão	2	Pedreiro	
João Marques Santos	2	Estivador	
João Martins	18		
João Mateus	4	Jornalista	
João Meireles	14/16		
João Meireles Junior	2	Comerciante	Absolvido
João Miranda e Souza	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Monteiro	12		
João Moreira	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Neto Guimarães	38		
João Paulino de Souza	2	Motorista	Absolvido

João Paulino Vieira	5	Padeiro	5a de prisão
João Pedro Ferreira	32	Agricultor	5a de prisão
João Peixoto	12		
João Pereira da Silva	2		6a e 6m de prisão
João Pichum	2	Estivador	Absolvido
João Pinheiro	12	Agricultor	
João Queiroz	2	Estivador	
Raimundo	14		
João Reginaldo	5		
João Ribeiro Dantas	23		5a de prisão
João Ricardo Santos	15	Agricultor	Absolvido
João Saburana	13		2a e 6m de prisão
João Santos	2		Absolvido
João Severino	2	Funcionário Público	
João Severino Batista	12		
João Simonete	13		
João Siqueira Filho	117		
João Teodoro Nascimento	18	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Valdevino	11		
João Varjão	14/16	Agricultor	
João Vieira da Silva	34	Soldado do 21º BC	2a de prisão celular
João Vitório do Nascimento	18	Agricultor	Absolvido
João Wanderley	2/76	Cabo do 21º BC	
João Xavier de Lima	12		
João Xavier do Nascimento	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
João Xavier Queiroz	164		
Joaquim Alves Campelo	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Joaquim Alves Costa	76	Soldado do 21º BC	
Joaquim da Fonseca Tinoco	24	Funcionário Público	1a de prisão
Joaquim França	24		1a de prisão

Joaquim Francisco Lopes	16		
Joaquim Francisco Melo	35	Agricultor	8a de prisão
Joaquim Gomes Filho	15		
Joaquim José Costa	2	Estivador	
Joaquim Neves	2	Sargento da Polícia Militar	
Joaquim Norberto	38		
Joaquim Patriota do R. Barreto	15	Ferroviário	2a de prisão
Joaquim Paulino de M. Filho	29	Agricultor	1a de prisão celular
Joaquim Pedro	36		5a de prisão
Joaquim Pelica Oliveira	9		2a e 9m de prisão
Joaquim Quirino	2	Estivador	Absolvido
Joaquim Ribeiro Dantas	23		5a de prisão
Joaquim Rodrigues	2	Estivador	Absolvido
Joaquim Torres da Silva	2		
Joatan Rodrigues	12	Comerciante	
Joel Martins Paulista	5/30	Operário	2a de prisão
Joel Otaviano Freitas	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Jonas Nascimento	36		
Jonas Reginaldo	5/30	Comerciante	2a de prisão
Josafá Machado	2/4	Agricultor	5a de prisão
José Aguinaldo Barros	2	Comerciante	2a de prisão
José Albuquerque	36		5a e 9m de prisão
José Albuquerque Souza	2	Presidiário	Absolvido
José Alencar	5		2a de prisão
José Alípio de Melo	2	Motorista	Absolvido
José Alves	4	Enfermeiro	8a de prisão
José Alves	15		Absolvido
José Alves Araújo	23		5a de prisão
José Alves Bezerra	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Alves Cavalcante	2		

José Alves da Silva	2	Estivador	
José Ambrósio de Barros	76	Cabo do 21º BC	
José Anselmo Alves de Souza	2	Funcionário Público	
José Antonio da Silva	2	Estivador	
José Antonio Santana	4	Estivador	
José Arcanjo da Silva	2/76	Cabo do 21º BC	
José Bacorá	2	Estivador	
José Batista			5a de prisão
José Belarmino da Silva	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Beluca	5		5a de prisão
José Bento de Oliveira	24	Comerciante	1a de prisão
José Bonifácio Cavalcante	38		
José Caeira	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Cândido dos Santos	76	Soldado do 21º BC	
José Carrilho da Fonseca Silva	4	Agricultor	
José Carvalho da Silva	12	Industrial	
José Cassiano	5		
José Chato	14		1a e 4m de prisão
José Chaveiro	5	Agricultor	5a de prisão
José Cícero	38		
José Ciríaco de Oliveira	5/30	Operário	5a de prisão
José Clímaco de Medeiros	23	Agricultor	Absolvido
José Cordeiro Cintra	76	Soldado do 21º BC	
José Correia Lira	11		5a de prisão
José Costa	163	Agricultor	8a de prisão
José das Neves	2	Estivador	Absolvido
José de Albuquerque Santos	12		5a de prisão
José de Almeida Pequeno	12	Agricultor	
José de Flor	36		5a de prisão
José de Lima	16	Agricultor	Absolvido

José de Lima Pinto	163		8a de prisão
José Décio de Medeiros	23	Comerciante	Absolvido
José Domingos	391		
José Dias Alexandria	76	Soldado do 21º BC	
José do Patrocínio Teixeira	4	Motorista	
José dos Anjos	13		2a e 6m de prisão
José Emilio de Azevedo	13		Absolvido
José Evangelista da Silva	2/14	Tenente da Polícia Militar	
José Farias de Almeida	76	Sargento do 21º BC	
José Farias Santos	2	Sapateiro	6a e 6m de prisão
José Fernandes	15		Absolvido
José Fernandes da Silva	4	Sapateiro	
José Fernandes Filho	233	Oficial da Polícia Militar	
José Ferreira da Rocha	23	Agricultor	
José Ferreira da Silva	2	Estivador	
José Ferreira Sobrinho	164		
José Firmino	14		1a e 4m de prisão
José Flor	12		Absolvido
José Francisco Alves	2/76	Soldado do 21º BC	8a de prisão
José Francisco Aranha	2		Absolvido
José Francisco Ataíde Melo	17	Funcionário Público	
José Galdino	2/11	Presidiário	Absolvido
José Galvão Neto	2	Soldado do 21º BC	8a de prisão
José Gonçalves	23	Artista	Absolvido
José Gonçalves Muniz	117		
José Guilherme de Lemos	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Heronildo Câmara	15	Agricultor	
José Honorato Santos	2	Estivador	
José Horácio da Silva	2	Estivador	
José Inácio	12, 15, 36		5a de prisão

José Inácio Francisco	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Isaías	18		
José Isaías Filho	15		
José Isaías Ribeiro	2	Sargento da Polícia Militar	
José Joaquim	15/35	Guarda-civil	8a de prisão
José Lima da Silva	2	Estivador	Absolvido
José Lins de Oliveira	5/30	Pedreiro	
José Lopes Bastos	5	Motorista	
José Luiz Aguiar	35	Celeiro	
José Luiz de Lima	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Macedo	2	Funcionário Público	10a de prisão
José Maria dos Santos	2	Estivador	8a de prisão
José Mariano	5/14/30		5a de prisão
José Marinho S. Aranha	13		Absolvido
José Martins do Nascimento	2	Estivador	
José Martins Vasconcelos	5		
José Mateus	5		2a de prisão
José Meireles da Silva	11	Agricultor	Absolvido
José Mendes de Souza	76	Soldado do 21º BC	
José Mourão Nogueira	76	Cabo do 21º BC	
José Nestor Gouveia	117		
José Nicácio Sobrinho	2/5	Capitão da Polícia Militar	
José Olavo da Rocha	23	Agricultor	
José Otávio Pereira Lima	5		
José Paulino do Nascimento	15	Cabo do 21º BC	8a de prisão
José Paulo do Nascimento	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
José Pereira	30		
José Pinto	5/391	Pescador	5a de prisão
José Pirico	5		Absolvido
José Plácido de Oliveira	23		5a de prisão

José Pontes Bezerra	2/76	Cabo do 21º BC	Absolvido
José Praxedes de Andrade	2	Sapateiro	8a de prisão
José Raimundo de Oliveira	35		6a e 6m de prisão
José Raimundo Lira	11		Absolvido
José Ribeiro Araújo	38		
José Ribeiro Moura	8		2a de prisão
José Ricardo	36		Absolvido
José Rita Filho	76/740	Soldado do 21º BC	
José Rodolfo da Silva	33		
José Rodrigues de Melo	35	Ferrovário	
José Rufino da C. Filho	2	Capitão da Polícia Militar	Absolvido
José Sabino de Azevedo Filho	76	Soldado do 21º BC	
José Salustio	2	Motorista	4a e 4m de prisão
José Sátiro Brito	163	Soldado do 21º BC	8a de prisão
José Segundo Sobrinho	17	Marceneiro	
José Sena Tinoco	8		2a de prisão
José Simões da Silva	38		
José Tavares de Araujo	450	Funcionário Público	Absolvido
José Teixeira Rosa	2	Capitão da Polícia Militar	
José Teixeira Vasconcelos	117		
José Telesforo	36		5a de prisão
José Varela Abath	15	Agricultor	Absolvido
José Varela do Nascimento	15		
José Veríssimo Costa	164		
José Vicente	4	Jornaleiro	Absolvido
Jósimo Paulino	2	Estivador	
Josué Bento	76	Soldado do 21º BC	
Jovino de Oliveira Fagundes	12, 13, 35		
Jovino de Oliveira Sales	18	Agricultor	Absolvido
Jovino Lopes da Silva	2	Capitão da Polícia Militar	

Juarez Maia	14		1a e 4m de reclusão
Júlia Carolina	450	Dona de casa	Absolvida
Julião Miguel Viana	36	Guarda-civil	
Julião Tomaz Aquino	2/4/76	Sargento do 21º BC	10a de prisão
Júlio Alves	15		Absolvido
Júlio Fernandes Macedo	2	Motorista	
Júlio Francisco	13		
Júlio Guedes Moura	2/14/16	Funcionário Público	1a e 9m de reclusão
Júlio Isaías	15	Motorista	Absolvido
Júlio Jacob de Barros	2	Estivador	6a e 6m de prisão
Júlio Paiva da Silva	15		6a e 6m de prisão
Júlio Porto	5/391		5a de prisão
Júlio Ramos	23	Agricultor	Absolvido
Júlio Tavares de Souza	2	Estivador	
Justiniano Caldas	30/391		
Juvenal Cordeiro da Silva	11	Comerciante	Absolvido
Juvenal José	15		
Laurentino Campin	2	Estivador	
Lauro Cortez Lago	2/450	Funcionário Público	10a de prisão
Lauro Fernandes	3	Motorista	5a de prisão
Lauro Lamartine Nascimento	15	Funcionário Público	
Lauro Teixeira Nunes	2	Motorista	6a e 6m de prisão
Leôncio Miranda	38		
Leonel Galdino	76	Sargento do 21º BC	Absolvido
Leonel Honorato	76	Sargento do 21º BC	
Leonila Felix	2	Dona de casa	
Levi de Andrade	680	Sargento do 21º BC	
Levi Carlos S. Câmara	2/4	Estivador	
Lindolfo C. H. Montenegro	2	Funcionário Público	5a de prisão
Lourenço Fernandes Lima	2	Motorista	5a de prisão

Lucas Martins da Silva	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Ludovico	Pinto	2	
Luiz Antonio	13		
Luiz Antonio do Nascimento	15	Peixeiro	6a e 6m de prisão
Luiz Avelino Fernandes	32		5a de prisão
Luiz Avelino Medeiros	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Luiz Bandeira de Melo	38		
Luiz Bento	36		5a de prisão
Luiz Bezerra	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Luiz Cândido Oliveira	2	Capitão da Polícia Militar	
Luiz Ciríaco	13/35	Agricultor	2a e 6m de prisão
Luiz Cleodon de Medeiros	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Luiz Curcio Cabral	15	Comerciante	
Luiz de Matos	4	Agricultor	
Luiz Demétrio	76	Soldado do 21º BC	
Luiz Felipe Rocha	2	Estivador	
Luiz Felipe Santiago	4	Agricultor	
Luiz Ferreira	2	Estivador	
Luiz Firmino Rocha	2	Estivador	
Luiz Gonzaga de A. Lima	36		
Luiz Gonçalves Ferreira	2	Estivador	Absolvido
Luiz Gonzaga Carvalho	15		
Luiz Gonzaga da Silva	15	Músico	8a de prisão
Luiz Gonzaga Oliveira	2	Cabo do 21º BC	Absolvido
Luiz José França	38		
Luiz Lopes Varela	4	Agricultor	Absolvido
Luiz Lucena	2	Estivador	
Luiz Mangabeira	12	Artista	
Luiz Marques	2	Guarda-civil	Absolvido
Luiz Máximo Araújo	2	Funcionário Público	

Luiz Napoleão de França	38		
Luiz Paulo	2	Estivador	Absolvido
Luiz Pedro da Costa	76	Soldado do 21º BC	
Luiz Raimundo Martins	12/32	Agricultor	
Luiz Reginaldo	5	Maquinista	
Luiz Reis de França	4	Comerciante	
Luiz Salvador Oliveira	32	Agricultor	5a de prisão
Luiz Saraiva	30		
Luiz Serafim	13		
Luiz Soares de Brito	2	Farmacêutico da Polícia Militar	
Luiz Tabathchnik	492		
Luiz Teixeira Nunes	2	Motorista	
Luiz Valença	36		
Luiz Valença Sobrinho	12		5a de prisão
Luiz Vieira	35		6a e 6m de prisão
Luiz Xavier Gomes	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Luiza Laurentino	2	Dona de casa	
Manoel Augusto Ferreira	7		2a de prisão
Manoel Brabo	15		6a e 6m de prisão
Manoel dos Santos Primeiro	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Manoel Medalha	14		1a e 4m de reclusão
Manoel Aguiar	30		Absolvido
Manoel A. da Silva Filho	4/76	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Manoel Alves	23		Absolvido
Manoel Alves da Silva	3		1a e 6m de prisão
Manoel A. do Nascimento	2	Estivador	Absolvido
Manoel Amâncio	11	Agricultor	5a de prisão
Manoel Amaro da Silveira	2	Estivador	Absolvido
Manoel Antonio Silva	15		8a de prisão
Manoel Barra	2	Estivador	Absolvido

Manoel Barra da Rocha	2	Estivador	5a de prisão
Manoel Batista	14		1a e 4m de reclusão
Manoel Batista de Oliveira	2	Estivador	Absolvido
Manoel Benedito da Cruz	76	Soldado do 21º BC	
Manoel Bento	2	Estivador	
Manoel Bezerra Filho	22/391	Comerciante	
Manoel Braz	35/38		Absolvido
Manoel Caetano	18	Soldado do 21º BC	
Manoel Camilo	11		
Manoel Caranhas	38		
Manoel Cícero Soares	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Manoel Constantino	2	Guarda-civil	5a de prisão
Manoel da Cruz	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Manoel Décio Pinheiro	33	Agricultor	
Manoel Domingos Campos	18	Pescador	
Manoel Ermenegildo	11		
Manoel Espinheiro	14		1a e 4m de reclusão
Manoel Felipe	2	Estivador	Absolvido
Manoel Fernandes	2	Estivador	
Manoel Fernandes Reis	2	Jornaleiro	
Manoel F. do Nascimento	5	Jornaleiro	
Manoel Ferreira Filho	2	Estivador	6a e 6m de prisão
Manoel Ferreira Silva	15	Agricultor	Absolvido
Manoel Florêncio	11	Agricultor	
Manoel Francisco Andrade	12	Agricultor	
Manoel Francisco de Oliveira	4	Jornaleiro	Absolvido
Manoel Geraldo	76	Soldado do 21º BC	
Manoel Guedes Paiva	2	Estivador	
Manoel João do Nascimento	2	Estivador	
Manoel Joaquim	32		

Manoel Joaquim Aureliano	36		5a e 9m de prisão
Manoel Joaquim Avelino	163	Agricultor	8a de prisão
Manoel J. do Nascimento	2/18	Peixeiro	6a e 6m de prisão
Manoel Julião da Silva	16	Guarda-civil	Absolvido
Manoel Justino Costa	14/16		
Manoel Justino da Silva	4		
Manoel Justino Filho	2	Motorista	6a e 6m de prisão
Manoel Lucas do Nascimento	18	Jornaleiro	Absolvido
Manoel Ludgero	2	Estivador	
Manoel Macaúba	23	Pedreiro	
Manoel Macedo Filho	3	Comerciante	1a e 6m de prisão
Manoel Marçal	4	Militar (marinha) inativo	Absolvido
Manoel Marinheiro	38		
Manoel Martins	23		Absolvido
Manoel Moreno	30		
Manoel Nascimento Fagundes	36		
Manoel Nunes da Silva	5		Absolvido
Manoel Paranhos	11		
Manoel Pedro de Santana	15	Jornaleiro	6a e 6m de prisão
Manoel Pedro do Nascimento	2	Estivador	Absolvido
Manoel Pegado da Silva	15		
Manoel Pereira	2	Estivador	
Manoel Pereira dos Santos	2/76	Soldado do 21º BC	
Manoel Pinheiro do Vale	76	Soldado do 21º BC	
Manoel Quintino Rego	30	Comerciante	
Manoel Rafael	32		
Manoel Raimundo da Silva	2	Agricultor	Absolvido
Manoel Raimundo de Souza	24	Agricultor	1a de prisão
Manoel Roberto da Silva	76/163	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Manoel Rodrigues	38		

Manoel Rodrigues Chagas	4	Comerciante	Absolvido
Manoel Sebastião	4	Estudante	
Manoel Severino	2	Estivador	
Manoel Severino	2	Mecânico	
Manoel Severino da Silva	2	Sapateiro	
Manoel Siqueira Sobrinho	4	Funcionário Público	
Manoel Soares	2	Estivador	5a de prisão
Manoel Soares da Costa	2	Estivador	Absolvido
Manoel Soares Silva	23	Artista	
Manoel Teixeira Moura	4		
Manoel Torquato	391	Agricultor	
Manoel Trajano	2	Estivador	
Manoel Venâncio Azevedo	76	Soldado do 21º BC'	
Manoel Ventura	30		
Manoel Veras Leite	5	Comerciante	
Manoel Veríssimo	12		5a de prisão
Manoel de Castro	76	Tenente (intendente)	Absolvido
Marçal Tertuliano da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Marcelino Alexandre	5		
Marcelino Pereira de Oliveira	5	Agricultor	5a de prisão
Maria da Cruz Nunes	2	Dona de casa	Absolvida
Maria Meireles	11	Dona de casa	
Maria Mendes	2		
Maria Otilia dos Santos	2		
Marieta Bezerra Alves Feitosa	2		
Mário Alves	4	Marceneiro (envernizador)	
Mário Augusto Caldas Amorim	17/30/391	Comerciante	
Mário Benevides Carneiro	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Mário Cabral de Lima	2	Tenente da Polícia Militar	10a de prisão
Mário Gouveia	12		

Mário Honório Lima	16		
Mário Luiz	32	Comerciante	Absolvido
Mário Ribeiro de Paiva	2/15	Guarda-civil	6a e 6m de prisão
Mário Teixeira Gomes	13/35	Motorista	Absolvido
Mario Teixeira Nunes	2	Motorista	5a de prisão
Martiniano Olinto	2	Estivador	Absolvido
Mauro Canuto	2	Marceneiro	
Mauro Varela da Fonseca Silva	4	Agricultor	
Melquiades Ferreira da Rocha	450	Jornaleiro	Absolvido
Miguel Bezerra Moraes	2/35	Artista	8a de prisão
Miguel Cardoso	14		1a e 4m de reclusão
Miguel Feliciano Moreira	33	Funcionário Público	Absolvido
Miguel Moreira	5	Advogado	5a de prisão
Miguel Olímpio da Rocha	450	Jornaleiro	Absolvido
Miguel Quirino	2	Estivador	
Miguel Soares Fernandes	76	Soldado do 21º BC	
Miguel Viana	12/15		Absolvido
Milton Correia Aquino	14/16	Funcionário Público	1a e 9m de reclusão
Milton Homem de Siqueira	2	Jornalista	Absolvido
Misael Alcebíades de Farias	23		
Mizael Coelho	4	Músico	
Moacir Ferreira	36		
Moacir Ferreira Furtado	32	Agricultor	1a de prisão
Moisés da Costa Pereira	2/5	Tenente da Polícia Militar	8a de prisão
Moisés Pinheiro	2		Absolvido
Napoleão de Carvalho	4	Militar	
Natanias Asael Ramiro	2	Marceneiro	
Nazareno Maranhão	2	Estivador	
Nazaremos Ramos Vieira	2	Estivador	
Nazaremos Vieira	2	Estivador	

Nelson Coelho Dias Oliveira	13/35	Funcionário Público	2a e 6m de prisão
Nenrod Bezerra Menezes	23		Absolvido
Nilo Lustosa da Câmara	2	Eletricista	5a de prisão
Nivaldo Pouchet	14		1a e 4m de reclusão
Nizário Gurgel de Oliveira	2/12/36/15	Dentista	2a de prisão
Norberto Caldas	2	Comerciante	Absolvido
Odilon Rufino Figueiredo	2/4	Agricultor	6a e 6m de prisão
Olavo Seabra de Melo	4	Estudante	Absolvido
Olímpio Herculano Guedes	38		
Onofre Calistrato	15	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Orismídio Sales de Castro	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Orlando Azevedo	13/35	Médico	8a de prisão
Orlando Nicácio Cunha	4	Artista	Absolvido
Oscar Artur Nunes	76	Cabo do 21º BC	
Oscar Alves Maciel	12/15/36/76	Sargento do 21º BC	5a de prisão
Oscar Alves Wanderley	2/76	Sargento do 21º BC	Absolvido
Oscar Mateus Rangel	11/12/18/36	Tenente da Polícia Militar	8a de prisão
Otávio Augusto Caldas Amorim	30/391	Jornalista	Absolvido
Otávio Fidélis	2	Coveiro	
Otoniel Menezes Melo	2	Jornalista	3a de prisão
Pacífico Paulo	2	Funcionário Público	Absolvido
Paulino Fernandes Bezerra	15		
Paulino Leandro Cavalcante	76	Soldado do 21º BC	
Paulo Bezerra	4	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Paulo de Melo	2	Funcionário Público	Absolvido
Paulo Firmino de Oliveira	2	Estivador	
Paulo Isáias Macedo	15	Motorista	6a e 6m de prisão
Paulo Medeiros	4	Sapateiro	Absolvido
Paulo Miranda e Souza	76	Soldado do 21º BC	
Paulo Pessoa	76	Soldado do 21º BC	

Paulo Pinto Pereira	2	Sargento da Polícia Militar	
Paulo Rocha	2		
Pedro Adriano	23	Artista	
Pedro Alves Araújo	23		
Pedro Ambrósio Filho	12		
Pedro A. de Oliveira Trindade	2	Capitão da Polícia Militar	Absolvido
Pedro Baltazar Meireles	33	Agricultor	
Pedro Basílio	36		
Pedro Bernardino de Sena	2	Estivador	
Pedro Brandão	23		
Pedro Cavalcante Neves	12	Funcionário Público	
Pedro Celestino	2	Estivador	
Pedro Cicero Fernandes	23	Agricultor	
Pedro de Zadaque	14		
Pedro Ferreira Leite	5		
Pedro Garcia	13/35		Absolvido
Pedro Gomes da Piedade	76	Soldado do 21º BC	
Pedro Guilhermino da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Pedro Hermógenes da Cunha	32		5a de prisão
Pedro Inácio da Costa	2	Capitão da Polícia Militar	Absolvido
Pedro José da Costa	11	Agricultor	
Pedro Marcolino	2	Guarda-civil	
Pedro Martins Soares	12	Operário	5a de prisão
Pedro Maurício de Farias	2/4	Sargento da Polícia Militar	8a de prisão
Pedro Maximiliano	2	Estivador	Absolvido
Pedro Medeiros	24		1a de prisão
Pedro Mendonça	5	Agricultor	Absolvido
Pedro Nolasco de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Pedro Nunes de Carvalho	23	Agricultor	
Pedro Paes Lemos	16		

Pedro Paulo	4		
Pedro Paulo Vieira	2	Mecânico	
Pedro Pereira dos Santos	2		
Pedro Regalado Filho	164		
Pedro Ribeira Bessa	14/16		Absolvido
Pedro Ribeira Dantas	17		
Pedro Rodrigues Silva	76	Soldado do 21º BC	Absolvido
Pedro Soares Santos	4		5a de prisão
Pedro Sebastião	11	Comerciante	Absolvido
Pedro Sena	2	Estivador	
Pedro Severino Bezerra	23	Agricultor	
Pedro Silvério	36		5a de prisão
Pedro Silvio de Moraes	2	Capitão da Polícia Militar	Absolvido
Pedro Vitor	4	Motorista	
Pedro Xavier	76	Soldado do 21º BC	
Petrônio dos Santos Lima	76	Cabo do 21º BC	
Plácio Pessoa Veiga	76	Soldado do 21º BC	
Plínio Nunes de Carvalho	2/18'	Soldado da Polícia Militar	
Quintino Clementino de Barros	2/4/76	Sargento do 21º BC	10a de prisão
Raimunda Pires	2	Dona de casa	Absolvida
Raimundo Alves Pereira	4	Barbeiro	Absolvido
Raimundo Antonio Figueredo	76	Cabo do 21º BC	
Raimundo Antunes Oliveira	2/4	Funcionário Público	
Raimundo Cândido da Silva	2	Estivador	
Raimundo Correia Barbosa	3	Funcionário Público	3a de prisão
Raimundo da Silva Pastel	15	Agricultor	6a e 6m de prisão
Raimundo Francisco	15		Absolvido
Raimundo Francisco de Lima	2/76	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Raimundo Jovino de Oliveira	5	Comerciante	Absolvido
Raimundo Lustosa	2/23	Eletricista	5a de prisão

Raimundo Mangabeira	12/36		Absolvido
Raimundo Miranda da Silva	2	Estivador	
Raimundo Nonato de Souza	15	Fogueteiro	6a e 6m de prisão
Raimundo Oliveira	2	Caldeireiro	4a e 4m de prisão
Raimundo Pereira Macedo	15	Deputado Estadual	Absolvido
Raimundo Pretinho	14		1a e 4m de reclusão
Raimundo Reginaldo da Rocha	2	Funcionário Público	3a e 4m de prisão
Raimundo Rosa	15	Jornaleiro	6a e 6m de prisão
Raimundo Thomé	15/18		Absolvido
Ramires Magalhães	2	Funcionário Público	
Ramiro Magalhães Paiva	2	Funcionário Público	6a e 6m de prisão
Reginaldo Andrade	23	Comerciante	5a de prisão
Renato de Souza Ramalho	14		Absolvido
Renato Peixoto	2/15/18		2a de prisão
Renato William	2	Engenheiro	Absolvido
Renau do Nascimento	36	Agricultor	
Ricardo Torquato	5		
Rodolfo Barbosa da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Rodolfo Henrique	2	Sapateiro	
Romário Calafange	12	Funcionário Público	
Rosemiro Henrique de Farias	2	Aux. de comércio	5a de prisão
Rubens Câmara	12	Funcionário Público	
Rui Wilson de França Cabral	76	Soldado do 21º BC	
Salomão Botelho	14		1a e 9m de reclusão
Salomão Saraiva	12/18		
Salustiano Coelho da Silva	11	Agricultor	Absolvido
Salustiano de Castro Cacho	117		
Samuel Cândido de Oliveira	23		
Sandoval Oliveira Sales Lira	5	Agricultor	
Sebastião Alves Araújo	23	Agricultor	5a de prisão

Sebastião Caldeira	5		Absolvido
Sebastião dos Santos	2/76	Sargento do 21º BC	8a de prisão
Sebastião Félix Aragão	4	Tabelião	5a de prisão
Sebastião Ferreira	15		Absolvido
Sebastião Manuel Morais	76	Soldado do 21º BC	
Severino Alves Barbosa	76	Soldado do 21º BC	
Severino Alves da Silva	15		
Severino Barbosa da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Severino C. A. Maranhão	2	Funcionário Público	5a de prisão
Severino Campelo de Lima	233	Oficial da Polícia Militar	Absolvido
Severino Carneiro Mesquita	4	Funcionário Público	5a de prisão
Severino Cordeiro	11		Absolvido
Severino da Costa Medeiros	15		
Severino Estevão dos Santos	76	Soldado do 21º BC	
Severino Farias de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Severino F. dos Santos	76	Soldado do 21º BC	
Severino Fernandes Farias	36		
Severino Fortunato	12	Jornaleiro	
Severino Freire	2	Soldado da Polícia Militar	Absolvido
Severino Gomes da Silva	18	Sargento da Polícia Militar	
Severino Inocêncio Gonçalo	18	Pescador	
Severino Miguel da Costa	76	Soldado do 21º BC	
Severino Moreira Filho	35		
Severino Moura Ribeiro	2/18	Funcionário Público	6a e 6m de prisão
Severino Oscar de Melo	2	Estivador	Absolvido
Severino P. do Nascimento	76	Soldado do 21º BC	
Severino Pequeno da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Severino Pereira	38		
Severino Pereira Fraga	2	Estivador	
Severino Pinheiro Morais	2		

Severino Raimundo	13		2a e 6m de prisão
Severino Rodrigues	2	Estivador	Absolvido
Severino Rosendo da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Severino Siqueira Campos	76	Soldado do 21º BC	
Severino V. C. Lima	15		
Severino Varela dos Santos	2/76	Soldado do 21º BC	
Severino Vieira	76	Soldado do 21º BC	
Sidrack de Oliveira	76	Soldado do 21º BC	
Silvio Álvares	2/76	Soldado do 21º BC	
Sinval Modesto	18		
Sizenando Filgueira	2/4	Motorista	
Suetônio Soares Lima	23	Estudante	5a de prisão
Teófilo Nicácio da Cunha	4		5a de prisão
Tertuliano Aires Primo	5	Mecânico	Absolvido
Tiago Machado	4	Guarda-civil	8a de prisão
Tibúrcio Machado Bezerril	2	Ferreiro	Absolvido
Ubirajara Alves Feitosa	2	Tipógrafo	2a de prisão
Uriel Fernandes Oliveira	14/16		1a e 4m de reclusão
Valdemar Antino Quirino	4		Absolvido
Valdemar Dantas	2	Estivador	
Valdemar Duarte	2		
Valdemar Ferreira Coelho	2/76	Cabo do 21º BC	8a de prisão
Valdemar Lima	2	Estivador	Absolvido
Valdemiro Feitosa Oliveira	2	Sapateiro	6a e 6m de prisão
Valdir Oliveira Correia	14/16/164		1a e 4m de reclusão
Valfredo Goldim	12		5a de prisão
Vandercilio Raposo da Câmara	15		Absolvido
Vicente Alves Neto	11/35	Funcionário Público	9a e 4m de prisão
Vicente Ferreira Gomes	5		Absolvido
Vicente Florêncio da Mota	5	Comerciante	

Vicente Gentil Matos	2/76	Soldado do 21º BC	
Vicente Ribeiro da Silva	4/76	Soldado do 21º BC	8a de prisão
Virgilio Clitano	12/36	Agricultor	Absolvido
Virginia Pereira da Silva	2	Dona de casa	Absolvida
Virgolino Clitaro	15		
Virgulino Lopes Lira	2	Estivador	
Vital Sales de Araújo	21	Guarda-civil	5a e 9m de prisão
Vitalina Alice	15	Dona de casa	Absolvida
Vitorino Rafael	32		
Vivaldo Poche	10		
Waldemar Guedes	11	Funcionário Público	Absolvido
Waldomiro Gonzaga da Silva	76	Soldado do 21º BC	
Zacarias Praxedes	5	Industrial	
Zoroastro Cipriano Bezerra	2/4	Cabo do 21º BC	8a de prisão



Este livro foi projetado pela equipe
editorial da Editora da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte.